

PAULO SÉRGIO BESSA LINHARES

O PROFETA E O CHOCOLATE
DISPOSIÇÕES SOCIAIS E APETÊNCIAS NA
TRAJETÓRIA DE JOSÉ DE ALENCAR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PAULO SÉRGIO BESSA LINHARES

O PROFETA E O CHOCOLATE
DISPOSIÇÕES SOCIAIS E APETENCIAS NA
TRAJETÓRIA DE JOSÉ DE ALENCAR

ORIENTADORA:

PROF.^a DRA.^a IRLYS ALENCAR FIRMO BARREIRA

Tese submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da
UFC como parte dos requisitos para
a obtenção do grau de Doutor em
Sociologia.

FORTALEZA
2010

Paulo Sérgio Bessa Linhares

**O PROFETA E O CHOCOLATE
DISPOSIÇÕES SOCIAIS E APETENCIAS NA
TRAJETÓRIA DE JOSÉ DE ALENCAR**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Data da aprovação: 18/10/2010.

Banca Examinadora:

Profª Drª Irllys Alencar Firmo Barreira
(Orientadora)

Prof. Dr. Cesar Barreira

Profª Mariza Veloso Motta Santos

Prof. Dr. Paulo Henrique Martins

Prof. Dr. Antônio Cristian Saraiva Paiva

À Carla, Gabriel e Clarisse, que me mantêm vivo. Porque a felicidade é uma arma quente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao estímulo da professora Irllys Barreira, minha orientadora. De sua parte nunca faltara rigor e atenção. Agradeço a professora Linda Gondim, que discutiu comigo, pacientemente, detalhes que eu costumo esquecer. Agradeço, também, ao professor Jawdat Abu-El-Haj, que compartilhou comigo a atração pelos enigmas da Família Alencar.

Agradeço aos grandes amigos Elcio Batista e Beth Jaguaribe, com quem dividi as incertezas neste percurso.

Aos meus pais, Edgar e Ivolete, que me protegeram com suas orações. À Lauro Escóssia e Silvia, sempre atentos e amorosos.

Ao amigo distante, mas sempre presente, Mário Magalhães, que me possibilitou estabelecer uma dialética em Mariguella e José de Alencar.

A finalização deste trabalho só foi possível graças a amizade e dedicação da minha amiga Nathalia.

RESUMO

Este trabalho analisa o momento formativo da literatura brasileira, a partir do estudo da trajetória política, literária e social de uma dos seus personagens fundadores, o escritor José de Alencar. Procura-se realizar uma aplicação empírica da teoria dos campos de Pierre Bourdieu, a partir de uma revisão crítica da mesma, mitigando os aspectos remanescentes. Por meio da reconstituição do quadro de disposições e dos contextos de socialização a que elas foram submetidas, no caso de José de Alencar, procura-se entender o papel do escritor cearense na criação do que de Antonio Cândido chamou de sistema literário do Brasil. Inicialmente, apresenta-se um pequeno histórico da família de José de Alencar, que lança luz sobre a trajetória do escritor no espaço social do Segundo Império, com suas posições e deslocamentos. Discute-se a carreira do romancista no nascente campo literário: seus contratos com o editor Garnier, as vendas dos direitos dos seus livros, a formação de um público leitor, as relações com a crítica e com as instâncias de prestígio. Trata-se de entender como este campo se formou, estruturando-se em estreita dependência do campo político – o que se evidencia na dupla vida de Alencar, simultaneamente literato e político. São analisadas as disposições, apetências e competências decorrentes da herança familiar do romancista: sua posição de membro da elite imperial; sua formação pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde fez amizades que seriam fundamentais para a sua carreira de jornalista; o peso do duplo estigma de “filho de padre” e tuberculoso; o físico debilitado, aliado a um temperamento irritadiço, que o tornavam alvo fácil da chacota dos adversários; e a verdadeira erupção que foi a emergência do movimento Realista, que tornaria os românticos como Alencar precocemente envelhecidos no curso de sua trajetória social. Este quadro é confrontado com a autobiografia e as setes biografias produzidas sobre Alencar. Dessa construção (auto)biográfica surge a ilusão de que o escritor cearense seria um gênio romântico. Como alternativa a essa explicação, criticada por Bourdieu, a pesquisa propõe utilizar o conceito de “profeta”, elaborado por Max Weber no âmbito da teoria da religião, para se entender Alencar como criador de um campo de novas crenças, relativas à estética e ao papel do artista. Finalmente compara-se a estratégia adotada por Alencar com a posição assumida por Machado de Assis, que viria a ser, efetivamente, o criador do campo literário brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: JOSÉ DE ALENCAR, SOCIOLOGIA DA CULTURA, ROMANTISMO BRASILEIRO, SISTEMA LITERÁRIO, HABITUS, TEORIA DOS CAMPOS.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – JANUS E AS PORTAS DA INCERTEZA.....	37
A família Alencar e a trajetória de José de Alencar no espaço social: posições, colocações e deslocamentos.....	39
O Segundo Império: um mecenato tropical.....	45
Um literato da elite imperial e o restrito mercado de bens simbólicos.....	51
CAPITULO 2 – AÇÃO E DETERMINISMO ESTRUTURAL NA SOCIOLOGIA DA CULTURA	66
Bourdieu: a sociologia dos campos e o conceito de habitus....	70
Morin e a epistemologia da complexidade.....	74
Crítica à trivialização da máquina social.....	80
A configuração no processo civilizador.....	81
A sociologia da arte e o gênio criador.....	87
CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO ROMÂNTICO DE GÊNIO.....	89
O mundo dos Lamartines.....	89
Mozart e Alencar em paralelo: os limites da invenção do gênio individual.....	90
O aparecimento no padrão biográfico do conceito de gênio da literatura brasileira.....	95
Alencar, genial construtor da nação e da literatura brasileira.....	98

CAPÍTULO 4 – COMO E PORQUE SOU ROMANCISTA: ALENCAR E A CONSTRUÇÃO DA ILUSÃO (AUTO)BIOGRÁFICA	104
Percurso de Alencar na escola.....	105
Alencar leitor.....	107
Alencar e as mulheres.....	110
A vida acadêmica.....	121
O Alencar jornalista.....	127
Alencar e o nascente mercado editorial.....	135
CAPITULO 5 – A CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA.....	141
Os abridores de lata e as salsichas da realidade.....	141
Gestão da Herança Simbólica e Introdução de Alencar no mundo da classe dirigente.....	150
Os biógrafos de Alencar e a sombra da mula sem cabeça.....	157
A mão descarnada.....	162
A rejeição da elite Imperial e o tardio casamento burguê.....	164
O curto ciclo nacional de um romantismo tardio.....	167
CAPÍTULO 6 – DISPOSIÇÕES MÚLTIPLAS, APETÊNCIAS E COMPETÊNCIAS.....	170
O liberalismo do senador: Instabilidade e habilidade política no universo familiar.....	172
Uma trajetória escolar ascética.....	174
A educação sentimental de Alencar.....	177
O Romantismo ascético como padrão de socialização.....	179
Ascensão e queda de um político impaciente.....	185

A dupla queda de um político impaciente	193
CAPITULO 7 – ALENCAR: PROFETA DE UM NOVO CAMPO.....	200
CAPITULO 8 – JOSÉ DE ALENCAR E MACHADO DE ASSIS: O BRASIL DOS REVOLTADOS E O BRASIL TRANSFIGURADO....	209
A construção do campo literário no Brasil e o Meridiano de Greenwich.....	209
Alencar e a estratégia de criação da nacionalidade.....	214
A decadência do velho chefe.....	215
O Brasil transfigurado de Machado de Assis.....	219
Alencar e a mimesis tropical.....	224
O herdeiro típico-ideal: Brás Cubas.....	227
A GUIA DE CONCLUSÃO – O HERDEIRO FALHO E O AGREGADO DE SUCESSO: DOIS TIPOS UNIVERSAIS.....	232
REFERÊNCIAS.....	238

INTRODUÇÃO

O cenário é o Rio de Janeiro de 1876. José de Alencar, deputado, ministro da Justiça, romancista e teatrólogo de sucesso, anda sozinho pelas ruas. Ele está doente. A hemoptise o assalta quase diariamente. Aos poucos, ele sucumbe. Sente-se só e derrotado, dizem quatro dos seus mais importantes biógrafos¹. Ainda ruma os últimos ataques que sofreu na polêmica com Joaquim Nabuco. Machado de Assis, dez anos mais novo², mas que conviveu com Alencar, narrou assim a cena do escritor no final de sua vida: “Descontada a vida íntima, os seus últimos tempos foram de misantropo. Era o que ressumbrava dos escritos e do aspecto do homem” (apud MENEZES, 1965, p. 388).

Mesmo assim, atua arduamente em duas frentes. Escreve os derradeiros panfletos. Cria o jornal *O Protesto*, cujo primeiro número saiu a 5 de janeiro de 1877 e o segundo, no dia 24 do mesmo mês, o que prova que Alencar pretendia lançá-lo quinzenalmente. O terceiro e quarto números do jornal, por descuido da tipografia, saíram com a mesma data, 24 de janeiro. O quinto saiu a 20 de março e o sexto chegou a ser composto, mas não foi impresso: ficaram numa pasta de Alencar as provas das matérias destinadas à publicação.

No jornal, ataques políticos ao Imperador, com artigos ácidos, denominados *Beotices: beócios*, para os atenienses, eram os indiferentes à cultura, com espírito pouco cultivado.

Ataca também, com ironia, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado com apoio do Imperador para abrigar amigos intelectuais. Em artigo intitulado *Rei ou Roque*, dizia que D. Pedro II “ou bem governa [...] ou viaja pelos centros culturais dos dois mundos, com fumaças de intelectual, ou bem sábio ou bem soberano” (apud MAGALHÃES JÚNIOR, 1971, p.375).

Em *O Protesto*, o escritor vai tentar resolver, intelectualmente, um estigma que ele, o pai e a família carregaram durante toda a vida. Alencar inicia ali a publicação de um romance em forma de folhetim, ao qual deu o nome de *Ex-homem*

¹São eles: Raimundo Magalhães Júnior – *José de Alencar e sua época* (MAGALHÃES JÚNIOR, 1971); Raimundo de Menezes – *José de Alencar, literato e político* (MENEZES, 1965); Luis Viana Filho – *A Vida de José de Alencar* (VIANA FILHO, 1979); Lira Neto – *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar* (NETO, 2006). Ver **Quadro 1**.

² Alencar nasceu em 1826 e Machado, em 1836.

e assinou com o pseudônimo de Synerius. Neste livro, que ficou inacabado, ele tenta dar uma última razão ao pai – o Senador Alencar, padre casado com uma prima, liberal que lutou diretamente em duas revoluções separatistas: a de 1817 e a de 1824, e foi articulador de praticamente todos os movimentos rebeldes do Brasil da primeira metade do século XIX. O senador Alencar foi, por esta razão, chamado de “O padre rebelde”.

Finalmente, Alencar, quase sem voz, vai tentar derrubar o gabinete conservador (do seu próprio partido), comandado pelo Presidente do Conselho e Ministro da Guerra, Duque de Caxias. Segundo o Visconde de Taunay, que acompanhou os últimos dias do escritor, quanto descera a sua voz, já de si tão débil e pouco sonora! Também que silêncio, o do auditório, para não perder uma das suas palavras! (apud MAGALHÃES JÚNIOR, 1977, p. 384).

Diz ainda Taunay que, indo à Câmara o Duque de Caxias, foi tão duramente atacado por Alencar que “[...] pulou literalmente da sua cadeira [e] [...] todo pálido, pôs-se de pé, saído da calma de velho guerreiro, voltado para o orador que tanto abalo lhe imprimia” (apud MAGALHÃES JÚNIOR, 1977, p. 384). Os dois tomariam praticamente juntos – o gabinete Caxias e Alencar.

Machado assim recorda os últimos dias do escritor cearense:

Lembram-me ainda algumas manhãs, quando ia achá-lo nas alamedas solitárias do Passeio Público, andando e meditando, e punha-me a andar com ele, e a escutar-lhe a palavra doente, sem vibração e esperança, nem já de saudades. [Ele] Sentia o pior que pode sentir o orgulho de um grande engenho: a indiferença pública, depois da aclamação pública (apud MENEZES, 1965, p. 388).

O estado de saúde de Alencar agravou-se. No dia 12 de dezembro, por volta do meio dia, seus seis filhos, ainda crianças³, subiram ao quarto do pai e o encontraram morto.

Nem seus biógrafos, nem seus contemporâneos mais próximos conseguiram explicar o final melancólico: “O enterro de Alencar, realizado na manhã de 13 de dezembro, não teve a concorrência correspondente à fama do grande escritor e à

³ Na época, o filho mais velho de Alencar, Augusto, tinha 12 anos. As idades dos demais eram: Elisa, 11 anos; Clarice, nove anos; Baby, sete anos; Mário, seis anos; e Adélia, quatro anos.

sua projeção política.” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1977, p.400). Nas palavras de Paranhos Júnior:

[...] em razão da hora, ou da indiferença do nosso inerte caráter nacional, não foi tão concorrido como havia direito aquele mísero invólucro que arrastou sobre a terra o gênio de José de Alencar. Afora quatro senadores, uns seis deputados, alguns dos que costumamos chamar de homens de letras e certas figuras obrigadas de nossas reuniões – cinqüenta pessoas no máximo – ninguém mais. Da magistratura, do exército, da armada, da mocidade, de nossas escolas e academias, nem um representante! Somos, com efeito, uma agregação de indivíduos, mas não uma sociedade. Fibra nacional não há aqui que se abale (apud MAGALHÃES JÚNIOR, 1977, p. 400).

Contam, com versões levemente distintas, que o Imperador ia tomar a o trem na Quinta para visitar Caxias em Desengano, quando o Conselheiro Thomas Coelho aproximou-se e lhe comunicou a morte de Alencar. Segundo o próprio filho de Alencar, Mário, D. Pedro II teria dito: “Homem inteligente... Mas muito malcriado.” (VIANA FILHO, 1979, p.293) Para Magalhães Júnior, a frase cáustica teria sido simplesmente: “Era um homenzinho... muito malcriado.” (MAGALHÃES JUNIOR, 1977, p. 402).

Apesar da rixa com o Imperador, Alencar, ao morrer, era deputado geral (equivalente a deputado federal, hoje), eleito sucessivas vezes. Tinha um raro e vantajoso contrato com a editora Garnier⁴, que lhe garantia o maior pagamento em direitos autorais feito no país, na época (MACHADO NETO, 1973, p.77), mas teve um final de vida apressado pela amargura e pelo ressentimento em relação às posições que ocupava em seus dois campos de atuação: o literário, ainda em formação, e o político.

Foi necessário evocar o final da vida de Alencar porque a decifração de sua trajetória social, feita em todas as suas biografias, mostra um literato de ascensão vitoriosa, atingido, no fim da vida, pelo que Machado de Assis chamou de “conspiração do silêncio”, logo após as desfeitas que sofreu na política, como se os biógrafos presumissem uma grande coerência na vida do escritor, só desfeita pela injusta falta de reconhecimento do gênio de Alencar.

⁴ Os contratos eram por direitos de edição de cada obra. Mas, a partir de agosto de 1863, Garnier passou a garantir ao escritor cearense 10% do preço de capa, antecipadamente.

Contra essa suposta unicidade de uma vida, Bourdieu (1996) cunhou a expressão “a ilusão biográfica”. Para ele, só com a superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade é possível enxergar o mundo social. E para obter este resultado, ele vai retomar em novas bases o antigo conceito de *habitus*:

A noção de *habitus* exprime sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc. Quando introduzi aquela noção, por ocasião da publicação em francês de dois artigos de Panofsky que nunca tinham sido cotejados – um sobre a arquitetura gótica, no qual a palavra [era] empregada, a título de conceito “nativo”, para dar uma explicação do efeito do pensamento escolástico no terreno da arquitetura, o outro sobre o abade Suger, em que ela podia também tornar-se útil – tal noção permitia-me romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e do *homo economicus* que regressa hoje com o nome de individualismo metodológico (BOURDIEU, 2000. p. 60-61).

Habitus, para ele, seriam todas as disposições herdadas e adquiridas que se tornam determinantes para uma trajetória social⁵. Norbert Elias (1993) também trabalhou com o conceito de *habitus*, mas, na maior parte dos casos, no sentido de uma “cultura nacional”, uma cristalização mais ampla dos dispositivos de um determinado povo. Uma exceção a esse uso encontra-se em *Mozart, Sociologia de um gênio* (1995), onde analisa a tensão entre o *habitus* e a personalidade, como será visto no Capítulo 2 desta tese.

Bourdieu, ao se dar conta da rigidez, da verdadeira camisa de força determinista que o conceito de *habitus* lhe impunha, logo propôs uma “teoria geral dos campos”: os espaços sociais possibilitariam as lutas simbólicas onde se dariam a distinção, a hierarquia e as formas diversas de exercer o poder. Em sua pesquisa empírica mais aprofundada sobre *habitus* culturais – *A Distinção: crítica social do julgamento*, publicada originalmente em 1979, Bourdieu (2008) reitera que se deve compreender a força do campo como capaz de definir, estabelecer, fortalecer ou enfraquecer o *habitus* do indivíduo.

⁵ As disposições são propensões, inclinações que podem tomar, desde a forma individual de uma paixão (disposição mais forte apetência) até uma simples rotina (disposição mais ausência de apertencia ou indiferença). Em síntese: as disposições distinguem-se entre si conforme o grau de fixação e força. Existem disposições fortes e disposições fracas, a sua atualização pode ou não ocorrer.

Foi nas lutas simbólicas nos campos literário e político que Alencar ampliou (ou inibiu) seu conjunto de disposições⁶. Em seu caso, observa-se um modelo de disposições que o transformaria em um clássico filho do *status quo* imperial, o que lhe daria condições de ser um vencedor na sua trajetória social. A existência da escravidão, de uma asfixiante cultura de clientelismo e a privação de direitos sofrida por negros, mulatos e toda base da pirâmide social, nada disso atingiria o herdeiro Alencar, ainda que o afetassem como intelectual e político, como será visto.

No campo literário, onde fazia parte da fração dominante, Alencar foi acossado, no final da vida, pela irrupção do Realismo. Em Lisboa, na sua viagem final, pouco antes de falecer, deparara-se com o impacto da publicação de *O crime do Padre Amaro*, de Eça de Queiroz. E sob os ataques fulminantes de Joaquim Nabuco, Alencar já sentira o que seria a ascensão de uma nova maneira de escrever, pensar e ver a vida social sob o ponto de vista da literatura. No campo político, Alencar se tornará definitivamente um *outsider*, expulso que fora do estamento imperial pelo próprio Imperador, ao lhe negar a senatória vitalícia.

A julgar pelo determinismo tão comum às análises de classe social, o filho do Senador Alencar, deputado e ministro, casado com uma inglesa da alta burguesia, não tinha razão para terminar tão mal sua vida. É neste ponto que os biógrafos se derramam em considerações sobre o papel do artista como o eterno incompreendido e desgarrado social.

O modelo macro-sociológico de garoto privilegiado da sociedade imperial, que termina seus dias em desgraça, projeta, no entanto, uma singularidade perturbadora, tanto empírica, quanto teórica, pois como explicar tanto sucesso literário e político precoce e uma derrocada não convencional? Bernard Lahire, discípulo e depois dissidente de Bourdieu, critica exatamente a não demonstração, nas análises, das variações empíricas no uso do conceito de *habitus*. Para Lahire

⁶ O *habitus* é, para Bourdieu um sistema de disposições, tendências incorporadas pelos atores(agentes) decorrentes da especificidade do processo de socialização por eles percorrido, particularmente da sua inserção social mais objetiva em determinados campos (religioso, intelectual, científico etc.) que presidem às suas práticas sociais. Para Bourdieu, as disposições são estruturadas e estruturantes, já que elas são determinadas pelas condições sociais mais estruturais presentes no processo de socialização dos atores, e, ao mesmo tempo, concorrem para a determinação das práticas desses atores. Os agentes podem ou não ter apetências (propulsões, paixões) pra incorporar suas disposições. As disposições distinguem-se entre si conforme o grau de fixação e força. Existem disposições fortes e fracas. A recorrência de sua atualização pode ou não ocorrer.

(2004), as disposições atuam em contextos de socialização e podem ou não ter apetências nestes ambientes. Para se chegar a bom termo, observa, “é preciso construir um dispositivo⁷ metodológico inédito”, que permita

julgar em que medida algumas disposições sociais são ou não transferíveis de uma situação para outra e avaliar o grau de heterogeneidade ou homogeneidade do patrimônio de disposições incorporadas pelos atores durante suas socializações anteriores (LAHIRE, 2004, p. 32).

Trata-se de construir uma possibilidade e, por meio de uma sociologia em escala individual – o que, para Bourdieu, parecia uma tarefa praticamente impossível – produzir uma socio-análise, como ele mesmo viria a chamar essa sociologia singular, no seu trabalho autobiográfico *Esboço de uma auto-análise* (BOURDIEU, 2005). Ou o que Bernard Lahire (2004) chamou de *retratos sociológicos*, dentro de quadros em que as disposições individuais oriundas do *habitus* são avaliadas à luz dos contextos de socialização.

É possível estabelecer novos padrões sociológicos que verifiquem as variações empíricas, para realizar o que prefiro chamar de *perfis sócio-biográficos*? Para melhor avaliar o conjunto de disposições de Alencar, pretende-se: (1) Analisar a gênese do campo de produção das disposições; (2) Investigar de que maneira as práticas se repetem, já que a noção de disposição contém a ideia de recorrência, de repetição relativa, (3) Relacionar as disposições nos contextos e tempos de duração histórica, (4) Observar se determinada disposição foi inibida, transformada, ou se ganhou relevância na sua trajetória social; e, finalmente, (5) Verificar a pertinência dessa interpretação.

É no cerne do debate entre indivíduo, sociedade, literatura e trajetórias sociais que se inscreve este trabalho – o que me obrigará a inverter a hierarquia dos interesses literários que apresenta sempre os escritores como pobres diabos ingênuos e vangloria-se em demonstrar grande desinteresse onde há sempre submerso o sonho de poder e prestígio. Tal inversão, longe de contribuir para a celebração sacralizante tão comum nos textos biográficos, me levará a recuperar práticas, hábitos e modos de agir quase sempre negligenciados pelos biógrafos.

⁷ Dispositivo deve ser entendido aqui como uma noção Foucaultiana que significa uma rede de relações que podem ser estabelecida entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, regramentos, enunciados científicos etc. O dispositivo estabelece a natureza do nexo que pode existir entre esses elementos heterogêneos. O dispositivo tem assim uma função estratégica.

Será investigada a ideia romântica de *gênio*, incompreendido justamente pela enormidade da sua grandeza – presente em todas as biografias de Alencar. O desafio, aqui, como foi dito, é superar a ilusão dos relatos em que a trajetória social do indivíduo é sempre a comprovação de uma vida cheia de coerência, como ocorre nas narrativas biográficas difundidas e consagradas no mundo literário.

Se é verdade que Alencar morreu de tristeza, ela nasceu, como será visto, da impossibilidade de obter a vitória total, no seu duplo trabalho de literato e político, tal como ele imaginava. Em vida, Alencar não obteve a consagração artística definitiva, que lhe daria autonomia em relação ao Imperador e à ordem Imperial. Tampouco teve a força política advinda da inteligência e da capacidade de escrever e pensar do grande intelectual, o que lhe possibilitaria pairar acima da política e dos políticos. Como no modelo que viria a seguir – o desajustado do grande romance burguês (Stephen Dedalus era um deles, e com ele James Joyce coloca em crise o próprio modelo de drama do romance burguês⁸ – Alencar foi incapaz de ocupar a posição social que lhe coube pela fortuna. Para que isso acontecesse, como ele tanto queria, era necessário que o campo inteiro das possíveis identidades do Brasil Imperial se modificasse para garantir-lhe uma nova posição: a do grande burguês literato de sucesso.

A questão é, portanto, empírica e teórica. Como fugir do impasse entre a unicidade da construção teórica e as pluralidades dos atores sociais? Ou, na formulação de Lahire (2003, p.30): “quais são as condições sócio-históricas que tornam possível um ator plural ou um ator caracterizado por uma profunda unicidade”?

Esta pesquisa é uma tentativa de avaliar o momento formativo da vida intelectual brasileira a partir da trajetória política, artística, social e intelectual de um dos seus maiores personagens. Através da reconstituição da trajetória de José de Alencar no quadro de disposições e contextos de socialização aos quais foi submetido, quero entender melhor o início da formação do que Antonio Cândido (1997) chamou de “sistema literário” no Brasil:

⁸ James Joyce coloca em crise o próprio romance ao desconstruir a forma, com um fluxo e refluxo do tempo conjugados, que faz com que a sucessão temporal, ao invés de esgotar-se em puro fluir, se precipite na constituição de um objeto rigorosamente construído. Ou, como diz Walter Benjamin a respeito do teatro épico de Brecht : “faz o destino saltar do leito do tempo como um jorro de água, o faz reverberar um instante imóvel no vazio, para fazê-lo entrar de uma nova maneira em seu leito (BENJAMIN, 1969,p.23).

Entendo por sistema a articulação que constitui a atividade literária regular: autores formando um conjunto virtual, e veículos que permitem seu relacionamento, definindo vida literária: públicos, restritos ou amplos, capazes de ler ou de ouvir as obras, permitindo com isso que elas circulem e atuem; tradição, que é o reconhecimento de obras e autores precedentes, funcionando como exemplo ou justificativa daquilo que se quer fazer, mesmo que seja para rejeitar (CANDIDO. 2004, p. 16).

Para investigar como esse sistema se constitui, sem cair nas ilusões do artista, sem interesses e sem raízes, sem mundo relacional, recorrerei ao conceito de campo literário, inserido na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, que assim os define:

O campo de poder é o espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especialmente). Ele é o lugar de lutas entre detentores de poderes (ou espécies de capital) diferentes que, como as lutas simbólicas entre artistas e burgueses do século XIX, têm por aposta a transformação ou a conservação do valor relativo das diferentes espécies de capital que determina, ele próprio, a cada momento, as forças suscetíveis de ser lançadas nessas lutas. Verdadeiro desafio a todas as formas de economicismo, a ordem literária (etc.) que progressivamente se institui ao fim de um longo e lento processo de autonomização apresenta-se como um mundo econômico invertido: aqueles que nele entram têm interesse no desinteresse [...] (BOURDIEU, 1996, p. 244-245).

O campo literário, “[...] este universo aparentemente anárquico e de bom grado libertário [...], é o lugar de uma espécie de balé bem ordenado no qual os indivíduos e os grupos desenham suas figuras” (BOURDIEU, 1996, p. 247). Este campo opera com o capital simbólico, que não é outra coisa senão o capital econômico, escolar, social, transformado em capital cultural, reforçando as relações de força que constituem a estrutura do espaço social.

Bourdieu (1996) quer demonstrar que as guerras de posições do mundo literário correspondem às metamorfoses do relacionamento dos artistas. Há sempre determinações sociais subjacentes operando nas tomadas de posição desse balé, com formas puramente literárias ou estéticas aparecendo, e estruturas recalcadas

dos diferentes participantes deste campo, as quais são realmente determinantes. A ênfase nos discursos literários e nas explicitações da genialidade visaria sempre a apagar as marcas sociais e históricas que pudessem vincular as obras a certo contexto de interesses.

Analisar a constituição do campo literário no Brasil com a incorporação dos diversos contextos de socialização e entender o papel do artista fundador são algumas das principais tarefas a serem executadas neste trabalho. Trata-se de uma aplicação empírica da teoria dos campos de Bourdieu, onde pretende-se obter uma análise das disposições e apetências numa demonstração analítica da trajetória social de José de Alencar.

A sócio-análise de Bourdieu estuda a estrutura da obra literária e sua relação com o espaço social no qual o autor está situado. Significa

[...] levantar em termos menos comuns do que habitualmente o problema do “realismo” e do “referente” do discurso literário compreendendo-o como uma denegação: o que é, com efeito, esse discurso que fala do mundo (social ou psicológico) como se não falasse, ou seja, em uma forma que opera, para o autor e o leitor, uma denegação (no sentido freudiano de *verneinung*) do que exprime? (BOURDIEU, 2005, p. 17).

Segundo esse método, a análise deve permitir tirar partido das propriedades do discurso produzido no campo literário, tais como a capacidade de desvelar velando ou de produzir um “efeito real” desrealizando. Ele exige que se parta do raciocínio sociológico para entender o campo relacional e finalmente, o mundo real⁹

Interessa, aqui, compreender o que as definições de sistema e campo literário têm de específico para conceituar um setor do mercado de bens simbólicos. A hipótese que levanto é que a percepção desse mundo por meio dos discursos produzidos nele mesmo encobre aspectos do funcionamento desse mercado que precisam ser melhor revelados. O caso específico aqui analisado mostra que o fracasso de José de Alencar deve-se à impossibilidade de levar para o campo político os trunfos obtidos no campo literário em formação, e aos impasses da

⁹ A superação do empírico na ciência se dá através do racional. Como quer o método Gaston Bachelard, O cientista investiga o objeto não mais através dos sentidos, mas da teoria para a experiência. Do racional para o real.

autonomização desse campo literário. E ainda, como a fragilidade do nascente sistema literário (a do livro, a do espetáculo teatral, a do jornalismo e do folhetim, para citar alguns dos gêneros de que Alencar participava) subordinou-o às regras da política, fazendo do nosso maior chefe político, o Imperador, o algoz da figura de maior expressão artística à época, José de Alencar.

A conquista da autonomia do campo literário é uma longa luta no Brasil, quase sempre sem conclusão. Mesmo na Europa, foi uma lenta transformação. Até a Idade Média, o artista era um artesão cujo critério de acesso à profissão era o *savoir faire*. A validação dos produtos culturais era o seu valor de uso (LEROY, 1990). De uma situação de controle absoluto das artes através do poder senhorial até uma independência progressiva do criador em relação às instâncias de poder, a arte vai se constituindo paulatinamente num espaço socioeconômico autônomo. Essa transformação que ocorre em longo prazo, corresponde também à separação entre sociedade civil (esfera privada) e esfera pública. Com a revolução industrial e o aparecimento do modelo de capitalismo liberal, acontecerá a separação destas duas esferas.

A autonomização progressiva do campo cultural faz com que as produções artísticas passem a fazer parte do setor privado, e não público, como era de praxe, e que seu modo de existência social passe a ser o mercado, dependendo da oferta e da demanda. Como explica Herscovici (1995, p. 48), “as relações entre o produtor artístico e seu ‘público’ perdem seu caráter diretamente político e assim se cria a ilusão da independência do artista, o qual não depende mais dos poderes exteriores.”

No Brasil, os literatos, poetas e intelectuais que participavam ativamente das discussões sobre a escravidão, o regime monárquico e o republicano, o Romantismo e o Naturalismo, e que iniciaram a criação do sistema literário, logo após o esforço inicial de Alencar e dos românticos, passaram, depois, convencionalmente, a ser identificados como “geração 1870”. Tal denominação coloca um problema teórico: a que se aplica realmente, este rótulo?

Este problema suscitou diversas interpretações, pois nem o critério de unidade geracional (o que tem Nabuco tem comum com Lima Barreto?) nem o

critério de ideário lhes serviam. Este último equivaleria à capacidade de produzir idéias filosóficas sem relacioná-las com o escravismo excludente contra o qual lutavam, mas no qual permaneciam profundamente imbricados, até pelas novas idéias raciais da época. Sérgio Buarque creditava à geração de 1870, liderada por Silvío Romero, “um secreto horror à nossa realidade”; por isso teriam incorporado ideias europeias que funcionariam como “ornatos discursivos”. Roberto Schwarz (1993), na sua quase hegemônica tese sobre “as ideias fora do lugar”, defende que a imitação das teorias estrangeiras os unificaria.

A perspectiva geracional tem uma variante que é a apresentação dos autores conforme o padrão de “escolas” de que cada um deles veio a participar. Algumas interpretações acreditaram nas trincheiras cravadas como guerra de posições e as naturalizaram. A “Escola de Recife”¹⁰, a “igreja positivista”¹¹ e o “darwinismo social”¹² foram algumas destas trincheiras que se transformaram em padrões de percepção. Esta ótica de interpretação da história das idéias é representada pelo livro clássico do professor de Filosofia da USP, Cruz Costa, *Contribuição à história das ideias do Brasil* (1956), onde ele seleciona os grupos em função das grandes escolas de pensamento que eles adotaram. Ângela Alonso (2002) mostrou que isto supõe uma anterioridade lógica das ideias: a ação política dos intelectuais não é nem mesmo aventada.

Há também linhas de interpretação que privilegiam instituições imperiais, como a Faculdade de Direito e de Medicina (SCHWARZ, 1993) e a Escola Militar (CASTRO, 1995). Neste caso, como será visto quanto a José de Alencar, embora a Faculdade de Direito de São Paulo tenha fornecido uma educação “bacharelesca” e possibilitado, posteriormente, sua inclusão em cargos de poder através do capital social que ele obteve¹³, é justa a crítica de Alonso (2002): ela argumenta que, pelo fato dos jovens serem altamente educados, não se podia inferir que as escolas de

¹⁰ A Escola de Recife, liderada por Tobias Barreto e Silvío Romero, era uma espécie de frente cientificista de combate à monarquia baseada em ideias retiradas indiscriminadamente das obras de Comte, Darwin, Spencer e outros.

¹¹ A igreja positivista era a adaptação para o Brasil das idéias de A. Comte. Viria a influenciar fortemente setores militares com sua Lei dos Três Estados (teológico, metafísico e positivo). Servia, na verdade, de contrapartida aos dogmas cristãos que predominavam, em detrimento da razão.

¹² Era uma teoria sobre a suposta superioridade de alguns grupos sociais sobre os outros. Segundo essa corrente, a vida social teria uma “seleção natural das espécies”. Esta corrente de pensamento deve sua concepção a Spencer e Darwin jamais a aceitou.

¹³ O primeiro emprego de José de Alencar no jornal foi obtido graças à amizade com antigo colega de faculdade, Francisco Otaviano, como será visto posteriormente.

ensino superior no Império fossem unidades de organização de movimentos ou de formação de identidades coletivas.

Na presente pesquisa, destaca-se o aparecimento da primeira geração de escritores e intelectuais com um público leitor, constituído, em sua maioria, por mulheres e estudantes. Contavam também com editores, livrarias e críticas em jornais de grande circulação, sem que se pudesse falar de um campo literário independente, autônomo em relação às atividades políticas e econômicas. No entanto, não compreendo este esforço de criar uma literatura brasileira como “movimento”, pois a guerra de grupos e posições no interior do campo não demonstra qualquer unidade, senão a tentativa de cada autor se consolidar no interior do campo literário.

Não havendo posições literárias autônomas em relação ao poder político, o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de consagração, bem como as demais condições necessárias à produção artística vão depender da luta dos grupos que exercem o trabalho de dominação na imprensa e no campo político. Faoro, no seu seminal *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (1976), mostra que o sistema girava em torno da elite estamental:

A política e, em sentido lato, a luta social, sobretudo a luta pela ascensão social, desdobra-se num feixe de meios necessários para alcançar e manter o poder. Os instrumentos se afeiçoam à ambição individual, que marcará o ritmo da escalada, ritmo frouxo ou ritmo impetuoso, de acordo com a feição do homem (FAORO, 1976, p.8).

A luta de Alencar é exatamente esta. Burguês em sursis, já que burguês de um campo literário sem autonomia e sem feição, intelectual da imprensa dominada pelo poder político, sente-se sempre em conflito no centro de um campo de forças. Este deve sua estrutura à oposição entre o pólo de poder político imperial que lhe asseguraria estabilidade, e o movediço pólo literário, com suas paixões e ilusões. É Faoro quem dá o tom desta dança de posições no Brasil Imperial:

Longe da concepção machadiana da sociedade o imobilismo, a estratificação rígida. O xadrez serve mal à comparação da vida: quem nasce peão não tem que ficar peão, quem nasce bispo não está proibido de cingir a espada. As posições não têm dono, há os que sobem e os que descem; há a luta para subir e crescer numa sociedade estilizada, mas fluida em sua textura, e aberta às ascensões e às escaladas. O único

lugar intangível é o de imperador; só o delírio permitia ocupá-lo sob o incitamento da febre, no extremo do ridículo (FAORO, 1976, p. 9).

Neste espaço polarizado dos campos de poder, não há compatibilidade, como imaginam os que compreendem a disputa numa homogeneidade da classe dominante em luta com a classe dominada. Alencar – que imaginou levar seu capital simbólico do campo literário para lhe fazer valer a força no campo político – não percebe esses dois extremos: “Não se pode jogar com todas possibilidades, sob pena de perder tudo, querendo ganhar tudo” – alertou-o, mais de uma vez, o sábio conservador Cotegeipe (apud RODRIGUES, 1977, p. 117).

É o que Faoro vai lembrar ao falar da luta pela ascensão ao poder estamental:

A subida da montanha, posto que possível, nem sempre é convencionalmente legítima. O sentimento de escárnio, as repulsas veladas, acompanha, não raras vezes, muitas carreiras triunfantes. Enquanto a mobilidade no campo das classes sofre moderada censura, a resistência para ingresso no estamento, nos círculos de poder é maior. Os golpes de audácia, os saltos não se permitem na conquista dos altos postos. Mesmo a Alencar, glorioso nas letras, não se reconheceu o direito de conquistar o Capitólio de assalto: primeiro em Atenas, era-lhe difícil ser segundo ou terceiro em Roma. Quando um ilustre homem de Estado respondendo a Alencar, já então apeado do governo, comparou sua carreira política à do soldado, que tem que passar pelos serviços ínfimos e ganhar os postos gradualmente, dando-se a si mesmo como exemplo desta lei, usou de uma imagem feliz e verdadeira, mas ininteligível para o autor de *Minas de Prata* (FAORO, 1976, p. 10).

A relação de Alencar com seu grande amigo da Faculdade de Direito, Francisco Otaviano, mostra a diferença entre aqueles que herdaram por associação e aqueles que apenas herdaram a aspiração, como disse Bourdieu (1996) dos personagens de Flaubert. Para Otaviano, a imprensa, a literatura e o mundo artístico serviam apenas ao jogo de sombras da política das ideias, uma maneira de dar conteúdo ao padrão discursivo sempre recheado de citações francesas e inglesas. Faoro é bem preciso nesta constatação:

Para efeito da autonomia intelectual das elites, descomprometidas com as bases, o debate de ideias trava-se nas nuvens, ao sabor dos gostos e

preferências individuais, de acordo com o último livro mal digerido. O xadrez intelectual complicava-se com a pesada carga de retórica que o turbava, retórica herdada da literatura portuguesa, seus oradores e escritores clássicos. Uma boa ideia se media pelo efeito que causaria um discurso, um aparte ou um artigo de jornal. Era a *política silogística*, a que aludia Nabuco, em que as ideias se escondiam em figuras e tropos, cobrindo algum problema financeiro ou jurídico, problema perdido num país desconhecido, ou que não levava suas aspirações aos representantes da nação. Era um estilo enfático e solene, do qual não se distinguia a atividade literária corrente e a linguagem do eleitorado ativo, dos cabos eleitorais ou dos intelectuais de aldeia (FAORO, 1976, p. 163).

Como o Mozart de Norbert Elias (1995), a vida de Alencar também ilustra nitidamente a situação de burgueses numa economia dominada pela aristocracia de corte. E repetia, ainda, o padrão do campo de forças, como diz Elias, “num tempo em que o equilíbrio de forças ainda era muito favorável ao *establishment* cortesão, mas não a ponto de suprimir todas as expressões de protesto, ainda que apenas na arena politicamente menos perigosa da cultura” (ELIAS, 1995, p.16).

A descrição da luta de Mozart, feita por Elias, parece cair como uma luva para se compreender o desespero de Alencar:

Como um burguês outsider a serviço da corte, Mozart lutou com uma coragem espantosa para se libertar dos aristocratas, seus patronos e senhores. Fez isto com seus próprios recursos em prol da sua dignidade pessoal e de sua obra musical. E perdeu a batalha- como, pode se afirmar com a presunção da visão a *posteriori*, era de se esperar. No entanto, aqui, como em outros casos, tal presunção esconde a estrutura do que agora chamamos de “história”. Também impede nossa compreensão do significado que, num tempo passado, o curso dos eventos tinha para os próprios seres humanos. (ELIAS. 1995, p. 16).

O pequeno e luminoso Mozart, como será discutido de maneira detalhada na Parte II deste trabalho, situava-se, obviamente, em uma estrutura social diferente da encontrada no Brasil. Aqui tivemos um contexto onde não havia mesmo conflito entre a nobreza e a burguesia, mas sim um “complexo jogo de sombras” (FAORO, 1976), ou seja, harmonia e conflito entre o círculo estamental e a nova burguesia

endinheirada, cujo exemplo óbvio são as relações de guerra e paz entre D. Pedro II e o Barão de Mauá.¹⁴

No contexto do Segundo Império, Alencar foi um dos primeiros a se lançar no Brasil como folhetinista de sucesso, com *O Guarani*. Tornou-se um dos mais festejados escritores de teatro nesse momento de sua criação nacional, além de ter sido o primeiro escritor brasileiro a assinar contrato com sua editora (Garnier) em bases que lhe possibilitariam, senão uma posição profissional autônoma, ao menos uma situação financeira relativamente confortável. E, no entanto, mesmo com a férrea capacidade de trabalho, a determinação, o talento literário e a força de vontade de Alencar, não se consolidou um campo literário a partir do escritor cearense.

O impasse encontra-se na construção do incipiente campo cultural: por que a maior parte dos artistas não conquistou a sacralização? Por que não conseguiram mobilizar suficiente capital simbólico? Pela falta de banqueiros simbólicos (editores, diretores de teatro, críticos e outros) capazes de financiar os criadores e os produtos culturais legítimos? Ou pela falta de um mercado de leitores, público de teatro, livros e folhetins, capaz de tornar o campo literário autônomo em relação ao campo político dominante?

Podemos supor, então, que o campo cultural no Brasil das últimas décadas do século XIX não conseguiu se formar como espaço social homogêneo, com suas próprias regras de funcionamento, gerando suas próprias instâncias de legitimação. Tentar explicar este “suposto malogro” e suas repercussões na história contemporânea, a partir da análise da trajetória de José de Alencar, é a preocupação central desta pesquisa. Especificamente, as questões que este estudo busca responder são:

¹⁴ O filme *Mauá- O Imperador e o rei* trata desta relação conturbada. O filme mostra a infância, enriquecimento e a falência de Irineu Evangelista de Sousa (1813–1889), o empreendedor gaúcho, mais conhecido como Barão de Mauá, considerado o primeiro grande empresário brasileiro. Mauá foi responsável por uma série de iniciativas modernizadoras para a economia nacional, ao longo do século XIX. Arrojado em sua luta pela industrialização do Brasil, tanto era recebido com tapete vermelho, como chutado pela porta dos fundos por D. Pedro II.

1. Por que Alencar, ao final da vida, sentia-se como vítima do que Machado de Assis chamou de “conspiração do silêncio” e do que ele chamou, um mês antes de morrer, “de conspiração do despeito”?

2. Como tratar os estigmas sociais marcantes na trajetória de Alencar, como a tuberculose e o fato de ser filho de um pai ilegítimo, já que o Senador Alencar era um padre que vivia maritalmente com sua prima, a mãe de Alencar?

3. Como se consolidou o papel de Alencar como fundador da nação literária brasileira? Teve Alencar o papel de profeta, no sentido weberiano do termo, criando a crença no novo campo?

4. Por que o “primeiro em Atenas” (campo literário) não era aceito como “terceiro em Roma” (campo político), como ironicamente comentou Machado sobre a luta de Alencar nos dois campos?

Se Paris foi a capital do século XIX, como queria Walter Benjamin, o Rio de Janeiro foi a capital de um país que sonhava em se consolidar como nação culturalmente avançada. Este era o projeto de D. Pedro II, como mostra Schwarcz:

O segundo reinado foi o momento fundador de um modelo de nacionalidade surgido das formas de representação articuladas pelo próprio Imperador. Um Império que precisava muito da cultura local e de seus intelectuais. O novo Império, contudo, não só dialogaria com a tradição: introduziria elementos de uma cultura local. Construía-se, a partir de então, uma cultura Imperial pautada em dois elementos constitutivos da nacionalidade emergente: o estado monárquico, portador e impulsionador do projeto civilizador, e a natureza, como base territorial e material deste Estado (SCHWARCZ, 1998, p. 39).

Reduzir a problemática de Alencar a uma simples resultante da relação de repulsa e admiração entre o Imperador intelectual e o intelectual monárquico, como fez Lira Neto, o mais recente biógrafo de José de Alencar, antes cega do que fornece qualquer tentativa de entendimento; não oferece mesmo nenhuma pista para encontrar uma explicação mais consistente do drama do escritor. Este vivia a ambigüidade de que já se falou: lutava para se constituir como líder cultural autônomo em relação ao poder político, mas não queria perder a estabilidade e as garantias do estamento imperial. Já D Pedro II, no comando do campo político de

um Estado monárquico altamente elitista, queria construir um projeto de nação que tivesse como teia simbólica os românticos e seu discurso de exaltação ao nascente (e civilizado) Império Tropical.

D. Pedro II fechou uma das portas do estamento imperial nas barbas de Alencar, ao negar-lhe a senatória vitalícia. Tratava-se de um sinal de advertência, e não de expulsão do campo político. Havia precedentes, como o caso de Teóphilo Otoni, o grande líder liberal, a quem D. Pedro II negou o mesmo título quatro vezes, tendo-lhe concedido, finalmente, depois de muita pressão. Há que considerar, também, que dois anos antes da morte de Alencar, quando este encontrava-se em plena atividade oposicionista, seu irmão recebeu do Imperador o título de *Barão de Alencar*.

E se os biógrafos foram permanentemente tentados a atribuir ao comportamento de D. Pedro II o “fracasso” de Alencar é porque os modelos clássicos da história literária antes encobrem do que revelam a questão. É preciso recuperar o que permanece quase sempre encoberto por uma abordagem que denega os impasses das lutas de poder mais triviais na cultura, e escrever uma sociologia do campo literário capaz de enxergar o que uma perspectiva bio-cronológica clássica suprime.

A periodização da história literária contamina a sociologia da cultura, privilegiando o critério de escolas e movimentos artísticos, sugerindo rupturas onde há apenas disputas internas. É por isso que a gênese de um homem-época, como Alencar, é raramente aceita como referência pertinente da temporalidade artística. E esta parece a primeira virtude de procurar se entender a literatura em termos de campo: permitir uma apreensão mais fina do tempo no campo das letras.

A presente pesquisa, ao descrever o funcionamento, no Segundo Império, das novas “indústrias” do livro e do teatro, entre outros, mostra o baixo grau de autonomia do campo literário em relação aos poderes políticos e econômicos. Mostra, também, a dificuldade de diferenciação entre esses três campos, o que exigiria que cada domínio artístico se organizasse em uma estrutura dualista, dividida entre “produção de massa” e “produção de vanguarda”, as quais funcionariam como um verdadeiro campo dentro do campo. O campo de “produção de massa” no Brasil era bastante restrito: conforme o recenseamento de 1872, apenas 16% da população era alfabetizada e a educação era marca distintiva da

elite, representada aqui por Alencar. Este sonhou possuir todas as propriedades dominantes, quando foi, na verdade, dominado entre os dominantes, já que literato estruturalmente depende do campo de poder político para sobreviver na elite. No campo da produção artística restrita, os chamados defensores de uma arte pela arte, como fora Flaubert na França (BOURDIEU, 1996), não tiveram nenhum peso nas lutas internas da formação do campo literário. Só Machado de Assis, anos depois, reforçaria este caminho, a partir da criação da Academia Brasileira de Letras, transformada em instância de prestígio literário em que todo o prestígio político deveria ser evitado. Assim, Machado viu ali a possibilidade de estabelecer uma autonomia mínima em face do domínio avassalador das instâncias políticas.

Aos dominantes no campo da produção em massa caberia ser autônomos em relação ao âmbito político; aos dominados, no que concerne à “vanguarda estética”, caberia ser suficientemente independentes, do ponto de vista econômico, para avançarem artisticamente. Ora, no Brasil, os simbolistas (a vanguarda de então) eram, em grande parte, pretos e pobres (Cruz e Sousa e o seu grupo de simbolistas que publicam poesia no Rio de Janeiro Imperial). E os dominantes no campo de produção em massa, saídos da elite Imperial, como Alencar, aproveitaram-se do poder propiciado por momentos de independência tais como Alencar para obter apenas um ilusório naco do poder político.

A homologia estrutural (BOURDIEU, 1996), onde o espaço da produção (o campo artístico) e o campo dos consumidores (as classes dominantes) assumem pólos opostos,¹⁵ só sofreu uma certa inversão muito tempo depois, com a Semana de Arte Moderna de 1922¹⁶. A predisposição de Alencar à autonomia, pois filho de

¹⁵ Homologia estrutural seria uma espécie de correspondência entre campos distintos. O raciocínio por analogia que é considerado por um grande número de epistemólogos como o primeiro princípio da invenção científica está voltado a desempenhar um papel específico na ciência sociológica que tem como especificidade não poder constituir seu objeto a não ser pelo procedimento comparativo [...] e para construir tais analogias pode, com toda a legitimidade, servir-se da hipótese de analogias de estrutura entre os fenômenos Sociais e fenômenos já formalizados por outras ciências, a começar pelas mais próximas – lingüística, etnologia – ou até mesmo a Biologia. [...] A apreensão das homologias estruturais nem sempre tem necessidade de recorrer ao formalismo para encontrar seus fundamentos e dar prova de seu rigor. 9 E. Panofsky, *Architecture gothique et penssé scolastique*, tradução francesa de Pierre Bourdieu, Paris Muinuit, 1967. Citado por Bourdieu (2000, p. 61). Pelotas [01]: 11 - 28, julho/dezembro 2007

¹⁶ Durante a semana de 1922, em S.Paulo, a vanguarda literária tinha dinheiro e posições (basta ver a situação de Paulo Prado, Oswald de Andrade, Anita Malfati) e então podia se dar ao luxo de dizer que a arte não tem preço, assumindo posições mais autônomas e não dominadas.

conspirador em praticamente todas as revoluções nativistas e liberal rebelde, jamais se realizou.

Embora as cronologias de escolas literárias levem quase sempre a enganos, como já se observou anteriormente, em certas ocasiões mudanças literárias e sociais estão intimamente ligadas. Nesses instantes cruciais, o debate travado, as lutas por posições, a formação dos grupos e as escolhas pessoais adquirem importância significativa por representarem mudanças de uma ordem velha simbólica para uma nova, o que extrapola o campo da cultura e faz com que toda a sociedade venha a sofrer redefinições expressivas. O debate literário e político travado por José de Alencar a partir da publicação de suas célebres *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, em 1856, parece ser um destes momentos, pois tiraria a liderança do romantismo das mãos do grupo da revista *Niterói* (Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e outros) e iniciaria um lento processo de erosão da imagem de Imperador ilustrado e mecenas tropical pacientemente tecido por D. Pedro II.

Wilson Martins, autor da *História da Inteligência Brasileira* (1992), chamou de “rastignaquiana” a trajetória de Alencar na imprensa e na literatura. Rastignac, personagem extraído de *Père Goriot*, de Balzac, deixa o campo para morar em Paris, desejando viver seriamente de seu trabalho. Através de iniciações sucessivas, toma consciência de que, para vencer na vida, precisa se perverter. Trata-se de uma história de ascensão social, um romance de aprendizagem que compõe a *Comédia Humana*, de Balzac.

A trajetória de Alencar é também um longo aprendizado composto de uma ascensão fulminante, com um final marcado por “[...] indiferença pública, senão o desdém da roda literária”, como diria, amargurado, já em 1873 (apud MAGALHÃES JUNIOR, 1977, p. 353). Queixava-se de que sua reputação literária “era um mito”, num país de gente sem instrução, “[...] sendo a seita dos apologistas uma fração mínima do povo” (Ibidem, p. 353).

O presente trabalho concentra-se na dramática tentativa de Alencar de ser reconhecido como “pai fundador” da literatura nacional. Para Wilson Martins, o escritor, ao atacar Gonçalves Magalhães e sua *Confederação dos Tamoios*, teria “[...] reagido com natural despeito de quem se vê inesperadamente precedido por um rival [...]” (MARTINS, 1992, p. 43). Alencar havia projetado um romance histórico

com este propósito, chamado de *Os filhos de Tupã*, que desgraçadamente havia sido queimado acidentalmente. O aparecimento de uma obra rival, patrocinada por D. Pedro II, provocou a cólera do escritor e marcou ritualmente o seu aparecimento em público com uma polêmica bem ao sabor da época.

É preciso investigar, neste caso, a disputa no campo literário e não somente no campo político, como vem sendo feito, sistematicamente, na maioria das análises. O campo literário é situado no campo de poder, e ambos são enquadrados no espaço social nacional. Parece justo sugerir que Alencar disputa – da primeira à última polêmica – a liderança na construção de um sistema literário nacional.

Proponho aqui recorrer a um quadro analítico que se apóie nas relações históricas entre literatura e jogo de forças nacionais e internacionais. O sistema literário é visto como o idioma, as instituições, o mercado com sua estrutura de ofertas e demandas, o espaço social das tradições e os materiais literários, os mitos e os atores sociais, entre outros. Estas condições, indispensáveis a um campo literário, são elas mesmas ancoradas numa referência nacional que, por sua vez, mostra uma refração no plano internacional.

Pascale Casanova (2002) procurou demonstrar que essas relações recíprocas entre o jogo de visibilidade e poder universal, de um lado, e as condições nacionais, de outro, formam parte importante do que ela chamou de “república mundial das letras”. Neste sentido, a literatura nacional se constrói por adesão ou difamação (quer dizer, por submissão ou por adotar posições nacionalistas) às transformações universais das formas estéticas. A este padrão que se constrói no mundo, Casanova (2002) chamou de “Meridiano de Greenwich”, a saber, o tempo que indica o processo de autonomização¹⁷. Este índice do processo de autonomia é inseparável da luta histórica nos campos literários dominantes e seus processos de revolução estética. O grau de dominação literária depende, em grande parte, do tempo de predominância que o campo mundial tem sobre determinado campo nacional emergente. Depende também das contribuições estéticas que os campos nacionais fazem ao campo mundial.

¹⁷ O campo literário para se autonomizar precisa de condições específicas: instâncias de prestígio, mercado leitor, crítica, vanguardas atuantes etc.. O tempo para que essas condições e pré-configurem correspondem ao chamado tempo de autonomização.

A luta de Alencar deve ser pesquisada dentro dos espaços nacionais –vistos como sistemas, como quer Antonio Cândido (2004), ou campos, como vê Bourdieu (1996) – que detêm recursos literários desiguais e bastante hierarquizados, interna e externamente. Trata-se, então, de não ignorar os *enjeux* cosmopolitas e universais da literatura, mas, ao contrário, inseri-los no campo de análise para melhor compreender o jogo de poder nacional, pois eles traduzem os índices e relações estruturais nacionais.

Ilusão e retração relativamente à literatura dominante, estas regras de um campo são necessariamente incluídas num espaço social global: o que é definido por homologia a este espaço e sua (sempre relativa) autonomia. O importante é que ele se constituiu historicamente em torno de leis que lhe são próprias e o tornam independente em relação às lógicas externas, particularmente às lógicas estritamente econômicas. É neste ponto que se evidencia a importância das “regras da arte” para Bourdieu (1996), pois elas constituem a base de uma lei que nega ou denega a economia. Isso implica que os campos, e o campo literário por excelência, se constituem precisamente por sua reivindicação de autonomia – que seja objetivamente independente do jogo de forças do exterior. Ora, os conflitos têm uma lógica interna, mas os resultados das lutas externas (sociais, políticas, econômicas) pesam fortemente sobre o campo de forças internas. Este peso, no entanto, não funciona como reflexo, mas como uma refração que conserva traços fortes ou fracos do que vem de fora.

Para se chegar a bom termo neste esforço de compreensão do estágio do nosso campo literário é preciso também testar o valor explicativo do conceito de “campo” e de “sistema literário” em relação à realidade brasileira. Sob o ponto de vista do primeiro conceito, a autonomia do campo literário jamais ganhou consistência, como o próprio Alencar lamentava, ao ressaltar a exigüidade do mercado de leitores, a falta de critério da crítica (instâncias de prestígio) e a dependência que tinham os escritores dos empregos imperiais.

Quanto ao conceito de “sistema literário”, percebe-se que para Antônio Cândido (2004), o Romantismo e Alencar formaram definitivamente o nosso sistema literário nacional. Ingenuidade de Cândido? Não! Como ele entende que um conjunto de obras pode ultrapassar a homologia do espaço social em que foram produzidas e gerar seu próprio espaço estético, lançando raízes que, com o tempo,

se mostram duradouras, para efeito de sua análise o ciclo de formação do sistema literário se completa.

A análise de Cândido (2004), como será vista ao longo deste trabalho, perde o contato com as especificidades do mundo real, como a maioria das análises que privilegiam a dimensão estética, criando uma ilusão que não se aplica à lógica do mundo social e econômico. A pergunta que surge então e que permeia todo o debate é: por que ou como o campo cultural no Brasil criou uma dependência tão forte do campo político, limitando fortemente sua autonomia?

No Brasil de meados do século XIX, quando apareceram os primeiros mercados culturais, principalmente a imprensa e os primeiros folhetins literários, o mercado reservado às artes “nobres” era tão restrito que obrigava os criadores a utilizar a totalidade do espaço mercadológico para sobreviver, misturando os gêneros e os grupos sociais. Essas particularidades não teriam permitido o surgimento de uma esfera cultural autônoma, como ocorreu na Europa. Esta hipótese, esboçada originalmente por Renato Ortiz (1989), é a única que até aqui se aproxima do impasse que inibiu o aparecimento de uma literatura brasileira, onde seus autores tivessem autonomia e força no mundo econômico e social.

Quanto ao problema da sustentabilidade econômica e à afirmação do campo literário há, no caso brasileiro, aspectos que precisam ser desvendados. Tal como observou Florestan Fernandes (1987), nas origens da nossa revolução burguesa, houve a permanência da antiga ordem (do *ancien regime*) na nova, pois embora a sociedade imperial tenha aparentemente incorporado alguns agentes sociais favoráveis à instalação de uma sociedade competitiva, dando início a um processo de consolidação de uma ordem social nacional, o estamento imperial acabou por impermeabilizar o poder, impedindo a ascensão total burguesia com sua ideologia competitiva. Uma das hipóteses desta pesquisa é que este fenômeno, uma ascensão burguesa bastante mitigada pela ordem estamental vigente no Segundo Império, teria se repetido na formação do nosso campo literário. Assim, a revolução simbólica pela qual os artistas conquistam os princípios de autonomia que se converteriam em mecanismos objetivos, imanentes à lógica do campo, não se realizou no Brasil.

O estudo da trajetória social de Alencar, efetuado nesta pesquisa, mostra um típico herdeiro da elite Imperial que se desvia do modelo clássico, considerando-

o a partir de quatro disposições que não se realizam dentro dos deslocamentos comuns de mobilidade social no espaço da classe dirigente. Dois estigmas: o pai padre e a tuberculose e o casamento fora do padrão da nobreza imperial além da precoce decadência do ciclo romântico no Brasil – reforçaram os efeitos de uma (re)conversão de Alencar de uma posição dominante, a carreira política, para uma posição dominada, a carreira literária. Como explica Miceli (2001), a carreira literária

socialmente definida como feminina, ocupa no espectro das carreiras dirigentes (do proprietário ao homem político) uma posição dominada, posição intermediária entre a carreira militar (a mais próxima do pólo masculino dominante, embora ocupando uma posição inferior no campo do poder) e a carreira eclesiástica que constitui um exemplo-limite das mais femininas das carreiras masculinas (na medida em que se define negativamente, ao nível dos agentes, pela ausência de propriedade que caracterizam as posições viris, poder econômico, poder sexual, etc) (MICELI, 2001, p.24).

Para Miceli, os estigmas corporais e sociais tendem a reforçar as disposições (recusa das carreiras mais gratificantes, interiorização das qualidades tais como a “sensibilidade”), provocando reconversões nas trajetórias sociais. Também o fracasso do casamento pretendido inicialmente dentro da ordem estamental e a demora na consolidação do Romantismo no Brasil, gerando um envelhecimento artístico precoce em Alencar, foram importantes para definir o quadro do que Manuel Bandeira (outro “convertido” pela doença)¹⁸ chamaria de “toda uma vida que poderia ter sido e não foi”. A análise das biografias de Alencar mostra exatamente o esforço de criar um modelo de consagração do novo campo literário, uma crença que se firmasse tacitamente a todos os campos.

Ora, esse é o trabalho que Alencar fez heroicamente durante toda a sua vida e, em especial, na construção de sua própria biografia em *Como e por que sou romancista*. Para superar os obstáculos que as mutilações sociais lhe impuseram, fazendo-lhe escapar pelas mãos os trunfos provenientes do trabalho político do pai senador, foi preciso investir arduamente na construção do mito do gênio literário, pai da nação literária nacional.

¹⁸ Manuel Bandeira sofria de tuberculose crônica.

Para os biógrafos, numa inversão do que acontecia no campo social, o período de presença na política passa a ser apenas uma etapa de provação na vida de Alencar, durante a qual ele estaria obrigado a abandonar o trabalho literário. Como explica Miceli (2001), ao pesquisar a vida intelectual um período posterior ao de Alencar (o final do século XIX até 1920), embora a modalidade inicial de inserção nos quadros dirigentes fosse a atividade jornalística ou um cargo público, a carreira dominante, para a qual convergem as esperanças dos escritores, continuava sendo o ingresso nos quadros políticos que representam a oligarquia na Câmara e no Senado, ou então, mais raramente, um cargo de Ministro. Tal fato não impediu, todavia, que inúmeros escritores, mormente aqueles que não dispunham dos trunfos sociais e políticos exigidos, fizessem a reconversão para a vocação de letrado. Tal foi o caso de Humberto de Campos, Vivaldo Coracy, Paulo Setubal e muitos outros.

A ilusão biográfica criada em torno da figura de Alencar tem impedido, até hoje, de examinar o problema da herança paterna recebida e dos *handicaps* que o levaram a seguir uma estratégia de reconversão para o campo literário. Os biógrafos, hipnotizados pela figura mirrada, tímida e doente do escritor, sempre o trataram como um *outsider*. Esqueciam-se que, afinal de contas, ele teve todas as oportunidades de acumular um capital simbólico de um filho da elite Imperial: capital escolar, naquele momento determinante, como estudante de duas principais Escolas de Direito do país; relações sociais privilegiadas, um pai senador, com estima de todo o estamento imperial, e, finalmente, uma posição privilegiada de primogênito na fratria para ocupar o papel de herdeiro. Em outras palavras: Alencar saiu de uma família senhorial de grande status e renda, na corte de seu tempo, e isso lhe permitiu todos os empurrões para uma tranqüila ascensão social. Os sete principais biógrafos do escritor, realizaram um trabalho de dissimulação desse capital herdado, apresentando Alencar como um teimoso predestinado a ocupar o lugar único de gênio artístico da literatura brasileira, então nascente.

O mito do gênio, muito caro ao romantismo do século XIX, encobria, de fato, o trabalho de reconversão das fraturas expostas nas disposições: o impacto da tuberculose no desempenho individual; a denegação permanente da herança paterna, para encobrir a dor e a vergonha pública de ser filho de padre; a rejeição do casamento dentro dos padrões da elite imperial; e o curto espaço de ascensão e queda do modelo romântico na literatura foram transformados, respectivamente, em:

culto do herói romântico abatido pela doença; rejeição social que empurrava os românticos para o individualismo exacerbado; amor romântico não correspondido; gênio incompreendido artisticamente no seu tempo. Assim, as falhas disposicionais de Alencar foram transformadas em pilares da construção do mito do “gênio romântico”. Com sinais trocados, as biografias construídas operariam uma reconversão sempre que ocorria uma inapetência para o cumprimento das disposições. Assim, sua trajetória explica-se tanto pela herança social recebida do poderoso senador Alencar, como pelas disposições e inapetências que produzem interiorizações e reconversões na carreira literária.

Não é por acaso que o grande luto de Alencar corresponde, para ele, à morte da posição social que o pai ocupava: Senador do Império. Todos os biógrafos do romancista, no entanto, interpretam sua entrada na política como um deslize, um erro, um desvio, tal como aquele cometido por um homem bom que um dia, ao voltar do trabalho, conhece uma prostituta – a “messalina impura”¹⁹ – e com ela se envolve.

O mote foi dado pelo primeiro biógrafo, o sobrinho Araripe Jr. (1980), ao analisar saída do jornalismo, o sucesso social precoce e a morte política de José de Alencar:

Um dia, ele fartou-se das emoções do jornalismo. Atraído pelas tendências mais firmes de seu temperamento pensou-se criar-se um remando, onde, mais em resposno, pudesse alar-se de novo as regalias prismáticas do amor. Entretanto, surgiu, em seu caráter, uma altivez por vezes rude, da qual rápido declinou para uma impertérrita segurança ou para um exagerado sentimento da própria segurança (ARARIPE, 1980, p.172).

Sobre o sucesso social precoce e sua correspondente altivez, observou o mesmo autor:

Quem é que, aos trinta anos de idade, conselheiro, cercado da consideração de homens como Eusébio, reto de mais a mais, da posição que, sem rival, ocupava nas letras, não se teria deixado conduzir pelas veredas do amor-próprio? Raro é o homem a quem o sucesso não consiga modificar. José de Alencar engolfou-se um pouco fora do tempo, no brilho da sua estrela, que alentava (ARARIPE, 1980, p.173).

¹⁹ O termo “Messalina impura”, utilizado para se referir à atividade política, foi introduzido na crônica da época pelo grande amigo de Alencar, Francisco Otaviano.

E sobre a experiência política e sua mutilação:

[...] por um lado, José de Alencar seguia um plano confiado apenas na sua fertilidade imaginativa, tal qual tratasse de escrever um romance, sem olhar para o chão em que pisava, por outro, os colegas, irritados uns, outros dominados pela má vontade a que, incontestavelmente fazia jus o fulgor dos seus talentos, embora nunca articulassem palavras capazes de condenar, sorriam aos que procuravam chamar sobre ele todo o ridículo possível (ARARIPE, 1980, p.203).

Finalmente, sobre o que eles chamavam de “o grande erro”, a adesão à carreira política: "Por que não tinha esse poeta permanecido no lugar que lhe convinha nas regalias do ideal e da arte?" (ARARIPE JR 1980).

A biografia de Alencar esboçada por Araripe Jr. ilustra de modo típico-ideal a maneira como todos os biógrafos que o seguiram trataram as trajetórias política e literária do escritor cearense. Assim como durante muito tempo os biógrafos enxergaram em Machado de Assis a ascensão social fulgurante e inexplicável de um mulato pobre e epilético, até que se conseguiu configurar a figura do *agregado* que ele foi, a ilusão biográfica distorceu a observação da trajetória de Alencar, ao denegar a herança recebida do pai, um grande mandarim do império, e ocultar o fracasso em ocupar seu lugar na política.

Esta é a tarefa e o desafio: analisar momento de configuração da primeira indústria editorial e o nascimento da nossa esfera pública no Segundo Império, a partir do estudo deste homem síntese.

CAPÍTULO 1 – JANUS E AS PORTAS DA INCERTEZA

L'histoire est comme Jannus, elle a deux visages: qu'elle regarde le passé ou le présent, elle voit les mêmes choses. (Máxime Du Camp)

José de Alencar é um brasileiro da segunda metade do século XIX, com tudo o que isto representa para a compreensão de sua trajetória e o que ele significa para a construção da realidade política e literária deste momento histórico do Brasil. Nascido em 1829, em Messejana, Ceará, Alencar se transfere com seu pai, aos nove anos, em 1837, para o Rio de Janeiro, numa viagem que seria marcante para o repertório posterior de sua criação artística²⁰.

Para compreender o projeto literário de José de Alencar, seu projeto de poder e sua trajetória social, optei por um trabalho relacional que evitará tomar o tema e seus eventos de maneira substancialista. Utilizarei as noções de espaço social e de campo de poder construídas pelo sociólogo Pierre Bourdieu:

[...] os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas em espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (*ens realissimum*, como dizia a escolástica) e o princípio real do comportamento dos indivíduos e grupos (BOURDIEU, 1994, p. 51).

Essas noções permitem enxergar os campos de força como campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com capitais diferentes (econômico ou cultural), com objetivos finais diversos, conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo de forma dinâmica para a conservação da transformação de sua estrutura. Quanto à noção de campo de poder, o próprio autor explica:

[...] precisei criá-la para dar conta dos efeitos estruturais que não podiam ser compreendidos de outro modo: especialmente certas propriedades das práticas e das representações de escritores e ou de artistas que apenas a referência ao campo literário ou artístico não permitiria explicar inteiramente,

²⁰ Em *Como e porque sou romancista*, Alencar fala das “cenas [...] que eu havia contemplado com olhos de menino de dez anos antes, ao atravessar essas regiões e, jornada do Ceará à Bahia; e que agora debuxavam na memória do adolescente e coloriam-se ao vivo com as tintas frescas da palheta cearense.” (ALENCAR, 1998, p. 50-51).

como, por exemplo, a dupla ambivalência em relação ao “povo” e ao “burguês”, encontrada nesses campos e que só são inteligíveis se levarmos em conta a posição dominada que os campos de produção cultural ocupam no espaço mais amplo. (BOURDIEU, 1994, p. 51-52).

Bourdieu (1994) intencionava criar um novo paradigma conceitual que permitisse à sociologia livrar-se de uma visão objetivista rígida, simbolizada na etnologia pelo estruturalismo de Lévi Strauss e superar as correntes subjetivistas, representadas nos anos 1970 pela fenomenologia sartreana. Nesse sentido, abriu algumas veredas conceituais importantes, que permitiram observar com mais nitidez o mundo da superestrutura que se desenvolveu a partir do florescimento das sociedades de serviços e das “indústrias culturais” hoje tão dominantes, tanto econômica quanto simbolicamente.

Esse esforço conceitual se operou a partir de uma vasta pesquisa realizada pelo autor sobre os processos de diferenciação social, publicada na França em 1979, numa obra intitulada *La distinction* (BOURDIEU, 1979). O subtítulo, *crítica social do julgamento*, clareava seu objetivo: construir, numa perspectiva neokantiana, uma teoria sociológica das categorias que organizam a percepção do mundo social. Um ano mais tarde, uma obra complementar *Le sens pratique* apresenta dois textos fundamentais para esse projeto: “Por uma ciência das obras” e seu Apêndice “A ilusão biográfica”. A partir de sua discussão, tentarei debater o alcance e os prováveis limites do mapeamento que a teoria de Bourdieu (1996) permite fazer das relações entre escritores com a política e o poder.

Buscarei entender, com a ajuda do citado autor, a estrutura das nascentes “indústrias da cultura” (o jornalismo, o livro, e o teatro), áreas onde Alencar teve presença marcante, a lógica de seu funcionamento e de suas transformações a partir do aparecimento e, em alguns casos, da ausência de seus públicos. Pretendo também decifrar a trajetória deste “pai fundador”, José de Alencar, nas posições ocupadas em estados sucessivos de desenvolvimento daquelas indústrias.

Uma terceira obra de Bourdieu, *As regras da arte* (1996), com o subtítulo “Gênese e estrutura do campo literário”, vai permitir completar a visão de sua teoria geral dos campos, e mais ainda, vai possibilitar a realização de um breve estudo comparativo entre os estágios da “indústria editorial” da França, na segunda metade

do século XIX, e do Brasil, na mesma época, levando em conta a estruturação dos campos literários dos dois países.

Começarei pondo em relevo o país da segunda metade do século XIX para, em seguida, guiado pela mão do próprio Alencar na sua autobiografia intelectual, entrar nos meandros micro e macro do campo literário.

A família Alencar e a trajetória de José de Alencar no espaço social: posições, colocações e deslocamentos

Durante a fase de formação de Alencar (1844-1850), de seu ingresso numa escola de instrução até à conclusão do curso de Direito, em São Paulo, o Império viveu o que Capistrano de Abreu(1963) chamou de “consolidação”. A fase adulta de Alencar (1851-1877), do seu primeiro emprego até a sua morte, se daria durante o que Abreu chamou de “apogeu do Império”. Na primeira fase, o grande protagonista, tanto em termos locais (Ceará), quanto no cenário nacional, foi o Senador José Martiniano de Alencar. Dele, José de Alencar herdou o nome, o que não é pouco: para Bourdieu trata-se de um “designador rígido”, uma vez que

[...] a forma da imposição arbitrária feita pelos ritos institucionais, a nomeação e a classificação, introduzem divisões nítidas, absolutas, indiferenciadas, nas particularidades circunstanciais e nos acidentes individuais, no fluxo e na fluidez das relações biológicas e sociais (BOURDIEU, 1996. p. 79).

Do pai recebeu também capital político que lhe abriu as portas para sua carreira tumultuada. E, finalmente, o Senador Alencar proporcionou ao filho um grande capital social, já que Alencar foi educado nas conceituadas escolas superiores de Direito do país (as duas únicas existentes, Olinda e São Paulo), convivendo desde muito cedo com a reduzida e privilegiada elite política, econômica e cultural do Império. De forma que a dialética entre pai e filho, mais que um mero registro biográfico, tem profunda significação para a análise aqui apresentada. Além de tudo o que a origem de elite lhe propiciou, a filiação revela duas séries de determinações, uma positiva e uma negativa. A primeira decorre do fato de ser primogênito e carregar o nome do pai, o chamado “padre rebelde” que se dedicou a

lutar contra a dominação portuguesa e teve a astúcia de criar o Clube da Maioridade, que permitiu a D. Pedro II assumir o trono antecipadamente, garantindo a Alencar triunfos definitivos na carreira intelectual.

Por outro lado, como será visto, o casamento do Senador e padre Alencar com uma prima – a mãe de Alencar - conferiu a este um estigma que o transformou em uma pessoa de temperamento arredo, difícil. Tais características associadas ao físico mirrado e doentio, valeram-lhe remoques para o resto da vida, como o apelido, que lhe foi dado pela imprensa e por adversários, de “fanadinho”.

Não por acaso, no romance *Ex-Homem*, que deixou inacabado Alencar defende a abolição do celibato clerical e critica o preconceito da época.

A história da família Alencar, embora faça parte de uma historiografia eminentemente regional, tem implicações capazes de iluminar aspectos importantes do Brasil Imperial. Capistrano de Abreu, em seu clássico *Caminhos antigos e o povoamento do Brasil* (1963), mostrou que o sertão nordestino foi desbravado no ciclo do pastoreio a partir de duas entradas: a do sertão de dentro, dominada pelos baianos, e a do sertão de fora, operada pelos pernambucanos.

Nessa caminhada, dois tipos diversos de colonização geraram duas maneiras de se radicar no Ceará. Os do sertão de dentro, formada por elementos vindos da Casa da Torre, da Bahia, que passaram a explorar as boas terras para o açúcar, fixando-se em fazendas de base agrícola. Curiosamente, esta elite passou a enviar alguns de seus filhos para seguirem uma formação superior em Olinda, de onde voltavam com afinidades familiares e pensamentos nascidos da divulgação das ideias iluministas, capitaneadas por Rodrigo de Sousa Coutinho. O pastoreio não se desenvolveu naquele vale com a mesma força do restante do território cearense. Ali prevaleceu a agricultura baseada no cultivo da cana de açúcar. Os baianos e os sergipanos, seus primeiros povoadores, buscavam jazidas de metais preciosos, e para isto, trouxeram mão-de-obra negra para exploração das minas. Tendo falhado o objetivo inicial, observaram que terra e clima eram propícios para a atividade agrícola, utilizando-se mão-de-obra escrava. Ali funcionou a Companhia do Ouro das Minas de São José dos Cariris, onde se deu a entrada dos primeiros escravos negros. A companhia foi extinta em 1758, desenvolvendo-se a seguir, o plantio da cana e estabelecendo-se o comércio com Pernambuco.

O gado foi, através destas correntes migratórias, adaptado à caatinga, em extensa área disponível. Com um pequeno capital era possível comprar algumas reses. O rebanho criado solto facilitou a adaptação do índio, que desta forma, foi integrado ao trabalho pastoril. Os homens de posse, recebendo as sesmarias por doação ou compra, tornaram-se senhores de extensas áreas as quais formariam os latifúndios, ainda hoje existentes no sertão. Muitos deles nem chegaram a tomar posse, confiando a tarefa a vaqueiros, que com o boi se afastavam da faixa costeira, embrenhado-se pelo sertão adentro.

Esses processos de colonização que se desenvolveram de formas díspares produziram elites diferenciadas e deram origem posteriormente, a interpretações também diferenciadas sobre o Ceará, representadas, no caso do sul do Estado, por Antonio Brígido e, no caso dos sertões, por Antônio Bezerra e o grupo que fundaria o Instituto Histórico e Antropológico do Ceará.

Em 1817, o Império português tinha sua corte estabelecida no Rio de Janeiro e enfrentava tensões crescentes. Do outro lado do Atlântico, havia dificuldades para conciliar os dois hemisférios. No Brasil, em março, eclodiu a Revolta de Pernambuco. Em Lisboa, uma conspiração liberal idealizada por uma sociedade secreta maçônica defendia a criação de um governo constitucional. João Brígido (2001) narra que:

Achava-se a esse tempo, fazendo o curso de Retórica no Seminário de Olinda, o subdiácono José Martiniano de Alencar [...] moço de inteligência e ardente partidista da liberdade, que já pelo seu ardor e entusiasmo e intrepidez, já pela amizade que tributava ao mestre, o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Monte Negro, membro do governo provisório, não recusaria ir ao Ceará promover a revolta. Alencar [...] pertencia a uma numerosa e muito importante família das extremas^(sic) do Ceará e Pernambuco e podia contar com a influência de sua mãe, mulher varonil e muito popular e com todo ascendente e crédito do vigário do Crato, Miguel Carlos da Silva Façanha, de quem era amado ao extremo (BRÍGIDO, 2001, P.187).

Apesar de propagarem-se pela Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, além do Cariri cearense, as discordâncias internas e o receio dos proprietários de ver abolida a escravidão enfraqueceram o movimento. Além disso, as cartas dos

insurretos, que buscavam apoio em Washington e em Londres, não tiveram resposta. Contidos pelo bloqueio marítimo, estabelecido em 15 de abril, os rebeldes não resistiram às forças enviadas por terra da Bahia, rendendo-se em 19 de maio; seguiu-se assim, uma impiedosa devassa que condenou somente no Ceará, 25 pessoas ao cárcere.

A família Alencar e outros líderes, além de terem seus bens confiscados, foram presos e enviados à cidade de Icó e dali para Fortaleza onde foram agrilhoados e torturados em pequenas celas subterrâneas do antigo Forte de Nossa Senhora da Assunção. Posteriormente, foram levados para Recife e depois para Salvador, onde esperavam para ser executados. Em 1821 a anistia os libertou; em 1824, depois da dissolução da Constituinte, por D. Pedro I, José Martiniano de Alencar vai para Recife, onde assistiu à eleição, pelo Grande Conselho de Pernambuco, do liberal Paes de Andrade.

Novamente incumbido de propagar ideias separatistas e republicanas, José Martiniano de Alencar vem para o Ceará, junto com o irmão Tristão Gonçalves²¹. Em abril, liderados por Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves, os revoltosos depuseram o governador Costa Barros. Em agosto, Tristão é escolhido presidente da província, deliberando-se pela anexação do Ceará à Confederação. Esta foi uma das últimas províncias a render-se após a traição de José Felix de Azevedo e Sá. Com a rendição, Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras acabaram executados. O Padre José Martiniano de Alencar foi preso e levado do Ceará para a Bahia.

A influente participação do Padre Alencar na revolta de 1824, no Ceará, acabou por leva-lo preso à Bahia e à Minas onde mais precisamente em Ouro Preto, o Padre escreveu uma famosa “Súplica” a D. Pedro I, pedindo a liberdade e negando que tivesse incitado à revolta. O Padre Alencar, depois chamado de Senador Alencar, para distinguir-se do filho, foi durante toda sua vida a maior liderança liberal no Ceará, tendo desde 1817, quando abandonou o Seminário de Olinda, para lutar no Crato pela revolução, até quando morreu (em 1860), participado praticamente de todas as revoltas liberais no país – encerradas com a “Praieira”. Foi duas vezes Presidente da Província do Ceará, pertencia ao grupo de

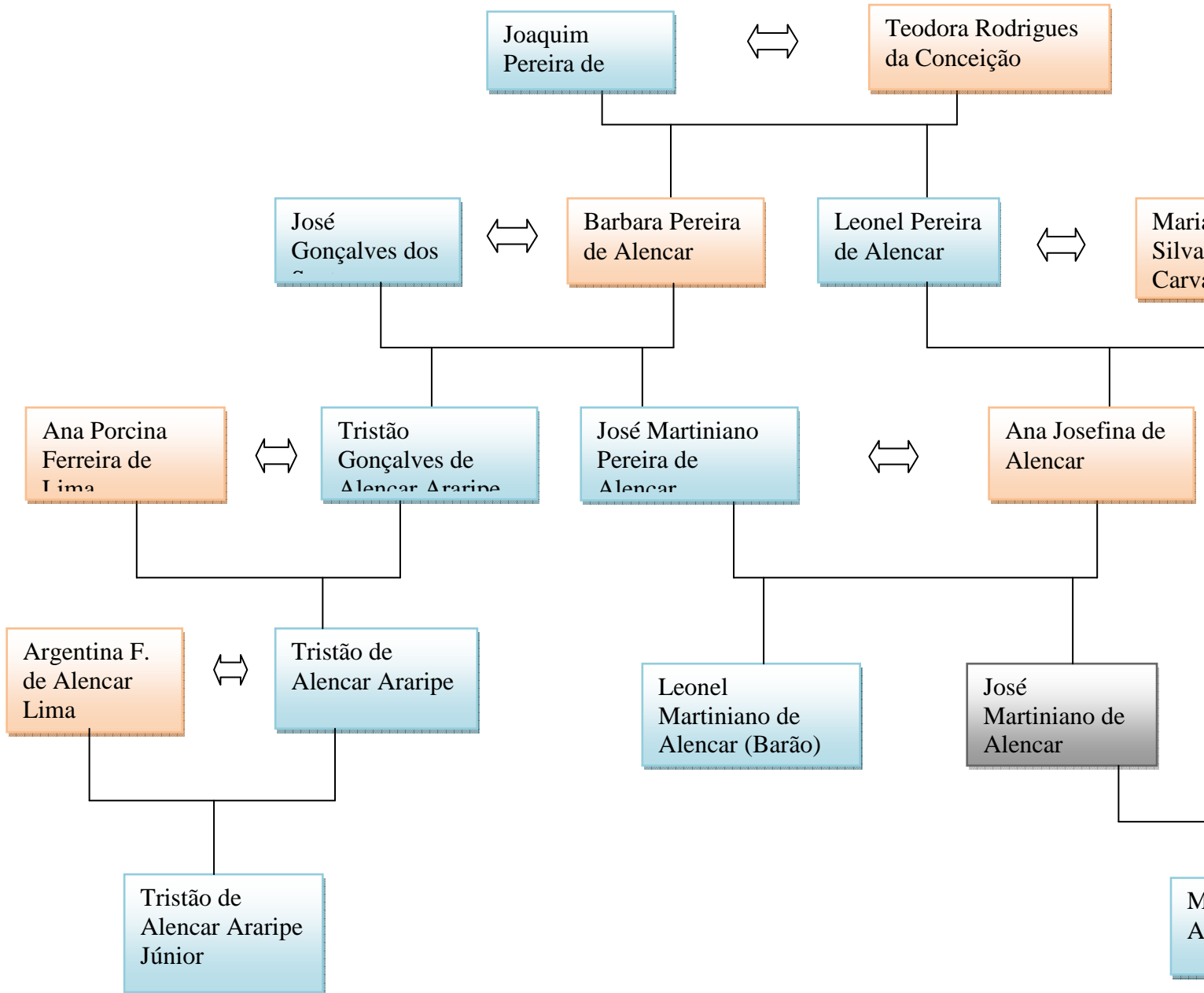
²¹ A matriarca da família era Bárbara de Alencar, mãe de Tristão Gonçalves e de José Martiniano de Alencar. Para melhor compreensão da estrutura familiar de Alencar ver o apêndice “Arvore geneológica”.

Antonio Carlos de Andrada Machado e de Feijó, que depois da decretação da Maioridade teria poder e influência. Chegou, inclusive, a ser bem votado para ser o primeiro Regente, superando em dez províncias a votação dada a figuras como os três Andradas – José Bonifácio, Antônio Carlos e Martins Francisco –, o ex-regente Nicolau Campos Vergueiro, Limpo de Abreu, Miguel Calmon, Aureliano Coutinho, Paranaguá e Honório Hermeto.

Mas a participação de sua mãe, Bárbara de Alencar na revolta de 1817, tendo sido presa e sobrevivido durante dois anos em condições humilhantes, a morte do filho, Tristão Gonçalves, nas lutas de 1824, marcaram profundamente a família Alencar. A oposição, formada pelos chamados “Caranguejos”, escreveu uma história paralela da família, que até hoje é motivo de polêmica: Bárbara seria amásia do Padre Miguel Saldanha, vigário do Crato, e Alencar e Tristão seriam filhos deste. A “Súplica” que salvou Padre Alencar teria sido uma traição ao irmão morto em circunstâncias heróicas: o almirante Cochrane ofereceu anistia aos rebeldes, citando especialmente Tristão. Ele recusou. E aos oficiais que o aconselhavam a fugir respondeu: “Jamais deixá-los-ei. Correrei todos os riscos até a morte.” Finalmente, a oposição insistia na tese de que o Padre José Martiniano de Alencar não tinha compromissos com os liberais cearenses que foram traídos seguidamente nas escolhas para o senado em favor de articulações nacionais.

Interessa-me mostrar sucintamente, no caso de Alencar, como o pai deslizou na superfície social, marcando presença em pontos constantes que lhe conferiram poder e visibilidade na elite imperial. O filho, ao se colocar em campo oposto, no partido conservador, optou por uma desvinculação do espaço do pai, como será visto mais adiante, sem prejuízo de herdar todo seu capital social. A análise deste deslocamento, sua assunção no campo político, após a morte do pai, e sua clara tentativa de se manter autônomo em relação a este campo, valendo-se do capital simbólico adquirido no campo literário, são temas que só podem ser decifrados configurando-se o conjunto de posições simultaneamente ocupadas, que permitem enxergar o conjunto das possibilidades possíveis e os atributos e atribuições de nosso agente, dado os diferentes capitais que estavam no jogo.

FAMÍLIA ALENCAR ARARIPE



O Segundo Império: um mecenato tropical

O Império que se instalou no trópico, tendo como soberano um menino de pouco menos de 15 anos, tinha características originais, que diversos estudiosos já explicitaram. A principal delas era um projeto de Estado visando constituir uma nacionalidade emergente a partir do estado monárquico, portador e impulsionador do projeto civilizatório, e a natureza, como base territorial e material deste Estado.

D. Pedro II foi um menino taciturno, perdeu a mãe com pouco mais de 12 meses, e o pai partiu quando ele tinha 9 anos. José Bonifácio, que foi seu primeiro tutor, educou-o como um ser que pertencia inteiramente ao Estado; o Menino Imperial era a representação da própria nação. Auguste de Saint-Hilaire (*apud* SCHWARCZ, 1998, p. 79) enxergou esta circunstância, dizendo: “Este menino é o único entre os brasileiros que liga o presente ao passado e, *pertencendo inteiramente à sua Pátria*, poderá, contudo formar um laço feliz entre ela e o velho Mundo”.

Em dezembro de 1834, quando o menino tinha 12 anos, José Bonifácio foi destituído de seus direitos de tutor. Começava o reinado do novo tutor, o Visconde de Itanhaém. Em torno deste, mestres e professores como Padre Renato Pedro Boiret (Abbé Boiret) foi o professor das primeiras letras que o alfabetizou em francês. O Dr. Roque Schuch, futuro Barão de Capanema, ensinou-lhe alemão, italiano e história universal, e Nataliel Lucas foi seu professor de inglês. Aos 11 anos, o menino já falava corretamente francês; o Marquês de Sapucaí (professor de latim, literatura e ciências positivas), o Barão de Taunay (professor de geometria, história, grego e botânica), conhecia mapas, estudava inglês e história com afinco. Aos 12 anos começa a estudar latim.

O resultado desta solidão com horas e horas de estudo foi um garoto recatado, tímido, que o Conde Suzanet (*apud* SCHWARCZ, 1998, p. 72) definiu assim: “[...] parecia de saúde pouco robusta [...] uma verdadeira planta de biblioteca, um autêntico roedor de livros”. Tudo empurrava o futuro Imperador para o chamado “temperamento linfático”, como caracterizou a imprensa da época.

Foi o astuto Senador José Martiniano de Alencar quem criou, em 1840, o chamado “Clube da Maioridade”. A ideia era antecipar a ascensão ao trono de D.

Pedro II prevista pela Constituição para 1843. Depois de uma tentativa frustrada, o Menino se torna Imperador pouco antes de completar 15 anos.

Num primeiro período, que vai de 1841 a 1864 – ano do início da Guerra do Paraguai – o Império enfrentou, com a ajuda do então Barão de Caxias, as rebeliões regenciais da Bahia, Pará e Maranhão. Ainda restava a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul, mas a fase mais conturbada da consolidação do Império parecia ter ficado para trás.

A partir de 1850, quando ocorreu a efetiva proibição do tráfico negreiro, até a Guerra do Paraguai (1865 a 1868), a disponibilidade de grandes capitais até então empregados na importação dos escravos marca, além da alta do café nos mercados externos, com investimentos volumosos nas áreas financeira e industrial e a construção de estradas de ferro. O maior impacto destas mudanças se dava sobre o Rio de Janeiro. A cidade passa por uma grande transformação tendo como modelo a Paris neoclássica. O calçamento com paralelepípedo (1853), a iluminação a gás (1854), a implementação de rede de esgoto (1862), o abastecimento domiciliar de água (1874) e os bondes puxados a burro (1859) davam novas feições à corte.

As livrarias Garnier e Irmãos Laemmert vendiam tudo importado de Paris, inclusive livros de autores brasileiros impressos por lá. A rua do Ouvidor dava forma a esta sociabilidade urbana que se realizava nos cafés (Alcazar, Belle Helène, Café de La Paix) e nas confeitarias (a mais famosa era a Carceler).

Horácio, um dos personagens masculinos de José de Alencar em *A Pata da Gazela*, era o típico rei dos salões desses dias: “Um dos príncipes da moda, um dos leões da Rua do Ouvidor [...] o Átila dos Cassinos, o Genserico da Rua do Ouvidor.” (ALENCAR, 1959). Para se mostrar pertencendo à elite do Império era fundamental participar desse novo jogo de encenação. E embora Alencar, na ficção, veja-o com certo ressentimento, achando-o frívolo e fútil, como cronista mundano de *Ao correr da pena* iria se divertir com as novidades.

Nessa nova capital remoçada pelo dinheiro e pelas novidades importadas, a corte passa a ser “[...] um pólo centralizador e difusor de hábitos, costumes e até linguagem para todo o país, além de se transformar no cenário principal em que se desenrolava a dramatização da vida social da boa sociedade.” (SCHWARCZ, 1998, p. 110).

A elite dos grandes fazendeiros de café ergueu no campo e na cidade residências suntuosas. Além disso, se cria uma febre de bailes, concertos, reuniões e festas. Mas os presidentes de província, senadores, deputados gerais pertencentes aos “Saquaremas” (conservadores), e “Luzias” (liberais) também rodopiavam nos salões de maneira a se mostrarem aptos e preparados nos melhores hábitos da civilização. “Não se faz política sem bolinhos” dizia Cotegipe (SCHWARCZ, 1998), o futuro desafeto de Alencar. Não se pode dizer que D. Pedro II participava destes eventos. Recatado, jantava cedo (às cinco), passeava nos jardins, tomava chá, e tudo se acabava às nove e meia da noite.

A elite política se revezava no poder. “Saquaremas” e “Luzias”, depois de uma troca incessante de comando, iniciada em 1836, , inauguram a “conciliação”, a partir de 1853, misturando representantes dos dois partidos. Esta união durou cinco anos e foi a partir dela que D. Pedro II assumiu definitivamente as rédeas do processo político:

É nesta época que, pela primeira vez percebe-se a atuação mais direta do monarca. Nas anotações do livro de Gonçalves Magalhães, *A Confederação dos Tamoios*, datado de 1856, e especialmente dedicado a D. Pedro II, lemos a homenagem do autor e a resposta do homenageado:

“Senhor! Não é simples motivo de participar por especiais favores devidos a V.M.I. e sim um sentimento patriótico profundo e de elevado reconhecimento pela prosperidade de nosso país, devido à soberania, amor e justiça que tão altamente brilham no Trono de Vossa Augusta Pessoa [...] Vossa Majestade que bem deseja ser amado por suas virtudes *públicas e privadas* que tanto edificam o Brasil como todo [...]. A instrução pública, a completa liberdade de imprensa, a tolerância dos cultos [...] tudo faz do Brasil uma nação e dá ao mundo um *Príncipe perfeito* [...] (grifos da autora) (SCHWARCZ, 1998. p. 123).

Como explica José Murilo de Carvalho:

[...] na ausência de uma classe burguesa poderosa capaz ela própria de regular as relações sociais por meio de mecanismo de mercado, caberia ao Estado [...] tomar a iniciativa de medidas de unificação dos mercados, de destruição de privilégios feudais, de consolidação de um comando nacional de protecionismo econômico (CARVALHO, 1980. p. 210).

Dom Pedro II anota, na página 11 do livro, as duas obras que lhe faltavam: “organizar moralmente a nacionalidade [e] formar uma elite.” (SCHWARCZ, 1998, p. 124). O monarca iria tratar dos dois projetos por meio de um modelo de ação em dois campos que ele aprendera a gostar e que passaria a dominar com todo ardor: a ciência e a cultura. Para tanto, começa a agir no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e de lá estenderá seu poder a toda ação científica e cultural do país. Em 1839, oferece uma das salas do Paço Imperial da cidade para reuniões do instituto. Em 1840, por ocasião do seu aniversário, manda cunhar uma medalha que continha na sua parte superior os dizeres “*Auspice Pedro Secundo Pacifica Scientiae Occupation*”. Em 1842, torna-se membro do Instituto Francês, e entre 1842 e 1844 institui prêmios destinados aos melhores trabalhos apresentados no IHGB.

Depois de instituir uma participação de 75% do estado nas verbas do IHGB, de dezembro de 1849 até novembro de 1889 ele participa pessoalmente de um total de 506 sessões, só se ausentando em caso de viagem. Os comentaristas e jornais da época comparavam sua assiduidade às sessões do instituto com a participação do monarca na Assembléia, onde só aparecia duas vezes por ano.

Neste contexto é que o projeto de D. Pedro II de criar uma história, uma ciência e uma cultura nacionais começa a se imbricar com a construção de um projeto romântico. O Imperador gostava muito da revista *Niterói* que um grupo de literatos brasileiros, residentes em Paris, publicara em 1832 e 1838. Considerada um marco no Romantismo brasileiro, apesar de seus dois únicos números, ela tinha como lema “Tudo pelo Brasil e para o Brasil”. E seu ideólogo Domingos José Gonçalves Magalhães ali sugeria a fonte de inspiração para este projeto: a cultura indígena.

Em torno desses ideais, formou-se um grupo do qual participava, além de Gonçalves Magalhães, Manuel Araújo Porto Alegre, Joaquim de Sousa Silva, Joaquim Manuel Macedo, Gonçalves Dias e Adolfo Varnhagen – o fundador da historiografia brasileira. Este passou a ser o grupo mais ligado ao Imperador, ao frequentar o instituto e criar a revista deste órgão. O projeto de mecenato oficial para a ciência, história e cultura brasileira passa a ter um leito para onde corre e que controla seus desvios. Schwarcz enfatiza:

O caráter oficial e respeitável do estabelecimento [o IBGE] auxiliou na aceitação do grupo e do projeto de renovação literária, sobretudo em razão da presença constante do Imperador. Este, por sua vez, embora tenha contribuído decisivamente para o fortalecimento do grupo, patrocinando as diferentes atividades, gerou um certo conformismo palaciano, tolhendo as iniciativas rebeldes ou mais alternativas. Com efeito, tomando a dianteira nesse movimento, o monarca selecionou um grupo e de forma direta afastou outros. Na verdade, é com a entrada de D. Pedro II no IHGB e seu mecenato que o romantismo brasileiro se transforma em projeto oficial, em verdadeiro nacionalismo, e como tal passa a inventariar o que deveriam ser as “originalidades locais” (SCHWARCZ, 1998, p. 135).

Foi com este trem pesado e silencioso que estava sendo colocado em movimento que José de Alencar trombou aos 26 anos. O grupo de filiação romântica, sob o discreto comando do Imperador, havia fundado a revista *Guanabara* e formatava as bases de uma literatura brasileira que desse autonomia ao nosso padrão literário. Para tanto, era fundamental a publicação de *A Confederação dos Tamoios* (1856), poema épico cuja publicação fora diretamente financiado por D. Pedro II. Seria o maior épico nacional, o mito fundante da nação brasileira: poema em dez autos, escrito em versos decassílabos, com personagens que são as figuras históricas de Braz Cubas, João Ramalho, Tibuirila, entre outros.

Na verdade, desde 30 de janeiro de 1855, numa primícia literária, como se dizia então, Gonçalves Magalhães visita o monarca e lê, durante sete horas a sua obra. D. Pedro não esconde o seu entusiasmo e resolve imediatamente mandar imprimir o poema, em edição imperial, na tipográfica de Paula Brito, recomendando-lhe “[...] a mais rica e luxuosa encadernação possível.” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1977, p. 63).

Alencar, um nome então praticamente desconhecido na literatura, investe contra o poema numa crítica implacável. Sob o pseudônimo de *Ig.* (tirado das primeiras letras do nome Iguassu, a heroína do poema) escreve oito cartas publicadas em sua coluna no *Diário do Rio*.

O ataque de Alencar causa grande pasmo no meio palaciano, conforme Raimundo Magalhães Júnior (1977). D. Pedro organiza então a defesa. Manuel José de Araújo Porto-Alegre, sob o pseudônimo de *O Amigo do Poeta*, inicia o elogio à

obra de Magalhães. A entrada em cena de Porto-Alegre faz Alencar voltar à carga com duas cartas. Entra em cena um terceiro personagem, o próprio Imperador entra na defesa do protegido sob o disfarce de *Outro Amigo do Poeta*. Os artigos do Imperador são em número de quatro e fazem parte de um plano: em carta ao Visconde Sapucaí, referindo-se às belezas do livro, informa: “[...] o plano de defesa do poema deve ser outro conforme verá da minha pequena resposta, que espero será publicada amanhã” (apud MAGALHÃES JÚNIOR, 1977, p. 106).

A polêmica se arrasta por seis artigos, de um lado e do outro. D. Pedro II monta então a estratégia de introduzir no debate um elemento de indiscutível poder simbólico: escreve a Alexandre Herculano uma carta pedindo sua opinião, e aguarda resposta, na expectativa de que seja favorável ao poema. Mas é surpreendido pela carta de Herculano, que classifica de inoportuno o gênero escolhido pelo poeta considerando superada a epopéia. D. Pedro volta à carga, desta vez pedindo a opinião de Gonçalves Dias, amigo comum, então em Portugal. O parecer de Gonçalves Dias é também desfavorável, e pior, o poeta maranhense narra um episódio acontecido entre ele e Herculano:

Havendo Herculano folheado, ao acaso, o volume de “Confederação dos Tamoios”, numa roda de confrades, na presença de Gonçalves Dias, se volta, logo em seguida, com vivacidade, e lhe pede: “Mate-me este homem. Matem-me.” Esta franqueza rude e brusca, destruiu toda a ressalva com que Herculano procurará atenuar a opinião desfavorável na missiva do Imperador (apud Magalhães Júnior, 1977, p. 108).

O desespero do Monarca e a gravidade da ferida aberta mostram como Alencar, mais do que afrontar o mecenato do Imperador, atingiu a própria concepção do projeto Imperial, fazendo naufragar uma peça que D. Pedro II creditava ser a base do nacionalismo literário, além de servi-lhe como de base de ação política. O mais curioso é que Alencar, como mostrariam vários documentos posteriores, só fizera se vingar daquele que se antecipará a ele neste projeto. *O Guarani* e depois *Iracema* seriam duas obras que pretendiam cumprir a mesma tarefa, tendo como objetivo marcar um projeto literário de nação.

A reconstrução desse episódio é mais do que a narrativa de um momento de choque entre um literato na busca inconsciente por uma autonomia; ela nos remete

à análise sociológica do mundo social no qual aconteceu. Havia uma tentativa desesperada por parte de Alencar de se constituir ele mesmo no pai fundador do projeto literário da nação. O mesmo acontecia com o Imperador, que por meio de outra pena, visava chegar ao mesmo objetivo. Mas, ao contrário do que o gênero biográfico costuma impor, somente uma análise da gênese do campo literário no qual tenta se erguer o projeto dos dois é capaz de desvendar os limites da não superação por Alencar dessa “porta na cara” que o Imperador lhe daria ao impedi-lo de conquistar um cargo vitalício. Esse mundo à parte, sujeito às suas próprias leis, que Alencar sonhou para si, jamais lhe seria concedido no seu trajeto político por aquele a quem Alencar impedira também de ter um papel fundador no campo literário: o próprio Imperador.

Foi sem dúvida este o princípio de uma terrível tensão que Alencar viveu a vida toda. Enquanto o novo princípio de legitimidade, a constituição de um sistema de consagração autônomo em relação à política, não era reconhecido publicamente; enquanto o sistema literário, ou campo literário, não se impõe sem subordinação ao campo político; o artista estará condenado a uma extraordinária incerteza.

Um literato da elite imperial e o restrito mercado de bens simbólicos

Como toda a elite Imperial, José de Alencar, filho de um dos principais ideólogos do liberalismo no país, pertencia à camada superior da burguesia e, como todos eles, esforçava-se para penetrar nos privilégios da aristocracia.

Estes segmentos em todas as principais capitais do mundo eram os que se preocupavam ansiosamente em cuidar de seu *status* social, a camada superior da burguesia, além de sua correspondente mais baixa, a dos pequeno-burgueses empobrecidos e receosos de serem atirados à massa plebéia (GAY, 2002).

Em todo o mundo, a ascensão da burguesia criava expectativa de riqueza, prestígio, fama ou ascensão social para seus membros, mas ela tinha formação e

comportamento diferente em diversos países. Ao tornar-se independente, o Brasil, como mostrou o já clássico estudo de José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem* (1980), formou uma elite ideologicamente homogênea devido à formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias. Carvalho mostra que esta homogeneidade prosseguiu até o final do século XIX:

Essa elite se reproduziu em condições muito semelhantes após a Independência, ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de Direito, ao fazê-los passar pela magistratura, ao fazê-los circular por vários cargos políticos e por várias províncias (CARVALHO, 1980. p. 39).

Ao estudar a biografia de 60 intelectuais brasileiros que tiveram sua atuação entre 1870 e 1930, o baiano Machado Neto (1973, p. 29) define uma hipótese geral: “Como regra geral não desmentida em um só caso, não se viveu da literatura (ou outra atividade cultural assemelhada) salvo exceção por algum período da vida e, assim mesmo, acumulando com o jornalismo.” Os chamados polígrafos fugiam das dificuldades de um sistema cultural pobre, uma massa de leitores reduzida e uma remuneração intelectual pálida. “Qual é o homem de letras que, entre nós, vive exclusivamente de pena? Qual é ele?”; “Nenhum...” – dizia Coelho Neto (apud MACHADO NETO, 1973, p. 77). E Guimarães Passos (MACHADO NETO, 1973 p. 77) esbravejava: “Desgraçado destino o dos poetas, numa terra de analfabetos! Nem ao menos podem deixar um bocado de pão para os filhos”.

Como Alencar, Coelho Neto foi escritor, jornalista, professor, deputado e eventualmente secretário do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Depoimentos sobre ele mostram que viveu num regime de trabalho exaustivo que um dia confessou a João do Rio (MACHADO NETO, 1973, p. 79): “Preciso de relativo conforto, preciso rodear meus filhos de bem estar. Trabalho! Creio que só a tenacidade e o querer tem obstado a minha morte. Hei de ir até o fim com o prazer de ter pago sempre as minhas dívidas”. Segundo depoimento de seu filho, “[...] o regime de trabalho era de três jornadas, trabalhava de 8 às 12, das 14 às 18 horas, reiniciando às 20 para terminar às 22 horas, num regime de dez horas diárias de

produção, chegando a doze horas e às vezes mais, em dias de muito aperto.” (apud MACHADO NETO, 1973, p. 29).

Alencar não ficou distante deste ritmo. Quando assume o Diário do Rio de Janeiro, como gerente, aos 26 anos, diversos depoimentos mostram um trabalhador infatigável, coisa que ele se orgulhava: “Eu sou daqueles que não se podem entregar por metade a uma cousa”. Escrevia, revisava, negociava comercialmente, fazia folhetins *Cinco Minutos*, *A Viuvinha* e *O Guarani* foram feitos nesta época do “Diário do Rio” para melhorar as vendas. Chegou a mudar-se da chácara dos pais, de Maruí, para uma pequena casa no Centro, Rua da Constituição, “[...] onde uma velha caseira cuidava da habitação, praticamente um pouso para dormir e trabalhar algumas horas.” (VIANA FILHO, 1979, p. 68). Sempre manteve uma vida metódica, que oscilava da política para o jornalismo, advocacia e letras.

Qual a contribuição econômica da literatura para sua vida financeira? Além do prestígio social de ser chamado “patriarca da literatura nacional” conquistou uma estabilidade burguesa? Estas perguntas, tratadas nas principais biografias de Alencar com desdém característico, podem ser respondidas.

Inicialmente, é bom analisar o incipiente mercado editorial brasileiro²². Até 1860, a maioria dos escritores pagava a edição do seu bolso, contratando os serviços de tipografia ou entregando a obra a um editor. Algumas obras de Alencar ainda foram editadas por sua conta e interesse: *Lucíola* e *Iracema*, mesmo depois do estrondoso sucesso dos folhetins, saíram assim. Até que no final dos anos 1860, Baptiste Louis Garnier abre seu estabelecimento, na rua do Ouvidor número 69, onde permaneceu até um ano, depois da morte de Alencar (1878). Como a maioria dos livreiros de então, ele negociava artigos de papelaria e artigos importados, desde guarda-chuvas e bengalas até pílulas, unguentos e charutos. Ao invés de confiar seus trabalhos à Impressão Régia, que custava “o olho da cara”, Garnier começou a confiar a maioria delas a gráficas de Paris, particularmente depois da introdução dos navios a vapor nas rotas do Atlântico Sul, em fevereiro de 1851, que significou uma razoável margem de segurança quanto a prazos de entrega. Havia um apelo esnobe pela preferência, pois tudo o que era francês tinha uma aura de mais atrativo: nos anúncios das revistas havia a expressão “nitidamente impressa e

²² As principais fontes aqui apresentadas sobre o mercado editorial brasileiro são HALEWELL (1985) e MACHADO (2001).

suntuosamente encadernada em Paris”. Mas a razão básica era de natureza econômica, uma vez que mesmo arcando com o custo de frete transatlântico, o produto europeu era mais barato e de melhor qualidade, tanto técnica quanto esteticamente, do que o feito no Rio.

Embora tenha adquirido a reputação póstuma de avarento, o chamado “Bom Ladrão Garnier”, um homem descrito por todos como nada simpático, baixo, gordo, míope de fala lenta, enorme cabeça redonda, foi o editor que primeiro encetou bons negócios com autores brasileiros, principalmente Alencar. Os livros se vendiam a 2\$000 a 2\$500 para tiragens praticamente fixas, de mil exemplares²³. Mesmo criticado, Garnier é defendido por um dos principais especialistas brasileiros de História do livro, Laurence Hallewell:

[...] mesmo que Garnier tenha sido tão miserável quanto Senna e outros insistem, permanece o fato de que ele apagava direitos autorais regularmente, não apenas aos tradutores, mas também aos autores brasileiros, e se podia agir assim por frio cálculo comercial mais do que por idealismo patriótico, então ele estava fazendo mais do que qualquer outro para alicerçar solidamente a literatura na sua pátria de adoção. Transferir, um autor, o trabalho completo e o risco financeiro de publicar seu livro a um editor e ser pago por isso já era possível, há muitos anos na Inglaterra e na França; no Novo Mundo, isso era uma novidade – o que explica a suspeita com que seus métodos eram freqüentemente encarados (HALLEWELL, 1985, p. 138).

As tiragens de mil exemplares eram aparentemente pequenas, mas, de fato, eram maiores do que as de outras nações latino-americanas. Hallewell (1985) narra que as edições mexicanas da época raramente ultrapassavam 500 exemplares e no Chile não passavam de 200 exemplares. E complementa: 1.000 exemplares eram, para muitos tipos de livros, uma grande edição, mesmo para os padrões europeus da época. Inclusive em Paris, ainda há relativamente pouco tempo, edições de 500 exemplares eram normais para os melhores romancistas.

E quanto ficava com os autores?

²³ Do período colonial até 1834, a moeda do Brasil era o real (plural: réis). De 1834 a 1942, a unidade monetária passou a se mil réis; um conto de réis equivalia a milhão de réis.

Ao descrever os contratos de Machado de Assis, ainda em 1864, ele cita *Chrysalidas* que vendeu 800 exemplares em um ano. Todos os trabalhos posteriores de Machado de Assis tiveram edições de mil ou mais exemplares.

Os acordos financeiros, bastante justos no início (\$150 por exemplares de *Chrysalidas*, com 178 páginas, mais 43 exemplares grátis), tornaram-se indiscutivelmente generosos quando ficou patente que as vendas eram certas: para *Helena*, um romance de 3430 páginas, publicado em outubro de 1876, por 2\$00, Machado de Assis recebeu 600\$000. Como ele conservou os direitos autorais, este foi um pagamento magnânimo seja qual for o padrão que se utilize para julgá-lo, embora, é claro, ninguém possa esperar ficar rico com o recebimento de direitos autorais sobre apenas algumas centenas de exemplares (HALEWELL, 1985, p. 78).

Quincas Borba, publicado já em 1891, foi contratado nas mesmas condições.

Quanto a Alencar, era sem dúvida um grande vendedor para os padrões da época. Seu primeiro lançamento, *Lucíola*, foi o grande “*best-seller*” no início da década de 1860: a tiragem de mil exemplares esgotou-se em um ano. Dois anos depois, Alencar, já sob o comando de Garnier, volta a acertar e as duas edições posteriores tiveram um preço de 250\$000 cada.

É importante observar que nenhuma dessas obras de sucesso foi antes editada em folhetim. Como o público interessado (basicamente estudantes e mulheres) fosse bastante reduzido, o sucesso de um grande romance, quando publicado na grande imprensa, esgotava-se ali. *O Guarani*, por exemplo, de estrondoso sucesso como folhetim lançado logo após a publicação no *Diário do Rio de Janeiro*, vendeu pouco. Logo depois do lançamento, teve todo o encalhe adquirido pelo livreiro Brandão a 2\$00 cada exemplar, ou seja: pela metade do seu preço de venda.

Os contratos firmados por Alencar com Garnier, a partir de agosto de 1863, garantiam ao escritor cearense cerca de 10% do preço de capa, pagos antecipadamente, uma prática considerada avançada para a época, mesmo para os padrões internacionais. Conforme Ubiratan Machado (2001), a princípio, ajustaram a segunda e terceira edição de *O Guarani*, pelas quais pagou o editor 750\$000. Um mês depois assinaram contrato para reeditar várias obras esgotadas de Alencar: As

asas de um anjo; O crédito; O demônio familiar; A mãe; O Rio de Janeiro; Verso e reverso; A viúvinha e Cinco Minutos em um único volume; *Lucíola*. Por elas, o autor recebeu 850\$000.

Antes do fim do ano, Alencar concluiu um novo perfil de mulher, *Diva*, do qual Garnier contratou logo duas edições, cada um a 250\$000. Em pouco mais de quatro meses, o escritor recebeu 2.100\$000 de direitos autorais.

E o que representavam estes valores a época?

Começamos analisando o preço dos livros, que ia de 1\$ a 4\$. E o que essas quantias representavam no orçamento de uma família carioca? Ubiratan Machado responde:

Um sapato de verniz para homem ficava entre 3\$200 e 3\$500, sendo o par de mais vendido a 1\$800. Uma costureira cobrava 5\$ pela confecção de um vestido. O Colégio Vitório, melhor estabelecimento de ensino particular da Corte, cobrava mensalidade de 18\$ por aluno do primário, em regime de meia pensão, e 30\$ com diária completa. Enquanto isso, o salário de um funcionário público com alguma qualificação era de 800\$ anuais, mais 400\$ de gratificação. Ou seja, 100\$, o suficiente para não morrer de fome. Foi com este ordenado que Manuel Antônio de Almeida assumiu o cargo de administrador da Tipografia Nacional, em 1858. Com este desnível entre preços e salários, não era de se estranhar a difícil venda do livro (MACHADO, 2001, p. 73).

E o que se fazia com 2.000\$000 em 1863. Machado (2001) responde em nota de rodapé:

Naquele ano, podia-se comprar uma casa modesta, com dois quartos e quintal, no Rio. E até mesmo uma chácara com mais de 100 mil metros quadrados. Chácara com duas frentes e água abundante, em Cascadura, com 140 mil m², plantada com cerca de mil pés de laranjeiras, limoeiros, pessegueiros, cajueiros, figueiras e alguns pés de café, era anunciada “por menos de 2.000\$ (Jornal do Comércio, 3 de janeiro de 1863). Um sobrado numa área nobre da cidade valia aproximadamente 8.000 \$” (MACHADO, 2001. p. 73).

Em 1875, dois anos antes de sua morte, antes de embarcar para Europa, Alencar assinou um novo contrato com Garnier, que se comprometeu a pagar-lhe 800 mil-réis por edição de volume de 200 páginas, não devendo exceder seis romances por ano. Imediatamente vigente para o Brasil, e podendo ser rescindido mediante aviso prévio de seis meses por qualquer das partes, o contrato, entretanto, estipulava que no momento em que Alencar viajasse para Europa, Garnier se obrigava a mantê-lo durante quatro anos, contados do dia do embarque. Em seguida Alencar recebeu dois contos e quatrocentos pelos direitos autorais de *Ubirajara* e *Senhora*, sendo obrigado ainda a vender um terreno que possuía na praia da Saudade, em Botafogo, para ajudar nos custos da sua viagem.

As viagens para Europa eram longas. Por isso eram cuidadosamente programadas, exigindo recomendações aos procuradores e providências financeiras. O fato de o escritor ter resolvido colocar a leilão todos os objetos e móveis de sua residência gerou interpretações sobre dificuldades financeiras. Este anúncio foi publicado no *Jornal do Comércio*, dia 21 de dezembro de 1875:

Enéias Pontes, honrado com a confiança do Exmo. Sr. Conselheiro José Martiniano de Alencar, que se retira com sua ilustre família para a Europa, faz um importante leilão de riquíssimos e sólidos móveis, cristais, *electroplate* e magnífico piano Pleyel com capa, mocho e estrado.

Viana Filho faz esta análise do que foi vendido:

Pela extensa e completa relação dos objetos à venda é possível avaliar-se o conforto da residência, que, senão luxuosa, estava longe de ser pobre. Nela, possivelmente, mais do que o de Alencar, criado na modéstia de um lar nordestino, havia o dedo de Georgiana, bisneta do Conde de Dundonald (1691-1778). As porcelanas, os Christtoffles, os cristais, tudo dava ideia de uma boa casa burguesa. A “esplêndida mobília de mogno sólido” ocupava a sala de visitas, enquanto no amplo dormitório, os móveis Leger, estilo Luís XV, davam ideia de abundância. Bastante simples era o “gabinete de escrita”: além de uma pele de onça e um mapa, havia apenas uma cadeira de charão e duas escrivaninhas, uma de vinhático, outra “embutida para cima da mesa”. Para quem escrevera *O Guarani* “sobre uma banquinha de cedro que apenas chegava para o mister de escrita” o espaço não faria grande falta. A biblioteca, embora relativamente modesta para escritor e parlamentar de grande porte, não deixava de ter o seu Ovídio, o seu

Herculano, e numerosos volumes de direito, história, e política que indicam preferências de Alencar pela França e pela Inglaterra. Reunidos durante anos a fio, seriam agora vendidos, para Alencar poder comprar, senão um pouco de saúde, pelo menos um punhado de esperanças (VIANA FILHO, 1979, p. 270).

Para fechar os preparativos de viagem, Alencar redigiu nota para seu procurador onde deixa categórico zelo de homem orgulhoso e organizado:

Não deixo dívida de espécie alguma, portanto o Sr. Salerno não deve pagar conta alguma sem minha ordem expressa. Desde dezembro em que anunciou-se o leilão de meus trastes por causa da partida para a Europa, qualquer que se julgasse meu credor devia mandar sua carta; nenhuma me foi apresentada. O que tenho comprado é dinheiro à vista. (VIANA FILHO, 1979, p. 271).

Todos os elementos do cenário denotam uma vida burguesa regrada, sem grandes desperdícios, mas sem grandes descidas. Afinal, mesmo durante a longa viagem de oito meses, Alencar era conselheiro e deputado geral, além de ter conseguido com seu editor, como visto anteriormente, garantias financeiras que por si só lhe dariam sustentabilidade.

A principal preocupação o escritor, ao voltar destes longos meses de repouso, dá uma pista de suas reflexões no exterior e das suas permanentes preocupações políticas. Ao reassumir o cargo de deputado, Alencar vai lutar na tribuna por um autêntico sistema representativo, que considerava fundamental para o país. Ele costumava chamar o Imperador de “o poder irresponsável” e dizia que ele havia tomado como senha para seu reinado as palavras de Pedro I na revolução de 7 de abril: “Tudo farei para o povo, mas nada pelo povo”.

A questão da submissão e insubmissão da burguesia diante dos governos da época era o centro do debate na Europa e dizia bastante deste homem que nunca havia perdoado o Imperador pela ferida aberta na sua preterição ao senado. “Concediam-lhe a glória literária, e negavam-lhe o poder político. Alencar talvez preferisse inverter as posições.” – resumiu Viana Filho (1979, p. 272).

Peter Gay (2002), no painel que faz da burguesia vitoriana no século XIX, mostra que o grau de insubmissão das classes burguesas em todo mundo variava

de acordo com a força da industrialização em cada país e com a iniciativa e inventividade da classe média frente aos poderes centrais:

Os mais ativos entre os burgueses vitorianos tinham de enfrentar arbitrariedades por parte da realeza [...] mesmo assim, a busca do poder político obcecava os ativistas da classe média em todas as sociedades ocidentais. A classe média tem que governar, afirmou em 1837 Johannes Hegetschweiler, político e médico de Zurique, resumindo laconicamente a agenda dos burgueses de toda a Europa, que sofriam por não ter influência nos assuntos públicos. (GAY, 2002, p. 34).

O autor supracitado observa que na Itália, onde a industrialização não acompanhou a de outros países europeus, os progressos mais espetaculares, como os da indústria siderúrgica, foram gerados pelo Estado e não pela iniciativa individual que estava paralisada ou “simplesmente sentada”, para usar uma expressão de GAY (2002). Dessa forma, o autor reconhece que

Cada burguesia tomou seu próprio caminho, embora a maior parte tenha também respondido aos estímulos vindos de países vizinhos: as revoluções de 1848 nasceram na França, mas as fagulhas saltaram rapidamente as fronteiras. Estas revoluções representaram essencialmente esforços das classes médias que utilizavam as classes trabalhadoras como arma e como vítima e, em geral, terminaram em fracasso. No entanto, já por volta de 1900, o controle do poder político pelas classes médias era muito mais firme do que fora apenas um século antes, embora muito longe de ser completo. (GAY, 2002 p. 35).

No contexto brasileiro, José de Alencar era, na verdade, uma aparente contradição, pois abandonando as ideias liberais de seu pai, mais ligadas ao surgimento de uma classe média e suas conquistas, apoiou durante toda a vida os senhores de terra.

Num regime pseudo parlamentar como o que havia aqui, no qual o gabinete era responsável só de forma ritual perante a legislatura e respondia de fato diante do imperador, o voto por si só pouco representava para movimentar as engrenagens do poder. É por isso que Nelson Werneck Sodré (1964) observou com argúcia que enquanto o Romantismo em suas raízes européias representava o pleno triunfo burguês, o coroamento de suas conquistas através da aliança com as classes

populares, aqui teria de condicionar-se à aliança existente entre uma fraca burguesia e a classe dos proprietários de terra. O choque de interesses que havia já entre essas duas classes não era de molde a possibilitar a aliança burguesa com o povo. O que existia era uma tácita aliança entre a burguesia e a classe territorial, copiando aquela os hábitos e costumes, traços e exteriorização desta, com a qual procurava identificar-se por todas as formas. Daí a evidente falsidade do Romantismo no Brasil e a necessidade de tomar aqui expressões inteiramente diferentes daquelas que representava na Europa, em suas fontes originais. “Não será, pois, em nosso país, a expressão burguesa por excelência, mas a expressão da classe territorial, na sua fase de urbanização, a que a burguesia se atrela, concorrendo com as suas identificações.” (SODRE, 1964, p. 201).

Por isso tínhamos dois “alencares”: um escritor, filho do combativo senador Alencar, defensor da força da representação parlamentar, o “pelo povo” do sistema representativo. Este Alencar tinha interesse no crescimento de uma classe média urbana, um novo leitor para seus livros, espectador de suas peças, consumidor da cultura urbana. O outro Alencar era o representante dos senhores de terra, que então transitavam para um quadro urbano e que vai defender os conservadores contra a abolição da escravatura e contra o destempero da burguesia financeira (vide a briga de Alencar e a saída de seu primeiro emprego no “Correio Mercantil”). Eis o Janus e sua dupla face.

Seu filho Mário de Alencar enxergou também esta duplicidade:

Em José de Alencar houve, reveladas na sua obra, duas pessoas distintas, que não se confundiam nem contrariaram, posto que contrária uma à outra. Ele foi paralelamente um poeta de idealizações extremas, e um homem prático e positivo: o primeiro dominado pela imaginação, pelo sentimento e pela fantasia, o segundo pela razão, pela realidade e pela prudência; no primeiro criou-se espontaneamente, sem propósito; a do segundo foi produto da vontade; unia-os um traço comum: a índole, a alma brasileira (ALENCAR, 1960, p. 12).

O deciframento destes dois alencares, na ubiquidade social perseguida pelo escritor, e explicitada por seu filho, parece uma boa pista para entendermos o Brasil do século XIX e a formação da primeira geração de “pais fundadores” da nossa literatura. O idealismo romântico que via o mundo social de um ponto de vista tão

distanciado não estava longe do político conservador que considerava o cativo como um fato social que só poderia ser abolido com a evolução da sociedade e da economia brasileira.

Como será visto mais adiante, as duas cabeças de Janus tinham uma base comum.

Assim, o personagem ambíguo que aparece nas biografias, com uma vida meio absurda, digna de história de cordel, obedece na verdade a uma fórmula geradora que está na base de sua própria criação romanesca: a criação de um país onde a vida social seria idílica, uma utopia regressiva, vivida num espaço social rural bastante estimulante para o estilo Saquarema.

Na verdade, não se pode compreender as trajetórias dos literatos e artistas brasileiros na segunda metade do século XIX, sem que se tenha ideia do que representou o processo de dominação do campo político exercido por D. Pedro II diretamente. Com um modelo de mecenato que à época se chamava, ironicamente, de “pensionato”, a relação entre literatos e artistas, e o poder monárquico se firma como uma verdadeira subordinação estrutural que se impõe por meio de facilidades para publicação, e até apoio crítico do Imperador e seu grupo, o que contribuiria para o sucesso do projeto literário. Na ausência de instâncias específicas de consagração, na ausência de um campo acadêmico, a ainda débil e inexistente crítica literária, as instâncias políticas e os membros do grupo ligado ao Imperador exercem um domínio direto sobre o campo literário e artístico. Um sistema de proveitos materiais e simbólicos é montado lentamente capaz de distribuir títulos honoríficos, lisonjas jornalísticas, cargos e postos remunerados entre outros.

Esta imbricação complexa expõe-se a olho nu no momento em que José de Alencar investe contra o protegido do Imperador na polêmica da “Confederação dos Tamoios”. Como foi visto, o Imperador, depois de articular defesas para o trabalho do seu *protege*, passa ele mesmo a escrever sob pseudônimo e pedir pareceres de literatos portugueses famosos, como Alexandre Herculando, visando criar uma estratégia de consagração que visava superar a inesperada e insubordinada crítica. O rompimento deste pacto de subordinação por parte de Alencar, que o fará entrar em grande estilo na cena literária, lhe custaria uma antipatia fatal para seu projeto político futuro.

Para entender o choque de Alencar com o Imperador em termos sociológicos e não meramente personalísticos, mesmo porque quando ele era meramente pessoal o Imperador sabia muito bem perdoar – como foi o caso dos virulentos ataques de Sales Torres-Homem e das recusas a senatoria de Teófilo Otoni – é preciso investigar mais detalhadamente esta subordinação estrutural do campo literário diante do campo político.

QUADRO CRONOLOGICO DE VIDA, OBRA E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS POLITICOS E ARTISTICOS.

- 1800** - Schelling:Sist. do Idealismo transcendental. Novalis:Hinos à noite
- 1802** - Chateaubriand: *Gênio Du Christianisme* (contendo Renê)
- 1804** - Império napoleônico
- 1805** - Obra madura de Beethoven. Aparecimento do melodrama.Goethe:Fausto I
- 1807** - Hegel: *Fenomenologia do Espírito*
- 1808** - Hipólito J. da Costa: Correio Brasiliense
- 1819** - Schopenhauer: *O Mundo como vontade e representação*
- 1820** - Lamartine: *Méditations Poétiques*
- 1822** - Independência do Brasil
- 1824** - Confederação do Equador
- 1829** - Nasce Alencar em Messejana. Fortaleza. Stendhal: Le Rouge e Le Noir
- 1831** - Abdicação de D.Pedro I: Regência
- 1832** - José Martiniano de Alencar é eleito Senador. Morre Bárbara de Alencar.
- 1834** - Na regência de Feijó, o Senador José Martiniano de Alencar assume a Presidência da Província do Ceará. Balzac: Père Goriot
- 1835** - Bento Gonçalves ocupa Porto Alegre. Começa a revolução farroupilha, cenário histórico de O Gaúcho
- 1837** - O Senador José Martiniano de Alencar deixa o governo do Ceará
- 1838** - Em companhia do pai,José de Alencar viaja por terra do Ceará a Bahia.Alexandre Herculano: A harpa do crente
- 1840** - Maioridade de D.Pedro II para o qual contribuiu o Senador José Martiniano de Alencar. O senador José Martiniano de Alencar assume pela segunda vez o Governo do Ceará.
- 1841** - O Senador José Martiniano de Alencar deixa o Governo do Ceará
- 1842** – Nasce, em Pernambuco, Franklin Távora. Critico de Alencar
- 1843** - Morre o padre Feijó, amigo e aliado político do Senador José Martiniano de Alencar
- 1844** - José de Alencar vai a São Paulo fazer os preparatórios para a Faculdade de Direito. Dumas: Les 3 Mousquetaires
- 1845** - Fase byroniana de José de Alencar em São Paulo
- 1846** - José de Alencar matricula-se na Faculdade de Direito de São Paulo
- 1847** - Gonçalves Dias: Primeiros Cantos

- 1848** - Depois de passar dois meses no Ceará Alencar transfere-se para a Faculdade de Direito de Olinda. Em novembro tendo os primeiros sintomas da tuberculose Alencar volta para cursar direito em São Paulo
- 1850** - Alencar forma-se em direito, em São Paulo. Abolição do tráfico de escravos. Impulsos da industrialização no Brasil (Mauá)
- 1851** - Alencar entra para o escritório do Dr. Caetano Alberto, no Rio. Gonçalves Dias: Últimos Cantos
- 1852** - Segundo Império francês
- 1853** - Francisco Otaviano, seu colega de Faculdade, convida José de Alencar para colaborar no Correio Mercantil
- 1854** - Estréia de Alencar como folhetinista
- 1855** - Alencar sai do Correio Mercantil e vai para o Diário do Rio de Janeiro como redator-chefe onde publica O Guarani como folhetim
- 1856** - Domingos Gonçalves Magalhães publica Confederação dos Tamoios. Sob o pseudônimo de Ig, Alencar critica veementemente Flaubert: Mme Bovary.
- 1857** - Sai A Viuvinha como folhetim. Primeira apresentação da peça de Alencar O demônio Familiar. Baudelaire: Fleurs Du Mal
- 1859** - Alencar assume cargo de Chefe da Secretaria do Ministério da Justiça.
- 1860** - Morre o Senador José Martiniano de Alencar. Primeira edição em livro de A Viuvinha e Cinco Minutos. Primeira edição de As asas de um anjo. Conhece o sobrinho e biógrafo Araripe Jr., então com onze anos, no Ceará.
- 1861** - Eleito deputado Geral pelo Ceará estréia na tribuna parlamentar pelo partido Conservador
- 1862** - Primeiras edições de Lucíola e A Mãe. Saem os primeiros fascículos de As Minas de Prata. Vitor Hugo: Les Misérables
- 1863** - Alencar escreve *Diva*. Camilo: *Amor de perdição*
- 1864** - Casamento de Alencar com Ana Cochrane.
- 1865** - Primeira edição de *Iracema*. Inicia-se a publicação das Cartas de Erasmo, dirigidas ao Imperador
- 1866** - Sai artigo de Machado de Assis elogiando *Iracema*
- 1867** - Edição do panfleto *A Corte do leão* (obra escrita por um asno)
- 1868** - Alencar é convidado e se torna Ministro da Justiça do Gabinete Itaboraí. Castro Alves declama *O Navio Negreiro*. Alencar por carta apresenta o poeta a Machado de Assis. Publicação de *O Sistema Representativo*

- 1869** - Candidatura ao Senado contra a vontade do Imperador. Alencar é o primeiro na ordem de votação com 1.112 votos. Flaubert: *Education Sentimentale*. Inglês de Sousa: *Um casamento no Arrabalde*.
- 1870** - Alencar deixa o Ministério. Volta a Câmara fazendo dura oposição ao Imperador. Publicação de *O Gaúcho*
- 1871** - Alencar ataca viagem do Imperador a Europa. Edição do *O Tronco do Ipê, Til*
- 1872** - Sai publicado *Sonhos D'Ouro* (com prefácio *Benção Paterna*)
- 1873** - Polêmica Alencar-Nabuco
- 1874** - Sai *Ubirajara e Guerra dos Mascates*. Publicação de volume com as crônicas *Ao Correr da Pena*
- 1875** - Machado de Assis publica *Americanas*. Agravamento da tuberculose de Alencar. Publicação de *O Sertanejo e Senhora*.
- 1876** - Viagem de Alencar à Europa. Franklin Távora: *O Cabeleira*.
- 1877** - Morte de José de Alencar
- 1878** - Eça de Queiroz: *O Primo Basílio*. Machado de Assis: *Iaiá Garcia*
- 1879** - Dostoievski: *Irmãos Karamazov*
- 1881** - Machado de Assis: *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Tobias Barreto: *Estudos Alemães*. Aluísio Azevedo: *O Mulato*.

CAPÍTULO 2 – AÇÃO E DETERMINISMO ESTRUTURAL NA SOCIOLOGIA DA CULTURA

“O mais sublime seria apreender as coisas de forma que os fatos já fossem teoria.”
Goethe

Quando se trabalha com trajetórias intelectuais, biografias de artistas, ou quaisquer formulações sobre desempenho criativo, se é tentados a adotar a máxima de Goethe em epígrafe, como se ele tivesse intuído profeticamente todos os problemas. De fato, é reconhecidamente narcísico o mundo da criação artística e intelectual e não há nada que irrite mais um desses espécimes do que o conhecimento sobre as condições específicas da produção do conhecimento. É como se a esposa o retirasse do devaneio para comprar ovos na quitanda da esquina.

Talvez por isso, até bem pouco tempo atrás, a sociologia da cultura fosse uma espécie de filha enjeitada da causa sociológica. Três autores enfrentaram esta tarefa, no entanto, com fôlego, garra e estofo intelectual: Edgar Morin, Pierre Bourdieu e Norbert Elias. É deles que vou recolher os principais conceitos, para depois voltar a pensar a trajetória de José de Alencar, sua relação com a sociedade e os impactos do seu tempo e da sua rede de relações sobre sua obra e seu pensamento.

A maneira de dar conta das atividades dos intelectuais e literatos na sociologia depende estreitamente dos modelos sociológicos utilizados que são pouco uniformes na maneira de tratar autor, obra, sociedade e cultura. É bastante disforme também o tratamento que esses termos recebem em cada uma destas abordagens quanto ao tempo (sincronia e diacronia, historicidade e a-historicidade) e ao espaço (localismo, nacionalismo e universalismo).

Este capítulo não é, no entanto, um *état de lieu* da sociologia da cultura; é muito mais uma aferição do calibre e da pontaria utilizada até aqui para definirmos a questão-alvo que surge a todo o momento: é possível uma sociologia dos intelectuais que trabalhe do singular para o geral? Ou melhor, é possível partir dos dados de uma vida para o todo social? Ou para usar uma frase de Marcel Mauss (2001, p. 181): “[...] é Roma, é Atenas, é o francês médio, é o melanésio desta ou daquela ilha, e não aparece o direito de em si.”

O desafio perseguido com esta pergunta é integrar os dados de um percurso intelectual na recomposição do todo, de forma a assegurar “[...] o movimento do todo, o aspecto vivo, o instante fugidio em que a sociedade e os homens tomam consciência sentimental deles mesmos e de sua situação face a outrem.” (MAUSS, 2001, p. 180).

Bourdieu, figura dominante na sociologia dos intelectuais produzida nas duas últimas décadas, enfatizou em sua obra a necessidade de enxergarmos o todo relacional. O ataque à ilusão biográfica reiterado aqui encaminhou sua teoria para privilegiar a visão do campo simbólico visto como um conjunto de aparelhos de produção de bens culturais, que leva em consideração o papel dos agentes especializados na produção e difusão desses bens sem, no entanto, se interessar nunca pelo homem em carne e osso. Daí as críticas à sua teoria acusando-o de desencarnar (aspas) os atores:

(il) réduit toute la vie intellectuelle à une tentative par chacun de maximiser son intérêt, nom en tant qu’acteur rationnel, mais selon les lois propres à des logiques de “champ”. Il en résulte une assimilation des confrontations intelctuelles à une simple logique des situations selon des schémas déshistoriciés e désusbtantialiés. (DOSSE, 1993, p. 113).²⁴

O próprio Bourdieu, contudo, não resistiu à tentação e, temendo se transformar numa alma penada formuladora de conceitos, produziu no fim da vida sua própria sócio-análise, ressaltando à La magritte “*Ceci n’est pas une biografie*”. Referimo-nos ao livro *Esquisse pour une auto-analyse*, (em português “Esboço de uma auto-análise”, publicado em 2005). Para este “pecadinho” de fim de vida, ele usou dois argumentos, e um deles é auto-reflexivo: “Não pretendo me sacrificar ao gênero autobiográfico, sobre o qual já falei um bocado como sendo, ao mesmo tempo, convencional e ilusório. Queria apenas tentar reunir e revelar alguns elementos para uma auto-análise.” (BOURDIEU, 2005, p. 37).

Em outras palavras, “faço isto muito mais para mim mesmo do que para os outros. E para mim não estou tentando me explicar, mas me refazer”. O outro argumento é mais teórico:

²⁴ Ele reduz toda vida intelectual a uma tentativa por cada um de maximizar seu interesse, não enquanto ator racional, mas segundo as leis próprias as “lógicas de campo”. O que resulta uma assimilação das confrontações intelectuais a uma simples lógica das situações segundo esquemas a-históricos e des-subsbtancializado

Ao adotar o ponto de vista do analista, obrigo-me a reter (e permito-me fazê-lo) todos os traços pertinentes do ponto de vista da sociologia, isto é, necessários à explicação e à compreensão sociológicas, e tão somente esses traços. Mas, em vez de buscar produzir assim, como se poderia temer, um efeito de fechamento ao impor minha interpretação, tenciono desvelar tal experiência enunciada do modo mais honesto possível, ao confronto crítico, como se fosse qualquer outro objeto. Tenho perfeita consciência de que, se analisados nessa perspectiva e, como convém, segundo o “princípio de caridade”, todos os momentos de minha história, em particular os diferentes partidos assumidos em matéria de pesquisa, podem parecer algo ajustados à sua necessidade sociológica, ou melhor, justificados nesse registro, portanto, como se fossem muito mais racionais, ou, então, mais raciocinados, ou mais razoáveis do que de fato o foram, um pouco como se tivessem saído de um projeto consciente de si desde o começo. Ora, eu sei, e não farei nada para escondê-lo, que na realidade fui descobrindo aos poucos os princípios que guiavam minha prática mesmo no terreno da pesquisa. (BOURDIEU, 2005, p. 37-38).

Bourdieu já reduzira seu ardor estruturalista²⁵ também no que diz respeito a negação da pertinência na análise do conteúdo das obras, ao sucumbir a Flaubert e sua *A educação sentimental* em *As regras da arte* (1996). O argumento que utiliza é que “[...] a estrutura do espaço social no qual transcorrem as aventuras de Frédéric, é também a estrutura do espaço social na qual o próprio autor Flaubert estava situado.” (BOURDIEU, 1996, p. 17).

Mas se cometeu no seu percurso intelectual dois pecados que considerava imperdoáveis, a ilusão biográfica e a tentação da análise conteudista, foi exatamente porque ele mesmo denegou estes *aproches* sem, no entanto os abandonar de corpo e alma. Como assinala Maurício Domingues:

[...] vale igualmente argumentar que, na verdade, a teoria de Bourdieu já há muito se mostra cristalizada em uma série de conceitos e procedimentos por vezes muito pouco claros, que são aplicados, até certo ponto, como receita de bolo. Nenhum autor contemporâneo fez tanto quanto Bourdieu para evidenciar as desigualdades sociais nas sociedades contemporâneas, em esferas às quais anteriormente se atribuía reduzida importância – notadamente no que tange à cultura. Porém, seu arcabouço teórico geral é

²⁵ Vamos discutir logo mais o anti-humanismo do autor que aparece na sua dívida a Lévi-Strauss e no seu repúdio a Sartre.

problemático. De um lado, é extremamente rico e compartilha temas, interesses e soluções com outras correntes teóricas contemporâneas; de outro, precisa ainda de maior depuração, de ter suas categorias sistematicamente trabalhadas e refinadas, até porque ele próprio as propôs com certa autonomia e formalização (DOMINGUES, 2001. p. 62).

O problema central parece ser que o conceito de *habitus*, em Bourdieu, embora prometa muito como categoria, quando se trata de sua operacionalização na pesquisa oferece poucas possibilidades para se compreender a ação dos atores fora dos padrões estabelecidos. A capacidade de esses atores agirem mais por recursos e menos por constrangimentos e condicionamentos, possibilitaria uma análise mais rica.

Uma leitura atenta dos principais textos teórico-metodológicos dos quatro autores escolhidos parece mostrar algumas questões que permeiam todos eles, a saber: 1) a crítica da razão a-histórica; 2) a suposta autonomização do mundo intelectual; 3) a constituição de campos ou “indústrias”, de conhecimento e criação artística; 4) a mercantilização progressiva do mundo intelectual; 5) a educação escolar e o gosto artístico como forma de distinção social.

Estas cinco questões são estruturantes na busca da sociologia da cultura ao tentar se firmar com estatuto científico próprio.

Nesta parte da tese vamos tentar fazer uma análise crítica da sociologia da cultura a partir destes autores em três etapas principais: a) uma análise mais aprofundada dos conceitos de “habitus” e o caráter disposicional teoria das disposições na obra de Pierre Bourdieu; b) um exame sucinto de dois dos principais conceitos de Edgar Morin para operar com o mundo da criação; c) uma análise do conceito de “configuração” em Elias.

Na parte final, vamos debater a construção de um modelo de sócio-análise da vida intelectual em que o problema do subjetivismo e objetivismo, da estrutura e ação, que permeia toda a dificuldade de se sair do individual para o fato social total, seja enfrentado com uma decifração do conceito de *habitus* em Bourdieu e Norbert Elias.

Para avançar no debate, este trabalho propõe uma depuração, um refinamento dos conceitos, de modo a equilibrar a estrutura determinista, quase

homogênea que nasce da análise das posições no campo, em outras palavras, sugerir uma possibilidade de ação estruturante dos agentes sociais.

Assim, o *habitus*, de um conceito quase passivo, uma espécie de lençol de memória social, passaria, em determinados casos de ação criativa dos atores sociais a ter uma capacidade de formação e consolidação de novos campos simbólicos. Isto é a estruturação socializativa da personalidade individual não seria apenas como na perspectiva bourdieusiana *restritiva*, mas também *habilitadora*²⁶.

Com o conceito, que vamos sugerir a utilização, os chamados profetas de Weber, retirado da sua teoria da religião, pretendemos superar o determinismo cultural. No caso de uma instância simbólica em construção, o profeta seria aquele capaz de estabelecer novos estoques de símbolos capazes de legitimar e justificar a unidade do sistema de poder.

Bourdieu: a sociologia dos campos e o conceito de habitus

Bourdieu adota a epistemologia de Gaston Bachelard quanto na sua crítica à epistemologia clássica. Para Bachelard, a ciência não se constituiu como um todo de verdades positivas, desenvolvendo-se como uma soma de verdades que excluíam o falso. Ao contrário, o conhecimento se baseia na ação da razão por retificações, criando erros continuamente retificáveis.

O desenvolvimento da ciência, para ele, foge das relações temporais e dos enunciados abstratos. O espaço da produção da ciência – o campo científico – é um campo social como outro qualquer, construído por relações de força, disputas e estratégias que visam a beneficiar interesses específicos dos participantes deste campo. Para ele, o *objeto da disputa* é a posse exclusiva da autoridade científica, ou seja, de uma condição em que é reconhecida a capacidade de produzir ciência, capacidade que lhe fornece um poder social.

Sua ideia de condicionamento vai mais longe. Os julgamentos sobre a capacidade científica de qualquer pesquisador dependem, basicamente, da posição por ele ocupada nas *hierarquias constituídas* do campo científico. As práticas do campo científico estão orientadas para a *aquisição de autoridade científica*.

²⁶ Ver a respeito a sugestões de Gabriel Peter, 2009.

Na sua perspectiva, as práticas sociais se dão dentro dos campos e são definidas e estruturadas a partir de posições de poder e de troca simbólicas, que independem dos ocupantes das posições. O *campo* é o palco do sistema de relações que constitui a estrutura social.

Para ele, o empirismo e o formalismo reduzem o fato científico a uma comprovação. Quando o fato científico se conquista, constrói e comprova na luta dos *campos*.

Como observou Ferreira e Brito (s/ano),

[...] a sociologia do conhecimento (para Bourdieu) deve investigar as condições sociais do processo de construção do fato científico, que não pode ser compreendido em toda sua extensão se explicado apenas como uma aventura personalizada. É necessário localizar os produtores do campo social de onde se extraem as referências de um certo padrão de cientificidade a ser seguido (FERREIRA E BRITO, s/ano, p. 139).

Podemos perceber que, a partir de sua visão de um argumento sociológico que aponta para a natureza relacional de todo conhecimento, ele vai criticar fortemente a idéia de uma distinção entre conhecimento natural e sócio-histórico. Também para Bourdieu (1996), a objetividade do investigado não depende de sua boa vontade, de seu esforço pessoal, de desprendimento e de determinações que caracterizam a situação social dos intelectuais. Os famosos “intelectuais desenraizados” de Karl Mannheim (s/ano) que ascendiam por este esforço ao espaço do conhecimento, para Bourdieu não passariam de um grande equívoco.

A condição para uma sociologia do conhecimento, em Bourdieu (op. cit.), está muito mais relacionada à construção do *campo intelectual*, como um todo, à capacidade de objetivar o que está em jogo e às estratégias correspondentes, não tomando como objeto apenas as estratégias dos adversários, mas o jogo com todas suas lutas.

O mais perigoso, para este autor, é a facilidade de se pensar o mundo de forma substancialista e realista. Neste momento, ele se afasta fortemente das ideias fenomenológicas da epistemologia de Bachelard, que considera estes “processos abstratos e de pouca valia”.

Ao analisar o *campo intelectual*, critica também as tradicionais formas de interpretação dos fatos culturais, que priorizam a obra ou a tornam simples reflexo do ambiente social. Para ele, é necessário construir:

[...] a estrutura de relações objetivas entre as posições que os agentes ocupam no sistema social. Essas posições determinam a significação e função das práticas e das obras, e também, as posições que os agentes ocupam no campo cultural mais amplo. (BOURDIEU,1996).

Para atingir estes objetivos teóricos metodológicos Bourdieu desenvolve uma teoria social praxiológica centrada no conceito de *habitus*. Bourdieu recuperou e retrabalhou esta noção filosófica antiga originária do pensamento de Aristóteles e que havia sido utilizada de forma parcimoniosa por Durkheim, Mauss, Panofsky e Elias²⁷.

O conceito foi delineado para superar a oposição clássica do pensamento social entre subjetivismo e objetivismo. “O habitus é uma nação mediadora que ajuda a romper com a dualidade do senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo com a sociedade se torna depositada nas pessoas sob forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então os guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente (WACQUANT, 2004, p.1).

Embora seja apresentado como um sistema durável Bourdieu tomou cuidado de mostrá-lo modificável, a partir das disposições práticas de condutas e de esquemas de percepção e classificação através dos *habitus* os agentes engendram suas ações e representações de ações no mundo social. Há também a concepção de um espaço estruturado de relações objetivas de poder entre indivíduos ou grupo, situados em posições desigualmente estabelecidas de acordo com a distribuição de capital operante nas relações de força material e simbólica.

Há inúmeras ressalvas quanto a possibilidade de aplicar o conceito de *habitus* a uma multiplicidade de universos de atuação de acordo com as afinidades estruturais de cada período histórico, o conceito chave de Bourdieu vem

²⁷ Sobre a gênese de Habitus ver texto de Loic Wacquant. *Esclarecer o Habitus*. In: International Enciclopédia of Economic Sociology. Milam Zafirovski Editora: Londres-Routledge, 2004.

demonstrando que o peso das marcas determinantes que tais condições imprimem na personalidade socialmente constituída dos agentes, marcas que se corporificam em *habitus* de classe, e acabam por dar na sua operacionalidade um padrão determinista, ou neo objetivista, o que acarreta alguns problemas, dos quais dois deles dizem respeito muito diretamente ao objeto desta pesquisa.

São eles:

1. A capacidade de antecipação prática de probabilidades prospectivas de “sucesso” ou “fracasso” em empreendimentos diversos que é resultado de uma tendência à submissão das necessidades subjetivas dos agentes às suas probabilidades objetivas cria um determinismo que mesmo diante das amplas explicações de Bourdieu de que estas propriedades regularmente e estatisticamente observadas das práticas sociais de qualquer classe que seriam originárias do processo de sociogênese do *habitus* de uma determinada categoria social, trouxeram um ranço determinista duramente criticado por diversos sociólogos (Ver especificamente Bernard Lahire, O homem plural).

2. Embora Bourdieu com *habitus* tenha argumentado que esta concepção disposicional de agencia tenha reabilitado a distinção dualista entre “potencia” e “ato” o secreto horror do mestre francês à idéia de criador reduziu a possibilidade do sistema de disposições ser avaliado em função da potencia e não somente dos atos. Especificamente, isto ocorre na sua visão neo-objetivista do artista e do fenômeno estético que se localizam as críticas.

Deve-se argumentar em favor de Bourdieu que ele na sua última e rememorativa opus filosófica *meditações pascalianas* tenha dito que somente leituras teoricistas da sua obra tomariam o *habitus* como uma “espécie de principio monolítico”; o fato do *habitus* poder falhar e ter “momentos críticos de perplexidade e discrepância (Bourdieu 2000:191) quando é incapaz de gerar praticas conforme os meios, constitui um dos princípios impulsionadores de mudança econômica e inovação social (Wacquant,2004,p5).

De qualquer forma a teorização e implantações de leituras a partir da noção dos “agentes plurais” de Lahire (Lahrie, 2002), a possibilidade de se realizar interpretações micro-sociologicas, os tais perfis sociais aos quais já me referi, e a abertura para uma visão mais complexa e nuançada da obra de arte e do artista com criador de potencias que geram crenças novas que permanecem no tempo (a volta da noção weberiana de *profeta* que vou defender num próximo momento) são

algumas das principais questões que animam este projeto a partir de uma leitura estimulante do legado sócio-analítico do chamado “mestre do Béarn”.

Morin e a epistemologia da complexidade

Edgar Morin é um sociólogo e epistemólogo que tenta despertar as ciências humanas para a unidade com os aspectos físicos e biológicos. Para ele, as ciências naturais não estão conscientes de pertencer a uma cultura, a uma sociedade, a uma história. Morin (1998) defende a complexidade da realidade – física, biológica, social e política. A maneira de se fazer ciência de forma clássica, racionalista e redutora nos conduziu a impasses que ele considera perigosos. A pergunta: “O que é a ciência?” não tem resposta científica. O último ponto de vista da epistemologia anglo-saxônica é que o científico é aquilo que se reconhece como tal pela maioria dos cientistas.

Morin (1998) diz que a hiper-especialização dos saberes disciplinares fragmentou o saber científico; que estes só podem estar unificados em níveis de formalização muito altos, incluídas aí todas as ciências antro-po-sociais que têm todos os vícios da super-especialização, sem ter suas vantagens. Assim, todos os conceitos são triturados e não são reconstituídos em absoluto pelas tentativas interdisciplinares. O resultado é que hoje é quase impossível incorporar o indivíduo, o homem, a sociedade.

Para Morin (1998) os ingredientes da complexidade são tudo o que a ciência clássica desdenhou como desordem, ruído, indeterminismo, acaso. A partir de agora, o problema do conhecimento é de não rechaçar fora de seu reino o incerto, o imprevisível, a desordem, o antagonismo, e buscar o diálogo entre eles. O programa de Morin (1998) consiste em reaprender a pensar interligando os saberes; rearticular sujeito e objeto com a unificação do conhecimento natural ao conhecimento antroposocial, e reintegrar o mistério, lutando contra a exclusão do acaso e dos pontos cegos da imaginação no conhecimento.

A chamada *epistemologia complexa* de Morin insiste em lutar contra as teorias que pretendem compreender cortando os elementos para simplificá-los. Três princípios guiam o seu método de reflexão:

1. Princípio Dialógico: a relação dialógica é uma instância complementar e antagônica. Exemplo: o universo não é um cosmo, nem um caos; ele é os dois ao mesmo tempo. E o mais importante: os dois conceitos não são somente antagônicos e contraditórios, eles se alimentam um ao outro. Assim, o universo se alimenta de entropia (energia degradada) e a vida é feita por acaso;
2. Princípio da Recursividade: generalização da ideia de *feed-back*, da cibernética de Wiener. Os produtos e efeitos gerados por um processo recursivo são ao mesmo tempo causadores desse processo;
3. Princípio Hologramático: as partes contêm o todo, ao mesmo tempo em que o todo contém as partes. Assim, sociedade e a cultura estão presentes enquanto “todo” no conhecimento e nos espíritos cognoscentes. Por isso, a consciência local é capaz de compreender o universal.

Quanto aos aspectos específicos dos determinismos culturais, Morin (1998) discute em seu livro *O método: as ideias* que um determinismo formidável pesa sobre o conhecimento. Ele nos impõe o que se precisa conhecer, como se deve conhecer, o que não se deve conhecer. Comanda, proíbe, traça os rumos, estabelece os limites, ergue cercas de arame farpado e conduz-nos ao ponto aonde devemos ir (Ibidem, p. 33).

Para ele há um *imprinting* cultural matriz que estrutura o conformismo. Como disse Feyerabend (*apud* MORIN, 1998, p. 45): “[...] a aparência da verdade absoluta nada mais é do que o resultado de um conformismo absoluto.”

Como consequência, a sociologia do conhecimento não pode apenas detectar as limitações sociais, culturais, históricas que imobilizam e aprisionam o conhecimento. Ela deve também considerar as condições que a mobilizam ou liberam, isto é, as condições que permitem a autonomia do pensamento e, correlativamente, as condições sociais, culturais, históricas das possibilidades de objetividade, de inovação e de evolução no domínio pleno do conhecimento. Para vencer este *imprinting*, considera três fatores:

- a existência de vida cultural e intelectual dialógica;
- o calor cultural;
- a possibilidade de expressão de desvios.

No capítulo quatro deste livro intitulado *Complexidade da sociologia do conhecimento*, Morin (op. critica a concepção idealista para a qual as ideias são independentes, ou mesmo soberanas, e a concepção sociológica, que faz delas produtos de uma sociedade *hic et nunc*. Morin vai combater Bourdieu quando diz que não há apenas condições históricas-sociais-culturais prescritivas para a ideia e para o conhecimento; há também condições permissivas, que cedem lugar às autonomias individuais, à ideia nova, ao pensamento criativo.

Morin (1998) bate firme na ideia de um espaço relacional, que ele chama de hiperdeterminante:

O principal vício que ameaça a sociologia do conhecimento é a simplificação determinista, para a qual o conhecimento é um produto trivial, de uma máquina social trivial. Depois do determinismo da situação da sociedade (num tempo, num lugar, num clima), reina hoje o determinismo da situação na sociedade, situação de classe, que o marxismo dogmático pretendeu hiper-determinante, situação de casta (*intelligentsia*), espaço sócio-profissional (sociologismo trivial) ou, ainda, *habitus*, noção forjada por Panovski e tornada concreto armado em Bourdieu (MORIN, 1998).

Morin (1998) enfatiza que, se por um lado, há formidáveis processos de trivialização agindo sobre/contra os indivíduos, há também, a partir da inderteminação, polideterminações, desvios, autonomias, inovações e criações individuais, novos desenvolvimentos que terminam por arruinar a cultura onde se originam. Para o autor, não se pode reduzir prestígio à sede de conhecimento, à sede de poder.

Isto é certamente verdadeiro para alguns, parcialmente verdadeiro para muitos e deve ser integrado numa sociologia complexa da ciência. Assim, a cegueira sobre tudo que não é ambição, interesse e vaidade, nos esclarece apenas sobre as motivações e os comportamento dos que semeiam a cegueira (MORIN, 1998).

Como se pode notar, o pessimismo de Bourdieu (1996), que enxerga longe a coisificação mercantilizada da vida espiritual, da cultura simbólica e das interações lingüísticas, é contraposta ao otimismo de um autor como Mannheim, que encontrou na situação sociológica mais ou menos desenraizada da inteligência, a fonte da

autonomia do conhecimento e das ideias em relação à sociedade da qual são oriundos. Em outras palavras, a visão do intelectual total, um ser que paira acima de todos os interesses.

Para Morin (1998), “[...] a abertura de Mannheim se opõe hoje ao reducionismo bourdivino”. A *intelligentsia* “sem raízes” cede lugar a uma estrita compartimentalização sociocultural dos intelectuais, na qual cada um é submetido ao determinismo de seu *habitus*.

O que Morin (1998) se pergunta – e esta é a questão-chave nessa pesquisa – é: se é possível pensar, longe do *emancipacionismo ingênuo*, em determinados momentos e dentro de determinadas condições, numa certa autonomização e numa relativa emancipação do conhecimento e da ideia, embora reconhecendo o enraizamento do conhecimento no contexto cultural, social e histórico.

A estrutura do campo literário

Ao analisar o campo da produção cultural, Bourdieu (1996, p. 148) propõe a existência de um espaço de possíveis “[...] que tende a orientar sua busca definindo o universo de problemas, referências, de marcas intelectuais (freqüentemente constituídas pelos nomes de personagens-guia).” Este espaço é um sistema de coordenadas que é preciso ter em mente para entrar no jogo.

Ao voltar à vaca fria das explicações externas e internas, Bourdieu (1996) ressalta o mérito de Michel Foucault, ao formular “o campo das possibilidades estratégicas”, mas acusa-o de oferecer a este conceito de *episteme* um poder sobrenatural. Foucault chamou de *ilusão doxológica* a pretensão de encontrar, no que chama de *campo das polêmicas* e nas “[...] divergências de interesses ou de hábitos mentais entre os indivíduos” (BOURDIEU, 1996, p. 57), um princípio explicativo do que se passa no campo das possibilidades estratégicas.

Para Bourdieu (1996), Michel Foucault transfere para o céu das ideias as oposições e os antagonismos que se enraízam nas relações entre produtores e os que se utilizam das obras analisadas.

A ideia de uma *episteme* totalmente autônoma causa urticárias em Bourdieu, pois impediria que déssemos conta das mudanças e não passaria de um essencialismo, ou fetichismo.

Mas se critica a eleição de fatores externos como essencialismo, Bourdieu também não concorda com a eleição de fatores internos, como no caso dos formalistas russos. O que ele deseja, é claro, é construir um sistema de relações entre os dois sistemas que evite a redução ao contexto, um reducionismo barato tão ao gosto da crítica marxista goldmanniana. O método da análise externa e da obra como reflexo, diz ele: “[...] se esgota em buscar nas características da existência singular do autor os princípios explicativos que só podem ser levados em conta, enquanto tal, o microcosmo literário no qual está inserido.” (BOURDIEU, 1996, p. 58).

Foi contra este curto-circuito redutor que ele desenvolveu a noção de *campo*. A atenção exclusiva às funções levava a ignorar a questão da lógica interna dos objetos culturais, sua estrutura como linguagem e até esquecer os grupos que produzem estes objetos (padres, juristas, intelectuais, pintores) entre outros.

Bourdieu credita a Marx Weber e a sua teoria dos agentes religiosos, a sua ideia de reintroduzir os especialistas. E também a sua ideia de aplicar um modo de pensar relacional ao espaço social dos produtores. Para ele, o microcosmo social no qual se produzem obras culturais é um espaço de relações objetivas entre posições – a do artista consagrado e a do artista maldito, por exemplo – e só é possível compreendê-lo situando cada agente em suas relações objetivas com todos os outros.

Neste projeto, Bourdieu quer oferecer às obras o papel de

[...] serem produto da luta entre os agentes que, em função de sua posição no campo, vinculada a seu capital específico, tem interesse na conservação, isto é, na rotina e na rotinização, ou na subversão, que freqüentemente toma a forma de uma volta às origens, à pureza das fontes e à crítica herética (BOURDIEU, 1996. p. 63).

Ele nos oferece então uma possibilidade de construção de uma estrutura homóloga, a estrutura das obras e a estrutura do campo artístico. Resumindo, ele diz que:

[...] cada autor, enquanto ocupa uma posição em um espaço, isto é, um campo de forças (irreduzível a um simples agregado de pontos materiais), que é também um campo de lutas visando conservar ou transformar o campo de forças, só existe e subsiste sob as limitações estruturadas do campo (por exemplo, as relações objetivas que se estabelecem entre os gêneros); mas também que ele afirma a distância diferencial constitutiva de sua posição, seu ponto de vista, entendido como vista a partir de um ponto, assumindo uma das posições estéticas possíveis, reais ou virtuais, no campo dos possíveis (tomando, assim, posição em relação às outras posições). (BOURDIEU, 1996, p. 261).

É possível perceber com esta teoria do campo artístico que Bourdieu (1996) monta uma estrutura do campo e explica a lógica do seu funcionamento. O ponto que falta e que diz diretamente respeito à investigação que pretendemos fazer aqui é quanto à relação entre os autores, seus *habitus* e as forças do *campo*.

É neste momento que ele introduziu um conceito que nos parece fundamental: o da *trajetória*.

Diferentemente das biografias comuns, a *trajetória* descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário, tendo ficado claro que é apenas na estrutura de um campo, isto é, repetindo, relacionalmente, que se define o sentido dessas posições sucessivas, publicações em tal e qual revista, ou tal ou qual editor, participação em tal ou qual grupo etc (BOURDIEU, 1996, p. 72).

Como se pode observar, a trajetória tenta fazer um desencantamento da criação artística, o que o autor considera o efeito de livrar o discurso crítico da tentação platônica do fetichismo das essências. Diz Bourdieu (1996):

Essa visão realista torna a produção do universal um empreendimento coletivo, submetido a certas regras, parece-me afinal, mais tranquilizadora e, se posso dizê-lo, mais humana, do que a crença nas virtudes miraculosas do gênio criador e da paixão pura pela forma pura. A mesma lógica leva o autor a considerar que as histórias de vida, as biografias dos autores. As leis que regem a produção de discursos na relação entre *habitus* e um mercado aplicam-se a esta forma particular de expressão que é o discurso sobre si: e as narrativas de vida variam, tanto em sua forma quanto em seu

conteúdo, conforme a qualidade social do mercado no qual será apresentada (BOURDIEU, 1996, p. 72).

Neste sentido é que Bourdieu (1996) aponta para a ilusão biográfica como um discurso oficial e sugere o uso da noção de *trajetória* como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente, em um espaço dele próprio em devir e submetido a transformações incessantes.

Crítica à trivialização da máquina social

Seguindo na mesma busca por outros roteiros, Morin também quer banir todo determinismo simplista que encerra o conhecimento *hic et nunc* de uma “máquina social trivial”. Mas, ao contrário de Bourdieu, ele acha que não se pode ignorar as dialéticas entre tradições culturais, evoluções socioeconômicas a longo prazo, acidentes externos e internos ao futuro do conhecimento.

Diz Morin (1998) que a alternativa a esta leitura trivializada na máquina social é o grande desafio da sociologia do conhecimento, e alerta para a necessidade de estabelecer princípios de inteligibilidade convenientes a essa complexidade. Os dois principais princípios a serem seguidos para se obter esta inteligibilidade, de acordo com o autor, seria o princípio hologramático e o princípio recursivo.

O princípio hologramático diz que a parte não está somente no todo; o próprio todo está, de certa maneira, presente na parte que se encontra nele. De acordo com Morin:

A organização social ocupa em cada espírito um santuário onde fixa os seus imperativos, normas e proibições, assim como um observatório, de onde controla suas atividades. Mas esta em Superego do Todo nos espíritos particulares é muito mais complexa do que no holograma físico: os espíritos estão-lhe submetidos de maneiras diversas e alguns podem mesmo neutralizar o observatório e santuário (MORIN, 1998. p. 107).

Em outras palavras, para Morin (1998), os determinismos também entram em crise provocando um conflito interior que ele chama de *double-bind*. Acreditar

nesta hipótese-tese das trajetórias de Bourdieu é empobrecedor, porque somente prevê o óbvio, os condicionamentos como ordens de conservação. Seria um mecanismo social perfeito para fazer o mal e nunca entraria em crise.

Já o princípio recursivo prevê que o conhecimento não sendo um produto como qualquer outro produz potencialidades geradoras organizacionais:

[...] não somente ao nível dos paradigmas, axiomas, postulados, esquemas, concepções, mas mesmo ao nível das informações. O princípio recursivo vê como Foucault numa noosfera relativamente autônoma, uma episteme auto-alimentadora das suas interações sociais/culturais. Uma episteme que não seria essencialista, mas capaz de autoproduzir se recriando permanentemente (MORIN, 1998).

Como se pode observar, os dois tentam solucionar o problema da relação da obra, autor e sociedade/cultura, sendo que um dissolve os contra-poderes e outro os acredita vivos e capazes.

A configuração no processo civilizador

Norbert Elias, no conjunto da sua produção, abre uma via para pensarmos a questão do micro e do macro, do individualismo e do relacional na teoria social. A tese fundamental de sua principal obra *O processo civilizador* (1990), publicada em 1939 em alemão, é sobre o processo de racionalização que coloca a formação do Estado monarquista centralizador, monopolizador dos meios de violência física e do poder fiscal no centro do processo de civilização. A partir da definição da acepção de cultura forjada na Alemanha contra a concepção francesa de civilização, Elias (1990) tenta, na verdade, entender a especificidade alemã, a construção do seu *habitus* nacional, para explicar o país às voltas do Nazismo (ele produziu a obra de 1937 a 1939).

A ideia de Elias (op. cit.) é de que o progresso da civilização viria sempre acompanhado de uma mudança de estruturas psíquicas marcada por uma interiorização crescente das coerções sociais, uma espécie de reforço *continuum* do superego. Haveria, conforme o autor, uma conexão entre as alterações das estruturas sociais e as mudanças de comportamento e nas emoções dos indivíduos. Num livro desenvolvido anteriormente, *A sociedade da corte* (2001), Elias pesquisou

a nobreza, a realeza e a sociedade de corte na França para mostrar o avanço dos padrões de controle sociais, vergonha e repugnância através de aspectos então considerados menores como os manuais de boas maneiras.

Novas maneiras de se portar à mesa, o uso do garfo e da faca, as mãos, o guardanapo não seriam nada insignificantes. Elas foram criadas pelos membros da nobreza para demarcar suas diferenças sociais, mas passam a se difundir rapidamente para segmentos cada vez maiores da vida social e acabam por se transformar em novos códigos de conduta.

Elias parte da demonstração da força simbólica geradora de novos comportamentos da corte francesa para mostrar que ali a *intelligentsia* reformista representada pelos fisiocratas permanece muito tempo no contexto da corte vivendo da sua sociabilidade, falando sua língua, obedecendo as suas normas. Os integrantes da *intelligentsia* francesa têm capacidade para formular um sistema amplo de reformas sociais e políticas que nunca são modelos opostos aos da sociedade de corte.

Já a *intelligentsia* alemã, excluída da corte e de seu universo de sociabilidade, fala uma língua diferente: o alemão. A corte só falava francês, como forma de distinção, criando um conceito de cultura nacional e um estilo de vida oposto ao da nobreza e realeza, o que não fazia na corte fazia na academia, radicalizando suas ideias, forjando uma tradição burguesa e divergindo radicalmente da tradição da aristocracia de corte e seus modelos.

Mas se parte de fenômenos singulares para encontrar o todo, Elias não acredita numa homologia mecanicista: para explicar as particularidades estruturais das formações complexas não basta conhecer as particularidades estruturais das unidades componentes. Na verdade, ele cria o conceito de *configuração* visando superar a polarização mental das imagens que temos dos homens enquanto indivíduos e dos homens enquanto sociedade. Para explicar a maneira que se constrói o mundo relacional ele prefere o termo *interdependência* ao de *interação*.

Como se pode observar, Elias parte das observações sobre a capacidade dos nobres e da *intelligentsia* criarem sistemas simbólicos dominantes para mostrar como estas configurações se apresentam de formas distintas em países diferentes. Na França

[...] a centralidade da corte, para a qual convergem todos os desejos de ascensão social ou de consagração literária, no Antigo Regime, impõe aos talentos que querem se fazer reconhecer que renunciem as particularidades regionais ou sociais, não só para se ajustarem às regras da competição social, mas também para adotarem o ponto de vista centralista da corte. Quando sabemos que estamos no centro do mundo, sentimo-nos obrigados a pensar em sua generalidade. (ELIAS, 2001, p. 110).

Como vemos, um dos problemas centrais que Elias queria resolver era a relação entre indivíduo e sociedade. E o par de conceitos que ele utiliza (*configuração e interdependência*) visa exatamente obter um efeito relacional para superar o pensamento substancialista sem, no entanto, perder o dado do micro.

Neste sentido a sua obra *Mozart: sociologia de um gênio* (1991) parece querer justamente definir caminhos para entendermos melhor a construção social da realidade individual, pois o que faz Elias neste livro senão usar sem susto um padrão de dados biográfico para avançar nas sociologias dos sistemas complexos que formam o que ele chamou de *sociedade dos indivíduos*?

É bom esclarecer que alguns autores chamaram atenção para o fato dessa obra ser apenas uma peça de um projeto mais amplo com o título: “O Artista burguês numa sociedade de corte”.

Mozart é, portanto, apenas uma das entradas, e tem o *status* de revelador da figura social do músico tomado entre dois mundos sociais. O trabalho exigia um método comparativo apenas esboçado pelo autor entre Bach e Beethoven. Indicar este pano de fundo modifica consideravelmente a leitura, visto que este “Mozart” é reduzido a um estudo de caso. Ele perde sua singularidade ou, antes, este estudo faz sentido apenas com relação a outros atores sociais cuja construção ainda está por fazer, sob pena de ler como biográfica o que deveria ser lido como sociologia. (HENRY, 2001. p. 145-62)

É verdade que o estudo deveria ser mais amplo, mas, assim como a monografia de “Sociedade de corte”, serviu para uma obra mais ampla como “O processo civilizador”, Elias em “Mozart, sociologia de um gênio” obtém importantes resultados do ponto de vista sociológico ao se dispor a usar o biográfico e como modo de se utilizar de algumas informações que poderiam lhe aprisionar num modo

de pensar meramente substancialista, mas que são fundamentais para revelar uma configuração social construída a partir do pensamento relacional.

Elias parte de uma vida que serve como dado, mas como reconhece Charles Henry numa boa análise deste trabalho:

Abandonar o indivíduo Mozart “em si” e tomar a medida da condição social de músico de corte é começar a se desfazer da abordagem estritamente biográfica. Se seguirmos Norbert Elias, a trajetória de Mozart é a ilustração de uma série de tensões: entre uma sociedade aristocrática composta de múltiplas cortes e uma sociedade burguesa embrionária, entre o músico a serviço da corte e o músico aspirante à independência cujas condições de possibilidade mal emergem, entre aquele que imagina poder libertar-se dela para estar a serviço de sua arte, entre aquele que não cessa de buscar o reconhecimento dos nobres entre os nobres – a corte Imperial de Viena – e aquele que procura valorizar outras normas musicais. Em seu tempo, Mozart não era nem mais nem menos que um criado e, por outro lado, isto é, secundariamente músico. (HENRY, 2001, p. 147).

Ao analisarmos José de Alencar somos tentados a enxergar as mesmas condições históricas e sociais. Também ele era um artista na corte. Mas há diferenças notáveis. Como artista, José de Alencar não dependia da corte, mas dos seus editores e de um público leitor restrito, porém significativo para aquele momento histórico. Não era jamais diante da corte que Alencar era obrigado a fazer valer seus modelos de estética, era para mulheres, jovens estudantes, poetas, entre outros.

Mozart abandonou seu príncipe empregador em Salzburgo e ousou viver de sua música; fez subscrições abertas para imprimir as partituras de suas composições, ou para concertos. Contudo o público pagante era muito restrito.

A crer nas informações que temos dos contratos de Alencar, que já analisamos em capítulo anterior, se não fosse o problema da doença, ele poderia ter mantido um ritmo de trabalho duro, e ter conseguido como escritor uma vida independente de D. Pedro II e sua corte. Ele a teve, na verdade, a partir da rejeição do seu nome na lista tríplice para Senador Vitalício. Tanto que pôde se dar ao luxo de se manter deputado, continuar assinando bons contratos (como o que lhe propiciou amealhar dinheiro para uma última viagem a Europa) e escrever em

jornais republicanos. Assim, as proposições biográficas (que ele fez questão de incentivar) orientadas para o clássico “era um incompreendido no seu tempo” não se justificam totalmente.

O drama do orgulhoso Alencar era ter seu prestígio reconhecido na corte. Ele não se autonomizou como artista burguês senhor do seu público e de sua obra porque dependia do reconhecimento da corte. O problema revelado neste caso é menos meramente utilitário do que de prestígio social. De que adiantava ser reconhecido por um público de mulher e jovens estudantes para o conservador Alencar? É óbvio que Alencar tinha realmente uma tristeza profunda no final da vida, nascida da sensação de ser muito duramente criticado. A partir do envelhecimento social da sua obra, este sim o grande drama do fim de sua vida, o romantismo já entrara num ciclo final de decadência no mundo todo, ele se decepciona muito mais com a crítica, como ocorre com a polêmica Alencar/ Joaquim Nabuco.

Neste caso, o problema causado por uma leitura meramente biográfica é o mesmo a que uma leitura meramente sociológica de padrão marxista nos levaria, pois tanto o discurso de Alencar como o dos seus biógrafos falam de incompreensão e fracasso quando a ideia sociológica é de um literato dependente estruturalmente do campo dominante, o político, portanto da sociedade de corte. Alencar era um artista burguês dependente do conhecimento e prestígio que não achava no mercado de bens burgueses. A política – a messalina impura – lhe atraía fortemente para este reconhecimento de uma elite que ele tanto preservara nas suas teses conservadoras. Vivendo esta tensão sob uma situação física precária (a doença estava lhe tirando a sua decantada vontade férrea), Alencar ainda tentou produzir um conjunto de aparatos simbólicos que visavam constituir uma literatura nacional capaz de lhe assegurar este prestígio desejado na política. Então, a leitura que oscila entre indivíduo e sociedade pode ser um mero recurso para evitar o enfrentamento do problema. HENRY (2001) neste caso tem razão:

De maneira geral, o recurso a um raciocínio e a um vocabulário centrados na noção de interação a fim de fugir da alternativa – partir do indivíduo ou da sociedade (dos grupos, da estruturas, do ambiente, do sistema, do contexto) – é apenas o pior que pode acontecer. É deixar sempre acreditar na existência de duas realidades dotadas de uma essência, irredutíveis, como é o caso do singular e do coletivo, do particular e do geral, que são também pares de oposição constitutivos de um algoritmo naturalizado do

qual o indivíduo e a sociedade são as raízes de múltiplas declinações, a começar por liberdade/determinismo (HENRY, 2001).

O problema de Henry Charles (2001) é que ele se assusta diante do enigma “[...] seria redutor levar à conta exclusivamente de querelas de métodos a impotência de superar a alternativa que se assemelha a galinha e do ovo”, diz ele.

Antes que o leitor considere, no entanto, o assunto encerrado, Henry Charles volta à carga reconhecendo que a amnésia da gênese das invenções sociais está no princípio de uma apreensão naturalista do *social*: o adquirido chega a ser visto como inato, e a cultura como natureza. “Este viés essencialista provém, em parte, do fato de que no *social*, se tudo não é medido pela mesma escala, tudo não se transforma no mesmo ritmo, de modo que determinadas realidades sociais parecem existir como dados intangíveis” (2001, p. 131).

Este é um ponto importantíssimo: quando é mesmo que o indivíduo supera o mero determinismo social? A crítica de Morin a Bourdieu pede esta resposta.

No comentário sobre Elias, Henry Charles dedica ao seu objeto a possibilidade de construir um historicismo sociológico que consiste em pensar juntas estruturas mentais e estruturas sociais. O tal historicismo sociológico que ele enxerga em Elias lhe permitiria subverter o esquema indivíduo sociedade.

Se o indivíduo é visto como uma realidade individual, como uma individualidade, é, a acreditar em Elias, porque chegamos a um “estádio” de evolução marcado pela predominância do “eu” sobre o “nós”, ficando entendido que o “eu” embora fortemente substancializado, só tem sentido relacionalmente ao “nós”, que os referentes desses pronomes não são idênticos na Idade Média e no século XX, nem mesmo no curso da vida dos indivíduos. Ao analisar esses referentes, torna-se possível articular estruturas sociais e estruturas mentais. (HENRY, 2001, p. 132).

Ora, o que nosso comentarista faz é propor uma solução já dada por Elias: da articulação entre a sociologia (o dado biográfico individual) e o histórico (o mundo do social no tempo).

É evidente que a teoria de Elias (2001) com sua articulação histórica permite destravar o que a teoria de Bourdieu (1996) mantém presa: as capacidades que os indivíduos têm de fazer história. Não custa repetir que não se trata aqui de retomar

uma hagiografia dos artistas, pois, concordamos todos, que qualquer que seja a importância do “eu”, ele só pode ser apreendido pelo lugar ocupado por um indivíduo numa configuração social. Mas é evidente também que Mozart, Alencar, Beethoven, Machado de Assis, graças ao que Elias reconheceu como sendo “genialidade”, obtiveram nesta trajetória social uma capacidade de engendrar nos seus campos simbólicos tramas que os tornaram mais permanentes na história. Fica claro que o trabalho do sociólogo é de desencantar estes mitos sociais, mas não se pode definitivamente negar diferenças entre figuras sociais fortemente estruturadas no seu campo atribuindo-lhes um papel diferente de meros coadjuvantes.

A questão é: existe outra maneira de pensar o problema do conflito subjetividade/objetividade? Por exemplo: é possível pensar uma outra maneira que tornaria mais ativo o polo agente em relação ao *habitus* e ao polo *campo*?

Este é um esboço de uma teoria de atores sociais que pretendemos aprofundar nos próximos capítulos.

A sociologia da arte e o gênio criador

A investigação que aqui empreendemos se propõe estudar a trajetória de José de Alencar, trabalhar suas biografias e autobiografias como espaço por excelência para se promover um estudo homológico das ações e obras como lances de aquisição de capital simbólico – vista aí como alvo e arma da luta de posições no mundo artístico.

Mas queremos investigar também até que ponto todos estes lances o tornaram permanente, duradouro, indeterminado no tempo. Há um campo de possibilidades na criação e na ação pública dos grandes *profetas* que permitem o aparecimento de obras e criadores que não necessariamente se dissolveram na “essência sublimada do universal”, para usar uma expressão do próprio Bourdieu.

Por que a sociologia da arte teria este ódio ao criador? É possível dentro de uma visão absolutamente historicista compreender obras e autores sem necessariamente lhe reduzirem ao pó da universalidade trans-histórica? Entender suas trajetórias e desmontar suas ilusões biográficas não significa necessariamente quebrar o encanto, mas entender suas lógicas como fator de encantamento. A dupla ruptura que Bourdieu nos pede (com as representações sociais que os intelectuais

têm e oferecem de si mesmos e ruptura com a representação ingenuamente crítica que reduz a moral profissional a uma ideologia profissional) cai na tentação foucaltiana da morte do homem. A avaliação dos princípios de Edgar Morin nestas trajetórias para nós pode representar a crença de que o social é uma máquina de fazer Deuses para o bem e para o mal, e não só uma máquina de repetição de *imprintings* sociais.

CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO ROMÂNTICO DE GÊNIO

O mundo dos Lamartines²⁸

“Os Lamartines não foram talhados para a política. Têm o seu mundo à parte. Na Larga e brilhante esfera, a que foram destinados, assentam sua glória. A política que não os aprecia e que jamais foi compreendida por eles, não lhes daria posição real, mais elevada e mais nobre do que aquela por eles conquistada nos labores literários por um grandioso talento e profundo estudo. Homens dessa ordem, homens como José de Alencar, não morrem”.

Saldanha Marinho.

Com esta citação²⁹, retirada do discurso de um liberal histórico, Raimundo de Menezes (1965) descreveu a queda política de Alencar, no capítulo intitulado: ‘Sem ministério nem senatoria’. A alegativa utilizada para explicar o revés político é a mesma de todos os biógrafos do escritor: quem nasce para a literatura jamais será compreendido pela política.

A menção “aos Lamartines”, feita por Saldanha Marinho, não é fortuita. A luta do artista romântico de Lamartine, para conquistar seu público passava por uma cuidadosa construção de uma subjetividade individual, do avultamento do sujeito e de uma força indomável da imaginação. Neste sentido, Alencar era um romântico por excelência. Como observou Benedito Nunes (2002):

Na época transicional de efetiva vigência da visão romântica do mundo, quando começa a interferir, por força das classes sociais existentes, o efeito ideológico, distorsivo e encobridor das posições e dos interesses, a literatura, ao mesmo tempo em que denuncia a insatisfação com o real, passa a oferecer, contra ele, o abrigo do ideal decepcionado, que se constitui em refúgio, e que transforma o refúgio em sucedâneo das aspirações insatisfeitas (BENEDITO NUNES, 2002, p.55).

Desse ponto de vista, o romântico é aquele cuja insatisfação com o real se transmuda em literatura.

²⁸ A expressão “os lamartines” refere-se ao poeta romântico francês Alphonse Lamartine muito popular à época.

²⁹ MENEZES, RAIMUNDO DE. José de Alencar. Op.cit.pg.264.

A pasta dos tesouros de Alencar era um refúgio seguro contra o chocolate amargo. Neste largo espectro da visão romântica do mundo nascia, em oposição às visões racionalistas do intelectual, o conceito de gênio. A oposição entre arte e política, que nestes tempos passados ainda era frágil, vai lentamente se impondo como uma das estruturas fundamentais, à medida que o campo artístico literário vai sedimentando sua custosa autonomia. A disputa de Alencar com o astuto Barão de Cotegipe, João Mauricio Wanderlei, é um rastro destes primeiros passos. Cotegipe tinha ciúmes das longas conversas do Imperador com seu Ministro da Justiça e, segundo Menezes, “causa-lhe espécie que, “num conselho de altas e veneradas figuras da política”, tome assento “um conviva das musas, sem o tirocínio das sumidades do parlamento e sem a necessária sisudez para a apresentação da pragmática (1965, p.255).

O espaço da tomada de posição que nossa análise reconstitui não se apresenta como tal diante da consciência do escritor, o que o levará a um ressentimento doloroso e permanente para o resto da vida. Sim, porque o conflito das posições levou Cotegipe, nas palavras de Menezes, a um trabalho “subterrâneo, ardiloso e sagaz” contra Alencar. O princípio verdadeiro dessa diferença, o artista que se inventa como criador de uma espécie de “protocampo”, é também o ponto nevrálgico de Alencar, ao tentar levar para o campo político, principalmente durante sua permanência no Gabinete Itaboraí (1868-70), o capital simbólico conquistado com as primeiras honras literárias.

Sob este ponto de vista, o suplício político de Alencar, enfaticamente atribuído ao seu novo papel de “gênio literário”, contribuiu para que se começasse a fazer a diferença entre o campo político e o artístico, ainda em formação, dando uma legitimidade diferente, a da genialidade, aquele que, a partir de então, passaria a ser apontado pelos jornais como o ‘chefe da literatura brasileira’.

Mozart e Alencar em paralelo: os limites da invenção do gênio individual

Norbert Elias (1991) depois de reivindicar para o sociólogo a capacidade de elucidar “os problemas que os indivíduos encontram em suas vidas, não importa quão incomparáveis sejam a personalidade ou realizações individuais – como os biógrafos, por exemplo, tentam fazer (ELIAS, 1991, p.18), argumenta que é preciso

ser capaz de traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo”. Tal estudo não é uma narrativa histórica, mas a elaboração de um modelo teórico verificável da configuração que uma pessoa – neste caso um artista do século XVIII – formava, em sua interdependência com outras figuras sociais da época (Elias, 1991, p.19).

Elias chama seu Mozart de “gênio”, o que pode parecer um anacronismo, pois, à época, o conceito não tinha sido utilizado ainda pelos românticos. Portanto, para ele, Mozart seria um romântico *avant la lettre*. A explicação de Elias vem acompanhada de uma contextualização social:

Sua situação (de Mozart) era muito peculiar. Embora fosse um subordinado, socialmente dependente dos aristocratas da corte, a clara noção que tinha de seu extraordinário talento musical levava-o a se sentir igual, ou mesmo superior a eles. Era numa palavra, um “gênio”, um ser humano excepcionalmente dotado, nascido numa sociedade que ainda não conhecia o conceito romântico de gênio, e cujo padrão social não permitia que em seu meio houvesse qualquer lugar legítimo para um artista de gênio altamente individualizado. Pode-se imaginar agora: o que isto significou para Mozart e para seu desenvolvimento em termos humanos? Claro, podemos apenas formular hipótese, faltam as evidências (embora não inteiramente). Mas basta ter em conta esta estranha situação, de certa maneira única, para chegar a uma chave vital na compreensão de Mozart. Sem tal reconstrução, sem uma noção da estrutura de sua situação social – um gênio antes da época dos gênios – nosso acesso a ele fica bloqueado. (ELIAS, 1991, p.16)

Além de nos abrir os olhos para uma sociologia em escala individual e sua possibilidade de iluminar questões mais amplas da vida social, a análise dos dois personagens em seus respectivos e diversos períodos históricos nos permite enxergar diferenças e similitudes. São quase cem anos de diferença. A vida de Mozart descrita por Elias mostra a situação de grupos burgueses outsiders, numa economia dominada pela aristocracia de corte, “num tempo”, como diz Elias, “em que o equilíbrio de forças ainda era muito favorável ao establishment cortesão” (ELIAS, 1991, p.16).

No Brasil de meados dos oitocentos, quando viveu Alencar (1829-77), se a situação não era particularmente favorável aos artistas e eles continuavam em

muitos aspectos outsiders, não podemos dizer que a corte tivesse comportamento comparável nem às cortes austríacas e alemãs e nem mesmo às francesas em relação à burguesia. Como Elias mostrou, a nobreza na França era mais permeável à nova burguesia endinheirada, o que gerou padrões de percepção cultural divergentes dos alemães, mais rígidos e fechados³⁰. O simples fato de Alencar, um burguês com capital social herdado, embora sem muito lastro financeiro, chegar aos 40 anos de idade a ser uma das cinco autoridades mais importantes do Império³¹ ilustra uma diferença brutal.

Em Salzburg, um músico de corte como Mozart era o que se chamava, um tanto pejorativamente, “criados de libère”, que, na hierarquia da corte tinham o mesmo status que os pasteleiros e os cozinheiros (Elias, 1991, p.18).

É verdade que Elias observa que nos campos da literatura e da filosofia era possível liberar-se do padrão do gosto aristocrático-cortesão. “As pessoas que trabalhavam em tais setores podiam chegar ao seu público através dos livros; e como já havia um público leitor bastante grande e crescente em meio à burguesia alemã desse período, ali puderam surgir, relativamente cedo, formas culturais específicas de cada classe” (Elias, 1991, p.17). Não que esta lhes reconhecesse importância, mas esta liberdade significava autonomia em relação à corte.

Com respeito ao conceito de “gênio”, Alencar viria a ser posicionado no campo literário nacional em formação justamente com este critério diferencial criado pelos românticos, o que cedo lhe garantiu legitimidade.

Pode-se argumentar que, por outro lado, embora Alencar conquistasse muito cedo a liderança deste embrionário espaço social de lutas simbólicas, o que chamamos aqui de “protocampo” literário, mesmo diante do estrondoso sucesso de suas obras, era praticamente certo que só se tornaria um membro da classe dominante, gozando de todas as regalias desta posição, com a estabilidade financeira completa, com um grande casamento. Sem tal lastro, Alencar era o que chamei de *burguês em sursis*.

³⁰ Ver para este assunto Nobert Elias-O processo civilizador-Formação do Estado e Civilização.Rio de Janeiro:Jorge Zahar.1991.

³¹ Abaixo do Imperador, estava o Conselho de Ministros, a instância máxima de poder do Império. O Ministério do qual Alencar participou era formado, por ordem de importância: Visconde de Itaboraí (Joaquim Rodrigues Torres), Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda, Paulino José Soares de Sousa, Ministro do Império, José de Alencar, Ministro da Justiça; José Maria da Silva Paranhos, Ministro dos Estrangeiros; Barão de Cotegipe (João Mauricio Mariani Wanderlei), Ministro da Marinha e Visconde de Muritiba (Manuel Vieira Tosta), Ministro da Guerra.

Quanto a esta situação social de Alencar, vale a pena transcrever um documento de uma riqueza de detalhes impressionante: a carta que Alencar escreveu ao Barão de Lucena, em resposta a uma carta de consolação pelo transe aflitivo que o escritor passou, ao ser preterido para uma vaga de Senador do Ceará:

Compreendo seu pesar e a comoção do espírito em que estava ao escrever-me sua carta de 13 de outubro. Nada incomoda mais do que as perfídias; e se estas reúnem a indiferença dos amigos dá em verdade que desesperar um santo. Não se aflija porém com estas coisas. Todos estamos sujeitos a ser vencidos nas lutas. Os Manués Fernandes caem e ficam no pó. Os Araripes se levantam mais fortes para se elevarem mais alto. Quanto a mim estou preparado para tudo, ser não sei se o 2º, como o 3º, 4º ou 7º. Essa vaga de senador foi um lanço da fortuna que a preparou e dispôs até certo ponto. O fato de ser chamado ao ministério em 16 de julho de 1868, de ser anulada a eleição em maio de 1869, e de ter eu atravessado a sessão do ministério, apesar da má vontade surda de muita gente, são sinais visíveis de fortuna. Mas também sei que ela é varia e caprichosa. O suplício de Tântalo é a história de todos os dias. A sorte leva o homem até o ponto de colher o alvo de seus desejos e quando está a apossar-se desce a onda e o homem vê fugir-lhe o que tanto cobiçava. Sou filósofo, pois, a respeito deste como os outros pontos. Se desejei ser senador era para ver se me é dado juntar alguns serviços reais ao país. Sabe que sem emancipar-se um homem de certas eventualidades não pode contar com sua permanência na vida política. Basta um capricho de uma presidente para que o cidadão mais importante do Brasil deixe de ser deputado. As vezes quero crer que seria mais feliz se fosse para um escritório de advogado, onde pela primeira vez tive o prazer de vê-lo. Dir-me-ão que posso ser senador. Quem sabe? Senador quer dizer o diabo no couro, a tentação da tribuna que chama o homem e o provoca. Ora, eu sou daqueles que não se podem entregar pela metade a uma coisa. Se for senador creio que serei sempre pobre, entretanto, como simples advogado, poderei garantir o futuro de meus filhos, para quem eu olho como pai e como cidadão. Se Deus me der que eu eduque meu filho, como eu desejo, creio que terei com ele prestado o melhor serviço ao país... (MENEZES, 1965, p.285).

Esta carta de Alencar, dirigida a um nobre, um barão, ilustra nitidamente a situação de indivíduos pertencentes a grupos da elite burguesa, como o escritor. Embora a condição de Deputado Geral, que manteve até o fim da vida, tenha sido

de insegurança, já que poderia perdê-la em uma eleição, caso não contasse com os favores de um Presidente de Província, (fato aludido na carta, ao dizer que “basta um capricho de um presidente para que o cidadão mais importante do país deixe de ser deputado”), ele contava com a possibilidade de voltar à advocacia onde, de forma mais ou menos autônoma, poderia exercer sua atividade ao abrigo de uma perseguição qualquer.

Como comentei em trecho de capítulo anterior, o fato de ter sido preterido não significava que jamais voltasse a ter chances. O próprio Alencar registra: “dir-me-ão que posso ser senador. Quem sabe?”. De fato, era muito comum obter a indicação na segunda, terceira ou mesmo quarta lista. O que demonstra que a preterição não significava um rompimento definitivo com a Coroa. Note-se que Alencar, em momento algum, cogita uma autonomia artística, como faz com a hipótese de voltar para um escritório de direito. Quanto à vida artística literária, as pessoas que trabalhavam nesta esfera ainda eram fortemente dependentes da vida jornalística ou do favor dos círculos palacianos que lhe garantiam favores e cargos na estrutura do Estado.

Fazendo um paralelo histórico entre o conflito de Mozart com seu Arcebispo patrono e o conflito de Alencar com o Imperador D. Pedro II, percebemos que, enquanto Mozart dependia quase totalmente de um emprego na corte, Alencar, como ele próprio reconheceu, tanto poderia tentar novamente a senatoria, como poderia partir para uma posição de maior autonomia. Estabelecido desde cedo entre os dois pólos do poder, em que as forças sociais pressionam num movimento de atração e repulsão, Alencar sabia muito bem que, mesmo para a nobreza, o campo de poder era um campo de luta. A carta mostra que o Barão também tinha sido preterido em alguma demanda social e amargava um ressentimento similar ao de Alencar.

Na luta pelo domínio no campo de poder é preciso conquistar ou conservar. Alencar tinha herdado alguns trunfos, mas a doença cedo lhe levou a disposição de herdeiro quanto a um dos aspectos fundamentais: a vontade de vencer.

Mozart e Alencar aproximam-se em um ponto: tiveram mortes precoces. Mozart aos 35 e Alencar aos 47, com sentimentos similares. No belíssimo capítulo inicial do livro, intitulado “Ele simplesmente desistiu”, Elias diz que Mozart “morreu pela falta de significado de sua vida, por ter perdido completamente a crença de que seus desejos mais profundos seriam satisfeitos (Elias, 1991, p.9). Estes desejos

foram traduzidos por Elias como a perda do reconhecimento do público e o arrefecimento do afeto da esposa. Já Alencar teve uma perda do reconhecimento do público, com o envelhecimento social da sua obra, e uma sensação de fracasso pelos reveses no campo de poder, agravados pela fragilidade que a doença lhe provocara.

Dos dois ficaria a idéia de que o talento individual, a genialidade, não foi suficiente em nenhum dos casos para suplantar o modelo das estruturas sociais disponíveis e o feixe de disposições efetivamente potencializadas para um artista, mesmo sendo eles extraordinariamente bem dotados artisticamente.

Como insistia Elias, “só dentro da estrutura de cada um dos modelos é que se pode discernir o que uma pessoa envolvida por tal sociedade era capaz de fazer enquanto indivíduo, e o que – não importa sua força, grandeza ou singularidade- não era capaz de fazer” (Elias, 1991, p.19).

Não se trata de reduzir tudo a impotência do indivíduo genial diante do de uma estrutura destrutiva e redutora. No caso de Alencar, as sobre-determinações criadas a partir dos seus estigmas pessoais modificaram sua trajetória social e o tornaram uma exceção dentro do padrão de herdeiros do Império.

Em síntese: se Mozart era o padrão, Alencar foi o desvio. E a tarefa de estudo de modelos singulares como estes, na sociologia, é justamente “nos ajudar a entender melhor e explicar o que é incompreensível em nossa vida social”, para utilizar uma sintética definição de Elias para a tarefa sociológica, presente em uma nota de rodapé do seu *Mozart* (Elias, 1991, p.19).

O aparecimento no padrão biográfico: Alencar genial construtor da nação e da literatura brasileira

Foi durante a primeira metade do século XIX se estendendo até os anos 70, deste mesmo século, coincidindo assim com o período dominado pela visão romântica na literatura brasileira, que se deu a tentativa de muitos letrados de formularem em textos, romances, poesias, imagens enunciativas a constituição do que seria simbolicamente a nação brasileira.

Márcia de Almeida Gonçalves conta que “assim, de romances, peças teatrais e musicais, biografias, autobiografias, memórias, textos e pinturas históricas,

das investigações sobre a língua falada e escrita, da crítica das letras e artes, emergiram alguns referentes da terra tomada como pátria e nação”.

Neste esforço de forjar uma nação e um país literário, começava a publicação de trabalhos de memória que associavam indivíduos e sociedade, principalmente biografias e autobiografias. Naquele momento, esta era uma empreitada prioritária para as sensibilidades românticas. A visão romântica tinha com a escrita biográfica a obrigação de informar a chamada “cor local”. Para tanto contava com o surgimento de novos espaços de sociabilidade, novos leitores e a difusão crescente da palavra impressa.

Neste contexto, Alencar foi um dos mais importantes protagonistas da ação de fundar e construir novos significados para a nação nascente como Império. Mais do que uma nação, o desafio específico para Alencar era fundar uma literatura nacional contra nossa literatura mãe, a portuguesa. Para tanto seria necessário “uma expansão para dentro”, com estratégias simbólicas capazes de se firmar “na elaboração de uma língua, uma literatura e uma história nacionais, entre outros elementos”.

O monumental esforço de Alencar de criar uma lenda fundadora (*Iracema*), mapear o país com seus regionalismos, (*O sertanejo*, *O Gaúcho*, etc.) e mesmo redigir, em termos de projeto, um texto fundador de nossa literatura, como em o prefácio de *Sonhos D'Ouro*, só se comparava ao de D.Pedro II, que, como observou Schwarcz (1998, p.39), também queria construir um novo império a partir da teia simbólica da cultura e da natureza:

O novo império, contudo não só dialogaria com a tradição: introduziria elementos da cultura local. Construía-se, a partir de então, uma cultura imperial pautada em dois elementos constitutivos da nacionalidade emergente: “o estado monárquico, portador e impulsionador do projeto civilizatório e a natureza, como base material deste Estado”. (SCHWARCZ, 1998. p.39).

Ao fundar a nova nação literária, Alencar salta à frente do campo em formação, legitimando-se acima do sistema de diferenças, atrações e repulsas, rivalidade e adesões que formam a luta deste espaço social, mantendo-se a partir de então, como pai da nação literária ou, como se dizia à época, ‘chefe da literatura brasileira’. A nação literária seria uma fórmula geradora que funcionaria como solo

de nascimento destes novos heróis. Ou, como nomeou precisamente Gonçalves: “Nestas metáforas, o nome do autor, entre tantas formulações das visões e sensibilidades românticas, encontravam seu lugar fundador de uma referencialidade, qual seja: a parte, na qualidade de indivíduo, que substituiria o todo, a sociedade desejada como nação (GONÇALVES, 2009, p. 450).

Não é por acaso que os dois textos de não ficção sobre os quais Alencar se debruça com mais afinco semeador são: a *Benção Paterna*, prefácio de *Sonhos D'Ouro*, onde configura os caminhos de consolidação da literatura nacional “que outra cousa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui se impregnou da seiva americana d'esta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contato de ouros povos e ao influxo da civilização”³² e suas notas autobiográficas “*Como e por que sou romancista*”.

No mundo já se sobressaía, na filosofia e na visão romântica literária, o conceito de gênio. Gênio no sentido kantiano: quem tem “o talento de descobrir chama-se gênio. Mas esse nome só se dá ao artista, àquele que sabe fazer alguma coisa e não se dá ao artista que imita apenas, mas aquele que é capaz de produzir sua obra com originalidade”³³. Da mesma forma, o conceito seria a partir de então categoria chave a ser utilizada pelo grupo de Jena, principalmente nas idéias estéticas dos irmãos Schlegel e Novalis, central para a estética romântica, e como tal chegou ao Brasil.

Gonçalves (2009, p.459) observa que Alencar, em 1865, ao redigir o prólogo do romance *Iracema*, endereçando-o a um amigo pessoal, utilizou o conceito nos seguintes termos:

Este livro o vai naturalmente encontrar em seu pitoresco sitio da várzea, no doce lar a que povoa numerosa prole, alegria e esperança do casal. Imagino que é a hora mais ardente da sesta. O sol a pino dardeja raios de fogo sobre as areias natais; as aves emudecem; as plantas languem. A natureza sofre a influência da poderosa irradiação tropical, que produz o diamante e o gênio, as duas mais brilhantes expansões do poder criador (Gonçalves, 2009. p.459).

³² Prefácio de *Sonhos D'Ouro*, pg.XIII.)

³³ Cf..Kant, *apud* Nicola Abbagnano, “Gênio”, in *Dicionário de filosofia*, São Paulo, Martins Fontes, 2003, p.481.

Na citação estão presentes duas das características que se fariam fundamentais na afirmação nacional, caras a Alencar: a natureza tropical e o gênio do seu povo. Ou, nas palavras de Gonçalves: há nisso a cor local, singular, específica feita existir pelo poder dos gênios e do gênio brasileiro “(Gonçalves, 2009. p.459).

Assim, alguns dos estigmas que Alencar carregou pela vida circularam pelos salões, (a herança paterna de filho de padre, a doença, a rejeição social por uma filha diletta da aristocracia e a repulsão política do Imperador foram reconvertidas em características do herói e do gênio romântico, fundador da literatura nacional. Como já afirmei na Introdução, às vezes, com ajuda dos biógrafos, outras vezes no seu próprio tempo, como partes da sua história de vida, as falhas “disposicionais” de Alencar foram transformadas em pilares da construção do mito do “gênio romântico”.

Alencar e a construção do personagem genial: um imortal que detesta fardão

O primeiro biógrafo de Alencar, seu sobrinho Araripe Júnior, foi também o primeiro a caracterizar a infância do escritor cearense como um nascer de um gênio. De um gênio que ao nascer tinha pontos em comum com o nascimento de uma nação: “Muito há que dizer sobre as origens de um poeta, como sobre as origens de um povo. Tudo quanto se vê na idade madura está ali em difusão”.

Ao prosseguir, Araripe Júnior utiliza-se da expressão-conceito para qualificar o tio escritor: “O estudo, porém, dessa nebulosa de onde sai o gênio, é um trabalho árduo e por demais científico para que o empreenda agora, máxime escrevendo capítulos ligeiros, sem pretensão a uma análise rigorosa”.

E finaliza este revelador parágrafo atribuindo a Alencar o que vai chamar de “*ilusões autonômicas*”:

Seria bastante acentuar as cores que mais exageraram no alvorecer desta vida, que para nós, brasileiros, tão cheia foi de ilusões autonômicas; e, quanto ao mais, não passe este estudo de uma simples concatenação de fatos que dêem uma rápida idéia da formação daquele seletto espírito. (ARARIPE JUNIOR, 1958).

Ora, aí estão em linhas gerais, as três características do posicionamento de Alencar como intelectual e artista: surgiu quando se formava uma nação e ajudou a criá-la; era um gênio com toda a sua aura nebulosa típica dos gênios e tinha ilusões autonômicas. Imagina-se que esta sede de autonomia era, em relação ao campo de poder, tradicional.

Em poucas palavras: homem-nação, artista genial e herói da autonomia, estão postas já nas primeiras páginas, mais precisamente na terceira, as pinceladas de construção do grande personagem Alencar. O passo seguinte seria apresentar o ator de carne e osso pronto para cumprir estes três grandes papéis. O homem que se desvela em praticamente todas as biografias é um garoto que nasce pequeno, frágil, magro e irritadiço, mas já capaz de “nunca se deixar exceder pelos outros” (Araripe Júnior, 1958, p.133).

Viana Filho assim o descreve: “de compleição fraca, estatura meã, o talhe fino, desenvolveu-se tardiamente. Aos doze anos era tão franzino, que, no colégio o apelidaram *Caturrinha* (VIANA FILHO, 1979. p.30).

Como já comentei anteriormente, foi o próprio Alencar em sua autobiografia *Como e por que sou romancista* quem se perfilou com estas características, ao descrever com minúcias seu tempo de estudante no Colégio de Instrução Elementar do Professor Januário Mateus Ferreira. O tom era de “o mais frágil, mas o melhor”. Observem a afirmação de Viana Filho:

A debilidade física, entretanto, não impediu se conservasse como monitor da classe, sempre caminhando à frente embora fosse o mais pirralho e enfezadinho da turma em que o geral se avantajava na estatura (VIANA FILHO, 1979. p.30).

Note-se que as aspas de Viana são para se utilizar do texto do próprio Alencar. Estas características físicas (pequeno e magro) comportamentais (enfestado, sisudo) e intelectuais (competitivo, sempre o melhor de todos) permaneceriam em todas as biografias e durante todas as descrições de vida da infância, adolescência, plenitude e maturidade.

Apenas um dos biógrafos, Viana Filho, apresentaria a hipótese, utilizada sutilmente em algumas passagens do livro, do estigma de filho de padre como causa de algumas destas disposições:

Sempre bemposto, de fraque e boné, conforme dos preceitos da época, aguardava o toque da sineta anunciadora da abertura das aulas, para ser dos primeiros a entrar no colégio. O que jamais se saberá é se para aquela atitude permanente de luta para se manter na vanguarda contribuiu de algum modo a situação familiar, que a malícia de algum colega possivelmente terá trazido à tona (VIANA FILHO, 1979. p.30).

Feita a consideração sobre o estigma e o padrão de comportamento, Viana Filho imediatamente interpreta e relaciona a esta outra atitude de Alencar na vida adulta:

Certa feita, havendo o Visconde do Rio Branco, chefe do Gabinete, dito algo que lhe parecera alusão, José de Alencar não se conteve: “devo declarar ao nobre Presidente do Conselho que foi lutando desde a infância contra os perigos sociais que eu dei à minha alma a tempera necessária...” Sinal de que, “desde a infância”, se pusera ele em guarda, buscando na vitória, talvez inconscientemente, compensação para aquele calcanhar-de-aquiles (VIANA FILHO, 1979. p.31).

O certo é que as descrições de vida adulta seguiram definitivamente, o padrão da sua infância, definido pelo próprio Alencar.

Sem pretender ser repetitivo, selecionei apenas duas passagens da sua vida adulta, onde o mesmo personagem reaparece com todas as letras, agora sob o apelido de *fanadinho*, que é a alcunha, já relatada anteriormente, que lhe pegou nas páginas dos jornais, quando ele era Ministro. Vejam estes versos satíricos criado para fazer pilhéria:

*“Quem é esse fanadinho
Pequeninho
De cara patibular?
Não conheces? Nunca o vistes?
Na verdade é coisa triste
Não conhecer o Alencar”*

Nestes versos estão anunciadas as marcas diferenciais que tornaram conhecido o Alencar homem público: *fanadinho* (que significa. pessoa miúda, seca, murcha, mirrada. miserável) *pequeninho*, *cara patibular* (lúgubre, que traz idéia de

remorso, digno de patíbulo, guilhotina, forca, onde os condenados sofrem a pena capital) e finalmente, numa ambígua referência à “*coisa triste*”.

O mundo social que, por um lado, tende a selecionar características identitárias específicas de cada persona pública e que, por outro lado, mantém constantes outras formas tornando-as inteligíveis para o resto da vida tinha, neste caso, um personagem bem construído. E o mais importante: se os biógrafos seguiram estes passos é porque foi Alencar, ideólogo dele mesmo e em função do sentido geral que quis dar à sua vida, selecionou certos acontecimentos significativos (a grande descrição da infância de fanadinho), estabelecendo entre eles conexões que pudessem justificar sua existência (Bourdieu, 1997).

A invenção de um novo campo de expressão artística, a literária, pedia também um personagem que repudiasse o padrão do campo de poder. Surgiam as longas descrições da luta de Alencar, com as rotinas e as modas que edificavam o Ministro e não o literato.

Os jornais da época e seus cartunistas se esbaldavam em mostrar um Alencar magro e ossudo, metido, sem jeito, no fardão ministerial. Os biógrafos como Viana Filho não deixaram passar em branco:

Na medida em que começou a desvendar o governo por dentro, Alencar também percebeu o que se lhe afigurava incompatível com a gravidade da administração. Não veriam os colegas aqueles aspectos que roçavam pelo ridículo? Os despachos ministeriais...o beija-mão.....os fidalgos.....o fardão.....o Rei..... tudo tomou nova imagem aos olhos do romancista (VIANA FILHO, 1979. p.167).

Vindo de um pólo de prestígio intelectual e artístico estranho àquela *illusio* do campo de poder, Alencar se recusava a entrar nos jogos sociais que o fariam socialmente reconhecido e legitimado, como membro deste novo campo. Essa rejeição à crença no jogo de poder político manifesta-se exatamente nos rituais que ele detestava: o beija-mão, o uso do fardão, os despachos solenes e inúteis.

Viana narra a dificuldade de levar a sério o investimento inaugural de participação nestes jogos: “Começava pelo fardão, com os bordados de ouro, as calças justas, a espada virgem. As exterioridades o esmagavam e o fardão sufocava-o”(VIANA FILHO, 1979. p.167).

Em notas que redigiu e guardou, Alencar deixou estas impressões sobre o suntuoso fardão, que tantos ambicionavam:

Será para mim motivo de grande satisfação ver um dia os ministros de estado, os ministros da nação, exercerem as suas funções como simples cidadãos, sem as fardas e o ouropéis, que se confundem com a gente da Corte, quando ao contrário é ali, nos paços da realeza, junto do trono Imperial, que eles devem ostentar a simplicidade democrática, porque são povo, ali estão em nome do povo, e só pela vontade do povo (ALENCAR In: VIANA FILHO, 1979).

E a nota de Alencar prosseguia atribuindo à participação naquele ritual um caráter de disfarce que lhe parecia ridículo, humilhante:

Quando tive a honra de sentar-me nos conselhos da Coroa, honra bem cara, mas profunda lição, confesso que me sentia humilhado, sentido o frio contato da gala bordada. Parecia-me que trajava um disfarce... (VIANA FILHO, 1979. p.168).

Cada campo produz sua forma específica de *illusio*³⁴ e cria formas de tirar os agentes da indiferença, distinguindo nestes jogos o que é importante e o que é indiferente. O ritual de poder do campo político, que parecia um tormento para Alencar, era seguramente, um gozo para os outros ministros.

Alencar não parecia acreditar na crença daquele jogo e tinha dúvidas sinceras se valia a pena jogá-lo, o que o impedia de jogar bem, pois a *illusio* é condição do funcionamento de um jogo no qual também é, pelo menos parcialmente, o produto.

Na carta divulgada por Viana Filho, redigida por Alencar, em tom irônico, a um colega ministro, observa-se sua grande dificuldade em aceitar as regras:

Ontem, V. EX^a me sugeriu o expediente de apresentar-me na procissão de 1^a farda; e eu adotei como a única solução possível. Mas ocorre-me o seguinte: em segunda gala a calça é branca ou azul? A espada é branca ou preta? Tenho aversão à espada preta. Veja V. Ex^a em que assuntos

³⁴ Bourdieu, Ar regras da Arte.p.258) e cria formas de tirar os agentes da indiferença, distinguindo nestes jogos o que é importante e o que é indiferente. O ritual de poder do campo político que parecia um tormento para Alencar era seguramente um gozo para os outros

profundos e transcendentales se exaure a atividade de um ministro (VIANA FILHO, 1979).

Como nos mostra de maneira evidente esta correspondência, o chefe dos literatos não se sentia bem em aceitar as formas de representação que serviam para regular a *illusio* dos políticos. Para Alencar, esta submissão era uma sujeição da elite brasileira às tradições obsoletas portuguesas que não ficava bem na nova nação. Num comentário sobre a sua participação no ministério, fazia alusões irônicas ao manto de papo de tucano e aos apertados calções de seda, usados pelo Imperador na abertura das Câmaras. Finaliza reclamando:

O que nos assenta, a nós brasileiros, povo sem genealogia e sem brasões; o que se conforma com nossas idéias, nossos costumes e nossa índole é uma realeza cidadã, uma realeza de casaca... e não uma realeza de manto e calção (VIANA FILHO, 1979. p.169).

Ao se recusar a ritualizar o jogo de representações de poder do Império, Alencar se expunha e fragiliza-se na relação entre o sistema de disposições produzido pela estrutura e o funcionamento do campo de poder. O que faria a delícia de biógrafos, sua face “fora de lugar”, era justamente o que o levaria a não realizar o sistema de potencialidades objetivas oferecidas ao herdeiro do senador Alencar. O sistema de satisfações oferecidas ao literato não lhe parecia suficientes para lhe levar a participar com tanta seriedade naquele jogo.

CAPÍTULO 4 – COMO E PORQUE SOU ROMANCISTA: ALENCAR E A CONSTRUÇÃO DA ILUSÃO (AUTO)BIOGRÁFICA

Em seu texto *Como e por que sou romancista*, Alencar (1998) tentou orientar seus biógrafos futuros, delimitando o campo da operação biográfica de sua vida. Extraíndo de seu percurso fios, graças aos quais obrigaria os biógrafos a “lerem” sua vida de acordo com uma teia interpretante que ele desejou, Alencar fez uma coleta de dados metonímica, transformando-os em uma narração do projeto e realização de sua vida intelectual.

A seleção dos seus *biografemas*, possíveis elementos unitários e básicos da biografia (noção utilizada pelos semiólogos na linguística estrutural), e a sua compreensão nos três planos da realidade social: 1) análise da posição no campo literário e este no campo maior de poder; 2) análise da estrutura interna no campo literário; 3) análise da suas disposições no campo como produto de sua trajetória social e de sua posição no interior do campo literário, fornece à nossa investigação todos os elementos necessários a uma pesquisa sociológica que fuja do padrão hagiográfico, desde que ali, onde se costuma ver uma destas projeções complacentes, se faça um trabalho de objetivação do autor, tirando-o deste lugar neutro onde tenta se localizar sobrevoando todos os grupos e conflitos.

No capítulo anterior, ao analisar a trajetória de Alencar no campo político, mostrou-se a sujeição deste no campo de poder, sua posição de dominado. Neste capítulo vamos tentar apresentar, paralelamente à trajetória social de Alencar, sua sequência de posições dentro do campo literário e como o mercado de bens simbólicos, ainda numa fase estruturante, determinou-lhe uma posição de pai fundador dentro deste setor dominado.

O texto *Como e por que sou romancista* nos fornece todos os instrumentos necessários a sua análise nos três planos propostos – campo literário e campo de poder, estrutura interna do campo literário, trajetória social e posicionamento sucessivo em função da estruturação do mercado de bens simbólicos – porque a estrutura social na qual transcorre a narração de sua trajetória intelectual é também a estrutura do espaço social em que José de Alencar estava situado.

O escritor faz um trabalho de denegação, que precisa ser desvendado, ao criar uma fala de desinteresse sobre o poder e o dinheiro, e esta fala nos oferece pistas de um mundo social que podemos tentar trazer à tona.

É neste jogo de obscurecimento que podemos enxergar Alencar e suas contradições: um desbravador do mercado dos bens simbólicos no Brasil e ao mesmo tempo um romântico com horror à figura do burguês que o fim do tráfico escravo faria aparecer, o maior sucesso literário do país, sua fragilidade e seu “fracasso” na política.

Enfim, é preciso neste caso fugir da ilusão retrospectiva que nos leva, como lembra Bourdieu:

[...] a constituir os acontecimentos últimos como fins das experiências e das condutas iniciais, e a ideologia do com ou da predestinação, que parece impor-se muito particularmente no caso de personagens de exceção, a quem de bom grado se atribuiu uma clarividência divinatória, admite-se tacitamente que a vida, organizada como história, desenrola-se desde uma origem, entendida ao mesmo tempo como ponto de partida, mas também como causa primeira ou, melhor princípio gerador, até um termo que é também um objetivo (BOURDIEU, 1994. p. 213-214)

Percurso de Alencar na escola

É justamente sob o signo desta crença no “gênio criador” que se inicia *Como e por que sou romancista*, com a primeira edição em 1893.

Depois de uma sucinta introdução onde explicita o objetivo da proposta de “[.] colher acerca da minha peregrinação literária, alguns pormenores dessa parte íntima de nossa existência, que geralmente fica à sombra, no regaço da família ou na reserva da amizade.” (ALENCAR, 1998, p. 13), o autor centra o início de sua vida intelectual no ano de 1840, no Colégio de Instrução Elementar, Rua do Lavradio, número 17.

A sequência de reminiscências que destaca a fase inicial do intelectual Alencar vai da página 15 até a 24, quando mostra seus dias no colégio como sendo

de esforço e muito estudo graças a um exigente diretor: Sr. Januário Matheus Ferreira.

O diretor é apresentado como “Depois daquele que é para nós, meninos, a encarnação de Deus e nosso humano Criador, foi esse o primeiro homem que me incutiu respeito, em quem acatei o símbolo da autoridade.” (ALENCAR, 1998, p. 15).

Há nesta seleção o objetivo de nos lembrar que o escritor nasceu para o ofício. “O desde pequeno” de todas as biografias de escritores ilustres é introduzido aqui por Alencar como obra deste “pai intelectual”:

[...] talvez ríspido e severo em demasia; porém nenhum professor o excedeu no zelo e entusiasmo com que desempenhava o seu árduo ministério. Identificava como discípulo; transmitia-lhe suas emoções e tinha o dom de criar no coração infantil os mais nobres estímulos, educando o espírito com emulação escolástica para grandes certames da inteligência. (ALENCAR, 1998. p. 17).

Há também na criação dessa imagem deste segundo pai severo, a ideia de se desvencilhar mais uma vez da herança intelectual paterna. Vamos ver que, até o final deste relato autobiográfico, Alencar em momento algum se apresenta em situações onde o Senador Alencar tenha lhe oferecido capital social.

Januário, por sua vez, é o “descobridor do gênio”, do talento, da sua capacidade de perseverar.

A narrativa vai contar um episódio em que, por trás de aparente humildade, Alencar tenta demonstrar como foi o melhor: “Pertencia eu à sexta classe, e havia conquistado a frente da mesma, não por superioridade intelectual, sim por mais assídua aplicação e maior desejo de aprender.” (ALENCAR, 1998, p. 19). A partir deste ponto Alencar vai descrever uma disputa que teve para manter a posição de primeiro da classe. Ele está prestes a perder a monitoria e o laurel de primeiro para o seu amigo Aguiarzinho. Imagina a humilhação, pois “[...] faziam-se apostas de lápis e canetas; e todos os olhos se voltavam para ver se o caturrinha do Alencar (era o meu apelido colegial) tinha descido de monitor da classe.” (ALENCAR, 1998, p. 22-23).

O sino toca, não há mais tempo para nada.

Mas Januário, que era, acerca de disciplina colegial, de uma pontualidade militar não deu pelo aviso e amiudou as perguntas, percorrendo apressadamente a classe. Poucos minutos depois recobrava meu lugar, e erguia-me trêmulo para tomar a cabeça do banco. (ALENCAR, 1998, p. 24).

Uma pitada de humildade: “[...] naturalmente, a questão proposta e cuja solução deu-me a vitória era difícil; e por isso atribuía-me ele um mérito que não provinha talvez senão da sorte, para não dizer do acaso.” (ALENCAR, 1998, p. 24).

E finalmente o *grand-finale*: “Momento depois entrava eu pelo salão à frente da classe, onde me conservei até o exame.” (Ibidem, p. 24).

Há, portanto neste primeiro *biografema*, uma dupla operação: a ideia de se apresentar não como herdeiro, mas como alguém que lutou bravamente para se preparar intelectualmente e vencer pelos próprios méritos; e segundo, a denegação da herança paterna, fonte permanente de suas tergiversações.

Refletindo a respeito do personagem da *Educação sentimental*, Frederic, de Flaubert, Bourdieu comenta a questão da herança:

A transmissão do poder entre as gerações representa sempre um momento crítico da história das unidades domésticas. Entre outras razões, porque a relação de apropriação recíproca entre o patrimônio material, cultural, social e simbólico e os indivíduos biológicos modelados pela e para apropriação encontra-se provisoriamente em perigo. A tendência do patrimônio (e, por aí, de toda estrutura social) em perseverar em seu ser apenas pode realizar-se se a herança herda o herdeiro, se, por intermédio especialmente daqueles que lhe têm provisoriamente o encargo e devem assegurar sua sucessão, o morto (ou seja, a propriedade) apossa-se do vivo (ou seja, um proprietário disposto a herdar) (BOURDIEU, 1996. p. 26).

Alencar leitor

O segundo *biografema* que Alencar nos apresenta é o papel de leitor de um grupo de familiares e amigos, o que Alencar vai chamar de “leitor”. Depois de uma digressão sobre a importância do seu diretor Januário sobre a formação – ele se indaga se o diretor do colégio teria sido injusto – para responder que este rigor com o tempo “[...] tomava seu real aspecto; e me parecia como golpe rude, mas necessário, que dá têmpera de aço.” (ALENCAR, 1998, p. 25). Ou seja, Alencar quer

deixar claro que suas convicções são fortes, férreas, firmadas a partir de uma formação rigorosa. Um clássico do modelo biográfico e autobiográfico, a premonição da formação de um grande caráter, um caráter de exceção.

Em seguida, o mais importante, o autor inicia uma dualidade que vai organizar todo seu universo biográfico. Toda a existência de Alencar vai ser organizada entre dois polos, a “arte-feminina” e a “política-masculina”. Assim não é por acaso que ao iniciar a narração de sua ligação com a literatura aparece a figura de sua mãe: “Era eu quem lia para minha boa mãe não somente as cartas e os jornais, como os volumes de uma diminuta livraria romântica formada ao gosto de tempo.” (ALENCAR, 1998, p. 26). Também, não é por acaso, que imediatamente ao fazer esta confissão, Alencar é tomado por uma brusca reminiscência masculina com ênfase na ação política, ao falar sobre a rua em que morava. Diz ele:

Morávamos então na rua do Conde número 55. Ali nessa casa preparou-se a grande revolução parlamentar que entregou ao Sr. D. Pedro II o exercício antecipado de suas prerrogativas constitucionais. A propósito desse acontecimento histórico, deixe passar aqui, nesta confidência inteiramente literária, uma observação que me acode e, se escapa agora, talvez não volte nunca mais. (ALENCAR, 1998, p. 27).

Então Alencar narra as reuniões do *Club Maiorista*³⁵ feitas na sua casa:

Uma noite por semana, entravam misteriosamente em nossa casa os altos personagens filiados ao Club Maiorista, de que era presidente o Conselheiro Antonio Carlos e Secretário o Senador Alencar. Celebravam-se os serões em que um aposentado do fundo, fechando-se nessas ocasiões às visitas habituais, a fim de que nem elas nem os curiosos da rua suspeitassem do plano político, vendo iluminada a sala da frente. Enquanto deliberavam os membros do Club, minha boa mãe assistia ao preparo de chocolate com bolinhos, que era costume oferecer aos convidados por volta de nove horas, e eu, ao lado, com impertinência de filho querido, insistia por saber o que ali ia fazer aquela gente. Conforme o humor em que estava minha boa mãe às vezes divertia-se logrando com história a minha curiosidade infantil; outras deixava-me falar às paredes e não se distraía de suas preocupações de dona-de-casa. Até que chegava a hora do chocolate. Vendo partir carregada de tantas guloseimas a bandeja que voltava completamente

³⁵ Clube da maioria, fundado em 1840, presidido pelo político Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e José Martiniano de Alencar cujo objetivo era antecipar a maioria de D. Pedro II.

destruçãda, eu, que tinha os convidados na conta de cidadãos respeitáveis, preocupados dos mais graves assuntos, indignava-me ante aquela devastaçãdo, e dizia com a mais profunda convicçãdo: – O que estes homens vêm fazer aqui é regalarem-se de chocolate. Essa, a primeira observaçãdo de menino em coisas de política, ainda não a desmentiu a experiênciã do homem. No fundo de todas as evoluções lá está o chocolate, embora sob vários aspectos (ALENCAR, 1998, p. 27).

A criaçãdo destes dois pólos – a literatura e a política visa, acima de tudo, demarcar sua visãdo dos dois campos, símbolos de posições no espaço social: a política é “interesse” em alguma coisa que não é revelado diretamente pelos políticos “o chocolate sob diversas formas”. A política, Alencar vai dar indícios desta visãdo durante toda a vida, é um campo minado de interesses. A literatura seria o campo das pessoas sinceras, como a mãe e o pai (excepcionalmente na política, mas como vítima, dominado, mártir).

Desta forma, o autor mostra como está organizado o campo de poder: os políticos e sua gama de interesses e ambições comandando tudo, e os literatos, ingênuos, desinteressados, tão sinceros, amorosos e devotados à arte.

Alencar vai ser sempre este homem duplo: o romântico, sonhador extremado, e, por força da virilidade, também um ser político. Por isso ele vai afirmar textualmente à frente: “[...] o único homem novo e quase estranho que nasceu em mim com a virilidade foi o político.” (Ibidem, p. 48).

Todas as biografias vão ressaltar esta duplicidade (real) do literato e do político, enfatizando a denegaçãdo financeira do artista. E criando um personagem romântico inteiramente devotado à arte por outra generosidade (construçãdo irreal). Como já vimos anteriormente, Alencar conquistou lucros simbólicos na literatura e lucros reais no comércio com o “bom ladrãdo” Garnier.

O político já teria uma grande justificativa para ser dominado: é um artista. E o artista teria assim uma grande justificativa para “lutar com unhas e dentes” pelo seu capital simbólico e financeiro: é um político idealista, por isso fracassado.

A ironia deste jogo da política como a máscara da virtude, e da arte como ascetismo forçado, é que Alencar negaria a D. Pedro a grande honra de construir, através de sua grande trama simbólica, o Império da ciência e da cultura, o que lhe

conferiria o título de pai da literatura brasileira. E Alencar sofreria o revés de ser desmascarado como desinteressado politicamente porque ao ser negado o cargo de senador vitalício, demonstrou publicamente seu ódio. Seus algozes, como Nabuco, perspicazes, não deixariam passar em branco estas duas lógicas aparentemente tão óbvias: comer chocolate na política e passar por faquir na literatura.

Alencar e as mulheres

A função de “ledor” para as mulheres traz outro aspecto importante que precisa ser analisado. Eram elas as donas-de-casa ou senhoras solteiras à espera de marido, que, ao lado dos estudantes, formavam os dois principais públicos de leitores do país.

Afora os dias de sessão, a sala do fundo era a estação habitual da família. Não havendo visitas de cerimônia, sentavam-se minha boa mãe e sua irmã, D. Florinda, com os amigos que apareciam, ao redor de uma mesa redonda de jacarandá, no centro da qual havia um candeeiro. Minha mãe e minha tia se ocupavam com trabalhos de costuras, e as amigas, para não ficarem ociosas, as ajudavam. Dados os primeiros momentos à conversação, passava-se à leitura e era eu chamado ao lugar de honra. (ALENCAR, 1998, p. 29).

Havia uma mudança no perfil feminino a partir de 1850. Primeiro a questão da superação do analfabetismo. A partir dos anos 40 surgem os primeiros colégios femininos na Corte e nas principais províncias, os quais, além das “prendas para o sexo frágil”, como dizia um anúncio de um destes colégios, imprimiram o gosto pelas artes e pela literatura. A maioria dos cronistas da época, entre eles Morales de Los Rios, relata que no cenário do século, após a vinda da Corte Portuguesa, as mulheres tinham muitos filhos, não havia padrão de moda e de beleza rígido, e as esposas viviam confinadas em casa, sendo tratadas com extrema severidade pelos maridos: qualquer suspeita era justificativa para enviá-las à reclusão num convento.

Mas com as escolas ,a abertura dos espaços públicos, lojas e ruas, como a do Ouvidor, estas mulheres, anteriormente confinadas em suas casas, saem às compras, passam a exercer novas funções sociais como de receber e promover eventos sociais, bailes, saraus, recepções, o que passa a influenciar a própria vida do marido.

Estas mulheres passam, junto com estudantes a ler jornais, poesia e romances folhetins. “Na década de 40 vendia-se cerca de 5 mil periódicos. Em 1860 este número pula para 20 mil, em 1870 calcula-se em 30 mil o número de exemplares vendidos” (MACHADO, 2001, p. 41).

Os jornais, percebendo este público, passam a atrair e satisfazer o mercado feminino, cada vez mais interessado por literatura: a princípio com poesia, e logo a seguir, com ficção, que encontra no folhetim o veículo ideal.

No início, as obras eram traduzidas, sobretudo do francês. As traduções eram feitas sem qualquer autorização dos autores ou editores. Em 1853, o *Jornal do Comércio* começa a publicar uma tradução de *O Conde de Monte Cristo*. O sucesso foi tanto que, ao terminar, o jornal resolveu fazer uma continuação da obra de Alexandre Dumas, caseira, intitulada: “A mão do finado”. O verdadeiro autor era Alfredo Polosso Hogan – jornalista português radicado no Brasil. Alertado para o fato, Dumas escreveu uma carta indignada para o jornal. De nada adiantou, o folhetim prosseguiu com o mesmo êxito.

Esta experiência fez pipocar os primeiros folhetins nacionais. “O grande marco neste sentido” narra Ubiratan Machado, foi o sucesso de *O Guarani*, quando publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 1857. Foi como o desencadear de uma força natural. O entusiasmo despertado em particular nos públicos feminino e jovem constituiu uma autêntica “novidade nacional”, conforme Taunay (s/ano *apud* MAGALHÃES JÚNIOR, 1977).

Escrever folhetim significava entrar no mercado novo que traria novas recompensas simbólicas e a mudança nos hábitos cotidianos dos jornalistas-folhetinistas. No caso de *O Guarani*, escrito entre fevereiro e abril de 1857, Alencar, que era gerente do diário, responsável pelo conteúdo e setor comercial, passa a ter uma intensa jornada de trabalho:

[...] no meio das labutações do jornalismo, o operário não somente com a redação de uma folha diária, mas com a administração da empresa, desempenhei-me da tarefa que me impusera, e cujo alcance eu não medira ao começar a publicação, apenas com dois primeiros capítulos escritos. Meu tempo dividia-se desta forma. Acordava, por assim dizer, na mesa do trabalho; e escrevia o resto do capítulo começado no dia antecedente para enviá-lo à tipografia. Depois do almoço entrava por novo capítulo, que

deixava em meio. Saía então para fazer algum exercício antes do jantar no Hotel Europa. À tarde, até nove ou dez horas da noite, passava no escritório da redação, onde escrevia o artigo editorial e o mais que era preciso. O resto do serão era repousar o espírito dessa árdua tarefa jornalreira em alguma distração, como teatro e as sociedades (ALENCAR, 1998, p. 61).

A partir desta experiência de vida atribulada, Alencar passa a atribuir-se em todos os momentos o evangelho do trabalho que era então um ideal burguês³⁶. E na sua autobiografia este aspecto vai ser retratado a partir destes três anos de experiência como jornalista e folhetinista, ganhando em todas as biografias de Alencar, lugar de destaque.

Este credo do trabalho, então em expansão naquele novo mundo, era dirigido “[...] ao macho da espécie, menino, rapazes e homens, mas incluíam tacitamente as mulheres em seu escopo.” (GAY, 2002, p. 219). Apesar da entrada das mulheres nos espaços públicos e na nova visibilidade que elas ganhavam, o culto ao trabalho destinava-lhes a gerência do lar: administrar criados, cuidar do orçamento doméstico, assumir um papel importante na criação dos filhos. A casa era o espaço delas por excelência. No caso de Alencar, os móveis e praticamente todos os objetos existentes eram escolhidos pela esposa dedicada, Georgiana Augusta Cochrane. Mas ela não vai merecer do autor uma única menção específica na sua autobiografia literária. Para falar do casamento, ele usa toda sutileza, além de falar da literatura como mero passatempo, dizendo que o casamento “não marca época na sua crônica literária”:

Pouco depois (20 de junho de 1864) deixei a existência descuidosa e solteira para entrar na vida da família, onde o homem se completa. Como a literatura nunca fora para mim uma boêmia, e somente um modesto Tibur³⁷ para o espírito arredoio, este sempre grande acontecimento da história individual não marca época na minha crônica literária. (ALENCAR, 1998, p. 72).

³⁶ “Em geral, os aristocratas não lhe davam valor e os pobres não precisavam dele.”, diz Gay (2002, p. 217).

³⁷ Alencar se refere aqui a Tibure, antiga cidade italiana (hoje Tívoli), cujos sítios paradisíacos eram frequentados pelos romanos ricos.

Mas quando enfatiza a vida do trabalho, em lugar de mostrar qualquer contribuição ou solidariedade feminina, Alencar localiza um detalhe da sua memória que mostra mesmo sua independência total a qualquer relação familiar e cria uma figura que seria símbolo tanto de sua capacidade de trabalho, quanto de sua simplicidade na vida intelectual, uma banquinha de cedro:

Nossa casa no Largo do Roccio número 73 estava em reparos. Trabalhava eu num quarto do segundo andar, ao estrépito do martelo, sobre uma banquinha de cedro que apenas chegava para o mister da escrita; e onde minha velha caseira Ângela servia-me o parco almoço. Não tinha comigo um livro; e socorria-me unicamente a um canhenho, em que havia em notas o fruto de meus estudos sobre a natureza e os indígenas do Brasil. (ALENCAR, 1998, p. 62).

Então, se a literatura era um momento de sinceridade, desprendimento, e tão feminino quanto sua relação com a mãe, era também uma atividade só dele, sem nenhuma relação com sua mulher.

Ao descrever a burguesia vitoriana, Gay fornece uma chave para o entendimento desta discrição de Alencar em relação a sua companheira:

[...] os homens não precisariam temer o poder secreto da mulher se ela fosse suficientemente discreta quanto a isso – em suma, a musa, a inspiradora silenciosa dos grandes homens. Trata-se da esposa que toma lugar secundário enquanto o marido se exhibe no grande palco do mundo, mesmo reconhecendo (ainda que ele não o faça) ser a verdadeira inteligência da casa (GAY, 2002, p. 224).

Quanto a esta discrição exagerada, um dos mais experientes biógrafos de Alencar e de vários outros literatos brasileiros, Raimundo Magalhães Júnior, iria observar:

Surpreende, na vida de Alencar, a discrição acerca de seus problemas sentimentais e da sua vida conjugal. Se muito escreveu a respeito de si mesmo e de suas obras, quase não deu palavra sobre o modo pela qual conheceu aquela que seria sua esposa, como a cortejou e obteve, por fim, a sua mão (MAGALHÃES JÚNIOR, 1977).

O casamento tardio de Alencar é um importante momento de posicionamento do literato em relação à aristocracia e à burguesia financeira. Por isso deve ser interpretado não como um simples registro biográfico, mas como uma tomada de posição, um deslocamento para um campo social que sempre lhe fascinou.

O escritor já tivera uma forte inclinação por uma jovem da aristocracia do Império, Francisca Calmon Nogueira Vale da Gama, que mesmo incensada por ele nas suas crônicas “Ao correr da pena”, trocou-o por um nobre português.

É importante perceber que a decisão de trocar Alencar por um nobre português é atribuída à família da moça. É que o casamento nestes tempos já se transformara num grande e sério negócio. “A maior parte dos casamentos fazem-se independentemente do amor”, escreveu Machado de Assis em 1872 (TRIGO, 2001, p. 129), lembrando em seguida que, “nos casamentos de conveniência”, a civilização aliou “dois vocábulos inimigos”.

Inimigos ou não, era a praxe do tempo. Se no caso de Alencar ocorreu com certa espontaneidade por parte dos dois, teve certamente uma troca firme de interesses. Pela importância desta troca de interesses e por seu significado no intrincado posicionamento de campo de Alencar vale uma descrição detalhada deste casamento.

Tudo começou quando Alencar, depois de ter escrito *Diva*, declarou-se esgotado e doente; tendo recebido conselhos médicos para evitar qualquer esforço intelectual, resolveu se hospedar no Hotel Bennett, no Alto da Tijuca, em busca de descanso e ares mais puros. Alencar andava pelo parque, contemplava a cascatinha e, por vezes, ia a cavalo até a Vista Chinesa. Thomas Cochrane e sua esposa, a brasileira Helena Augusta Cochrane, filha do Coronel Inácio José Nogueira da Gama e sobrinha do Marquês de Baependi, tinham uma grande mansão no alto da Tijuca.

Mesmo biógrafos poucos afeitos à análise destes aspectos, viram em Thomas Cochrane um interesse num encontro com Alencar. E no convite feito ao escritor para visitar sua mansão e conhecer a filha mais velha do segundo casamento de Helena Augusta – Georgiana, então com 18 anos –, havia algo mais que amizade desprendida.

Alencar foi à mansão, conheceu esposa e filhas e passou rapidamente a namorar a filha do casal. Obviamente, o escritor nunca explicitou qualquer jogo de interesses publicamente, mas seu livro *Sonhos d'Ouro*, é para alguns analistas, baseado neste romance do escritor com Georgiana. O personagem principal Ricardo é um advogado pobre que começa a lutar pela vida no Rio de Janeiro. Ricardo conhece a linda e caprichosa Guida, a quem encontra acidentalmente num passeio. A moça falava inglês corretamente e andava com uma governante inglesa.

Alencar descreve Ricardo como um trabalhador infatigável, com amor pela literatura mais do que por sua profissão de advogado:

Ricardo bem sentia que não tinha real vocação para a profissão forense; a aridez desses estudos, que os rábulas costumam amenizar com desbragadas verrinas, não se conforma por certo à sua inteligência brilhante, colorida por uma imaginação de artista. Mas o mancebo, não obstante, aceitava essa carreira como dever, pela impossibilidade de escolher outra que lhe proporcionasse os maiôs de subsistência e os recursos para manter sua família, que se achava em circunstâncias precárias. (ALENCAR, 1959, p. 788).

Muitos outros detalhes mostram que o autor fez uma novela *à clef*, um auto-retrato. No romance há mesmo um amigo dos tempos dos bancos universitários que lhe oferecera para obter alguma colaboração nos jornais da Corte, exatamente como Francisco Otaviano fez como Alencar. O biógrafo Magalhães Júnior encontrou as letras do nome Ricardo, todas tiradas de Martiniano de Alencar, e depois afirma que a história é mesmo de José de Alencar:

[...] [a] história do advogado pobre, atraído e fascinado pela moça rica, de educação européia e modos desembaraçados, mas hesitando em casar-se com ela, um tanto por orgulho e um tanto, ainda, por medo de ser acusado de ter feito um casamento de interesse (MAGALHÃES JÚNIOR, 1977, p.175).

Em *Sonhos d'Ouro*, Ricardo e seu amigo Nogueira falam sobre a questão do casamento e dos interesses envolvidos:

Só lhe falta um casamento rico, para coroar sua rápida fortuna. O casamento rico é em verdade um achado da maior importância. Se o

indivíduo não tem pátria, nem família, dá-lhe uma apresentável; se já possuiu esses trastes, ficam-lhe duas, o que não é para desprezar. São duas amarras, lá e cá [...]. (ALENCAR, 1959, p. 775).

De fato, ao casar-se Alencar tinha uma carreira fulminante: cronista, diretor de jornal da corte, autor de romances e peças de sucesso, consultor jurídico de Ministério, conselheiro do Império e deputado geral. Faltava-lhe entrar diretamente para a aristocracia e garantir-se numa família financeiramente rica. Isto o casamento o fez num passe de mágica, como era hábito à época.

O curioso é como se para conseguir a posição de poder no campo político, Alencar, depois do insucesso da primeira eleição ao lado dos liberais, não hesita em trocar de lado aderindo para o resto da vida aos conservadores. O casamento foi uma segunda traição familiar, pois sua esposa era prima em segundo grau do famoso Almirante Thomas Cochrane, Marquês do Maranhão, o mesmo que pôs a prêmio, e conseguiu, a cabeça do tio de Alencar, o revolucionário Tristão Gonçalves de Alencar Araripe.

A biografia tradicional faz aqui um estudo ideográfico do caso particular “José de Alencar” e ignora quase completamente o esforço para inserir a obra e o autor num sistema de relações. No entanto, é preciso voltar a relacioná-lo com a classe dos fatos que estruturam sua trajetória sociologicamente.

Não é por acaso que na formatação clássica do projeto de Alencar há uma dupla determinação: a criação de um indivíduo criativo, esforçado, decidido a ser grande, digno de obter uma atenção reverencial e também o político que busca ser verdadeiro e fracassa diante da realidade cruel. Tal campo ideológico na verdade expressa, embora de forma transfigurada a posição de Alencar no campo literário, onde ali ele é o grande pai, o vendedor de livros, o fundador de uma nação literária, e a posição do campo literário em relação ao campo de poder, onde a fração intelectual e artística se encontra inteiramente dominada.

A busca da autonomia aumentaria o interesse pela *persona* do escritor e do artista, mas exigiria um completo sistema formado por crítica, instância de prestígio, autonomia financeira, autonomia intelectual, entre outros.

A análise tradicional que identifica as condições sociais que produzem singularidade de um autor e sua obra e as determinações de classe também não

enxerga as mudanças de posições dentro do campo literário, e este dentro do campo maior de poder. Por isso mesmo, as biografias mais contemporâneas de Alencar que querem integrar a questão da classe social, mediadas pela estrutura familiar e pelas experiências biográficas, não encontram explicações para os vaivéns de Alencar.

A simples ascensão social, e luta de um pequeno burguês para subir, teriam permitido sua chegada ao poder (o que efetivamente aconteceu) sem os efetivos reveses a que Alencar se submeteu e ao seu melancólico final de vida (que tanto impressionou a Machado). A análise, portanto, não é de que maneira Alencar chegou a ser o que é, mas quais foram os condicionantes individuais (capital social, herança, domínio da palavra falada, domínio de boas maneiras, o *habitus* – para usar o conceito de Bourdieu) dos escritores que formavam o campo literário nesta época para poder ocupar as posições pré-dispostas para eles e para poder adotar, em consequência, as tomadas de posições estéticas e ideológicas ligadas objetivamente às posições ocupadas. E mais: de que maneira os intelectuais e literatos se portavam em relação ao poder?

O casamento de Alencar é nestes termos uma tomada de posição em relação ao campo de poder, a conquista de uma honorabilidade aristocrática (embora não tão garantidora de poder quanto seria o casamento com uma aristocrata brasileira íntima da corte) e uma estabilidade financeira burguesa (garantida pelo suporte de um grande burguês inglês).

Alencar, neste caso, já chegara ao máximo de poder dentro dos espaços sociais dos literatos, e como produtor de bens simbólicos, neste momento ele entra no jogo dos conflitos entre facções da classe dominante. Não esqueçamos de que os escritores e artistas de praticamente todo o mundo (inclusive na França onde este campo se autonomizaria bem mais rapidamente) eram uma fração da classe dominante a partir do Romantismo, contudo, trata-se de

[...] uma fração dominada da classe dominante que em razão de sua posição estruturalmente ambígua está necessariamente obrigada a manter uma relação ambivalente tanto com as frações dominantes da classe dominante (os burgueses), como com as classes dominadas (o povo), e a fazer-se uma imagem ambígua da própria função social, mas exatamente, dado que o mercado literário e artístico, com suas sanções anônimas,

imprevisíveis e mutáveis, pode criar disparidades sem precedentes entre os intelectuais, estes estão obrigados a identificar-se, mais ou menos claramente, em função de que realmente são, quer dizer, produtores de mercadorias. Desta relação sua com o mercado depende a imagem que os escritores e artistas fazem diante do grande público [...]. (BOURDIEU, 1983, p. 23).

É importante ressaltar neste caso da tomada de posição pelo casamento, que Alencar ao casar-se com Georgiana Cochrane faz uma adesão a um representante da burguesia financeira internacional que ele tratara até então com profundo desprezo. Basta lembrar o episódio de sua saída do escritório do “Correio Mercantil”, de seu amigo Francisco Otaviano.

Nos anos de 1855, José de Alencar lutou “com unhas e dentes” através de sua coluna “Ao correr da pena” contra os privilégios concedidos às chamadas “sociedades em comanditas” (surgidas a partir da criação do Código Comercial de 1850). Eram empresas que obtinham concessões para construção de estradas de ferro, navegação a vapor, bondes urbanos, e até bancos de crédito, e que a partir daí atuavam com captação de recursos na bolsa (então denominada Praça do Comércio). O escritor cearense chamava estas concessões de “a grande loteria do caminho de ferro”.

Alencar inicia sua crítica moderadamente, ao reconhecer que:

Este espírito de empresa e atividade comercial prometem sem dúvida alguns grandes resultados para o país; porém é necessário que o governo saiba corrigi-lo e aplicá-los para o país; porém é necessário que o governo saiba dirigi-lo e aplicá-lo convenientemente; do contrário, teremos de sofrer males incalculáveis. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1977, p. 51).

Com o passar do tempo, o escritor começa a ficar cada dia mais contrário a companhias criadas para o jogo nas bolsas e a conquista de concessões. Diz ele: “Nada hoje se faz senão por companhia. A iluminação a gás, as estradas, os açougues, o asseio público, a construção das ruas, tudo é promovido por este poderoso espírito de associação que agita atualmente a praça do Rio de Janeiro”. E começa a mostrar sua irritação com o próprio tipo do investidor, o burguês ligado ao novo setor industrial e financeiro que assusta os grandes proprietários de terra:

[...] se encontrardes por aí algum sujeitinho de chapéu rapado, de laço de gravata à banda, roendo as unhas, ou coçando a ponta da orelha, não penseis que é um poeta ou romancista à cata de uma rima ou de um desfecho para seu último romance. Nada! O tempo destas bagatelas já passou. Podeis apostar que o tal sujeitinho ruma o projeto de uma empresa gigantesca, e calcula na ponta dos dedos o ganho provável de uma companhia qualquer. E assim tudo o mais. Vê-se hoje pelos salões, pelas ruas a cada canto, certos indivíduos a segredarem, a trocarem palavras ininteligíveis e a falar à *mezza voce* uma linguagem incompreensível, cabalística. Um homem pouco experiente tomá-los-ia por carbonários ou membros de alguma sociedade invisível ou confraria secreta. Qual! São finórios que farejam a criação de uma companhia, e que tratam de se arranjar para não ficarem sós, isto é, sem dinheiro. (apud MAGALHÃES JÚNIOR, 1977, p. 52).

Nesta mesma crônica, Alencar faz-se precursor das estatais:

[...] podia o Governo aproveitar em muitos outros objetos de serviço público o espírito de empresa e associação que tão rapidamente se desenvolveu em nosso comércio. [...] Por que, em vez de esperar que os interesses individuais especulem sobre a utilidade pública, não promove ele mesmo a criação das companhias que entende convenientes para o país? (MAGALHÃES JÚNIOR, 1977, p. 53).

E mostra mesmo grande preocupação com os proletários:

Esta classe, pois, merece do governo alguma atenção; o que hoje é apenas carestia e vexame, se tornará em alguns anos miséria e penúria. É preciso, ao passo que o país se engrandece, prevenirmos a formação dessa classe proletária, dessa pobreza, que é a chaga e ao mesmo tempo a vergonha das sociedades européias. Apliquem-se os nossos espíritos econômicos a este estudo digno de uma grande inteligência e de um grande povo. Porque a Europa ainda não conseguiu chegar à solução deste grande problema social, não é razão para desanimarmos. Somos um país novo; o progresso espantoso da atualidade deve ter reservado alguma coisa para nós; o mundo velho eleva a indústria a um desenvolvimento admirável; talvez os segredos da ciência tenham de nos ser revelados na marcha da nossa própria sociedade. O que é verdade é que não devemos deixar de concorrer com as nossas forças para essa obra filantrópica da extinção da pobreza proletária. E isso não porque receemos tão cedo a existência deste cancro

social, mas porque semelhante estudo deve-se guiar nos meios de prevenir os vexames e misérias por que pode passar a classe pobre no nosso país. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1977, p. 53).

Os jornais estampavam neste ano matérias pagas a favor e contra privilégios outorgados pelo governo. O inglês Thomas Cochrane, seu futuro sogro, publicava em nome de um grupo de capitalistas chefiados por seu compatriota William Kennard, uma página de jornal lutando pelo privilégio de construir uma estrada de ferro. Cochrane se fixara no Brasil em 1829 e já a 4 de novembro de 1840 se torna detentor da primeira concessão para a construção da estrada de ferro do Rio a São Paulo, por um período de 80 anos. Por falta de início da obra a concessão foi considerada caduca em 1843, mas foi revalidada por insistência do ex-concessionário em 1849, vindo a ser de novo anulada por deliberação legislativa. Contudo, ao ser organizada a companhia, que Alencar inclusive atacará em suas crônicas, o Dr. Thomas Cochrane recebeu uma indenização de 30 mil libras do tesouro nacional.

A posição crítica de Alencar culminou com a famosa demissão do “Correio Mercantil” depois de atacar a lista dos subscritores das ações da Estada de Ferro Dom Pedro II (exatamente a de Thomas Cochrane, que viria a ser sogro do romancista).

Ao casar-se, Alencar se une a um grande beneficiário das concessões e não a um proprietário de terras. Esta nova reconversão do cearense significa que os apoios oligárquicos até então conquistados já lhe permitiam seguir um novo modelo de excelência disponível: em vez de grande mandarim do Império, graças a uma aliança por casamento com uma filha de alto dirigente da oligarquia imperial, a tranquilidade financeira de ter uma família ligada a um grande burguês inglês envolvido nas negociatas das concessões. Dominado nas relações de forças internas de poder em virtude da posição frágil que ocupa perante a oligarquia.

A vida acadêmica

A partir da independência, com a emergência do Estado Nacional verificou-se a necessidade da formação de quadros para a autonomização do Brasil. Não seria mais possível depender das universidades européias, principalmente Coimbra, de onde saíram a maior parte dos membros da elite brasileira. Foram criados então as Faculdades de Direito de São Paulo e Pernambuco e os cursos médicos no Rio de Janeiro e Bahia.

A formação desta *intelligentsia* se deu a partir de dois fenômenos distintos: a criação de uma consciência nacionalista, fundada em bases ético-jurídicas e que encontrou nas teses liberais sua base ideológica, e a profissionalização da política a partir da criação da figura do bacharel.

Sérgio Adorno (1988), como a maioria dos que estudaram o período, mostra a importância do bacharelado para a Monarquia: “Operando no contexto de uma monarquia patrimonial, apropriaram-se os bacharéis das oportunidades de acesso e promoção nas carreiras diretivas dos órgãos centrais e regionais do Governo.” Adorno vai avaliar o caso da faculdade de Direito do largo São Francisco e mostrar que se os cursos eram de qualidade duvidosa, do ponto de vista jurídico, a sociabilidade que se produzia ali era o seu ponto forte:

Toda uma “trama” intrincada de relações e práticas sociais constituiu o terreno que fez emergir o principal intelectual da sociedade brasileira durante o século passado: o bacharel. Tratou-se de um intelectual que se desenvolveu às expensas de uma vida acadêmica controversa, agitada e heterogênea, construída nos interiores dos institutos e associação acadêmicos, que teve no jornalismo seu mais eficaz instrumento de luta e tornou viável a emergência de uma ética jurídica liberal, defensora das liberdades e da vigília permanente da sociedade. As Academias de Direito fomentaram um tipo de intelectual produtor de um saber sobre a nação, saber que se sobrepôs aos temas exclusivamente jurídicos e que avançou sobre outros objetos do saber. Um intelectual educado e disciplinado, do ponto de vista político e moral, segundo teses e princípios liberais. (ADORNO, 1988, p. 79).

São Paulo era então uma cidade acanhada. De acordo com dados de Morse (1970 *apud* ADORNO, 1988), em 1836 a cidade tinha cerca de 12.200 habitantes, e

em 1855 tinha 15.400. Durante os anos em que Alencar esteve por lá, ela deveria ter entre 13 mil e 14 mil habitantes. O sistema de transportes era precário, não havia plano de arruamento e calçamento e a iluminação pública à base de querosene era praticamente inexistente. Não havia sistema de canalização de água e o abastecimento de alimentos era feito à base dos antigos carros de boi. O impacto econômico do cultivo do açúcar na região oeste e do café no vale do Paraíba ainda era pequeno sobre a expansão da cidade. Tudo girava em torno da Academia de Direito de São Paulo:

São Paulo parecia viver às expensas da vida acadêmica. Não somente os estudantes eram efetivos usuários dos serviços urbanos, a despeito de sua precariedade, como também a vida social e cultural se desenvolvia como se emanasse dos interiores da Academia. (ADORNO, 1988, p. 80).

Em geral, até acontecimentos como bailes, festas e comemorações cívicas eram promovidos pelos e para os estudantes, a tal ponto que imigrantes portugueses, sediados na cidade, se queixavam de serem discriminados.

Foi com a força propulsora de mudanças comportamentais e culturais partida da ação dos acadêmicos, dos institutos e associações, que a cidade foi perdendo a fisionomia provinciana e se abrindo para as grandes transformações pelos quais iria passar a partir do final do século XIX.

Nos seus três primeiros anos de estudos preparatórios, Alencar se dedicou aos livros e ao recolhimento, mas o convívio com colegas de pensão, principalmente com Francisco Otaviano, lhe forneceria um capital social que seria fundamental para o resto da sua vida.

O acesso à informação foi o primeiro passo. O comércio de livros era considerado artigo de luxo e raro em São Paulo; e apesar de relativamente mais baratas, as obras literárias tinham pouquíssima circulação. Ao contrário da Corte, São Paulo não tinha gabinetes de leitura nem praticamente livrarias frequentáveis. O processo de troca de informação se dava assim:

[...] cada estudante, de volta das férias, traz o que pode juntar de livros e empresta aos companheiros. A livraria de maior cabedal é a de seu condiscípulo Francisco Otaviano de Almeida Rosa, mais velho uns quatro ou cinco anos, que anda pelo fim do curso, completado com menos de 21

anos, e que herdara do pai escolhida coleção dos melhores escritores da época. (MENEZES, 1977, p. 63).

Os livros e o universo de amor à literatura, erigidos à condição de mitos, fazem parte da construção deste novo universo mental do escritor Joaquim Manuel de Macedo com seu recém-publicado *A Moreninha*, torna-se um ídolo: “ainda me recordo das palestras em que o meu companheiro de casa falava com abundância de coração em seu amigo e nas festas campestres do romântico Itaboraí³⁸ das quais o jovem escritor era o ídolo querido.” (MENEZES, 1977, p. 64).

Mesmo depois do ingresso no Curso de Direito, o ambiente extra-ensino, a vida literária, tudo isto foi marcante para a formação de Alencar. Adorno explica o impacto desta sociabilidade sobre os bacharéis:

De fato, observações apontadas pela literatura existente sobre o ensino jurídico, durante a vigência da monarquia, indicam que um ambiente extra-ensino, independente da relação didática estabelecida entre corpo docente e corpo discente, foi efetivamente responsável pela formação profissional do bacharel. Esse ambiente reuniu, em uma mesma instituição, a militância política, o jornalismo, a literatura, a advocacia e, sobretudo, a ação no interior dos gabinetes. São estas as marcas “ornamentais” do intelectual/bacharel que o período focado nesta pesquisa conheceu. (ADORNO, 1988, p. 92).

A tese de que “[...] o ensino jurídico do Império nunca existiu completamente”, esboçada por Venâncio Filho (*apud* ADORNO, 1977, p. 94), é seguida por Adorno (1988) que enfatiza que a vida acadêmica bastante agitada e controvertida propiciou as condições sociais e culturais para a profissionalização jurídico-política do bacharel.

Os comentaristas e as crônicas da época destacam exatamente o surgimento de dois padrões de influência e tema de preocupações nas cerca de 80 repúblicas estudantis que existiam em São Paulo neste período: a ideia da criação de uma nação, o sentimento nacionalista, e o romantismo como forma de paixão pelas letras. Se incontáveis dificuldades recaíam sobre a estrutura didática e

³⁸ Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, político e senador do Império, por duas vezes presidente do Conselho de Ministro.

administrativa do curso de Direito, as letras concediam um polimento, um prestígio intelectual e potencializava a força que o diploma concedia, “[...] como um passaporte para funções eminentes, o teor distanciado da cultura ungiu de marginalidade esse instrumento insuperável de tomada de contato com a vida.” (ADORNO, 1988, p. 158).

Alencar fala da força deste ambiente e da cultura vivida ali:

[...] nenhum dos ouvintes bebia esses pormenores com tamanha avidez como eu, para quem eram eles completamente novos. Com a timidez e o acompanhamento de meus trezes anos, não me animava a intervir na palestra; escutava à parte; e por isso ainda hoje tenho-as gravadas em minhas reminiscências, estas cenas do viver escolástico (ALENCAR, 1998. P. 39).

A maioria dos biógrafos reconhece que a passagem de José de Alencar pelos bancos escolares foi quase obscura. E para justificar estes aspectos sobram conjecturas do clássico momento de gestação de gênio:

Nenhum ruído faz entre os colegas, e só os íntimos conhecem a vastidão da inteligência que se aninha em corpo tão frágil. Nunca procura se sobressair. Traz para São Paulo a imaginação e a sensibilidade profundamente abaladas pelos romances que a mãe o faz ler para distrair-se. E, enquanto os companheiros se ocupam nestas intermináveis polêmicas, nestas justas interessantes, que têm constituído o galardão da academia paulistana, o pequeno Alencar, durante os sete anos que ali passa, se esconde para ruminar os planos de glória futura. Lê sem descanso novelas e promiscuamente passa em revista os monumentos da literatura romântica. (MENEZES, 1977, p. 64).

Aos 13 anos, em maio de 1843, Alencar parte para São Paulo, onde ia cursar os preparatórios que lhe faltavam para entrar no curso jurídico. Como todos os literatos bacharéis do II Reinado, o escritor nunca teve orgulho da sua carreira jurídica, mas fala do tempo dos bancos da faculdade com saudade: “A página acadêmica é, para mim, como para os que a viveram, riquíssima de reminiscências, e nem podia ser de outra forma, pois abrange a melhor monção da existência.” (ALENCAR, 1998, p. 38).

Ao desembarcar em São Paulo Alencar vai morar numa república (rua São Bento, esquina da rua da Quitanda).

Na verdade, havia por toda república estudantil em São Paulo uma febre do que Nelson Werneck Sodré (1964) chamou de “xarope romântico”. Neste centro urbano mal saído da monotonia colonial, os estudantes de direito simulavam tudo aquilo que o meio não lhes podia proporcionar: “[...] como nas orgias de Newstead, se bebia cachaça em crânios humanos, coroados de rosas. Era a Noite na Taverna.” (DODRE, 1069, p. 298).

Alencar, mais tímido, nunca se meteu nas famosas farras românticas, e aquele clima lhe chegava mais como fonte de evasão e sonho:

Os dois primeiros anos que passei em São Paulo foram para mim de contemplação e recolhimento de espírito. Assistia arredio ao bulício acadêmico, e familiarizava-me de parte com esse viver original, inteiramente desconhecido para mim, que nunca fora pensionista de colégio nem havia, até então, deixado o regaço da família. (ALENCAR, 1998, p. 45).

Em suma, não estiolava-se e desfazia-se. O saber dos bacharéis era novo, ornamental e não constituía base para nenhuma aventura do conhecimento ou transformação social, mas ajudava enormemente a carreira do indivíduo, sendo um fator importante de projeção positiva e de status social.

Quanto ao impacto do bacharelismo e da vida literária de então sobre a sociedade brasileira há uma dissensão entre os analistas. Para alguns, era meramente ornamental e conferia somente prestígio. Teria havido, durante o século XIX, articulação entre a produção de conhecimento e a produção de bens materiais, porquanto a educação brasileira se limitava à distribuição de *status* (SODRÉ, 1964 *apud* ADORNO, op. cit.). Para Adorno, as observações extraídas quer das fontes primárias, quer das secundárias, contestam essa hipótese:

Não somente os bacharéis se apropriaram de todas as oportunidades oferecidas pelo “mercado político”, assim como se fizeram constituir em legítimos cidadãos. Se não houve articulação entre produção de conhecimento e produção de bens materiais – como pretende Wanderley Guilherme dos Santos -, de qualquer modo, em uma sociedade de base agrário-escravista sob a égide de um Estado patrimonial, o monopólio da

distribuição de status representou garantias efetivas de prestígio social e de controle de poder político. Na medida em que este monopólio esteve quase restrito a órbita dos bacharéis – ao que tudo indica, apenas os médicos ameaçaram tal privilégio e isso somente a partir da segunda metade do século XIX, quando os bacharéis já se encontravam à frente dos principais cargos diretivos do estado – não se pode desacreditar que o sistema educacional brasileiro, pelo menos o superior, tenha sido omisso em suas atribuições político-ideológicas (ADORNO, 1988. p. 94).

Os documentos que o próprio Alencar nos proporciona, e mesmo a trajetória social de seu colega de república, Francisco Otaviano, mostram que esse conhecimento, longe de ser meramente ornamental, garantiu a esta elite um saber jurídico. Basta ver os dois textos de Alencar sobre o parlamento, editados por Wanderley Guilherme dos Santos e considerados por ele como duas peças de inegável sofisticação. Alencar e Otaviano, apesar de durante toda vida trilharem caminhos em campos políticos rivais (Alencar no partido conservador e Otaviano com os liberais), tiveram uma trajetória de ascensão social: Otaviano fortalecido por um casamento que lhe garantiu posses e poder e fizeram parte do reduzido círculo do poder Imperial. O conhecimento jurídico de Alencar, sua capacidade de escrever, produzir informação de relevo, serviu enormemente aos senhores de terra, a quem ele serviu na dura tarefa de atrasar a libertação da mão-de-obra escrava. Isso significa que estes intelectuais/bacharéis cumpriram fielmente seu papel de garantir a nova ordem Imperial durante o longo período em que o pacto das elites de então esteve vigente.

Assim, o anti-capitalismo romântico e seu ódio ao burguês, que contaminaria a *intelligentsia* centro europeia do fim do século XIX, passou ao largo dos nossos românticos do Império. Se havia uma rejeição à burguesia, devia-se muito mais, como em Alencar, a uma defesa dos valores dos proprietários de terra que viam com temor o burguês industrial e financeiro. Os romancistas brasileiros amparavam-se num liberalismo funcional e flexível que, por sua vez, se apoiava no nacionalismo para ver como afronta ao país (e ingerência inglesa) qualquer restrição ao tráfico negreiro, no estilo seco e eficiente de conservadorismo de Eusébio, Itaboraí, Uruguai, Paraná. Foi exatamente devido à força desses políticos aliados aos românticos, que a supressão do tráfico demorou 25 anos para efetuar-se, ao contrário do que previam expressamente os tratados (BOSI, 1992).

Neste sentido, a trajetória social de Alencar mostra que, em vez de fuga, o Romantismo foi, com seus valores nacionalistas e todo o rico imaginário indianista, muito mais porta de entrada do que de saída para seus protagonistas. Entrada para o campo de poder, imprensados que foram pela minúscula base de leitores e a desestruturação do campo literário.

Este mundo extra-escolar foi, portanto, cenário de formação excepcional, pois ao lado do padrão balzac-byroniano, Alencar é banhado na vivência de sentimentos localistas conforme fica claro na seguinte citação do próprio Alencar:

As palestras à mesa do chá; as noites de civismo conversadas até o romper d'alva entre a fumaça dos cigarros; as anedotas e aventuras da vida acadêmica, sempre repetidas; as poesias clássicas da literatura paulistana e as cantigas tradicionais do povo estudante; tudo isto sugava meu espírito adolescente, como a tenra planta que absorve a linfa, para mais tarde desabrochar a talvez pálida florinha (ALENCAR, 1998. P. 45).

Tal localismo seria bastante útil em contraponto às ideias universalistas pró-abolição. O *ethos* nacional e o clima romântico eram o conteúdo e a sociabilidade acadêmica que aparece tão ingênua nas biografias e, na sua própria versão, eram treino de uma elite que a partir dali teria condições de assumir cargos e responsabilidades dentro do projeto de poder Imperial.

O Alencar jornalista

A vida acadêmica e a formação cultural do bacharel paulista tinham um componente que desempenhava papel importante no treino e formação da elite Imperial: o jornalismo literário e político.

A intensa atividade nos institutos e associações acadêmicas fazia com que a organização e estabelecimento de cargos eletivos, e de comissões para tratar de assuntos variados criassem espaço para o jornalismo como instrumento de luta.

O periodismo ocupou espaço decisivo nas lutas políticas internas, na academia e na formação cultural e intelectual do bacharel. Entre 1830 e 1883 inúmeros periódicos foram criados, dos quais participaram como

editores, redatores e colaboradores notáveis acadêmicos que vieram a se destacar no mundo da política, da literatura e da vida pública em geral. (ADORNO, 1988, p. 159).

Alencar não ficaria de fora desta intensa experiência:

Os dois anos seguintes (1846 a 1847) pertencem à imprensa periódica. Em outra ocasião escreverei esta, uma das páginas mais agitadas da minha adolescência. Daí datam as primeiras raízes de jornalista; como todas as manifestações de minha individualidade, esta também iniciou-se no período orgânico [...]. Fundamos, os primeiranistas de 1846, uma revista semanal sob o título de *Ensaio Literários* (ALENCAR, 1998, p. 48-49).

O jornalista que se inicia ali aparece na narração de Alencar como um aspecto secundário e até mesmo pouco digno, assim ele está sempre disposto a deixar para depois qualquer reflexão sobre sua atuação neste campo. Sérgio Miceli, ao analisar a relação dos escritores com esta atividade, observa que:

O que fora para alguns românticos (por exemplo, Alencar e Macedo) uma atividade e uma prática “tolerada”, tornou-se depois para certos escritores da geração de 1870 (por exemplo, Machado de Assis) uma atividade regular, que lhe propiciava uma renda suplementar cada vez mais indispensável [...] (MICELI, 2001. P. 54).

De fato, para a maioria deste grupo de bacharéis, o jornalismo era uma forma de reforçar seu capital simbólico no campo de lutas do poder, sem no entanto ser obrigado a se submeter ao trabalho árduo e extenuante do dia a dia das redações. Era uma porta de entrada para a política, sem, no entanto, ser vista como uma atividade prioritária. Entretanto, a vida intelectual acontecia na grande imprensa porque ela era a principal instância de produção cultural e de consagração de então. Liberais e conservadores e suas diversas facções oligárquicas disputavam palmo a palmo espaços nos jornais.

Francisco Otaviano, o companheiro de pensão de Alencar, seguiu este percurso. Começou escrevendo no “Correio Mercantil” (o grande jornal dos liberais, de propriedade de Joaquim Francisco Alves, concessionário da estrada de ferro da Bahia ao São Francisco). Logo casou-se com uma rica herdeira, a filha de Alvez

Branco Muniz Barreto, e o sogro levou-o para exercer a direção política do *Correio Mercantil*. Conforme Raimundo Menezes (1977), este era o mais importante jornal dos anos 1850. Para seu substituto no *Jornal do Comércio* indica o nome de Alencar que, entretanto, ainda totalmente desconhecido, é preterido em favor de um figurão da época. Pouco depois, o “Jornal do Comércio” volta atrás e convida Alencar para assumir o mesmo posto que fora de Francisco Otaviano. O cearense escreve então ao seu amigo, indagando se ele gostaria de tê-lo ao seu lado no *Correio Mercantil* ou trabalhando no jornal concorrente. A carta de Alencar transcrita abaixo mostra o grau de importância que as relações nascidas nos bancos da Faculdade de Direito têm como formação de um capital simbólico de amizades, influências e relações de peso nas estratégias de poder e ascensão.

Octaviano,

Lembras-te do que conversamos domingo à noite, vindo de Botafogo, e especialmente de um projeto que me comunicaste, o qual me diz respeito, se há de realizar em setembro? Se te lembras, deves lembrar-te também do que disse na ocasião, que a seguir uma carreira nova para mim, desejava começá-la ao teu lado e debaixo das tuas vistas, porque me sorri essa ideia de continuarmos colegas e amigos, embora já lá vão os tempos de São Paulo. Entretanto, segundo te percebi, qualquer resolução a este respeito não depende unicamente de ti, pois então sei que seria negócio feito. É necessário o acordo de outros e este acordo, bom ou mau para mim, eu precisava sabê-lo hoje. Tive pela manhã um oferecimento vantajoso, [convite do Jornal do Comércio] o qual facilmente adivinhas, porque direta ou indiretamente concorreste para ele. Não o aceitei por precisar consultarte. Comprometi-me, porém a dar uma resposta hoje e por isso volto-me para ti. À noite desejo terminar isto: tu dirás com quem. Preciso dizer-te que te consulto, não só pelo dever rigoroso em que estou, depois do que me disseste, como por interesse meu; quem ganha se contigo eu for, não és tu, sou eu pelo que te disse no começo e por outras razões que te direi. Vem jantar comigo no Hotel da Europa [Rua do Carmo, 69]. Conversaremos sobre este respeito com mais largueza. Irei ao Mercantil esperar-te às 3 horas. Todo teu Alencar.

P.S. – Esqueceu-me dizer-te que qualquer das duas coisas que se realize, *Correio Mercantil* ou *Jornal do Comércio*, desejava que ficasse em segredo. De qualquer dos dois modos te vou substituir e, por conseguinte prefiro que

a dificuldade da posição recaia sobre um nome ignorado absolutamente. (MENEZES, 1977, p. 82).

A carta de Alencar tem o tom afetuoso de irmão mais novo para irmão mais velho, ainda que a reverência exagerada do escritor indique também certo desequilíbrio na relação entre os dois, já que Otaviano havia conquistado, por meio do casamento, um espaço privilegiado no campo de poder oligárquico.

Vale transcrever, aqui, a carta que Otaviano envia do jornal *Gazeta de Notícias* (23/12/1877) narrando como o romancista foi admitido a colaborar permanentemente no *Correio Mercantil*, porque mostra como não existiam posições intelectuais autônomas em relação ao poder político, o recrutamento, as trajetórias intelectuais e artísticas possíveis, dependiam completamente das tramas dos grupos que exerciam o trabalho de dominação. Eis a carta de Francisco Otaviano:

Contra meus votos, torcendo minhas aspirações e só por muita deferência a meu sogro passei do folhetim literário e ameno do Jornal do Comércio para a redação política do Correio Mercantil.

Comunicando à direção daquele jornal a necessidade em que me via de separar-me dele, fui intimado, como é de cortezia na despedida dos ministros, para apontar meu sucessor. – José de Alencar – respondi sem hesitação. Os diretores do Jornal não mostraram nesse dia o tino que bem os encaminhava sempre. *A Semana* agradara, não por grande merecimento intrínseco, mas por aquele espírito alegre, vivaz, pronto a que namoram todas as belas coisas, que comovem todas as grandes ações, desde a riqueza generosa até a pobreza bem suportada, espírito que a tudo se atreve, menos à ofensa por interesse, e que ora é sentimental com naturalidade, ora zombeteiro sem fel. Esse espírito é resplendor passageiro: só nos iluminam por poucos anos na aurora da vida.

Começa a despontar em José de Alencar, em mim já ia declinando. Procurou-se para a *Semana* grande ilustração, o estilo clássico, mesmo o grande talento; mas não se procurou o feitiço, o demônio inspirador dos vinte anos. Do meu conselho se lembraram os diretores do Jornal; já era tarde. Eu estava constituído em centro do partido, redator principal do *Mercantil* e cabeça de família. Abdicara de ser moço. Não podia poetizar, não podia mais andar solto pelo campo da imaginação; tinha de aceitar um roteiro de jornada, em que eram defesas as peregrinações à Boêmia. Reconhecera a necessidade de ter Alencar a meu lado. Ele, cedendo a um

sentimento que a honra, preferiu dar-me o concurso a alistar-se na turma de meus competidores. No correr de 9 de agosto de 1853, dele recebi este aviso [a carta consta do texto]. Pelo tempo que recebi esta carta os conselheiros da redação do *Mercantil* eram meu sogro, o Sr. Muniz Barreto, e os Srs. Sousa Franco e Sales Torres Homem. Deixaram-me plena liberdade de ação. O acordo de que eu falara a Alencar, era somente o de meus colaboradores de trabalho diário, porque foi costume, de que nunca me apartei, prover a harmonia de meus companheiros. Podiam pensar como lhes aprouvessem, mas era essencial que se não combatessem publicamente, e mais do que tudo, que se estimassem pessoalmente. Para eles foi motivo de festa a comunicação reservada que lhes dei, da carta de Alencar. Não podia haver fartura maior. Adivinhavam todas as suas grandes forças intelectuais e todos lhe queriam bem. Às 5 horas da tarde José de Alencar era parte da redação do *Correio Mercantil*. (Apud MAGALHÃES JÚNIOR, 1971, p. 83).

Como se pode notar foi Otaviano quem abriu as portas do mundo jornalístico para Alencar. Anos depois, em 1875, na famosa polêmica com Joaquim Nabuco, Alencar é acusado de

[...] omitir o nome do Sr. Otaviano entre os que “lhe ofereceram as primeiras palmas” ou, para empregar a expressão de que ele serviu-se no recinto mesmo da Câmara, “os louros de sua carreira literária”. A gratidão não é peso suave para todos, mas o Sr. Alencar devia não esquecer que foi o Sr. Otaviano quem armou o cavaleiro. (COUTINHO, 1978, p. 71).

A polêmica Alencar-Nabuco ilustra dois modos de ascensão na trajetória social das elites. Em Alencar, pela fragilidade econômica e pela morte do pai, envolveu um tipo de mobilização do capital das relações sociais. Já para Joaquim Nabuco, com pai vivo e economicamente fortalecido, as relações com o poder Imperial se davam de forma mais oblíqua e independente. Alencar o acusa de ter tido na carreira “um berço de flores arranjado pelo papai”. Nabuco contra-ataca lhe chamando de ingrato pela mobilização de Otaviano em seu favor e insinua seu abandono ao ideário liberal do pai como traição:

De tudo Sr. J. de Alencar acusa o adversário, mesmo de ter um nome respeitado, como se ele não fosse portador de um nome histórico. Eu porém inclino-me a crer que o Sr. José de Alencar não deveu ao seu prenome os

seus primeiros e injustificáveis triunfos somente aos seu prenome, em que lhe pese (COUTINHO, 1978, p. 72).

Sérgio Miceli (2001), ao analisar outra geração, a dos pré-modernos, observa que:

A orfandade, e, ainda mais, a morte do pai, parece constituir uma determinação essencial, uma vez que ela estabelece uma modalidade particular de dependência em face da oligarquia, qual seja, a sujeição mediada pelas relações que a mãe mantém com os parentes ricos, no caso, com a família do marido (MICELI, 2001, p. 30).

Alencar parecia sofrer de dupla determinação: seu pai se constituiu como liderança regional sem grande segurança financeira; perdeu o pai antes mesmo de entrar na política. Os inúmeros trechos em que Alencar se lamuria de ter “lutado dez anos contra o menosprezo dos contemporâneos”, apesar dos exageros inerentes à sua autoconstrução biográfica, evidenciam uma espécie de consciência dessa fragilidade e dependência.

Miceli (2001) sintetiza assim esta posição de orfandade social:

Todas as situações a que se referem em memória e biografias em que ocorre a morte do pai, mesmo nos casos em que tal fato sucede durante a adolescência do futuro escritor, traduzem sobretudo a morte da posição social que o pai ocupava e de todas as posições homólogas no espaço da classe dirigente (MICELI, 2001 p. 33).

Contra Alencar a acusação é dura, pois os liberais (Nabuco era um deles e, além do mais, abolicionista), sempre que tiveram oportunidade, acusaram-no de ter traído o pai por não herdar dele o ardor oposicionista e revolucionário. Também o acusavam de ter assumido uma relação de dependência ideológica em relação a Eusébio de Sousa, mandarim conservador responsável pelo seu primeiro emprego público e por apoios outros decisivos.

A resposta de Alencar à acusação de Nabuco, de ter negado apadrinhamento que recebeu de Otaviano, mostra um escritor zeloso de sua

construção biográfica e ferozmente dedicado a negar que o campo literário tenha lhe dado algum lucro:

Minha carreira literária data da academia, onde redigi uma revista com diversos colegas. Prescindindo, porém desse estágio, ainda não é exato o crítico afirmar que estreei-me na corte como folhetinista do “Correio Mercantil”.

Foi o “Diário do Rio” a primeira das folhas que lembrou-se de convidar-me para seu folhetinista em 1854, se não me engano. Escrevi para este jornal algumas revistas. A primeira valeu-me uma carta particular de animação que dirigiu-me Otaviano nos termos mais afetuosos.

Por esse tempo lutava o “Jornal do Comércio” com dificuldade da substituição daquele ilustre amigo na revista “Semana” que ele criara e acabava de deixar para assumir a redação do “Mercantil”. Dois dos primeiros escritores da época, dos quais citarei apenas J. Rocha, já finado, haviam tentado com pouco êxito o gênero, considerado difícil por sua especialidade.

Qual não devia ser minha satisfação, quando, logo depois da segunda revista, coube-me a honra de ser procurado pela redação do “Jornal do Comércio”, e de receber dela um convite, para colaborar na primeira imprensa do Império como seu folhetinista!

Minha amizade pelo redator do “Mercantil” e o receio de lutar com ele na imprensa, induziram-me a declinar o honroso oferecimento do “Jornal do Comércio” e as vantagens que me faria, preferindo outro lugar de folhetinista em condições mais modestas.

Criei o “Correr da Pena”. Durante oito meses usei da liberdade de escritor na plenitude que eu apreciei sempre, como a primeira das recompensas. Logo que vi-me tolhido, retirei-me, e na mesma noite; não esperei pela manhã.

Imputar a quem assim procede um cálculo e descobrir anúncio nas palavras que reclamei a cessação do título por mim criado; é indicio da capacidade folhetinista para esta sorte de empresas.

Ufanar-me-ia que fosse meu amigo F. Otaviano, cujo talento admiro e invejo, quem me houvesse armado cavaleiro.

Mas a verdade é que não conto com essa glória em minha vida; nem ele nem outro príncipe da imprensa conferiu-me o grau; sempre fui e ainda sou um peão da literatura, como em tudo mais; não tenho brasões.

Deixo, pois, consignado este fato – que minha primeira posição literária, não a devi a influência alheia; obtive-a sem recomendações, e perdi-a por zelo de independência.

As insinuações do crítico não são próprias de um folhetim e só das publicações a pedido. Pode insistir em fabricar-me uma biografia odiosa, não lhe retribuirei, e menos ainda abusarei da confiança que franqueou-me estas colunas.

Sou eu que no Brasil possuo pena de ouro?

Desejaria que tornasse mais clara sua alusão, pois nesta questão de dinheiro, como em todas as outras, eu não me receio, nem mesmo de sua imaginação. Depois da explicação, responderei. (COUTINHO, 1978, p. 80-81).

Como se pode observar, Nabuco se coloca sempre em uma posição de cobrança de autonomia literária, em relação a Alencar. É que ele detinha, nesse momento, e durante quase toda a vida, uma posição social em ascensão e Alencar se situava entre aquelas famílias em declínio, que ocupam posição em falso em virtude de capital material dilapidado e capital social disponível. Para quem se encontra nesta posição a única possibilidade de reconversão depende das possibilidades de fazer valer o capital das relações sociais.

Assim, a trajetória de Alencar explica-se ao mesmo tempo pela tentativa de ocupar o lugar do pai, o senador Alencar - daí a sua luta tenaz para ser senador - no campo político, mesmo que por uma via mais conservadora e pela busca de assumir o papel de pai fundador da literatura nacional, denegando sempre as conquistas financeiras deste projeto literário.

No primeiro, o campo político, ele é herdeiro e assume, mesmo que sempre muito discretamente o ponto de vista dos trunfos da herança, neste caso o capital cultural e social. No segundo, o campo literário, ele se apresenta como um “peão da literatura”, nunca como príncipe herdeiro, com muita disposição e vontade de vencer. Tem-se neste outro caso numa mesma trajetória social: uma divisão entre um “pequeno burguês” que não tem outros recursos que não sua boa vontade (neste caso o literato Alencar), e o herdeiro político – quando falava do desdém dos contemporâneos, explica ele, não era “o desdém dos bons amigos e protetores, pois

estes não constituem o público. E sem eles não poderia lutar.” (ALENCAR, 1998, p. 74).

Alencar e o nascente mercado editorial

É no capítulo final, *Como e por que sou romancista*, que Alencar (1998) vai se posicionar claramente sobre o mercado editorial, sua trajetória em busca de prestígio literário e mostrar as agruras de uma indústria editorial ainda nascente. Ele inicia falando das facilidades que teriam os novos escritores, comparando com as dificuldades que teve para, em seguida, ressaltar seu papel heróico de pioneiro, fundador e desbravador:

Hoje em dia, quando surge algum novo escritor, o aparecimento de seu primeiro trabalho é uma festa, que celebra-se na imprensa com luminárias e fogos de vistas. Rufam todos os tambores do jornalismo, e a literatura forma parada e apresenta armas do gênio triunfante que sobe ao Pantheon. Compare-se essa estrada, tapeçada de flores, com a rota aspérrima que eu tive de abrir, através da indiferença e do desdém, desbravando as urzes da intriga e da maledicência. (ALENCAR, 1998, p. 68).

Alencar mais uma vez quer mostrar que abriu caminho para quem viesse depois dele. Nos seus relatos, o fato de ser o desbravador é sempre um ônus. É então que surge no seu relato a figura de seu editor Garnier, conforme ele mesmo conta:

Em 1862 escrevi *Lucíola*, que editei por minha conta e com maior sigilo. Talvez não me animasse a esse cometimento se a venda da segunda e terceira edição ao Sr. Garnier não me alentasse a confiança, provendo-me de recursos para gastos de impressão. (ALENCAR, 1998, p. 68).

Com Garnier começa a aparecer em Alencar certa confiança no negócio do livro e as primeiras técnicas comerciais de venda:

O aparecimento de meu novo livro fez-se com a etiqueta, ainda hoje em voga, dos anúncios e remessa de exemplares à redação dos jornais. Entretanto, toda a imprensa diária resumiu-se nesta notícia, de um

laconismo esmagador, publicada pelo “Correio Mercantil”: saiu à luz um livro intitulado “Lucíola”. Uma folha de caricatura trouxe algumas linhas, pondo ao romance tachas de francesia. (ALENCAR, 1998, p. 69).

Os dois procedimentos mostram preocupação em vender (anúncios) e divulgar (cortesia para os jornais), mas Alencar se queixa do desdém da imprensa. A verdade é que as instâncias de prestígio ainda funcionavam informalmente. A crítica era feita com base no compadrio ou em disputas através de polêmicas. Havia, é certo, 16 livrarias na Corte, e a Garnier “[...] já ocupava um lugar à parte com o melhor estoque de livros franceses da cidade, além de abrir suas prateleiras para o escritor nacional, que aditava suas obras por conta própria.” (MACHADO, 2001, p. 58).

Ampla, localizada na rua do Ouvidor, lugar de toda movimentação da Corte, a loja começava a atrair “[...] autores assanhados como mariposas ao redor da luz: Garnier, de forma ainda um tanto tímida, lançava-se na aventura de editar poetas e romancistas brasileiros, sem que estes desembolsassem um mísero mil-réis.” (MACHADO, 2001, p. 58).

Se o prestígio dos literatos na imprensa ainda é dedicado a poucos, o público já selecionou seu melhores, depois das três horas, quando terminava o expediente das repartições públicas, a loja começava a se encher de escritores, jornalistas, artistas e curiosos.

A loja era um sucesso e servia como vitrine dos autores. Garnier colocou poltronas na parte dianteira da livraria, de forma que os fregueses pudessem conversar tranquilamente, apreciando o movimento da rua.

Esta tradição de livrarias como ponto de encontro e de exposição pública dos autores atingiria seu auge no Brasil com a José Olímpio e os escritores da chamada geração de 1930, como Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos.

Mas esta badalação pública não satisfazia Alencar, que segue reclamando da cobertura da imprensa: “Há de ter ouvido que sou um mimoso do público, cortejado pela imprensa, cercado de uma voga de favor, vivendo da falsa e ridícula idolatria a um nome oficial.” (ALENCAR, 1998, p. 69-70).

Mas se reclama do jornalismo já não é o caso de fazê-lo do público leitor:

Apesar do desdém de crítica de barrete, *Lucíola* conquistou seu público, e não somente fez caminho como ganhou popularidade. Em um ano esgotou-se a primeira edição de mil exemplares, e o sr. Garnier comprou-me a segunda, propondo-me tomar em iguais condições outro perfil de mulher, que eu então gizava. (ALENCAR, 1998, p. 70).

Alencar segue contando que entrou na vida pública, casou-se, escreveu *Minas de Prata* e aproveita para reclamar da arte tipográfica brasileira:

A composição dos cinco últimos volumes das “Minas de Prata” ocupou-me três meses, entre 1864 e 1865; porém a demorada impressão estorvou-me um ano, que tanto durou. Ninguém sabe da má influência que tem exercido na minha carreira de escritor o atraso da nossa arte tipográfica, que um constante caiporismo torna em péssima para mim. (ALENCAR, 1998, p. 72).

Existência de instâncias críticas e de prestígio, condições industriais de produção dos livros ruins, como se pode notar, Alencar apesar do sucesso, segue reclamando das condições básicas para formação e autonomia do campo literário.

Em 1869, ele publica *Iracema* por sua conta: “[...] é não andei mal inspirado, pois antes de dois anos a edição extinguiu-se.” (1998). Mas neste momento, o tom a respeito do prestígio muda:

De todos os meus trabalhos deste gênero, nenhum havia merecido as honras que a simpatia e a confraternidade literária se esmeram em prestar-lhe. Além de agasalhado por todos os jornais, inspirou Machado de Assis uma de suas mais elegantes revista bibliográficas. (ALENCAR, 1998, p. 73).

Aqui Alencar (1998) situa o início do que ele chamou de velhice literária: “[...] não me afligi com isto, eu que, digo-lhe com todas as veras, desejaria fazer-me escritor póstumo, trocando de boa vontade os favores do presente pelas severidades do futuro”.

Coincidência ou precisão, ao começar este período que ele chama de velhice, ganha, além do prestígio e da consagração, seu primeiro contrato de antecipação de direitos de Garnier. Seu relato é importante porque aqui ele concede ao editor um papel fundamental: “Ao cabo de vinte e dois anos de gleba na

imprensa, achei afinal um editor, o Sr. B. Garnier, que espontaneamente ofereceu-me um contrato vantajoso em meados de 1870.” (ALENCAR, 1998, p. 74).

Alencar faz questão de reconhecer o apoio de Garnier antes e depois do contrato:

O que lhe deve a minha coleção, ainda antes do contrato, terá visto nesta carta; depois, trouxe-me esta vantagem, que na concepção de um romance e na sua feitura não me turva a mente a lembrança do tropeço material, que pode matar o livro, ou fazer dele uma larva. (ALENCAR, 1998, p. 75).

Como se pode observar, Alencar sempre avaro em detalhes materiais objetivos, passa neste final a tratar de questões materiais que são imprescindíveis para o sucesso deste novo sistema simbólico em implantação. Neste sentido, sua autobiografia aqui analisada, reservou para o final a reflexão sobre a importância de um sistema de comercialização dos livros postos em circulação por editoras e livrarias, mostrando que sua carreira literária como atingiu um estágio de plena realização quando consegue uma estabilidade material.

O romancista cearense passa então a fazer algumas reflexões acerca da importância do editor na vida literária:

Deixe arrotarem os poetas mendicantes. O *Magnus Apollo* da poesia moderna, o deus da inspiração e pai das musas deste século é essa entidade que se chama editor, e o seu Parnaso uma livraria. Se outrora houve Homeros, Sófocles, Virgílio, Horácios e Dantes, sem tipografia nem impressor, é porque então escrevia-se nesta página imortal que se chama a tradição. O poeta cantava; e seus carmes se iam gravando no coração do povo. (ALENCAR, 1998, p. 75).

O que aparece, depois de todo um esforço para criar uma matriz de significações que compõem o arbitrário cultural de imposição de um sistema literário e do trabalho de ocultamento da luta pela monopolização de negócios lucrativos, é a importância concreta do corpo de agentes altamente especializados encarregados da produção e difusão destes bens.

Como explica Miceli (2003):

Muito embora o plano das significações seja responsável em última análise por um ordenamento sistemático e arbitrário do mundo natural e social, requer, contudo, um aparato mais ou menos institucionalizado que conta a seu serviço com corpos de agentes profissionais cuja produção própria destina-se a grupos e/ou classes ocupando uma posição determinada na estrutura social (MICELI, 2003, p.54).

Alencar chega a zombar do que ele chama ironicamente de “poetas mendicantes”, ao enfatizar que se os clássicos baseados na tradição dispensaram tais necessidades mercantis e materiais, hoje isto seria impossível. Mas o escritor vai encerrar *Como e porque sou romancista* com uma lamentação final a respeito da vida literária brasileira, retornando assim a uma realidade que ele considera insuficiente: “Todavia, ainda para o que teve a fortuna de obter um editor, o bom livro será para seu autor um desastre financeiro. O cabedal de inteligência e trabalho que nele se emprega daria em qualquer outra aplicação lucro cêntuplo.” (ALENCAR, 1998, p. 75).

Já vimos que o contrato de Alencar não era exatamente ruim para a época. Vimos também que de fato o sistema literário brasileiro, ainda que funcionando de forma rarefeita em virtude da concentração do número de leitores, lhe propiciava prestígio social. Então, neste caso o que está em jogo no campo simbólico em formação é, em última análise, o poder propriamente político. Os literatos não conseguem conquistar elevada acumulação de forças materiais e políticas para saírem do papel de dominados para dominantes. É por isso que o lamento de Alencar é duplo: contra o esforço para se obter sucesso e contra a crítica que o veria “cevando em ouro”: “muita gente acredita que eu me estou cevando em ouro, produto de minhas obras. E, ninguém ousaria acreditá-lo, imputando-me isso a crime, alguma coisa como sórdida cobiça” (ALENCAR, 1998, p. 76).

O trabalho é, também, sempre duplo: acumular forças para a dominação simbólica e dissimular os interesses reais das relações de força para legitimar e justificar a unidade deste novo sistema de poder, fornecendo permanentemente o estoque de símbolos necessários a sua expressão (MICELI, 2003).

Alencar tem a tarefa de criar este novo espaço de poder que é o sistema literário brasileiro. A ele cabe o papel de profeta ao produzir uma doutrina para os sacerdotes, um sistema intelectual e racional capaz de ligar os sacerdotes e atrair os leigos. Este papel de oferecer uma visão unitária totalizante, ao sistematizar e ordenar a nova visão da vida deu a Alencar as condições de, em troca, receber do que Weber chama *congregação*, as bases materiais para prosseguir seu trabalho de assentamento.

É por exercer este papel no campo literário que Alencar vai estabelecer uma relação com a política onde ele a vê sempre como espúria: a “messalina impura”, para usar a expressão de seu grande amigo, Francisco Otaviano. Uma “messalina” que produz sempre uma espécie de chocolate, uma bebida capaz de agregar, mas que não passa de magia.

Já as conquistas materiais nascidas do trabalho simbólico da literatura, estas sim, seriam dignas e legítimas.

Esta é a forma de Alencar apreender o mundo social. A reelaboração simbólica realizada por ele é parte importante da própria realidade social, pois esta realidade é permanentemente reconstituída pela capacidade deste novo campo influir e determinar a própria realidade social.

A questão que se coloca a seguir é: o que falhou neste processo que não se conseguiu cimentar uma nova ordem capaz de se opor aos campos já existentes e dominantes? Por que a literatura brasileira não pôde se constituir num sistema literário, neste seu momento fundador, capaz de se caracterizar como campo discursivo, unitário, legítimo e autônomo apesar do sucesso individual de seu profeta maior? Não seria esta falha o fator desestabilizador de Alencar no final da vida?

CAPÍTULO 5 – A CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA

Os abridores de lata e as salsichas da realidade

Ao analisar o trajeto social de Alencar, dei-me conta de que embora tentasse fugir do padrão de reconstituição da lembrança orientada pelos conteúdos clássicos dos biógrafos e pensando dar uma direção de como Alencar se reconstruía dentro de padrão da elite imperial, ainda assim me sentia cúmplice da ilusão biográfica, pois tinha como objetivo ainda encontrar uma suposta verdade, uma suposta realidade social. Como observou Bourdieu era também um biógrafo social responsável pela criação de um sentido ao tentar “tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, com a do efeito à causa eficiente ou final” (BOURDIEU, 1998, p. 185).

É certo que a atitude reflexiva sobre a trajetória social de Alencar, a tentativa de enxergar os campos e a luta neles travada possibilita uma superação de estereótipos e equívocos de denegação das marcas sociais. Por isso, como enxergou Pena:

quem acaba se ocupando das reflexões são os teóricos, não os biógrafos. Estes têm a atitude profissional do abridor de latas, que penetra nos arquivos e busca as salsichas da realidade. Quando, repito, o máximo que eles podem oferecer é um efeito do real (BOURDIEU, 1998, p. 185).

Mas a insatisfação a partir destas constatações me sugeriu caminhos diversos: uma tentativa de construir a multiplicidade de Alencar através das disposições falhas. Outra hipótese é que a partir de determinado momento fui me dando conta de que a leitura sociológica do material extraído nas biografias tinha um padrão que poderia ser mais bem compreendido tanto internamente, pela análise das linhas de argumentação, quanto externamente, pela análise da trajetória social dos biógrafos e a criação das biografias como parte da guerra de posições no campo literário.

Na primeira parte deste capítulo pretendo esmiuçar os esquemas implícitos das diversas correntes da crítica literária que acabaram por impor um padrão

biográfico do gênio que erroneamente enveredou pelo campo da política. É o que se apresenta como o tal discurso sobre a “messalina impura”. Mas aqui passo a explorar um veio que surgiu depois que percebi que a própria análise do padrão dos biógrafos poderia trazer subsídios instigantes. Trata-se da tentativa de dentro do processo de investigação entender a lógica social que orienta a própria seleção biográfica. Esta análise pode tanto ajudar a discernir os padrões de construção da ilusão biográfica quanto afastar a sedução permanente de achar verdades definitivas que ninguém achou na vida do biografado.

Assim, meu trabalho pode cruzar duas linhas de investigação no que diz respeito especificamente à questão biográfica: 1. Tanto é possível estabelecer o estudo da experiência social, da trajetória social de Alencar e encontrar denegações³⁹ importantes – a origem familiar de elite escamoteada, a problemática do pai não revelada a partir da relevância dada a uma autoridade aparentemente maior (o primeiro professor), a educação superior dentro do mais alto padrão da elite Imperial (Escola de Direito de São Paulo e Recife), um casamento burguês como alternativa ao casamento dentro da nobreza etc., 2. Como também achei que deveria reconhecer como desafio entender as experiências sociais dos próprios intelectuais que reconstruíram a trajetória de Alencar.

Para começar, retomei uma questão presente na minha proposta de tese inicial sobre um grupo de quatro intelectuais cearenses - Alencar, Capistrano de Abreu, Gustavo Barroso, Djacir Menezes - que era investigar de que maneira estes intelectuais se serviram de conteúdos cearenses para construir trajetórias nacionais. Na verdade, à medida que fui redigindo o projeto percebi que o trajeto de Alencar era um relato típico-ideal sobre um escritor que, na maior parte do tempo, serviu-se do imaginário cearense para construir uma literatura nacional. Neste sentido foi possível substituir com ganhos a análise de um escritor que teve um papel fundador, por uma análise de cada um destes escritores, pincelando um retrato sociológico decisivo para entender a formação do próprio campo literário brasileiro. A tarefa exigiria, no entanto, um quadro analítico bem definido sobre a construção biográfica dos autores que ajudaram a tecer o mito.

Pude perceber, a partir de algumas leituras e comentários sobre os primeiros esboços que esse trabalho sociológico causa certa resistência em quem

³⁹ Denegação entendido aqui no sentido de Freud: a recusa de reconhecer uma realidade traumatizante

convive com um padrão biográfico do autor, pois parece um corpo dissecado apartado das repercussões sociais e simbólicas de sua trajetória literária.

Ao me defrontar depois com um trabalho feito por Sergio Miceli a respeito dos intelectuais anatólios⁴⁰, constatei que ele, além de observar como essa experiência constituía, por um lado, “um antídoto poderoso contra uma atitude cognitiva de linhagem positivista”(Miceli,2001,p.211),o projeto de fazer uma biografia mais completa, mais veraz e capaz de preencher todas as lacunas. Também permitira analisar os intelectuais com “prismas que faziam ruir os discursos bem (ou mal) intencionados dos críticos e louvaminheiros especializados em cantar em verso e prosa sua ‘missão’ para a ‘redenção’ do mundo social”(Ibidem,p.412).

Mas isto tinha um preço: tanto meu trabalho teria sempre de me afastar da tradição biográfica quanto como às disposições *subjetivas* que muitas vezes transcendem até às consciências e às vontades teriam que ser rigorosamente avaliadas.

Ao todo, investigaremos a seguir os sete biógrafos de Alencar e suas biografias: 1. *José de Alencar - Perfil Literário*, de T. A. de Araripe Júnior, de 1882; 2. *A vida de José de Alencar*, de Oswaldo Orico, de 1920; 3. *José de Alencar (o escritor e o político), sua vida e sua obra*, de Arthur Mota, de 1921; 4. *José de Alencar e sua época*, de Raimundo Magalhães Júnior, de 1971; 5. *José de Alencar, Literato e Político*, de Raimundo Menezes, de 1977; 6. *A vida de José de Alencar*, de Luis Vianna Filho, de 1979 e 7 *O Inimigo do Rei: Uma biografia de José de Alencar*, de Lira Neto, de 2006.

⁴⁰ A expressão se refere a um grupo de letrados e políticos que introduziram o realismo, o naturalismo e o parnasianismo. Miceli os estudou no livro “*Intelectuais a brasileira*”. São Paulo, Companhia das letras, 2001.

QUADRO 1. APONTAMENTOS SOBRE AS BIOGRAFIAS DOS BIÓ

Nome	Naturalidade e data de nasc.	Lugares onde fez carreira	Ocupações principais	Nome da biografia sobre J. de Alencar e ano de publicação	Outros biografados	Posição ocupada no campo
Araripe Jr.	Fortaleza-CE. 1848	Rio de Janeiro – RJ	Juiz e Deputado Provincial	<i>José de Alencar: perfil literário.</i> 1882	Não há.	Crítico
Artur Motta	Rio de Janeiro RJ. 1879	Rio de Janeiro – RJ	Escritor	<i>José de Alencar. O escritor e o político.</i> 1921	Machado de Assis	Intelectual Paraense Acadêmico Letras
Oswaldo Orico	Belém-PA 1990	Rio de Janeiro – RJ	Diplomata e educador; Diretor Instituto Público DF	<i>A vida de José de Alencar.</i> 1929	Não há.	Membro Brás. L
Raimundo de Menezes	Fortaleza-CE. 1903	São Paulo – SP	Jornalista, Escritor e Delegado de polícia.	José de Alencar: literato e político. 1965	Capistrano de Abreu e outros	Jornalista biografia
Raimundo Magalhães Jr.	Ubajara-CE. 1907	Rio de Janeiro – RJ	Jornalista e teatrólogo	<i>José de Alencar e sua época.</i> 1977	Machado de Assis, Martins Fontes, Guimarães Passos e outros.	Jornalista biografia
Luis Viana Filho	Paris (França) 1908	Salvador – BA	Político, Jornalista, Professor de Direito e escritor de (<i>O Hobby</i>)	<i>A vida de José de Alencar.</i> 1978/79	Machado de Assis, Eça de Queiroz e outros	Escritor Abrasileiro
Lira Neto	Fortaleza-CE. 1963	Fortaleza – CE São Paulo - SP	Jornalista e Escritor Professor ensino de nível médio	<i>O Inimigo do Rei: uma biografia de José de Alencar.</i> 2006	Rodolfo Teófilo, Marechal Castelo Branco; Maysa; Padre Cícero	Jornalista biografia

Uma análise detalhada dos autores que se ocuparam das biografias de José Alencar revela algumas características que a biografia, como modalidade de criação literária, quase sempre encobre.

O gênero biografia póstuma de um literato, como é o caso de Alencar, constitui um recurso que os escritores das biografias utilizam para obter melhores posições no campo literário e, ao fazê-lo, associam-se ao grande mestre morto. O que poderia assumir formas sutis num campo intelectual dotado de mecanismos consistentes de criação de prestígio aparece, no Brasil dos séculos XIX e XX, como um artifício daqueles autores de posições dominadas em face do poder político, para disputar melhores condições de luta já que, nesse Brasil, são raras as posições intelectuais autônomas.

A análise do quadro de biógrafos de Alencar mostra, inicialmente, que a sua maioria tem um traço comum: assim como o biografado, quatro deles, Araripe Jr, Raimundo de Menezes, Raimundo Magalhães Jr. e Lira Neto, são cearenses. À exceção de Artur Motta, cujos dados biográficos pouco ajudam na identificação das origens familiares, quatro são nascidos no Ceará, um em Belém, Osvaldo Orico, e um deles, embora nascido em Paris, Luis Viana Filho, foi criado na Bahia, era filho de Governador e, assim como seu pai, também acabou se tornando governador da Bahia. Os biógrafos, quando não eram cearenses, eram considerados, à época, “nortistas”. Se o recurso de um registro apologético, como o modelo biográfico, já se constitui num modo de obter ganhos simbólicos, a seleção de um conterrâneo famoso reforça a tentativa de intelectuais em fase de reconhecimento de obterem um naco de consagração a partir da associação com o mestre e conterrâneo ilustre.

Um segundo aspecto relevante, que convém salientar, é que os sete biógrafos são escritores que tiveram, na maior parte da vida, outra atividade principal, sendo a atividade literária uma forma de agregação de prestígio simbólico. Araripe Júnior, Osvaldo Orico e Luis Viana Filho, os três biógrafos que não eram jornalistas de ofício foram, não por acaso, os que galgaram posições mais dominantes no campo político. Araripe Jr. foi Juiz, Secretário de Estado e, no campo literário, e acabou se transformando num dos três mais importantes críticos do final do Império e começo da República. Osvaldo Orico foi chefe de instrução pública no Distrito Federal (RJ) e membro da Academia Brasileira de Letras, assim como Luis Viana Filho, que de todos foi o que alcançou papel mais relevante no campo político, sendo Ministro de Estado, governador da Bahia e membro da Academia Brasileira

de Letras. Observe-se nestes casos que o prestígio literário funciona como agregador de poder simbólico as profissões exercidas no campo político e jurídico.

O fato dos outros quatro serem jornalistas e, ocasionalmente, exercerem atividades literárias, não é também fortuito. Miceli, em seu estudo já citado sobre os chamados escritores anatolianos, mostrou que “não havendo, na República Velha, posições intelectuais autônomas em relação ao poder político, o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de consagração, bem como as demais posições necessárias à produção intelectual sob diferentes modalidades, vão depender, quase por completo, das instituições e dos grupos que exercem o trabalho de dominação. Em termos concretos, toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa que constituía a principal instância de produção cultural da época e fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais” (MICELI. p.17, 2001).

É bem verdade que Raimundo Menezes e Raimundo Magalhães Júnior produziram suas biografias num momento histórico posterior a este descrito por Miceli, mas suas posições ainda correspondem ao padrão descrito, apesar de serem fruto da especialização burocrática que possibilitou o surgimento de posições novas, nascidas da expansão posterior da atividade intelectual no Brasil.

No caso de Lira Neto, o único a produzir sua biografia já no Século XXI, apesar do grande esforço de apresentação como intelectual já consagrado e de posição dominante quanto às exigências editoriais, ao publicar a biografia de Alencar pela prestigiosa Editora Globo, obteve subsídios públicos no Ceará, através dos mecanismos da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Também não se pode incluir Lira Neto entre os escritores que produziram biografias de celebração biográfica, de maneira a simplesmente reconstituir a vida de grandes vultos como forma de ocupar posições mais favoráveis no campo literário emergente.

Lira, jornalista que passa parte de sua vida no Ceará, vai viver em São Paulo um mercado amplo de postos na indústria cultural e, depois de ocupar a função de editor, passa a se dedicar à criação de biografias (Castelo Branco, José de Alencar, Padre Cícero). A biografia construída dos três cearenses ilustra aqui mais um padrão de sucesso editorial. A lógica é a da importância dos lucros econômicos, mas também simbólicos, ligados à qualidade social do público que estes empreendimentos asseguram às casas editoras. Quanto mais rápidos os ciclos de produção e consumo, em particular a rapidez com que são obtidos os

lucros, tanto materiais quanto simbólicos, mais prestígio social o escritor obtém, abrindo ao autor outras portas carregadas de significação financeira, como foi o caso da biografia de Maysa Matarazzo (2007), adaptada para a TV e o cinema, além de convites para apresentar trabalhos de outros escritores, e produzir textos especiais para grande mídia etc.

É importante observar que no momento atual de maior autonomia do campo literário, o crédito simbólico varia em função do público e não do prestígio obtido entre seus pares. O crédito cultural de um produto biográfico tende a decrescer se houver dispersão social do público. Pierre Bourdieu explica que:

O valor do crédito de reconhecimento assegurado pelo consumo decresce quando decresce a competência específica que se reconhece no consumidor e tende mesmo a mudar de sinal quando esta desce abaixo de certo limiar (BOURDIEU, p.135, 1996).

Neste modelo, conta bastante a qualidade social do público e o lucro simbólico que ele assegura, pois é a partir daí que se estabelece a situação hierárquica em que se situam autor e obra no campo cultural. Foi a partir da biografia de Alencar e da cantora Maysa Matarazzo, editados pela Editora Globo, que Lira conseguiu atingir o topo na escala simbólica editorial: publicar seu *Padre Cícero-Poder, fé e guerra no sertão*, na Editora Companhia das Letras, considerada pela mídia cultural a Editora de maior prestígio intelectual no Brasil, pois consegue unir prestígio simbólico a bons resultados comerciais.

É importante ressaltar, no entanto, que Lira faz o chamado jornalismo-biográfico, resultado deste processo de distinção crescente que a indústria do livro passou a produzir, criando oposições entre gêneros e formas cada dia mais diversos. O jornalista-biógrafo utiliza técnicas de pesquisa e reportagem do jornalismo, e toma por empréstimo da ficção modelos literários. Trata-se do chamado “creative nonfiction”, ou literatura da realidade, nascido a partir do “new journalism” americano que teve em Truman Capote e Gay Talese os seus fundadores.

Graças a esta fusão entre qualificações típicas do grande repórter e à capacidade de criar narrativas envolventes na literatura, o new journalism consegue assegurar produtos que aliam grandes tiragens à consagração crítica. No Brasil,

Fernando Moraes (autor das biografias de Olga Prestes e Assis Chateaubriand) e Ruy Castro (autor das biografias de Garrincha e Carmem Miranda) são dois dos mais bem sucedidos escritores desta corrente.

Um terceiro aspecto que o quadro dos biógrafos mostra é a dispersão das biografias em quatro diferentes períodos históricos. A primeira biografia de Alencar, do seu sobrinho Araripe Jr, é de 1882, e se situa em pleno declínio do Período Imperial, apenas cinco anos após sua morte. Araripe, como já relatamos, além de juiz, exerceu diversos cargos públicos. As duas biografias subseqüentes, de Artur Motta e Osvaldo Orico, se situam na crise da República Velha e seus dois autores são considerados pré-modernistas, embora tenham vivido no período da primeira geração modernista. Arthur Motta foi ligado ao grupo do PR paulista e exerceu cargos de direção na Companhia de Águas da cidade de São Paulo. Osvaldo Orico sempre foi um intelectual muito próximo do ditador Getúlio Vargas, que foi seu principal cabo eleitoral na entrada para a Academia Brasileira de Letras.

Os três outros biógrafos escreveram suas biografias no período posterior ao golpe militar de 1964, sendo que Luis Viana filho foi um expoente dos intelectuais que apoiaram o golpe, ganhando, como recompensa, a indicação para Governar a Bahia. Raimundo de Menezes, que escreveu sua biografia em 1965, era delegado de polícia e assumiu a presidência da União Brasileira de Escritores em plena ditadura militar, numa espécie de interventoria branca. Já Raimundo Magalhães Júnior, que escreveu sua biografia em 1971, sempre se situou do outro lado do espectro político, assinou o Manifesto da Esquerda Democrática, que se converteu, em seguida, no Partido Socialista Brasileiro, pelo qual, em 1949, foi eleito vereador na Câmara do Distrito Federal e reeleito em 1954.

Ao analisarmos as produções dos biógrafos em quatro diferentes épocas históricas (II Império, República Velha, Ditadura Getulista e Período do golpe Militar de 1964) não podemos deixar de perceber que à medida que o mercado de trabalho intelectual se profissionalizou, o recrutamento passou a exigir cada vez mais trunfos escolares e culturais, contudo o modelo de dependência destes intelectuais do campo político ainda se manteve fortemente apoiado nos favores dessa classe dirigente, resultando no que Miceli chamou de funcionários-escritores (Miceli, 2001).

A análise do quadro de biógrafos nos mostra uma forte presença de escritores que lutavam para fugir do ostracismo intelectual, produzindo, como Raimundo de Menezes, uma enxurrada de biografias que visavam obter um

prestígio simbólico, e com isso pretendiam encerrar uma vida de servidores públicos. Apenas Menezes, por exemplo, biografou Paula Ney, Emilio de Menezes, Guimarães Passos, Capistrano de Abreu, Aluizio de Azevedo, Clovis Bevilacqua, Bastos Tigre, Campos Sales, além de José de Alencar. Também é possível observar que, quanto à carreira acadêmica, apenas dois tiveram seguiram a carreira universitária: Osvaldo Orico e Luis Viana Filho. Embora nenhum deles tenha exercido posições acadêmicas ligadas ao campo literário. Orico era educador e Viana professor de teoria do direito. Apenas Lira Neto, no início da carreira, foi professor de letras de nível médio.

Ao contrário de Machado de Assis, Alencar não despertou biografias intelectuais acadêmicas, mas apenas estudos especializados, como os trabalhos de João Roberto de Faria, "José de Alencar e o Teatro", e de Valeria de Marco, "O romance histórico de José de Alencar" (1993).

Ao analisar as posições ocupadas pelos biógrafos de Alencar no campo literário, verificamos que, à exceção de Lira Neto, de quem ainda pouco se pode se concluir, já que se encontra em plena ascensão, os biógrafos foram profissionais de outras áreas: delegados de polícia, educadores, juizes, senadores, funcionários públicos que, não tendo a consagração literária por meio de gêneros tradicionais, como romances, poesia e contos, buscaram através de crônicas da vida intelectual, antologias e biografias, obter uma respeitabilidade que se completaria com a chegada à Academia Brasileira de Letras (Orico, Raimundo Magalhães, Luis Viana) ou simplesmente, à Academia Paulista de Letras (Raimundo Menezes), ou ainda à União Brasileira de Escritores (Raimundo Menezes). Estas instituições funcionam como aparatos simbólicos que dariam a esses biógrafos a legitimidade literária que não obtiveram com suas obras.

Para efeito desta pesquisa, tão importante quanto entender o perfil característico dos biógrafos, é compreender a demanda de produção para as instâncias dominantes da vida intelectual brasileira. Neste sentido, o traço mais específico destes trabalhos é justamente o esforço de transformar as vicissitudes da vida política de Alencar em grandes ganhos simbólicos para este, como se eles, que tiveram o seu melhor desempenho fora do campo literário, dissessem que, embora relegados, se submetem, "comme il faut", às virtudes das crenças simbólicas tecidas neste outro campo.

Por esta razão, quando se investiga o tratamento dado a entrada de Alencar na política, a sua modalidade inicial de inserção dele nos quadros dirigentes, a interpretação de suas inapetências, e se revela a eufemização dos seus quatro handicap sociais (pai padre, doença, casamento fora do quadro de herança estamental e curto ciclo de duração do prestígio literário da escola romântica) então, é possível compreender como o trabalho de celebração que os escritores tinham de fazer destinava-se justamente a apresentar-lhes como garantidores da boa memória do biografado. Com isto, o direito a consagração, que lhes é conferido pelo conhecimento dos bastidores do mundo literário é cobrado em forma de entrada em instituições de prestígio do campo literário como Academia Brasileira de Letras, Academia Paulista de Letras, etc.

Gestão da Herança Simbólica e Introdução de Alencar no mundo da classe dirigente

Foi, sem dúvida, o sobrinho Araripe Júnior, que viveu o que Bourdieu chamou de “a lucidez dos começos”, aquele que compreende começo e fim da trajetória social, quem melhor enxergou a entrada de Alencar no mundo da classe oligárquica. Diz ele:

Ele fora fadado para as posições; não precisou ganhar a vida, e, saindo dos bancos escolásticos, seu pai, que, na política e no ânimo dos maiores vultos deste país, havia plantado com prestígio de um nome célebre nos anais do parlamento. Os amigos do deputado Constituinte tiveram desde logo sorrisos complacentes para o moço que estreara com tanto talento; a simpatia anônima desenvolveu-se em torno dele, e, a não falar no silêncio da imprensa, que fingiu desperceber os primeiros passos do jovem literato, não há a referir senão afagos e blandícias. Estas circunstâncias avigoram-lhe poderosamente as aspirações, e nelas estão a origem, por certo, desse sentimento de bem-estar, já denunciado no Guarani, que revela o homem satisfeito consigo mesmo (ARARIPE JÚNIOR, 1958).

Como se pode notar, Araripe Júnior é direto ao mostrar a herança e quanto este capital simbólico, vindo do pai, abriu as portas para Alencar.

Já o segundo biógrafo de Alencar, Arthur Motta, inicia um processo que irá se acentuar nas biografias subsequentes, de redução do papel do senador Alencar

na gestão das relações que possibilitou ao filho herdar e a ampliação da figura do gênio de Alencar, que, segundo ele, lutou com suas próprias forças, contra tudo e contra todos.

Diz Arthur Motta, ao analisar o momento: inicial da carreira de Alencar na política.

No Brasil, há quatro modos de se iniciar a carreira política, quer militando-se previamente no jornalismo; quer permanecendo no interior; no exercício da profissão de advogado ou médico; ora ainda por aliança, em matrimônio, a uma família de influência. Manda a verdade que se diga que os dois últimos processos tiveram considerável desenvolvimento depois de proclamada a república. José de Alencar penetrou nos estreitos domínios da política pela porta do jornalismo. Foram a sua ação profícua no Diário e a gloriosa reputação literária que lhe serviram de credenciais, a se transpor os humbraes da Câmara, em 1861, depois de eleito deputado no ano antecedente (MOTTA, 1921).

Motta, além de esconder a primeira tentativa de Alencar se eleger deputado Geral, o que resultou numa derrota, e os acordos políticos necessários para a vitória, na segunda tentativa, inicia um padrão que vai ser seguido em todas as biografias: a heróica leitura da ascensão de Alencar como o que ele chamou de “um ato de fé”. Nas palavras do biógrafo:

Nome feito nas letras, dominando gloriosamente dois ou três setores importantes, fácil lhe teria sido viver no comodismo das suas vitórias literárias, passando pelo parlamento como um diletante de bom gosto. Não se contentou porém, com esse melancólico papel. Quis um cenário maior e um destino mais brilhante, dominado por um orgânico entusiasmo de construção, fez da política não um motivo ornamental, mas um ato de fé (MOTTA, 1921).

O terceiro biógrafo de Alencar, Osvaldo Orico, faz uma síntese das dificuldades de Alencar no Ministério:

A colaboração que deu ao Gabinete Itaboraahy foi verdadeiramente útil, não obstante os ataques que se desencadearam no Senado. Esses ataques tinham origem em certas atitudes de independência reveladas pelo Ministro da Justiça e que muito desgostaram a ala grave e solene dos cortesãos do Império.

Tropeçou na antipathia dos collegas de gabinete e viu avolumar-se a onda dos descontentes e reaccionários. Espírito pouco affeito à rígida disciplina dos mandatos, actor que gostava de ficar com movimentos livres, cedo viu desfazer-se a miragem que o empolgara levando-o rapidamente ao poder. Seus princípios e illusões chocaram-se contra hábitos e formulas dominantes; mas restou-lhe na queda o direito de cahir em PE (ORICO. p.132, 1929).

Orico faz uma detalhada análise da saída de Alencar do Gabinete Itaboraí, criticando três versões sobre o episódio.. A primeira delas, é a de Pereira da Silva, em “Memórias do Meu tempo”. Esta curiosa versão diz que Alencar demitira o chefe de policia da Província do Pará. Este, despeitado, dizia Pereira da Silva, veio a uma audiência com o Imperador e denunciou a cumplicidade de Alencar com a política do Ceará. Alencar, segundo a denuncia teria interesse em eleger o irmão deputado no Pará. O imperador, a partir de então, passara a suspeitar das articulações políticas de Alencar que, ao pedir uma indicação para a senatoria teria confirmado as suspeitas. A outra versão apresentada é a do Visconde de Taunay. Nela, o Imperador, ao ser consultado, alega ser Alencar muito moço, ao que Alencar retruca, dizendo que deveria ter se negado a assinar o ato que deu maioria ao Imperador.

Este, em sua réplica, alega razões de estado para justificar a maneira com que agiu. E conclui o diálogo com uma frase: “Faça como entender, dou apenas uma opinião”. E a última réplica de Alencar: -“Que vale como uma sentença’.

Orico classifica estas versões como lendas e vai apresentar a sua. Segundo ele, Alencar fora vítima do ardiloso e sagaz Barão de Cotegipe ,João Mauricio Wanderley, que nunca se conformara em ter perdido a pasta da justiça para Alencar, ficando com a pasta da Marinha . O importante aqui é que, para sintetizar o capítulo, Orico vai usar uma fórmula de Saldanha Marinho: “ os Lamartines⁴¹ não foram talhados para a política: têm o seu mundo à parte “. Em outras palavras, quem nasceu para o mundo literário não pode perder tempo com política.

O quarto biógrafo de Alencar, Raimundo de Menezes, trata a questão da entrada de Alencar na política com mais rudeza:

⁴¹ A expressão “os lamartines” refere-se ao poeta romântico francês Alphonse Lamartine muito popular à época.

Convicto de que sem política nada se consegue neste país, Alencar não podendo ser diplomata como Domingos José Gonçalves de Magalhães e Manuel José de Araújo Porto-Alegre, pois lhe repugna emigrar, se lança desassombrado nas lides partidárias. De há muito vem alimentado a idéia de candidatar-se à Assembléia Geral, pelo Ceará. Aliás ele próprio afirma que o homem político é o único homem novo que se forma em sua virilidade (MENEZES. p.167, 1965).

Menezes observa que embora o Imperador tenha distinguido Alencar com atenções especiais e longas conversas literárias, nas relações que mantém com D. Pedro II, o escritor apresentou uma altivez que chega, por vezes, à arrogância, depõe Visconde Taunay, desde que se trata de atos de pura responsabilidade Ministerial. “É árido, quase desdenhoso, como a confraria dos pedintes, como assim apelidara Zacarias, os deputados que rondam os ministérios” (Menezes, p.254. 1965). Ao narrar um longo confronto em que Alencar pressiona o Imperador a demitir um amigo de longa data, o comandante superior da Guarda Nacional (general Manuel Antonio Fonseca Costa) Menezes afirma que:

Não é esta a única vez em que se entrechocariam as duas vontades, a do Imperador e a do Ministro, ambos talhados para serem antagonicos, em consequência das origens opostas na escala social: um traz a supremacia da raça e o outro a da inteligência. Retemperado nas lutas da imprensa, Alencar se sente tão forte que, longe de amoldar-se, como o aconselham as conveniências partidárias, busca enfrentar e vencer. A luta está declarada, é certo, mas não há quem duvide de que lado está o vencedor (MENEZES, 1965,p.263).

Menezes abre a biografia com uma epígrafe do próprio Alencar relativa ao o capítulo em que o escritor narra a sua saída do Ministério, como se sua passagem pelo campo político fosse um breve parêntese em sua trajetória literária:

Em 1868 a alta política arrebatou-me às letras para restituir-me em 1870. Tão vivas eram as saudades dos meus borrões que apenas despedi a pasta auriverde dos negócios de estado, fui tirar da gaveta onde havia escondido, a outra pasta di velho papelão, todo rabiscado que era então a arca do meu outro tesouro (MENEZES,p.264. 1965).

E numa frase, cheia de ironia, resume sua posição: “como poeta, afirma alguém, Alencar é um político incorreto”. (Apud Menezes, 1965, p.265).

Quanto a Magalhães Júnior, este não faz nenhum preâmbulo. É direto: “Pelas mãos do senador Eusébio de Queiroz, uma das grandes influências políticas do momento, José de Alencar não tardaria a licenciar-se e partir para o Ceará, a fim de fazer campanha em favor de sua candidatura a Deputado Geral.”(MAGALHÃES JR. p.143. 1977).

Para este autor, Alencar era um “espaia brasa” na política e irritava-se com as coisas miúdas da política, tais como a etiqueta de Ministro, a maneira oblíqua pela qual o Imperador recusava a assinatura de atos propostos por seus Ministros.

Daí em diante, Magalhães Júnior vai tratar com ironia os desacertos políticos de Alencar e descrever com minúcias suas guerras de posição sempre tratando a atuação do romancista cearense na política Imperial como um projeto menor.

No penúltimo capítulo de sua biografia, vai usar as palavras de Machado de Assis para resumir a relação de Alencar com os dois campos:

Frisava Machado que Alencar ‘teve os gozos intensos da política’, mas ‘não teve os duradouros’. Quanto às letras, ‘mais gratas que ela’ apenas o consolaram quando voltou a cultivá-las, solitário e desenganado, pois já lhes não achou o sabor primitivo (MAGALHÃES JÚNIOR, pg.390. 1977).

Ao lamentar o fato do enterro de Alencar ter tido uma repercussão menor do que ele esperava, Magalhães Júnior volta a citar Machado, que chama o autor de Iracema de “o chefe aclamado da literatura nacional”:

A política o furtou alguns anos; e na política, como na administração, como no foro, deu testemunho de que possuía, além da imaginação, a inteligência das coisas positivas”. E conclui com estas palavras sua definição de Alencar: “não contarei a vida de José de Alencar; é das mais cheias e das mais exemplares... Foi um engenho original e criador; foi também homem de profundo estudo, e de acurada perseverança. José de Alencar não teve lazeres; sua vida era uma perpétua oficina. (Apud MAGALHÃES JÚNIOR, 1977).

Como se pode notar, Machado de Assis não segue ao padrão de desprezo pelo campo político; trata dos dois com importância igual. Também não atribui à criação literária e ao uso da imaginação dons divinos: menciona em Alencar “um engenho original e criador”, mas reconhece o quanto de trabalho estava por detrás desse talento:.. “homem de profundo estudo,(...) não teve lazeres, sua vida era uma perpétua oficina “.

Viana Filho, que de todos os biógrafos é o único que adotou o campo político como prioritário em sua própria vida, inicia o capítulo que vai tratar da entrada de Alencar na política (Cap. IX, 1979), com uma citação do próprio Alencar, escolhida minuciosamente, e que dá aos dois campos simetrias ditadas pela razão:

“A distância entre o público e o filósofo, entre o homem prático e o homem de ciência é imensa, não obstante se acharem reunidas em uma só individualidade essas duas faces da razão” (Viana Filho, p.90. 1979).

Por toda a biografia, no entanto, Viana vai adotar o padrão de todos os outros. Ao comentar a volta de Alencar para a advocacia, diz tratar-se de: “apenas um breve intervalo para cicatrizar feridas, pois jamais ele renunciaria à fértil ambição de correr após uma luz que nos foge” (Viana Filho. 1979)

Ou seja, conforme esse biógrafo, logo após um revés político o biografado “voltava, possivelmente, aos seus livros“. A vida política desviou e turvou o curso natural do talento “deste homem de letras”, lamentaria , falando de Alencar. Diante da preterição ao Senado, arremata: daí por diante, na vida política de Alencar, tudo seria decepção e amargura. Contudo, não a abandonaria, malgrado a observação de Machado de Assis de que “a política é incompatível com ele, alma solitária. Solitária e invencível.” (Apud Viana p.206. 1979). Ao final do livro, Viana Filho atribui ao temperamento de Alencar as dificuldades na política, assegura que ele vai ser redivivo na admiração e no reconhecimento da pátria”. E esclarece: “Continuava, porém, solitário, como uma águia, o seu vôo ia sempre só”.(Viana Filho, p.298. 1979).

O último biógrafo de Alencar, o cearense Lira Neto, inicia seu livro com um prólogo de 17 páginas, onde descreve os debates do escritor finais na tribuna da Câmara dos Deputados. Em todos os capítulos do livro, Lira usa como subtítulo frases em forma de cordel com o que obtém o efeito de criar um personagem divertido e cheio de humor ao invés de um escritor triste e melancólico, claramente envolvido numa soturna estética romântica como era de se esperar. Com esse

recurso, o biógrafo evita apresentar um personagem perdedor e triste, que certamente causaria uma certa repulsa ao leitor médio. Assim, assume o livro um tom belicoso, mas irônico, fazendo emergir um Alencar quixotesco e cheio de malícia. As quedas na trajetória social de Alencar e seu deslocamento no espaço da oligarquia Imperial, racionalizada mediante um discurso de compensação que apresenta o campo literário como mais puro e sincero, são mostradas com sutileza: o D. Quixote de vida atribulada e triste, tem a pena e a verve azeitada.

No prólogo, após descrever os últimos embates de Alencar no parlamento, Lira Neto volta a utilizar a citação de Machado, a mesma usada por Menezes, Magalhães e Viana:

- A política era incompatível com ele, alma solitária. A disciplina dos partidos e a natural sujeição dos homens às necessidades e interesses comuns não podiam ser aceitas a um espírito que em uma esfera dispunha da soberania e da liberdade. Primeiro em Atenas, era-lhe difícil ser segundo ou terceiro em Roma. (LIRA NETO, p.28. 2006)

Mas, quando se imagina que o biógrafo ficaria por aí, ele retoma os últimos esforços de Alencar e conta como este tentou terminar o romance *Ex-homem*. Tratando-se mais um desabafo do que uma obra literária, uma espécie de acerto de contas de Alencar com seu passado. Tratava-se da história de um padre que tivera de renunciar ao amor pela obrigação da batina. “Ex-homem é um neologismo. Literalmente exprime o que já foi homem”, explicava Alencar numa nota prévia ao romance inacabado, assinado com o pseudônimo de Synerius (Lira Neto, p.28. 2006).

O trecho a seguir evidencia, talvez, a importância que o biógrafo daria a dois estigmas que Alencar carregou e que, mais do que simples handicaps individuais, provocariam instabilidade e salientariam aquelas características de irascível e tímido, que tantas dificuldades lhe causariam na vida pública.

Apesar do pseudônimo, os adversários reconheceram o estilo e espicaçaram o autor de *Ex-homem*. Sabiam que, para Alencar, escrever sobre sacerdotes e amores proibidos era quase uma expiação. Não havia na corte, quem não se recordasse do velho senador Martiniano de Alencar, pai do escritor, antigo líder do Partido Liberal, político por vocação e vigário ordenado em Olinda. Pelos corredores da Câmara dos Deputados, além de “tuberculoso”, José de Alencar amargara outro

estigma. Um peso que o acompanhara por toda a vida, desde os tempos de menino na pequena e pacata Fortaleza.

Numa época em que se dizia que amantes de sacerdotes viravam mulas-sem-cabeça e pariam lobisomens, José de Alencar era conhecido, desde sempre, como “o filho do padre” (Lira Neto. p.29. 2006).

Lira Neto, embora tenha cuidadosamente terminado seu prólogo com a apresentação destes dois estigmas, não voltara a lhes dar muita importância, deixando à imaginação do leitor a tarefa de lhes atribuir ou não um peso decisivo como inapetências subjacentes à experiência social de Alencar, bem como o impacto que tiveram nas tomadas de posição nos campos político e literário. De qualquer modo, não foi por ingenuidade que Lira Neto apresentou, no seu prólogo, o estigma da doença e da situação do pai-padre casado.

O movimento de retração na vida acadêmica, à vida solitária, o convívio com livros, as amizades com os literatos, todas as implicações que tais estigmas acabaram provocando na dupla experiência de literato e político, provocam o que Miceli chama de “interiorização das disposições dos agentes predestinados às carreiras intelectuais” (Miceli, p.36. 2001). Tais reconversões não devem ter escapado ao biógrafo.

Cabe, então, investigar mais detidamente de que forma os biógrafos trataram essas disposições sociais: o pai padre, a doença, o casamento burguês fora da oligarquia e a rápida decadência do romantismo no Brasil, e de que maneira interpretaram suas influências na trajetória social de Alencar.

Os biógrafos de Alencar e a sombra da mula sem cabeça

Embora a lenda da “mulher de padre, que vira mula sem cabeça”, seja uma tradição popular brasileira mais velha que o próprio Alencar, os primeiros biógrafos do romancista cearense se negaram a relatar esse estigma nos seus trabalhos. Mais do que isso, seguiram a senha de Alencar na sua pequena autobiografia “*Como e porque sou romancista*” e reduziram a quase nada o papel do senador na própria vida do escritor.

O sobrinho Araripe Júnior destaca a avó, Bárbara de Alencar:

Creio que tudo seja explicável em um trabalho de arte; e, quanto a José de Alencar, afirmo que a boa conformação de seu talento não teria tomado a direção que tomou sem a índole que recebeu com o sangue. Era ele neto de uma senhora de espírito varonil, que figurou nos calamitosos tempos em que as liberdades pátrias estiveram em perigo. Esta senhora foi a expressão mais completa do temperamento da família a que pertencia. Sanguínea e nervosa, tinha assomos irresistíveis, cogitações e deslumbramentos até do seu sexo e da educação que recebera (ARARIPE JR., 1958).

E, ao situar o Senador na estrutura familiar, Araripe Júnior o faz de forma a acatar a determinação de Alencar, isto é, ampliar qualquer possível influência materna e reduzir, ao mínimo possível, a paterna. A citação é longa, mas vale a sua reprodução, pois pode ser lida como um padrão de construção biográfica que dissimula a real estrutura de interação entre pessoas e fundamenta a ilusão de realidade que Alencar quis obter. O efeito, antecipadamente obtido pelo por Alencar, mascara a inteligibilidade do estigma aos olhos dos biógrafos cujo senso literário e elevada lealdade ao balanço de sua própria trajetória os impede de procurar nas estruturas sociais a chave dos sentimentos. Nas palavras de Araripe Júnior:

De quatro filhos que teve esta cearense, a mãe de José de Alencar, dois não desmentiram as suas tendências e energias patrióticas. Um deles, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, foi logo devorado pela voragem que os arrojos indomáveis de sua índole abriram-lhe na malograda Confederação do Equador. José Martiniano de Alencar, porém, que herdara em maior escala a prudência e a sagacidade, recebendo com mais calma o embate da contra-revolução, evitou a catástrofe, e por felicidade nossa, portanto, sem isto, teríamos sido privados de um dos cérebros mais artisticamente organizados que já existiram em nossa terra. Essa prudência, entretanto, parece ter se atrofiado no primeiro rebentão. De um prólogo de José de Alencar, verifica-se por uma expressiva confissão, que ele herdara de sua mãe todos os fogos de imaginação potente que possuía; tendências até certo ponto mórbidas, que neutralizaram em muito o gênio sobranceiro; a violência calculada, uma certa tirania de faculdades, que, incontestavelmente, o deputado da constituinte exercia sobre si.

A combinação de todos estes elementos juntos, regidos, de uma determinada época em diante, por bÍlis derramada em profusão, aos anseios febris de sua mente, e, o que é mais admirável, por cruéis e desconhecidos

desenganos; a transformação das energias e violentos impulsos herdados através da enervação extrema de sua mãe, deu em resultado o mais caprichoso dos artistas americanos...(ARARIPE JR., 1958,p.132)

Outro biógrafo, Arthur Motta, não se refere em momento algum ao Senador e segue o padrão geral de enxergar em Alencar uma férrea força de vontade que seria responsável pelo seu gênio literário.

Oswaldo Orico, apenas na página 87 da sua biografia de Alencar, refere-se pela primeira vez ao senador para afirmar: “O nome paterno, capaz de valer como passaporte, não representou no caso senão papel secundário” (ORICO, p.87. 1977).

A partir da biografia escrita por Menezes, o senador Alencar começa a merecer um capítulo especial. Seu título é direto: *Padre sem batina*. É de Alencar a citação que serve como epígrafe:

O que há de notável na sua vida (o velho Alencar) é que, tendo muitas vezes exercido, pelo seu prestígio, pela sua habilidade, na direção da política, uma influência decidida sobre os negócios do país, não ocupou nunca as primeiras posições oficiais; além do cargo de senador a que fora chamado na primeira vaga por uma eleição espontânea e quase unânime, apenas foi por duas vezes presidente de sua província (Apud MENEZES, p.17. 1965).

O capítulo narra com detalhes a participação do Senador nas revoltas contra Portugal e sua luta pelo perdão do Rei. Para narrar o episódio da união do padre com a prima o biógrafo utiliza um texto de Domingos Jaguaribe, publicado na Revista do Instituto do Ceará, em 1918:

Meu tio (José Martiniano de Alencar) o primeiro cuidado que teve foi de ir ao Crato para trazer minha avô (Dona Maria Xavier da Silva) e seus filhos; aconteceu que sendo muito formosa minha tia (Ana Josefina de Alencar) e já moça, o Padre Alencar na viagem se uniu a ela, tendo minha avô sofrido tal desgosto que perdeu a voz, ou simulou tê-la pedido. Chegando ao Ceará, em Fortaleza, sua primeira ocupação foi procurar o cirurgião-môr Santiago, a quem ela entregou sua mãe (Clodes Santiago de Alencar Jaguaribe) depois batizada pelo padre Alencar) com a idade de um ano, pedindo que a recebesse e educasse como filha, porque não queria

que ela nada tivesse com a família Alencar (Apud MENEZES, p.35. 1965).⁴²

Menezes informa ainda que Domingos Jaguaribe confirmou “a crença espalhada por membros da família Alencar de que o senador conseguira uma breve especial do Santo Padre Ihe permitindo o casamento” (MENEZES, p.35. 1965).

O biógrafo encerra o capítulo utilizando um curioso comentário de Alencar sobre o pai:

O filho romancista, mais tarde, referindo-se a estes padres sertanejos, de que houve tão grande cópia até 1840; sacerdotes por ofício, anotaria que eles envergavam a batina como uma coiraça; e lá se iam pelo interior à cata de aventuras....’

Assim, como tantos outros colegas seus, o inquieto revolucionário José Martiniano, futuro avô de Ceci e Peri, passa a ser um padre sem batina. (Apud MENEZES, p.35. 1965).

Alencar compara aqui seu pai aos padres que nos três primeiros séculos de colonização, entravam sertão adentro e se amaciavam as índias, tendo aventuras e filhos a granel.

O biógrafo não toca mais no assunto e, em momento algum, o trata como se houvesse provocado algum impacto no comportamento de Alencar. Há, neste caso, a estratégia da naturalização do estigma. Menezes segue o desejo de Alencar de denegar o problema.

A decepção que este estigma causaria em Alencar está no coração do drama burguês pelo qual ele passaria a vida toda. Nota-se que sua luta contra a oligarquia Imperial e a adoção de um *pathos* trágico característico do romantismo antecederam as questões de Alencar com D. Pedro II; na verdade, remetem ao impedimento do reconhecimento do pai, do qual ele fala na epígrafe já citada da biografia escrita por de Menezes. Assim, o drama de Alencar configurou-se muito antes da consciência dilacerante da divisão do trabalho entre política e literatura, que gerou o clássico drama burguês. Sua tragédia burguesa também era anterior ao processo de reificação da obra de arte, na qual separaram-se trabalho e prazer.

Neste caso, o motor do sofrimento de Alencar não era seu reconhecimento somente, era o reconhecimento do amor do pai pela mãe como algo impuro. É por

⁴² Para melhor compreensão desse quadro familiar ver apêndice com árvore genealógica da família Alencar

esta razão que o malogro político de Alencar era duplo diante da rejeição da senatoria pelo Imperador: o cargo lhe permitiria finalmente ocupar o lugar do pai.

Na obra de Magalhães Júnior, o senador ganha um capítulo onde será observado apenas o seu comportamento político, sem nenhuma referência a problemas de ordem familiar. Ao final do livro, Magalhães comenta o romance *Ex-homem* como sendo a defesa de um projeto anunciado pelo Padre Diogo Antonio Feijó, que advogava a abolição do celibato clerical.

Viana Filho também dedica um capítulo as peripécias políticas do Senador Alencar. Ao final, comenta a união com Ana Josefina e o pedido que ele fez ao Governador Episcopal de Pernambuco Dom Tomas de Noronha para que lhe permitisse exercer o sacerdócio:

Permissão que lhe foi dada, ressalvando, porém, que não poderia confessar mulher alguma, que não for enferma ou menor de dez anos, sem ser em confessorário, e com grade interposta entre si e o penitente (Viana Filho, p.17. 1979).

No final do livro, ao descrever os últimos debates parlamentares de Alencar, Viana narra um entreviro com o Barão do Rio Branco onde o escritor pensou que ouvira do Barão uma alusão ao comportamento do seu pai.

Conta o biógrafo que na frase do Barão, em que este defendia a religião, haveria uma referência ao pai, pelo menos era este o temor que tanto angustiara Alencar. Rio Branco não vacilou na explicação: referia-se apenas aos fundadores do Império. Tranqüilizou assim Alencar, que deixara transparecer a sombra que o seguia ao longo da vida. Mas o escritor não deixou de acusar o golpe como ressaltou Viana Filho:

Satisfaz-me plenamente a asseveração de S.Exa. Mas para que nunca mais se levante diante de mim com pretensões de ferir-me essa alusão, devo declarar ao nobre presidente do Conselho que foi lutando desde a infância contra os perigos sociais que dei a minha alma a tempera necessária para afrontar as iras do poder.

Corajosamente, desde a infância, ele lutara contra os preconceitos sociais, talvez receoso de que pudessem arranhar a boa Ana Josefina. Assim temperara a alma para enfrentar todos os poderes (VIANNA FILHO, p.233. 1979).

Finalmente, quanto ao biógrafo Lira Neto, já mereceu comentário o prólogo em que explicita os dois estigmas de Alencar. Contudo, aquele autor não faz nenhuma referência ao impacto destes estigmas sobre a trajetória de Alencar.

A mão descarnada⁴³

Apesar de serem conhecidos os efeitos sociais que a tuberculose e as afecções respiratórias provocavam nas carreiras dos herdeiros da elite imperial, nenhum dos sete biógrafos de Alencar tratou de admitir o impacto da doença na definição do projeto intelectual do autor. Embora o próprio Alencar, na sua autobiografia, tenha reconhecido, o sobrinho Araripe Júnior tratou mesmo de ocultar a doença durante a maior parte do seu livro.

Araripe atribuí o desgaste de Alencar ao trabalho.

E a temporada na Tijuca quando conhece a esposa , que sabidamente era uma forma de tratar a infecção respiratória (sic) ele atribui ao fato de que exausto pelo trabalho, tinha-lhe os médicos aconselhado o repouso, com proibição de entregar-se a estudos de qualquer natureza que fosse.”(ARARIPE Jr., p.198. 1958).

Depois, com as contrariedades dos embates políticos, a negativa da senatoria e os ataques da imprensa afirma que “recrudesceram certos incômodos do fígado, e uma cor esverdinhada nunca mais deixou-lhe a face, denunciando o estrago que a bile operava, minando-lhe os intestinos.”(Araripe Jr., p.206. 1958).

Mais à frente, depois dos panfletos lançados contra ele pelo português José de Castilho, Araripe ainda hesita em reconhecer a tuberculose:

Depois de tamanhas provocações o espírito do romancista recaiu em abatimento. Os médicos recomendaram-lhe novas digressões. Supondo-se, talvez, que a causa de seus sofrimentos fosse uma tuberculose, impeliram-lhe para o pátrio Ceará (ARARIPE Jr., p.228. 1958).

Logo depois comenta que: “em 1876, a pertinácia da moléstia levou-o à Europa” (ARARIPE JR., 1958, p.23). Finalmente, o sobrinho biógrafo reconhece que,

⁴³ Foi assim que o próprio Alencar se referiu uma vez a doença que o levaria a morte, a tuberculose.

depois de terminar seu livro *Encarnação*, “com as entranhas carcomidas por sorradeira enfermidade, Alencar arrastou-se gradualmente para a sepultura”... (Araripe Jr., p.234. 1958).

Ora, o próprio Alencar reconhecerá em *Como e porque sou romancista* que contraíra a doença ainda cedo, quando estudava direito em Olinda. Araripe, íntimo da família, deveria sabê-lo muito bem; o que desejava era antes driblar o estigma que era mais forte ainda no final do século XIX. Arthur Motta e Osvaldo Orico lhe seguem os passos falando em mal do fígado até o reconhecimento de uma doença grave. O próprio médico que assinou o atestado de óbito o Dr. Jacinto S. Rebelo “declara, inexplicavelmente, como *causa-mortis* uma hepato-enterite”. Em nota de rodapé Menezes desvenda o segredo após consultar por carta o médico e membro da Academia Brasileira de Letras Peregrino Júnior

O problema que v submete ao meu modesto conselho, afigura-se-me relativamente simples. Que Alencar sofria de tuberculose não há dúvida. Quanto ao quadro hepato-enterico (sic) de que ele morreu, isso nada mais é do que a velha “tuberculose intestinal”, que matou também Eça de Queiroz. Não existe tuberculose intestinal primitiva: a lesão tubérculo intestinal primitiva está sempre no pulmão”Peregrino Júnior (Da Academia Brasileira de Letras), em carta ao autor deste livro. (MENEZES, p.389. 1965).

Magalhães Júnior também fala abertamente de tuberculose, das hemoptises, e acusa o Médico Jacinto Rebelo de “mascarar a realidade com diagnóstico de “hepato-enterite” (MAGALHÃES JÚNIOR, p.400. 1977). Viana é mais contido e chama apenas de sorradeira enfermidade (VIANA FILHO, p.234.1979).

Lira Neto foi o único a fugir da eufemização que o estigma da doença provocou nos biógrafos. Ao se referir aos tempos de Olinda, diz ele:

Mas as noites passadas em claro, dedicadas à leitura dos cronistas coloniais sob a luz das velas de estearina, logo cobriam seu preço ao estudante de compleição franzina. Uma tosse intermitente passou a atormentá-lo daí por diante. José de Alencar, aos dezenove anos de idade, apresentava os primeiros e claros sintomas de tuberculose, o mal que se confundiria com a própria atitude romântica da época.....A doença obrigou-o a retornar para casa durante as férias, no Rio de Janeiro, logo após os exames do terceiro ano da faculdade de Olinda (LIRA NETO, p.780. 2006).

Como se pode observar pelos trechos citados, nenhum dos biógrafos trataria dos efeitos sociais da doença na vida de Alencar.

Ao estudar Manuel Bandeira, outra vítima da tuberculose, Miceli(2001) argumenta que “em certa medida a doença atua de maneira muito mais radical do que a orfandade, uma vez que sua existência se faz acompanhar por um processo muito mais acabado de mutilação social” (Miceli, p.44. 1979).

A omissão de tais seqüelas sociais que implicariam num casamento fora do padrão oligárquico, uma precoce decadência das escolhas estético-literária, pois faltou-lhe cedo apetência, paixão, força vital para aceitar a viragem do realismo, sem dúvida constituíram-se em traumas que anularam alguns trunfos que Alencar dispunha para obter um ascensão social mais tranqüila dentro do paradigma oligárquico oferecido a um herdeiro como ele.

A rejeição da elite Imperial e o tardio casamento burguês

Quando se investiga a atitude dos biógrafos a respeito do casamento, um dos passos fundamentais nas trajetórias sociais da elite imperial, verifica-se que os três primeiros (Araripe Jr., Arthur Motta e Osvaldo Orico) não deram importância alguma aos amores e ao matrimônio de Alencar. Não se pode imaginar que não o fizeram por não considerarem o casamento importante, pois era sabido pelos escritores românticos o significado deste passo na trajetória social dos bacharéis do Império. O próprio amigo de Alencar, Francisco Otaviano, já havia, realizado seu casamento com uma filha da elite imperial e dado o passo que lhe garantiria, para o resto da vida, tranqüilidade financeira e ocupação de espaços no jogo de poder do Império.

Foi Menezes (1965) o primeiro a chamar atenção para as dificuldades de sociabilidade de Alencar e como estes problemas afetariam a escolha de uma esposa dentro dos padrões Imperial. E enfatizava que Alencar não gostava de valsa, tinha aspecto sisudo, era carrancudo, com cara de espantalho.

Éle que descreve a paixão de Alencar por uma moça rica, descendente de poderoso senhor do Império:

Na ocasião, segundo Wanderley Pinho no seu “Salões e Damas do segundo Reinado”, nasce a grande paixão infeliz do jornalista pela filha de

Visconde Nogueira Gama, presidente do Cassino Fluminense. Chama-se, a moça, Francisca Calmon Nogueira Vale da Gama, e é rica (MENEZES, p.88. 1965).

E descreve, desta forma, o desfecho do projeto irrealizado de Alencar: “Os pais da moça a destinam a um fidalgo português de posses. E isso acontece sete anos depois, quando em 1862, se casa com o Visconde Penamacôr. Alencar custa a esquecer a mulher amada” (ibidem p.88).

Magalhães Júnior vai dedicar um capítulo ao que ele chamou de “O casamento de um solteirão”. Neste capítulo reafirma a decepção de Alencar no grande amor pela filha de Nogueira Gama e cita novamente Pinho para explicar as razões da decisão da família da moça: “Diz Wanderley Pinho que a família da moça preteriu um homem de talento, já então mais do que uma promessa, a um portador de brasões portugueses”. O biógrafo vai usar exatamente a palavra decepção e explicar o casamento posterior por esta razão:

Tal desilusão amorosa, aos 26 anos, deve ter sido responsável pelo tardio casamento de José de Alencar. Só depois de passar dos trinta anos, tendo sido cronista, diretor de jornal, autor de romances e peças de teatro, consultor jurídico de um ministério com direito a título de Conselheiro e, por fim, deputado geral do Império, é que viria a se apaixonar novamente. E, dessa vez, por Georgiana Augusta Cochrane, filha do medico homeopata e agente de concessões Dr. Thomas Cochrane e sua esposa, a brasileira Helena Augusta Nogueira de Gama...(MAGALHÃES JÚNIOR ,p.168. 1977).

Não passou despercebido para Magalhães Júnior o interesse do futuro sogro Thomas Cochrane quanto a José de Alencar:

Para Magalhães Júnior, o fato de Alencar ser ex-deputado, homem de imprensa e conhecedor do direito era conveniente aos seus interesses de um inglês a cata de ganhar licitações que estabeleciam monopólios ingleses. Conhecendo, de longa data, as constantes e imprevistas mutações da política brasileira, o Dr. Thomas Cochrane saberia, sem dúvida, que José de Alencar voltaria ao poder, na primeira reviravolta partidária.

Não passariam despercebidas, tampouco a Magalhães Júnior, as vantagens que a nova burguesia industrial enxergava em se aproximar da elite Imperial:

Tanto mais que, na legislatura de 1861 a 1863, Thomas Cochrane testemunhara o desembaraço com que Mauá participara ativamente, sem qualquer constrangimento, dos debates referentes ao contrato da iluminação pública do Rio de Janeiro, pleiteado por ele próprio, e indo ao ponto de oferece-lhe emendas, sem que ninguém argüísse a sua suspeição ou estranhasse vê-lo legislando em causa própria... (MAGALHÃES JÚNIOR, p.170. 1977).

Mas foi o biógrafo Lira Neto quem mais se dedicou a grande rejeição que Alencar sofreu ao se apaixonar por uma filha da elite Imperial, dedicando todo um capítulo à desilusão de Alencar com a filha do Visconde. E além de detalhar toda a paixão do romancista e o desenlace, explica as razões da negativa da família da moça:

...O Visconde Nogueira Gama, que amealhara uma considerável fortuna à custa a lavoura do café, não botou gosto nas medidas que o jovem barbudo advogado andava fazendo à única herdeira da família. Alencar, mesmo sendo filho de um iminente senador do Império, não se apresentava aos olhos do senhor visconde como um bom partido para desposar uma legítima representante da nobre linhagem dos Nogueira Gama... (LIRA NETO, p.87. 2006).

O mesmo biógrafo vê objetivamente o desprezo que o Visconde tinha pelo cearense ao avaliar um triângulo amoroso que se formara na disputa pela mão da moça:

Neste triângulo amoroso de lados tão desiguais, José de Alencar, aos 25 anos, tinha muito pouco a oferecer além do diploma de Direito que trouxera de São Paulo, do vistoso anel profissional de rubi e do início de uma ainda incerta carreira jornalística, que só lhe rendiam alguns poucos e apertados cobres ao final de cada mês. (LIRA NETO, p.87. 2006).

E arremata mais à frente:

Para o milionário visconde Nogueira da Gama, que freqüentava com desenvoltura as altas rodas da corte e desfrutava da amizade pessoal do próprio Imperador Pedro II, as credenciais de José de Alencar eram

insuficientes para que se arvorasse candidato a genro. (LIRA NETO, p.88. 2006).

A decepção e o desprezo que o orgulhoso Alencar experimentou, aos 25 anos, nos salões da capital federal, demonstraram que apesar de um bom trunfo escolar (Direto, em São Paulo) de nutrida humanidade, boa retórica de jornal, e as proteções sociais herdadas de um dos principais figurões do Império, não foram suficientes para lhe garantir uma posição confortável que o casamento que ele sonhou lhe permitiria. Faltou-lhe uma sociabilidade de salão, como a do amigo Francisco Otaviano, ou a objetividade de meios financeiros herdados.

Mas o que faltou-lhe para desposar um rica filha de um visconde, sobrou para a aliança com uma filha de um grande burguês alimentado pela dinheiro da máquina industrial inglesa. De fato, as duas altas burguesias coexistiam, mas tinham pesos sociais diferentes e o pouco prestígio que o Imperador sempre dispensou a Mauá é testemunho destas diferenças.

O curto ciclo nacional de um romantismo tardio

No Brasil, a demora na adoção do Romantismo, a dificuldade do campo literário para se constituir de forma autônoma pela ausência de uma burguesia consumidora de livros, morfológicamente densa, provocaram em Alencar, fragilidades em relação à crítica e uma posição dependente em relação ao mecenato Imperial. Esta dupla sujeição trouxe ao então líder literário nacional dificuldades imensas para legitimar o seu cânone romântico.

Araripe Jr. enxergou essas fragilidades de Alencar e viu que, além da falta de habilidade política, *“a natureza refratária aos segredos da corte o excluía de uma organização que ele não compreendia e que também não poderia compreendê-lo”* (Araripe Jr., p.204, 1958). Tais dificuldades de se legitimar continuaram até mesmo no campo literário:

A fórmula de Araripe, *“nem o favor dos grandes, nem a simpatia pública”* sintetiza o drama do fim de vida de Alencar. Com as inapetências que o fragilizaram no campo político e face a um campo literário e artístico na fase crítica de constituição, Alencar viu o mundo desabar sobre ele.

Sob os ataques de Feliciano de Carvalho, Franklin Távora e Joaquim Nabuco, a única e última viagem de Alencar ao exterior poderia ser um sopro de novidades em direção à renovação. Mas, como já discutimos anteriormente, o escritor cearense já definitivamente abatido pela tuberculose e sob o impacto da decadência do romantismo na Europa acabou por não se recuperar.

Araripe Jr encontra duas explicações para a fragilidade de Alencar:

A aristocracia de seu talento... Desde o seu estilo até as suas maneiras, tudo transpirava reservas e o *não-me-toques* do arminho” era a primeira. A segunda razão seria assim apontada: “a falta de orientação filosófica, defeito não só seu, como de todos os poetas que aplicaram os princípios sem unidade de vistas (Araripe Jr., p.236. 1958).

Araripe, leitor da corrente cientificista que chegava, lamentava o alheamento de Alencar, incapaz de perceber os novos ventos das mudanças estéticas e filosóficas que chegavam:

Se a filosofia positiva também, por outro lado, lhe penetrasse no cérebro, acredito que ele seria outro. Aquele nível dulçoroso idealismo não se compadecia, absolutamente, com a observação e as observações e as demonstrações experimentalistas, que invadiam tudo (ARARIPE Jr., 1958).

Araripe Jr. se perguntou então:

Pode-se afirmar que era muito cedo para o esgotamento das suas faculdades poéticas... qual a razão por que as qualidades de Alencar não continuaram a evoluir na linha natural? E ele responde: “Neste caso, o que se pode dizer apenas é que o estado doentio preparou-lhe a transição para um outro estado, em que sua impulsão estética converteu-se em irritabilidade crônica (ARARIPE Jr., p.237. 1958).

Curiosamente, talvez pelo impacto que ele mesmo sofreu com a chegada destas idéias novas, apenas Araripe compreendeu essa falta de apetência de Alencar para as mudanças.

Lira Neto não comenta os supostos motivos da defasagem estética de Alencar, mas foi preciso ao descrever sua estadia em Lisboa. Diz ele que “a

passagem de Alencar por Portugal foi marcada por absoluto anonimato... Mas, até em Portugal, por todos os lados, Alencar só ouvia notícias e comentários sobre a revolução estética e filosófica que, diziam, estava em marcha no mundo. Ali mesmo, em Lisboa, dois anos antes, Eça de Queiroz publicara "O crime do Padre Amaro, romance que seria considerado um dos marcos fundadores do realismo em língua portuguesa." (Lira Neto, 2006)

Alencar vive e sofre uma dupla exclusão, que seria sentida como um rebaixamento da sua vida pública: a expulsão do campo político e a superação estética do romantismo atingindo o prestígio literário de Alencar. Daí a lucidez da última pergunta que fez a Machado, conforme o escritor fluminense conta num prefácio escrito para uma reedição de *O Guarani*, dez anos depois da morte de Alencar: "Conseguirei superar a conspiração do silêncio vivida nos meus últimos anos de vida?".

Embora com determinados momentos de afrouxamento, o que é possível verificar é que os biógrafos montaram filtros e anteparos para consolidar a idéia do gênio romântico, vítima das conspirações mundanas da política. As biografias fizeram uma operação, tornando os handicaps sociais de Alencar pontos de transformação do biografado em *individuum ineffabile*, para usar uma expressão de Bourdieu(1996). Nesse caso, cabe a análise sociológica romper com o idealismo da hagiografia literária, pois, "contrariamente ao que a representação comum da sociologia poderia fazer crer, ele (o sociólogo) não pode satisfazer-se completamente com esta evocação literária da vida literária" diz ele. (Bourdieu, p.14. 1996).

O que não significa que o papel de criador de uma crença nova e de um campo novo não deva ser objeto de análise. Se a resistência à análise é uma característica dos criadores e daqueles que trabalham a idéia da arte inatingível pela razão, a compreensão do trabalho de construção simbólica de alguns campos literários é tarefa científica fundamental para a análise das condições da produção e recepção da obra de arte. Se a idéia do *gênio incompreendido*, cheio de interesses desinteressados, realmente encobre a alquimia da vida social, a tentativa de entender Alencar como *profeta* me parece parte deste esforço de desvendar a própria estruturação do espaço social no qual ele estava situado.

CAPÍTULO 6 – DISPOSIÇÕES MÚLTIPLAS, APETENCIAS E COMPETENCIAS

Dadas as posições que Alencar ocupou, é necessário avaliar as apetencias e competências que o seu trajeto lhe permitiu fazer. O próprio Bourdieu já alertava para o problema das potencialidades das disposições: elas podem ou não se realizar. “Então, é apenas quando se caracterizaram as diferentes posições que se pode voltar aos agentes singulares e às diferentes propriedades pessoais que os predispõem, mais ou menos a ocupá-las e a realizar as potencialidades que aí se acham inscritas” (Bourdieu, 1996. p. 105).

Mas foi Bernard Lahire, em seu estudo *Retratos sociológicos* quem alertou para os limites do que ele chamou de “tradição disposicionalista” nas ciências sociais:

(...) encontramos nos trabalhos de Pierre Bourdieu o maior esforço de explicitação em matéria de teoria disposicionalista da ação. Em sua obra encontram-se, especialmente, as noções de interiorização das estruturas objetivas ou de incorporação de estruturas sociais, de esquema, de disposição, de sistema de disposições, de fórmula geradora ou de princípio gerador e unificador de práticas, de habitus, de transponibilidade ou de transferibilidade dos esquemas ou disposições (LAHIRE, 1998, p. 25).

Para superar este determinismo generalizante, Lahire em sua pesquisa procura estabelecer como objetivo “por um lado, a apreensão do grau de homogeneidade ou heterogeneidade das disposições, das quais os atores individuais são portadores em função de seu percurso biográfico e de suas experiências socializadoras e, por outro, a análise das articulações, das disposições e dos contextos de seu estado de aplicação/estado de vigília (ativação/inibição) ou, em outros termos, o exame da questão das “disposições sob condições, a pesquisa fez com que esquemas interpretativos passassem de um uso semi-inconsciente para um uso reflexivo e controlado”. (Lahire, 1998, p. 63-69)

O que Lahire quer com o projeto é estudar a variação intra-individual dos comportamentos, atitudes, gostos, etc., segundo os contextos sociais. Essa variação deve ser captada nas dimensões diacrônica (durante uma biografia) e sincrônica

(nos domínios de práticas diferentes ou em diversos micro contextos intradomínios). Ao propor este cuidado metodológico, Lahire vai ao ponto de argumentar que as crises – e grandes ou pequenas - as tensões podem ser reveladoras de contradições do pesquisado e aquelas criadas por cada situação. Enfim, uma disposição deve ser avaliada em função de diversos contextos. Segundo alerta o autor:

Uma disposição não é uma resposta simples e mecânica a um estímulo, mas uma maneira de ver, sentir ou agir que se ajusta com flexibilidade às diferentes situações encontradas. No entanto, nem sempre a disposição consegue se ajustar ou se adaptar, e o processo de ajuste não é o único possível na vida de uma disposição. Dessa forma, ela pode ser inibida (estado de vigília) ou transformada (devido a sucessivos reajustes congruentes) (LAHIRE, 1998, p. 30).

É este ajuste empírico entre o sistema de disposições de Alencar no seu trajeto biográfico (diacrônico) e contextual de micro-situações (sincrônico) que vamos tentar fazer a seguir, mesmo observando as repetições de situações em sua trajetória social, a redundância, aqui, é necessária para atingirmos os pontos nodais das disposições e apetências de Alencar.

O liberalismo do senador: Instabilidade e habilidade política no universo familiar.

Originário da região do Cariri, sul do Ceará, o senador Alencar pertencia a uma família portuguesa. Seu bisavô, o Capitão Leonel Pereira, veio do Alentejo e se estabeleceu em Pernambuco. A filha do capitão, Bárbara de Alencar, casou-se com o português José Gonçalves dos Santos, e desse casal nasce, em 1794, o pai do escritor José Martiniano de Alencar. Mãe do futuro senador, Bárbara, cedo ficou viúva, e enviou o filho para estudar no Seminário de Nossa Senhora da Graça de Olinda, graças aos favores do Padre Miguel Carlos da Silva Saldanha, vigário do Crato e padrinho do menino.

No seminário, então contaminado pelas ideias francesas da revolução, estuda Voltaire, Montesquieu e Rousseau. O jovem cearense, estuda retórica no Seminário de Olinda, sendo seu professor o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, que, depois, viria a exercer o cargo de diretor do Curso Jurídico de Olinda, em 1848. Com 23 anos, recebe as ordens de diácono. É também admitido como sócio da Academia Paraíso (associação de caráter político criada para proclamar a República).

A avó e o pai do escritor envolveram-se em 1817 com a revolução republicana que teve origem em Pernambuco, sendo ambos presos. José Martiniano de Alencar, então já ordenado Padre em Olinda, passou alguns anos numa prisão na Bahia, juntamente com Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, irmão de José Bonifácio.

Com os ventos liberais que sopravam em Portugal, os rebeldes foram anistiados. Martiniano, da cadeia na Bahia, vai direto para as cortes de Lisboa assumir assento na Assembleia, encarregado de elaborar a Nova Constituição Portuguesa.

Ao voltar de Portugal, o Brasil já era independente e ele seria um dos representantes do Ceará na Assembléia Nacional Constituinte. Logo depois, Padre Alencar se envolveria mais uma vez na chamada Confederação do Equador. Foi preso e escreveu a D. Pedro I uma carta, a famosa súplica. Perdoado outra vez, “os conselheiros políticos de D. Pedro I convenceram o imperador de que era mais proveitoso ter o astuto Martiniano como providencial aliado do trono a transformá-lo em mais um mártir da causa revolucionária.” (Lira Neto, 2006, p.43). O Padre já então amalhara um grande capital das relações sociais, que outro biógrafo, Viana Filho, explicaria assim as novas relações: “Ameno, o temperamento propício a fazer amigos, José Martiniano conquistara largo círculo de amizades, e dentre os mais próximos contavam-se o Padre Feijó, os senadores Vergueiro e José Bento, e o Deputado Antonio Carlos.” (VIANA FILHO, 1979, p. 18.) Em suma, o pai de Alencar era um conspirador sempre disposto a lutar contra a elite portuguesa e muito bem posicionado no novo estamento que se estabeleceria no país do Segundo Império.

A mãe de Alencar, Ana Josefina de Alencar, prima em primeiro grau de seu pai, ligou-se a este no que o próprio Padre nominaria, em ato de reconhecimento dos seus filhos, como “amizade ilícita e particular”.

Os principais biógrafos de Alencar não deram muita importância ao fato. Raimundo Magalhães Júnior diria: “O menino, batizado com o nome de José, foi dado como filho natural de sua companheira, sem alusão ao nome paterno. Mas, seria criado às claras, no lar do padre que jamais procuraria dissimular a condição de chefe de família” (1977, p.16).

A primeira afirmação é parcialmente correta. O assento do batismo, feito pelo Padre José da Costa Barros, e no qual foram padrinhos João Franklin de Lima e sua mulher Maria Brasileira de Alencar – irmã de Ana Josefina de Alencar – identificava a criança como “José, filho natural de Ana Josefina de Alencar, neto materno do Capitão Leonel Pereira de Alencar e sua mulher D. Maria Xavier da Silva”. Alencar só teria, portanto, a paternidade reconhecida muito anos depois, no testamento de seu pai.

Mas, o impacto da união entre um padre e uma prima não seria tão trivial quanto querem seus biógrafos. O filho do romancista, Mario de Alencar, no ensaio introdutório das obras completas do pai, intitulado “Alencar, o escritor e o político” explicaria assim o impacto que este fato teve sobre a gestão do capital social herdado do pai:

A condição do lar paterno devia ser também para a inteligência de caráter como o seu, objeto de cogitação constante. A Família era exemplar no seu teor moral e impunha-se à aceitação e ao respeito da sociedade, em que participava, já pela posição eminente do chefe, já pelas maneiras, educação e virtudes dos seus membros. A discricção dos costumes caseiros mantinha-a na modéstia mais adequada à formação direita e sã do caráter, sem prejuízo da sociabilidade com a melhor gente do tempo. Mas se a moral era ali perfeita, havia ante a lei uma falha originária, que não passaria despercebida pelo filho; e para quem sentia em si, com a força da ascensão na vida pública, os estímulos de honra e independência e a segurança da personalidade não deixaria de constranger aquele ponto. Se não era uma mácula nem eiva da ligação do puro sentimento, consolidado num longo consórcio de fidelidade, em presença de uma prole unida à feição patriarcal, podia, contudo crescer aos olhos oblíquos dos homens mais atentos a letra da lei do que à evidência moral, e ser um estorvo a embarçar o caminho do homem forte e uma afronta de desafeto a atirar-lhe ao homem honesto e liso. Essa cogitação, inevitável ao adolescente perspicaz e ao espírito emancipado, não entibiaria o seu respeito e amor aos pais. Tinha-os ante si, na sua compostura direta, podia julgá-los na sua

virtude pública e doméstica; e o afeto e o acatamento haviam de crescer com os anos no convívio daquela pureza, à qual podia opor a irregularidade e deficiência moral de outros muitos lares formalmente legais.

Mas essa mesma relatividade chocar-lhe-ia o espírito, forçado a enfrentar a visão inconsciente ou conscientemente vesga dos homens (ALENCAR, 1998, p. 22).

Por trás da retórica embolorada do filho Mário, que seria, depois da morte do escritor uma espécie de filho adotivo de Machado de Assis, paira o drama do pai romancista.

É, pois, na traumática relação com o pai, que vamos encontrar a inapetência básica de Alencar para uma gestão do seu capital social como herdeiro de um grande senador do Império. As posições de Alencar para se distanciar do pai são um sintoma deste mal.

As análises feitas logo a seguir, nos diversos micro contextos onde seu sistema de disposições de herdeiro deveria se cumprir (contexto escolar, contexto de socialização da vida acadêmica, contexto de socialização do campo literário, contexto afetivo amoroso, etc.) revelam a inibição de disposições anteriormente identificadas e os reajustes pelos quais sua trajetória passou, sob impacto do que seu filho chamou de “sombra” na sua personalidade.

Uma trajetória escolar ascética.

Alencar teve uma trajetória escolar precoce e extremamente ascética. Aos nove anos quando chega ao Rio, vindo de Fortaleza, já havia aprendido a ler e escrever em casa. Em 1840, aos 11 anos, Alencar nos dá conta de sua passagem pelo Colégio de Instrução Elementar, Rua do Lavradio, número 17, dirigido por Januário Matheus Ferreira, cuja memória ele vai venerar pelo resto da vida. Neste ano ele já cursa a sexta classe do elementar e atribui ao seu diretor a autoridade de um segundo pai. A frase merece ser citada porque é uma forte elipse do papel do pai: “Depois daquele que é para nós, meninos, a encarnação de Deus e nosso humano Criador, foi esse o primeiro homem que me incutiu respeito, em que acatei o símbolo da autoridade” (ALENCAR, 1998, p. 15-16).

Alencar vai ressaltar no diretor/professor

o vulto grave, talvez ríspido e severo em demasia; porém, nenhum professor o excedeu no zelo e entusiasmo com que se empenhava o seu árduo ministério. Identificava-se com o discípulo; transmitia-lhe suas emoções e tinha o dom de criar no coração infantil os mais nobres estímulos, educando o espírito com emulação escolástica para os grandes certames da inteligência (ALENCAR, 1998, p. 17).

O escritor conta com orgulho que era líder e monitor de classe. Seu temperamento duro, ensimesmado, merecera-lhe o apelido de “o caturrinha do Alencar” (ALENCAR, 1998, p. 22).

Alencar, por toda a vida, vai receber apelidos um tanto quanto pejorativos: anos mais tarde, já deputado geral, vai ser o “fanadinho”.

O Dicionário Houaiss da Língua Português define assim “caturra”: 1. Aquele que é motivo de chacota, escárnio, bobo; 2. Ou aquele que é obstinado a ideias e hábitos ultrapassados ou antigos, teimoso; 3. Ou aquele que, por razões em importância, tem o hábito de contradizer e questionar. Sobre a definição do seu apelido de adulto, “fanadinho”, o Houaiss diz: “Quem sofre mutilação, que não tem bastante largura. E sobre o verbo “fanar”, diz-se de quem perde o frescor, o viço, de muchar-se, consagrar-se em sacrifício.

Assim, pode-se observar três aspectos que acompanhariam Alencar por toda a vida: ser objeto de chacota; ser obstinado defensor de suas ideias e hábitos; e ter um ar de sacrifício e sofrimento permanente.

Quanto ao pai, vai referi-se a ele apenas mais uma vez, na sua sintética autobiografia, ao narrar o episódio dos homens que se regalam com chocolate no clube da maioria, numa observação irônica sobre o mundo da política: “Essa, a primeira observação do menino em coisas de política, ainda não a desmentiu a experiência do homem. No fundo de todas as evoluções, lá está o chocolate, embora sob vários aspectos”. Para em seguida introduzir uma quase solitária observação sobre o pai: “Há caracteres íntegros, como o do Senador Alencar, apóstolos sinceros de uma ideia e mártires dela. Mas estes são esquecidos na hora do triunfo, quando não servem de vítimas para aplacar as iras celestes” (ALENCAR, 1998, p. 28).

Já da sua carreira universitária no preparatório em S. Paulo, aos 13 anos, e depois na Faculdade de Direito de S. Paulo, entre 1943 e 1950, ele vai falar com empolgação apenas de suas leituras e da importância da convivência com amigos na formação literária.

De fato, Antonio Candido (2000, p.338) vai sintetizar assim o que parecer ser uma unanimidade na descrição da sua formação superior: “Era estudante sem brilho, arredo, orgulhoso, tímido e aferrado aos livros, devorando os românticos franceses e alguns anglo-americanos” (CANDIDO, 2000, p. 338).

Como é possível observar Alencar oscila entre dois tipos de atitude que não deixam de lembrar as lógicas familiares: de tendência maior para reserva nas aulas e nas experiências públicas, de tendência maior para o sonho, a evasão, a rebeldia no plano interior. Para o mundo público o ascetismo, o “fanadinho” o “caturrinha”. Para o mundo privado o prazer dos livros, da criação, o sabor do gênio romântico.

Enfim, ao longo de sua vida acadêmica Alencar vai provar do Direito como obrigação, dever, coisa maçante. E do mundo literário como sabor feminino, envolvente, amoroso, prazeroso.

A educação sentimental de Alencar

Alencar tinha 26 anos, era um jovem cronista com acesso aos salões elegantes quando tudo parece se encaminhar para um casamento que significaria o passo decisivo para a segurança econômica no projeto de ascensão social. Seu amigo Francisco Otaviano, filho de médico, já dera este passo. Alencar sabia o que ele representava, pois graças ao casamento, Francisco Otaviano teve a segurança de herdar mesmo um jornal do seu sogro, *Correio Mercantil*, pertencente a Joaquim Francisco Alves Branco Moniz Barreto. Ele se apaixona então por Francisca Calmon Nogueira Vale da Gama. Mas a recepção é fria. Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*, citou-a como uma das beldades que frequentavam os salões, “a filha de Nogueira Gama incensada por José de Alencar”. Wanderley Pinho, o cronista de *Salões e Damas do Segundo Reinado*, conta que “a família da moça preferiu ao homem de talento, já então mais do que uma promessa, um portador de brasões portugueses” (PINHO, 2004).

Segundo Araripe Júnior (1958), Alencar teve “decepções de um moço de talento e já festejado não tolera sem protesto”. O *protesto* ao qual o crítico cearense se refere são dois poemas. Num deles, Alencar faz um triste lamento:

Pode a teus pés curvar-se o mundo inteiro,
Podem render-se os homens vassalagem;
Que eu contemplo de longe sobranceiro
Da mulher que eu amei a fria imagem.

No verso final, ele lança uma espécie de ameaça de vingança futura:

Talvez um dia quando não restarem
Mais vestígios daquele santo amor,
Eu venha perturbar o teu sossego,
Revelando o mistério desta dor.

Magalhães Júnior lembra que dois outros poemas, um chamado *Desprezo* e outro intitulado *Decepção*, teriam sido inspirados na grande rejeição de Alencar.

No primeiro, há uma referência direta aos brasões do Noivo, o Visconde de Penamacor, com quem Chiquinha Nogueira Gama se casou em 1862:

Talvez um dia o mundo caprichoso
Procure nobre dama, algum vestígio
Da mulher que meus livros inspirava
Não achará porém do teu fastígio
Senão traços de lágrimas perdidas
Arcano de uma dor desconhecida
(apud MAGALHÃES JR., 1977, p. 167)

Dois anos depois do desfecho deste caso de amor não correspondido, em março de 1864, Alencar sobe a Tijuca para cuidar da doença. Lá ele conheceria o médico e comerciante inglês Thomas Cochrane que veraneava numa grande mansão no centro de um parque primorosamente cuidado por duas dezenas de escravos. Nas palavras de Magalhães Júnior,

Thomas Cochrane valeu-se da oportunidade para estreitar relações com aquele que tanto atacara os caçadores de monopólio. Ex-Deputado,

homem de imprensa e conhecedor do Direito, não haveria relação mais conveniente aos seus interesses. E, além disso, solteirão melancólico, talvez se engraçasse com uma de suas filhas solteiras (MAGALHÃES JR., 1977, p. 168).

E a surpreendente perspicácia de Magalhães Júnior não para por aí, ao analisar os interesses em jogo neste casamento burguês:

Conhecendo, de longa data, as constantes e imprevistas mutações da política brasileira, o Dr. Thomas Cochrane saberia, sem dúvida, que José de Alencar voltaria à tona, na primeira reviravolta partidária. Para quem tinha interesses em concessões e privilégios, o moço brasileiro deveria ser uma lição valiosa. Mesmo que Alencar não movesse uma palha para ajudá-lo, fosse no que fosse, já seria uma vantagem se conseguisse ao menos neutralizá-lo, limando-lhe as arestas, ou atenuando-lhe os ardores de moralista militante. Tanto mais que, na legislatura de 1861 a 1863, testemunhara o desembarço com que Mauá participará ativamente, sem qualquer constrangimento, dos debates referentes ao contrato da iluminação pública do Rio de Janeiro, pleiteado por ele próprio, e indo ao ponto de oferecer-lhe emendas, sem que ninguém argüísse a sua suspeição ou estranhasse vê-lo legislando em causa própria (MAGALHÃES JR., 1977, p. 169).

Em suma, assim como uma ruptura política o afastaria do padrão de consagração Imperial e o devolveria ao campo literário e a suas consagrações burguesas incompletas, uma decepção amorosa o levaria a um casamento com a filha de um rico intermediário de concessões de estradas de ferro e bondes urbanos, que como ele se situava às margens do panteão “brasonado” do segundo Império.

Antonio Candido enxerga nos grandes momentos de Alencar, caso do romance *Lucíola*, “um sociólogo implícito”, como em quase todo romancista de certa envergadura, sintetiza ele: “na maioria dos seus livros, o movimento narrativo ganha força graças aos problemas de desnivelamento nas posições sociais, que vão afetar a própria afetividade dos personagens.” (p. 209) Para Cândido, há no melhor Alencar o romance de ascensão social:

A sociedade brasileira lhe aparece como campo de ocorrência pela felicidade e o bem-estar, onde a segurança, a solidez, se encarnam em dois tipos: o comerciante e o fazendeiro. O moço de talento que nos seus livros parte sempre à busca do amar e da consideração social, tem pela

frente o problema de ascender à esfera do capitalista sem quebra de vocação.

Assim, o mesmo Alencar que considerava como uma maldição o drama do jovem sensível em face da sociedade burguesa, associa-se docemente a uma nova posição social de genro de um grande burguês das finanças.

Se Alencar, o Imperador literário, acreditava, em alguns romances, que “a escrita abole as determinações, as sujeições e os limites que são constitutivos da existência social”, não demorou para que o rito de passagem de solteiro a burguês dono de uma boa prole lhe tirasse da posição de “colocar-se de um salto acima da humanidade e não ter com ela nada em comum, apenas uma relação de olhar”, como dizia Flaubert (apud BOURDIEU, 1996, p. 46).

Tal como um Ícaro sem asas ele volta do Alto da Tijuca sem a ambição de afastar-se de todas as determinações e vai à luta, com as *Cartas de Erasmo*, tentando se aproximar do poder Imperial.

É bom ter em mente, aqui, esta seqüência cronológica: Casamento foi em 1864 e em novembro de 1865 começaram a aparecer as *Cartas de Erasmo*, dirigidas em tom amigável e cordato ao Imperador. Em 1868, o fardão de Ministro da Justiça lhe incomoda, mas ele se submete. Ou, como ele mesmo preferiu comentar: “Em 1868 a alta política arrebatou-me às letras para só restituir-me em 1870” (apud, MAGALHÃES JR., 1977, p. 150).

O Romantismo ascético como padrão de socialização

Alencar foi um romântico ascético. Para entender suas disposições, é preciso identificar o âmbito de socialização familiar e suas atividades culturais e de lazer público.

No âmbito de socialização familiar, Alencar desenvolveu, ao longo de sua infância e adolescência, o gosto pela literatura e os livros. A mãe teve papel preponderante. E os tios e padres amigos que frequentavam a chácara de Maruí do Senador Alencar, em São Cristovão, Rio de Janeiro, incentivavam a participavam ativamente deste interesse.

Todos os relatos biográficos e mesmo os autobiográficos contam como ele conseguia atrair “pela lucidez das proposições, a atenção dos mais velhos que se reúnem na chácara de São Cristovão. Um dos que mais concorrem para a impulsão artística do seu espírito é, sem dúvida, o padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar, então deputado à Assembleia Geral” (MAGALHÃES JR., 1977, p. 150).

No âmbito das atividades de lazer e culturais públicas, Alencar vai ser sempre um tímido, agressivo, que se vê fugindo, de qualquer coisa que lembre um certo hedonismo.

Mas o que chamo de “romantismo ascético” de Alencar era, estranhamente, quase um padrão de comportamento que vinha desde a chamada primeira geração dos românticos brasileiros.

O primeiro grupo de românticos, os escritores mais velhos do que Alencar que amadureceram durante a Regência e os primeiros anos da Maioridade: Magalhães, Porto Alegre, Torres-Homem e Pereira da Silva, e mesmo o segundo grupo, composto pelos discípulos mais jovens: Santiago Nunes, Joaquim Norberto, Dutra e Melo, Teixeira e Sousa, Fernandes Pinheiro e Gonçalves Dias, todos, formavam o que Candido chamou de “um grupo *respeitável*, que conduziu o romantismo inicial para o conformismo, o decoro, a aceitação pública” (CÂNDIDO, 2000, p. 42).

Cândido conclui o retrato do primeiro grupo romântico em rápidas pinceladas:

Estudando os retratos dessa gente honrada – Magalhães, Porto Alegre, Norberto, Fernandes Pinheiro, Teixeira e Sousa, Macedo – sentimos imediatamente quanto estão longe do que habituamos, por extensão indevida, a considerar romântico, isto é, o ultra-romantismo da geração seguinte. Suíças veneráveis, cabelos arrumados, óculos de aro de ouro, pose de escritório. Homens de ordem e moderação, medianos na maioria, que viviam paradoxalmente o início da grande aventura romântica e, mesmo no aceso da paixão literária, desejavam manter as conveniências, nunca tirando um olho do Instituto Histórico ou da jovem e circumspecta majestade de D. Pedro II, ao qual dedicam os seus livros (CÂNDIDO, 2000. p. 42).

O Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX não era também nenhuma Paris. As ruas eram sujas e mal iluminadas, não havia vida noturna. Conta Ubiratan Machado que

quem se aventurasse encontraria apenas imundas tascas, onde se reuniam sicários e malandros de todo tipo, para beber cachaça ou vinho falsificado. O meretrício era formado apenas por escravas, cujos rendimentos iam direto para os baús dos sinhôs, muitos deles vivendo exclusivamente dessa gigolotagem. A incidência de sífilis era altíssima” (MACHADO, 2001. p. 180).

Só a geração seguinte, os jovens das abastadas famílias da elite imperial que já se beneficiam da abertura dos cursos de Direito de São Paulo e Recife teriam condições de viver uma boêmia literária. Como no caso de Alencar em São Paulo, vivendo em repúblicas, pensões ou casas em grupos, livres das pressões familiares, sem limites claros, eles acabam influenciados pelo ideal romântico encarnado pelo maior mito de então lorde Byron.

Um grupo de conterrâneos de Alencar cria, em São Paulo, em 1845, a Sociedade Epicuréia. No mesmo ano os estudantes do curso jurídico de Olinda criaram a Filopança, com o intuito de zombar dos mais sérios e realizarem orgias. Três românticos comandavam a Sociedade Epicuréia: Bernardo Guimarães, Aureliano Lessa e Álvares de Azevedo.

Nos três primeiros anos que vive em São Paulo (1843,1844,1845), todos os biógrafos o descrevem como recolhido e silencioso.”Jamais frequenta as corvejadas da *Taberna do Corvo*”, conta Menezes. “É apenas um bicho”. (MENEZES, 1965, p. 67) Quando Alencar se matricula no primeiro ano do curso jurídico com mais trinta calouros o byronismo está em pleno apogeu. É moda andarem os estudantes de capa e cabeleira.

Alencar se mostra “arredio ao bulício acadêmico” segundo expressão de Raimundo Menezes (1939). Mas não se inibe à produção intelectual. Ele funda e escreve com um grupo de amigos a revista semanal *Ensaios literários*. Do grupo constam Jose Machado Coelho de Castro (depois deputado geral pelo Rio e Presidente do Banco do Brasil), o santista João Guilherme de Aguiar Whitaker (mais tarde juiz de Direito e deputado provincial) e o futuro Conselheiro do Império, Joaquim Ribas.

O padrão de socialização de Alencar permanece o mesmo do preparatório até 1850, último ano da faculdade: “Mais testemunha do que participante, o jovem cearense, com seu temperamento sempre retraidíssimo, não toma parte, nem mesmo no derradeiro ano do curso, em qualquer patuscada, ou noitada acadêmica. Vive para os livros” (MENEZES, 1965, p. 76).

Findo o curso, trabalhando no escritório de advocacia do Dr. Caetano Alberto segue recluso.

Depois, já cronista do Correio Mercantil,

Alencar não gosta da valsa, a dança da moda, exaltada pelos poetas românticos. Além do mais não tem sorte com as namoradas, pois mete medo às moças com aspecto sisudo, aqueles óculos, a barba negra e cerrada, o ar carrancudo, casmurro, conselheiral... Um espantalho!

A descrição que Meneses faz do fim de caso de Alencar com a herdeira dos Nogueira, sua primeira grande rejeição, é ilustrativa de como a dificuldade de socialização impactou na sua ascensão social:

O caso ocorre no salão do Conselheiro Nabuco de Araújo, no Flamengo, numa quarta-feira, dia de recepção. Frequenta-o o jovem escritor, naqueles começos de 1855, justamente quando escreve para o Correio. Não sendo exímio na arte de dançar, é preterido por outro, numa contradança. Sente-se ofendido e dá por terminado o namoro, namoro de homem acanhado, irascível, péssimo valsista, mas apaixonado, ardente, sonhador, multiplicando os sofrimentos das contrariedades menores (MENEZES, 1965, p. 88).

Outro aspecto que veio exacerbar o comportamento retraído e tímido de Alencar foi sua tuberculose. Contraída no ano de 1848, quando se transferiu para Olinda, a doença que viria a matá-lo não teve nele aquela característica de ser resultado de comportamento boêmio, anti-social, inadaptado a horários e convenções. Nas palavras de um crítico literário, “José de Alencar foi homem normal, de vida plena e clara na superfície; se morreu de tuberculose, isso se deve mais ao atraso da medicina de seu tempo do que à escola romântica” (PROENÇA, 1972, p. 19).

Ao contrário do grupo que gravitava em torno de D. Pedro II e do próprio Alencar, a última geração dos românticos, não tinha o comportamento asséptico de Alencar. O padrão era bem outro. Cavalcanti Proença observou:

a vida de José de Alencar é uma decepção. Não tem aquele grão de loucura que aparece em Fagundes Varela, dipsômano, descendo à oferta quadras improvisadas a botequineiros a troco de cachaça; não tem aquele traço de destino trágico que marcou a frente de um Castro Alves, morrendo de amores por mulheres belas e fatais, morrendo de gangrena na casa dos vinte anos; não tem aquele marginalismo de Bernardo Guimarães, em que a cultura não passou de verniz a recobrir uma alma de tropeiro nômade (PROENÇA, 1972. p. 19).

Se todos não tiveram o comportamento boêmio e desregrado de Fagundes Varela, a maioria bebia, fumava e usava mesmo algum tipo de entorpecente, como Bernardo Guimarães.

Após 1854, chega ao Brasil a iluminação a gás. Até então as tarefas noturnas eram feitas com iluminação a vela ou com lamparinas com óleo de baleia, duas formas bastante precárias de prover luz (e no caso de óleo de baleia, muito malcheirosa). Isto significa que a cidade se libertou das limitações da iluminação a vela.

A partir de 1857 o Rio vive uma fase de afrancesamento. A cidade ganha um comércio florescente e um porto movimentado. A iluminação a gás permite às pessoas o convívio urbano. A vida noturna intensifica-se e os rapazes da elite invadem a noite. As casas de espetáculos, os café-concertos começam a se impor e a prostituição se sofisticar. O mais famoso deles foi o Alcazar Lyrique Français fundado em 1857, que viveu a fase de esplendor a partir de 1864. Seu proprietário, o francês Arnaud, trouxe de Paris um bando esfuziante de artistas. Conforme conta Machado:

A pequena sala vivia repleta. A fumaça de charutos e cigarros tornava o ar irrespirável. Mas valia a pena. Numa época em que as mulheres mal mostravam a ponta dos sapatos, imagine-se a excitação provocada por artistas seminuas, atirando as pernocas bem, contornadas para o alto, em lascivos números de canção (MACHADO, 2001. p. 57).

O teatrinho tornou-se ponto de reunião de jornalistas, escritores e políticos das novas e velhas gerações que iam ver espetáculos e beber cerveja inglesa. Foram frequentadores do Alcazar: Machado de Assis, Visconde de Taunay, Francisco Otaviano, Laurindo Rabelo, Perdigão Malheiro, Luis Guimarães Júnior Machado. Entre os políticos, compareciam com frequência Cotegipe, Silveira Martins, Gusmão Lobo e Duque Estrada Teixeira.

E não se pense que homens sérios da vida intelectual e política não ousavam frequentar e se esbaldar neste cafés. José Maria da Silva Paranhos, o futuro barão do Rio Branco, era um dos grandes boêmios do Alcazar. No teatrinho conheceu a corista belga Marie Philomêne Stevens, por quem se apaixonou. Tirou-a da vida noturna e montou casa para ela. Foi sua companheira com quem teve vários filhos. Anos depois casaram-se e ela se tornou a baronesa do Rio Branco.

Como se pode observar o romantismo ascético de Alencar não era mesmo padrão à época. Era uma inapetência para a vida social bem mais singular do que representativa do comportamento médio da elite a que pertencia.

O principal lazer que Alencar se permitiu em toda vida foi a visita diária à livraria Garnier. O livreiro Baptiste Louis Garnier tinha entre seu grupo de amigos preferidos e frequentadores da sua livraria José de Alencar, Machado de Assis, Fernandes Pinheiro, Joaquim Manuel de Macedo e o cônsul Frances Teodoro Maria Taunay, tio do Visconde.

Machado conta estes encontros:

Depois das três horas, quando terminava o expediente das repartições públicas, a loja começava a se encher de escritores, jornalistas, artistas e curiosos, que chegavam para buquinar e apreciar as notabilidades literárias. Ali, o jovem Machado de Assis travou relações com José de Alencar, o mais importante romancista brasileiro da época e o principal editado de Garnier." Sentados os dois em frente à rua, quantas vezes tratamos daqueles negócios de arte e poesia, de estilo e imaginação, que valem todas as canseiras deste mundo" lembraria Machado mais tarde (MACHADO, 2001. p. 57).

Em algumas ocasiões, Alencar frequentava também "A Fama do Café com Leite", que todo o Rio conhecia como Café do Braguinha. Ficava no Rocio, em frente ao Teatro João Caetano, a alguns passos da livraria Paula Brito.

Um homem avesso à noite, frequentador de rodas masculinas de literatura e política – este era, em síntese, o Alencar da vida adulta.

Ascensão e queda de um político impaciente.

A trajetória de Alencar no campo político é marcada por duas rupturas, duas guinadas no seu - previamente traçado - caminho ascensional aos mais altos escalões, como eram todas as carreiras dos filhos da elite política Imperial. A primeira delas foi a guinada para o partido conservador, depois de uma tentativa frustrada de se eleger Deputado Geral pelo Ceará com apoio dos Liberais⁴⁴, principalmente do Padre Tomas Pompeu. Houve nesta guinada um aspecto pragmático, o apoio decisivo do chefe Conservador, Euzébio de Queiroz. A relação com Euzébio começou quando Alencar, ainda muito novo, assumiu a direção do quase falido *Diário do Rio de Janeiro*. Euzébio estudara em Olinda. Era um latinista, culto, e tinha um temperamento ameno, apto a lidar com individualidades complexas como a de Alencar. Depois de rápida carreira na magistratura, ele assumiu o Ministério da Justiça justamente durante a Revolução Praieira (que o senador Alencar apoiara e fora derrotado). Alencar lhe havia pedido apoio para obter inicialmente um contrato de assinaturas do jornal. Transcrevo abaixo os termos do pedido de Alencar pois a sequência de cartas trocadas entre Alencar e Euzébio de Queiroz demonstra como na “sociedade do favor”, mesmo membros de elite de reconhecida competência técnica tinham que participar do jogo de demandas e aquiescência de apadrinhamento.

Outro dia achando-me com V. Excia. tive acanhamento de pedir-lhe que por intermédio de seus amigos V. Excia. fizesse promover algumas assinaturas para o Diário, mas a bondade extrema de V. Excia. para comigo me anima a fazer-lhe este pedido. Entretanto se as ocupações de V. Excia não lhe permitirem o que peço, desde já desisto, por isso que antes de tudo desejo não causar-lhe a V.Excia. o mais pequeno incômodo. Desculpe-me V. Excia. por não ir pessoalmente como se cumpria; e creia que sou com a maior consideração e estima, etc.

⁴⁴ Em 3 de dezembro de 1856 Alencar teve o resultado de sua primeira derrota eleitoral no voto. Candidato pelo partido liberal com apoio do amigo Tomás Pompeu de Sousa Brasil teve apenas dois únicos votos. A segunda seria em 1863, quando Alencar foi derrotado disputando pelos conservadores.

Eusébio de Queiroz prontamente atendeu.

Depois Alencar lhe pediu um contrato de publicação dos atos oficiais da província de S. Paulo. A correspondência foi a que se segue:

Tomo a liberdade de lembrar a V. Excia. que o contrato de publicação dos atos oficiais da Província no Correio Mercantil termina este mês; e como V. Excia. prometeu-me trabalhar para que este contrato fosse dado ao Diário, com o qual estive muitas vezes, espero que V. Excia. faça o possível por alcançar-me este favor (1-8-1956).

O amigo concedeu-lhe.

Quando o escritor cearense sai do *Diário do Rio* e volta para a carreira jurídica, o senador Nabuco de Araújo, então nas fileiras liberais, assume a pasta da Justiça, e depois de uma reforma na estrutura administrativa, chama Alencar para uma das novas secções do Ministério.

Joaquim Nabuco, o filho, que tempos depois iria travar uma feroz polêmica com Alencar, escreveu: “Não há no caso nenhuma interferência política, porque meu pai sente prazer em ir procurar ele mesmo o talento, a capacidade que nada solicitou, e surpreendê-lo com uma nomeação que outros disputavam com empenho” (ARARIPE JR., 1980).

Mas não foi longo o Ministério de Nabuco e logo o Conservador Visconde de Muritiba assume o cargo. Neste momento vaga o lugar de Consultor de Negócios da Justiça. Alencar, mais uma vez, vai solicitar o apoio do já senador Eusébio de Queiroz.

Vou fazer um pedido a V. Excia; mas desejo que antes V. Excia. seja árbitro, o juiz dele; se entender que é desarrazoado, desisto desde já. Está vago o lugar de consultor de Negócios da Justiça, e consta-me que o Sr. Ministro não tenciona provê-lo atualmente; seria para mim uma felicidade servi-lo interinamente; e visto como naturalmente se terá de chamar um dos Diretores de Seção para este fim, a minha pretensão não me parece muito exagerada. A questão para mim nesta interinidade não é melhoramento de vencimentos, é sim habilitar-me a prestar melhores serviços, fazendo sobre diversos pontos da legislação civil, criminal ou comercial, trabalhos que o expediente diário da Secretaria não me permite, apesar da boa vontade. Se V. Excia. entender que esta aspiração não é

mal cabida em mim, ainda assim agradecerei o conselho que V. Excia me dará, e que prevenirá uma decepção. Sou com muita estima, respeito e consideração. De V. Excia.

O amigo obteve o cargo. E é como consultor que Alencar recebe em seguida o título de *Conselheiro do Império*, aos 30 anos, galardão de funcionário de boa folha. Deve-a ao papa dos conservadores, como foi chamado Eusébio de Queiroz pelos historiadores.

Vale aqui a citação do comentário que o cearense Araripe Júnior faz sobre este momento de Alencar no seu clássico *Perfil literário de J. de Alencar*:

Quem é que, aos trinta anos de idade, conselheiro, cercado de consideração de homens como Eusébio, certo, de mais a mais, da posição que, sem rival, ocupava nas letras, não se teria deixado conduzir por essas veredas do amor-próprio? Raro é o homem a quem o sucesso não consiga modificar. José de Alencar engolfou-se, um pouco fora do tempo, no brilho da sua estrela, que se alevantava. Sua índole, já de si orgulhosa, rebuçada nos caprichos de artista, em excentricidades de *enfant gâté*, chegou até a criar-lhe, na própria intimidade, uma fama de grosseiro, que decerto, não mereceria (ARARIPE JR., 1980, p. 172-173).

Em 15 de março de 1860, o Senador Alencar morre. Seu filho, que já tentara uma candidatura com apoio dos liberais e fracassara, assume a articulação para ser deputado geral pela província do Ceará. Só que desta vez articula na Corte o apoio dos conservadores por meio do experiente e poderoso Eusébio de Queiroz e na província com o líder político conservador Doutor Domingos José Jaguaribe, seu primo. Desta vez Alencar vai a Fortaleza, anda pelo Alagadiço Novo, Mucuripe, Monguba e Maranguape. Distribui uma Carta aos Eleitores da Província do Ceará de vinte páginas. Em 10 de dezembro de 1861, realizam-se eleições secundárias para deputados gerais no Ceará. Saem vitoriosos os setes candidatos conservadores inclusive Alencar e seu primo Domingos Jaguaribe.

Observe-se a frase de Alencar ao comentar a eleição, pois ela demonstra o quanto considera pequena sua dívida com os liberais cearenses: "Fui eleito

deputado, tendo apenas obtido 30 votos de cerca de 220 eleitores liberais do distrito”.⁴⁵

De ter “virado a casaca”, o acusou o Zacarias de Goes. De haver “rompido com as tradições gloriosas desse mártir da liberdade que foi seu venerado pai” alfinetou o liberal Teófilo Ottoni.⁴⁶

Alencar explicaria assim sua opção pelos conservadores: “entrei na vida política, liguei-me ao partido cujas ideias, cujas aspirações se conformavam mais com meus princípios”.⁴⁷

Mais tarde, ao fazer o balanço de sua vida em *Como e porque sou romancista* a frase que definiria este momento é significativa de como a ruptura com os conservadores significou a busca da autonomia diante da figura paterna e sua sombra que o envergonhava. Lembremos a frase definitiva de Alencar sobre sua entrada na política : “o único homem novo e quase estranho que nasceu em mim com a virilidade foi o político.”⁴⁸

A afirmação é forte e encerra duas claras motivações: o desejo de fazer o caminho político longe do estigma paterno. A ideia da política como coisa de homem. O tal chocolate da messalina, que o adolescente via servir de alimento no Clube da Maior Idade, era para ser bebido por seres viris. Essa irrupção do inconsciente de Alencar mostra por outro lado que sua opção conservadora - que se fez muito antes da decisão de entrar na política - não era simples decisão pragmática, montada pela falta de opção que a política do Ceará lhe impunha. Era fundamentalmente uma opção existencial.

Alencar seria por toda vida um defensor intransigente do adiamento de qualquer lei contra a escravidão, ou que arranhasse os interesses dos senhores do café, os saquaremas, no plano nacional.

Nos seus discursos parlamentares, o escritor sempre defendeu a seguinte posição, explicitada num debate parlamentar no ano de 1870:

⁴⁵ José de Alencar. Perfis parlamentares. Discursos parlamentares de José de Alencar - Deputado Geral pela província do Ceará (1861 a 1877).Brasília,Câmara dos Deputados, 1877, p.85

⁴⁶ José de Alencar. Perfis parlamentares. Discursos parlamentares de José de Alencar - Deputado Geral pela província do Ceará (1861 a 1877).Brasília,Câmara dos Deputados, 1877, p.86

⁴⁷ José de Alencar. Perfis parlamentares. Discursos parlamentares de José de Alencar - Deputado Geral pela província do Ceará (1861 a 1877).Brasília,Câmara dos Deputados, 1877, p.87

⁴⁸ Alencar, *Como e porque sou romancista*. p.48

Senhores, no parlamento têm sido emitidas ideias por membros muito importantes do Partido Conservador. Cumpre notar, senhores, que eu nunca pretendi que o Partido Conservador fosse escravagista, que o Partido Conservador aceitasse a instituição da escravidão como uma instituição firmada no direito, na moral que deva ser mantida e respeitada. Não, Senhores, o nobre Presidente do Conselho acaba de dizer: raros serão os brasileiros – e eu acrescentarei: estes mesmos, cegos pelos interesses ou pelo erro – raros serão os brasileiros que aceitem a instituição da escravidão como instituição legítima.

Todos nós brasileiros desejamos ardentemente ver desaparecer do País essa instituição; todos nós brasileiros fazemos votos para que deixemos de formar no mundo civilizado a exceção triste, que muito breve teremos infelizmente de constituir.

Mas, dessa convicção à ideia de promover a abolição, em época recente, por meio de medidas diretas e legislativas, há uma distância imensa.⁴⁹

Para Alencar, a intervenção do governo nos direitos senhoriais atrasaria “a solução da questão e perturbava a revolução social, que deveria trazer o resultado por todos desejado sem abalos e sem comoção para o país” (VAINFAS, 2002, p. 432).

É importante notar que Alencar, depois da sua ascensão política ao lado dos conservadores, não mais mudou de lado, o que era muito comum no Império, principalmente a partir da *política de conciliação*, defendida por Honório Hermeto Carneiro Leão, desde 1863, que tinha a intenção de aproveitar os nomes mais capazes do serviço público, independentemente das paixões partidárias.

Algumas mudanças de trajetórias ficaram marcadas na história do Império. Três delas merecem registro. O próprio Honório Hermeto Carneiro Leão que se inicia na política no campo liberal, depois se associa ao *regresso*, concorrendo para a formação do Partido Conservador. Como líder dos conservadores combateu o projeto da Maioridade. Como Ministro da Justiça, em 1843 entra em choque com D. Pedro II, quando exigiu do monarca a exoneração de um alto funcionário, o fiscal da alfândega, irmão de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. Este incidente rendeu-lhe o apelido de El Rei Honório e o afastamento do Governo Central por dez anos.

⁴⁹ Alencar, José. Discursos Parlamentares de José de Alencar. Op. cit. p.186

Quando voltou foi o autor da proposta de conciliação que juntaria liberais e conservadores numa espécie de acordo de paz.

Outra guinada famosa foi a de Francisco de Sales Torres Homem (o futuro Visconde de Inhomirim). Formado em Medicina, Torres Homem entra na política pelas mãos de Evaristo da Veiga, um dos chefes mais expressivos do liberalismo moderado. Estudou Economia Política em Paris graças ao padrinho. Ao voltar, depois de ter sido deportado e anistiado, elegeu-se deputado e escreveu *O Libelo do Povo*, panfleto virulento que se constituiu numa das posições mais avançadas do liberalismo de sua geração. Depois, arrependido, aproximou-se da coroa, apoiou abertamente a política de conciliação, aliou-se aos conservadores e, sob sua proteção, voltou à Assembleia Geral, à Presidência do Banco do Brasil. Ao escolhê-lo senador, em 1868, preterindo o candidato progressista ligado ao presidente do Conselho - Zacarias de Góes e Vasconcelos, o Imperador acabou provocando o seu pedido de demissão e gerando uma tempestade política que derrubou o Gabinete liberal.

Um caso inverso é o de Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco. Terceiro Nabuco a tornar-se senador, Presidente da Província de S. Paulo e Senador pela Bahia, *o estadista do Império*, como lhe chamaria seu filho, no livro clássico, teve uma trajetória política singular: começou no Partido Conservador e terminou como líder do Partido Liberal. Com a desagregação do partido conservador, no período que se inicia em 1857, aproxima-se do grupo liberal, até se tornar o líder do *Centro Liberal*, formado em 1868, depois da queda do gabinete liberal de Zacarias e a escolha do conservador Visconde de Itaboraí para substituí-lo. Nessa ocasião, já membro do Conselho de Estado, proferiu o mais importante discurso de sua carreira, conhecido como discurso dos *soritres*, grande crítica liberal ao Império, no qual questionava a legitimidade – mas não a legalidade – de o Poder Moderador poder substituir um gabinete apoiado pela maioria no Parlamento por outro sem sustentação política correspondente.

Faoro demonstrou ser este o padrão da política Imperial: uma troca de lugares, de posições da “aristocracia burocrática, estamental no seu contexto, tocada pelos cabedais de um certo tipo de capitalismo pré-industrial, político nas

suas conexões.”⁵⁰ Para ele, duas classes disputavam este jogo: a “nobreza rural” e a classe de comerciantes e donos de capital. Nas palavras desse autor:

Classe aquisitiva ou especuladora, que se expandiu em correlação com a classe proprietária, vinculada ao mercado, herdeira dos capitalistas portugueses, responsáveis pelos fornecimentos de escravos, equipamentos e capitais para instituir os estabelecimentos rurais e adquirir-lhes os produtos. Vendia aos proprietários os bens necessários à produção, à base de créditos largos, adquirindo-lhes o açúcar, depois o café, base das grandes fortunas urbanas (FAORO, 1976. p. 23).

O poder era saído de chamado espaço moderador, mas tinha só uma origem segura: o imperador. Real ou mitológica, a figura do Imperador restava nas sombras a tudo decidir. “As urnas, dóceis e comprometidas, não faziam as instituições. A maior parte delas – a parte mais densa – não saía da soberania popular.”⁵¹

Não queria dizer com isto que a carreira política não prescindia dos complexos jogos de poder da elite. A confiança do alto não significava interferência do Imperador em todos os lances da vida política, mas o coroamento, a chegada à perenidade, dependia sim do “homem de São Cristovão”, como Cotegipe se referia a D. Pedro II.

Em *Esaú e Jacó*, Machado de Assis explica o que significava o senado.

Santos teve a fantasia de ser deputado, passo necessário para alcançar o senado. Este é um momento – o fim do Império – em que os homens opulentos, filhos das próprias mãos, buscavam a carreira política para legitimar a ascensão social. O barão de Santos não queria ser orador, nem ministro, “mas tão-somente fazer da Câmara um degrau para o senado, onde possuía amigos, pessoas de merecimento, e que era eterno.

- Eterno? Interrompeu ela (a baronesa) com um sorriso fino e descorado.

- Vitalício, quero dizer.

Natividade teimou que não, que a posição dele era comercial e bancária. Acrescentou que política era um cousa e a indústria outra. Santos replicou, citando o barão de Mauá, que a fundiu ambas. Então a mulher declarou por um modo seco e duro que aos sessenta anos ninguém começa a ser deputado.

⁵⁰ Faoro. Op. cit., p. 12

⁵¹ Faoro. Op. cit. p. 85

- Mas é de passagem: os senadores são idosos (FAORO, 1976. p. 91).

Sim, a caminhada à perenidade do senado era longa, áspera e marcada por obstáculos.

E quase todos que chegaram aonde Alencar chegou (Deputado Geral por quatro vezes, ministro, conselheiro) tiveram a paciência para aceitar serem repelidos (no caso dos mais autônomos) e contudo, de um jeito ou outro, chegaram lá.

O mais clássico político liberal do Império, o mineiro Teófilo Otoni, filho de comerciantes médios, cursou academia da marinha, e tornou-se famoso por ter criado o símbolo do liberalismo brasileiro – o lenço branco, que frequentemente desfraldava nas manifestações políticas; rejeitado cinco vezes, em 1864, poucos anos antes da rejeição de Alencar, foi finalmente escolhido senador.

É importante mencionar, aqui, que o momento máximo da ascensão política de Alencar, e sua rejeição pelo Imperador foi também “a mais dramática de todas as apresentações de Ministério do Império”, no dizer de Faoro.

É que com a queda do gabinete liberal de Zacarias de Góis de Vasconcelos, o Imperador, ao chamar o partido de oposição, quando a maioria da câmara era liberal, provocou um terremoto, pois deixou claro que o poder moderador era o poder real.

Assim, Alencar passa a integrar o gabinete de Itaboraí, veste o fardão ministerial, depois de insistir com o Imperador nas *Cartas de Erasmo* para que utilizasse seu poder, num momento em que para usar as palavras de Nabuco de Araujo “o poder se mostra legal, mas ilegítimo”.

Faoro resume assim o quadro:

O poder pessoal era agora uma realidade, não mais um mote de propaganda, realidade ameaçadora, capaz de engolir os partidos. A reação veio de todos os lados: da imprensa, da Câmara, do Senado, dos escritores. O Grupo estável dos chefes e influentes perdia, com o golpe, a garantia mínima de sua coesão e do seu poder de barganha, substituído pela pura e sem máscara vontade da coroa (FAORO, 1976. p. 95).

Não é sem importância compreender que este foi, para alguns especialistas, um fato político de Império só comparável à Maioridade e ao fim da Revolução Farroupilha.

O período do Gabinete Itaboraí foi o momento em que o Império acaba com as ficções e desvenda o poder real de D. Pedro II. Poder que Alencar tanto pediu.

Alencar não imaginava, àquele momento, que o mesmo tacape Imperial que abateu o gabinete Zacarias o abateria no momento culminante da sua vida pública.

A dupla queda: campo literário e campo político

A ascensão de José de Alencar no campo literário começa com uma polêmica, e a sua decadência também. Como já se explicitou aqui, Alencar vai pressentir e realizar com sua literatura a primeira grande articulação de um sistema literário nacional.

Ao entrar com virulência no campo literário, em 1856, Alencar realiza uma dupla tarefa: por um lado, sincronizar a literatura do Brasil com o ritmo evolutivo da arte européia, eliminando os atrasos estilísticos a que nos condenara, até então, nosso papel de caudatário da cultura ocidental; por outro lado, tentava conferir um conteúdo nacional à estética romântica, o que Merquior chamou de “o caráter específico do Romantismo brasileiro”.⁵²

No ano seguinte à divulgação das cartas, em 1857, Alencar iniciaria no *Diário do Rio de Janeiro* a sua fórmula romântica nacional, o romance indianista *O Guarani*. Em 1865, Alencar atinge a perfeição do nosso nacionalismo com *Iracema* e finalmente com *Ubirajara* ele completa o ciclo.

Com a força que obteve na luta pela ocupação do espaço de pai da “*instauração da língua literária brasileira*”, Alencar ocupou durante 20 anos um lugar dominante no esquálido e incompleto campo literário nacional.

Mas, seguindo as contas de Araripe Junior (1980) o declínio de Alencar foi maior que sua ascensão literária, pois o autor, considerado o maior crítico de Alencar, aponta os anos de 1865 a 1977 como de “Declínio”.

⁵² Merquior, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p.78

Como a quase totalidade dos biógrafos de Alencar, Araripe vai atribuir a maior parte das suas vicissitudes ao embate político: “o que, antes, parece-me, é que, a contar de 1865, graves perturbações foram determinadas pela política na vida do artista...”⁵³

Mas depois de longas observações sobre o conflito entre Alencar e D. Pedro II, Araripe faz uma ponderação sobre o declínio no campo literário:

José de Alencar, por fim, sentiu que as flores do seu estilo não bastavam para sustentá-lo, e que o público para o qual apelava não acolhia com carinho que têm direito os homens justos e populares. Desde então encheu-o um sentimento como de quem se acha em terreno escorregadio: nem o favor dos grandes, nem a simpatia pública. Este estado de espírito gerou-lhe uma mágoa incurável, acompanhada de um pesadume horrível; começou a época dos desenganos e dos grandes desalentos.⁵⁴

De fato, a curiosa fórmula do sobrinho Araripe Júnior “nem o favor dos grandes, nem a simpatia pública” é um bom resumo deste final de vida de Alencar.

Os ventos do cientificismo começavam a soprar e a atualização que Alencar fizera no passado com a literatura brasileira ficara para trás. Uma polêmica vai marcar este descompasso de Alencar e as ideias novas então em emergência no campo português e francês. A disputa se dar com Joaquim Nabuco – apelidado de Quincas, O Belo, ele tem 26 anos. Nabuco começa por reclamar por formação em comparação com a Europa. “Não falta ao brasileiro a inteligência que produz as obras que nós admiramos na Europa... O que falta entre nós é o estudo, é o gosto, é a educação que falta, é a arte, a ciência, a forma”⁵⁵

A polêmica seria desenvolvida em dois campos: o literário, onde Nabuco acusaria Alencar de ultrapassado, e o político, em que Nabuco espicaçaria Alencar como defensor da escravidão.

Um ano depois da polêmica, abatido pela doença, Alencar vai fazer uma tentativa de melhora viajando a Europa. Lá vai viver dois tipos de pesadelo: o impacto de romântico - anti-moderno por excelência - diante das megalópoles que surgiam.

⁵³ Araripe Junior. Perfil literário, p. 201

⁵⁴ Araripe Junior. Op. cit. p. 206

⁵⁵ Menezes, Raimundo. Op. cit. 371

Era um novo tempo de transformações radicais se formando no espaço das tomadas de posições. As mudanças literárias ou artísticas provocam rupturas das relações de força dos campos. Estas mudanças reformulam todas as expectativas de uma fração do público (interno e externo).

O capital simbólico de Alencar, acumulado pelo seu inovador nacionalismo indianista, agora sofria ataques dos pretendentes heréticos e sua capacidade de conservação do poder no campo literário estava seriamente comprometida.

O modelo romântico de Alencar, que fora um jóquei vencedor numa prova de pouco público e de apostas ralas, para usar as metáforas de Nabuco, erodia-se. O que culminava no seu caso com um momento político de solidão e uma situação de saúde extremamente debilitada.

Vê-se que os espaços dos dispositivos não têm uma determinação mecânica. Mesmo Bourdieu reconhece que entre as posições e as tomadas de posição se interpõe, de alguma maneira, o espaço dos possíveis. Diz ele:

Para apreender o efeito do espaço dos possíveis, que age como revelador das disposições, basta, procedendo à maneira dos lógicos que admitem que cada indivíduo tem suas “contrapartidas” em outros mundos possíveis sob a forma do conjunto dos homens que ele teria sido se os Barcos, Flaubert ou Zola se houvesse encontrado em outro estado do campo uma oportunidade diferente de desenvolver suas disposições (BOURDIEU, 1996. p. 265).

É o que poderíamos imaginar se houvesse o Imperador mudado de ideia, se Alencar não tivesse contraído tuberculose em Recife ou se, como Machado, ele tivesse tido mais tempo e se aberto para a mudança em curso. Mas aí não seria esta pesquisa um estudo de caso preciso e singular, com busca de uma metodologia que perscruta algo tão complexo como o começo de um campo literário nacional, e que ao se entranhar na tecelagem das redes sociais e cognitivas características do que foi vivido em um tempo passado, tenta apreender algo como a fundação de uma tradição, de uma crença nova, irradiada por este sofrido profeta chamado Alencar.

Recapitulação dos pontos de análise.

O estudo das disposições e da apetência de Alencar para estas disposições sugere ressaltar os seguintes pontos:

1. Diante de um pai aventureiro, padre e casado com uma prima legítima (sua mãe), Alencar teria uma relação de dependência familiar com a mãe e alguns parentes da mãe e um comportamento relativamente independente em relação ao pai, de quem ele herdou por outro lado, o maior volume de estrutura do capital simbólico. Deste comportamento arredo em relação à percepção do preconceito social ele desenvolve disposições agressivo-defensivas no comportamento, traço que ele carregaria por toda a vida.

2. O universo literário adquire características prazerosas, femininas e ligadas ao universo da mãe. O universo político tem características viris, ásperas, ligadas ao mundo da figura paterna.

3. A disposição herdada do pai de um grande capital social ele vai tentar preservar sem que tenha, no entanto, de herdar publicamente características políticas (liberal) ou psicológicas (aventureiro). Sua vida pública é totalmente construída “apesar do pai”.

4. Ao estigma de filho de padre, ele vai acrescentar o de doentio, frágil e muito irritadiço.

5. Na gestão do capital de relações sociais do pai, senador vitalício e grande líder político do Ceará, ele vai atualizar cada disposição de forma a parecer inicial. Assim é que ele atribui na sua biografia a capacidade intelectual ao diretor do colégio e a mãe. O fato é que foi graças ao pai que ele teve acesso ao ensino formal muito cedo e chega às duas mais prestigiosas faculdades de Direito do país (S. Paulo e Recife).

6. O ascetismo de Alencar contrastava com o padrão romântico de sua geração. Alencar não bebia, não era boêmio. Desde a vida acadêmica era arredo, tímido e aferrado aos livros.

7. Quanto às disposições afetivas no mundo adulto, Alencar vai ter dificuldades de relacionamento com mulheres até sofrer “o grande revés” no seu projeto de casamento estamental nos moldes do grande amigo Francisco Otaviano.

Ele só vai casar por encontrar uma inglesa como ele apartada das possibilidades maiores de um casamento entre a nobreza brasileira.

8. O mesmo revés que Alencar sofreria ao tentar ascender através do casamento seria repetido no projeto de atingir a autonomia política com a chegada ao senado (vitalício). Há neste caso uma dupla rejeição: as possibilidades de ascensão dos dispositivos de realização de uma carreira dentro dos padrões da elite Imperial.

9. No campo literário, ainda incompleto e com consagração ainda mitigada, apesar das já boas compensações financeiras, onde Alencar teria chances de realizar suas disposições individualista, crítica, ascética e racional, ele sofre pelas sua impossível autonomia em relação ao campo político e pela rapidez que sua opção romântica lhe permitiria receber em vida. A legitimidade que o campo cultural lhe reservou é pequena e as possibilidades de levar para o campo político o seu capital simbólico obtido levaram-no a ser visto sempre como um dominado no campo dos dominantes. E não o contrário, como ele esperou.

Quadro de trajetória com campo de disposições e apetências

Quadro familiar de formação familiar:

Habitus da elite estamental. Inapetência para vida social sob impacto da violação da dupla interdição pelo pai que se manifesta cedo.

Formação Escolar:

Pai e mães letrados. Sucesso escolar a partir do seu estranho ascetismo.

Socialização para vida adulta e formação superior:

Habitus elite imperial: formação em Direito em S. Paulo e Olinda. Inapetência para vida social. Romântico sem boêmia.

Gestão das relações sociais:

Herança de pai Presidente de Província, senador do Império. Inapetência para casamento por associação no estamento. Apetência para gestão das relações mais tradicionais.

Carreira Profissional:

Entrada pela gestão das relações acadêmicas. Apetência para ousadias literárias. Inapetência para administração do capital simbólico no campo político.

Práticas culturais

Sucesso no campo dos dominados. Os românticos da chamada segunda geração (Antonio Candido), da fase já consolidada e em princípio declínio nos países centrais como a França. Boa gestão do capital simbólico no campo literário do ponto de vista de um certo sucesso editorial possível àquele tempo. Declinações do hedonismo romântico e declinação do domínio no campo cultural no final da vida.

Disposições e apetência para acumulação do capital financeiro.

Ascensão estamental: advogado, jornalista, conselheiro do Império. Deputado Geral. Ministro da Justiça. Ruptura com o poder imperial a partir da recusa do Imperador de lhe nomear senador. Ascensão burguesa por casamento e bons contratos editoriais.

CAPÍTULO 7 – ALENCAR: PROFETA DE UM NOVO CAMPO

Já observamos neste trabalho que, Bourdieu, diante do impasse entre a rígida herança estruturalista e o determinismo das influências materiais da chamada análise da infra-estrutura efetuada pelo marxismo, tentou construir sua teoria da cultura mostrando como o sistema simbólico, a ordem arbitrária que surge no campo de luta que é a cultura dominante, é uma representação do mundo social imediatamente ajustada à estrutura das relações socioeconômicas que passam - por força da legitimidade - a ser percebidas como naturais, conquistando assim um novo equilíbrio que se responsabiliza pela conservação simbólica das relações de força vigente.

A análise do sistema simbólico vista desta forma, vai além e sai da compreensão da cultura como mera reprodução econômico-social para uma nova reprodução cultural, numa transfiguração como, aliás, enxergava Gyorgy Luckás. Uma transfiguração que é dissimulação da dominação para propiciar a este sistema simbólico obter um campo mais ou menos autônomo em relação ao econômico. Como bem sintetizou Miceli:

o trajeto de Bourdieu visa aliar o conhecimento da organização interna do campo simbólico – cuja eficácia reside justamente na possibilidade de ordenar o mundo natural e social através de discursos, mensagens e representações, que não passam de alegorias que simulam a estrutura real de relações sociais – a uma percepção de sua função ideológica e política e legitimar uma ordem arbitrária em que se funda o sistema de dominação vigente (MICELI, 2003. p. XIX).

Neste ponto, o seu projeto de uma teoria dos sistemas simbólicos articula três conceitos chaves: a) A partir da sociologia da religião de Weber, Bourdieu cria o conceito de *campo*, um princípio que permite enxergar o real social como relacional, não como interações, mas, com inter-relações de estruturas invisíveis. É no campo de luta onde os agentes altamente especializados se enfrentam em busca de legitimidade; b) O conceito de *habitus*, estrutura estruturante que organiza as práticas e as percepções das práticas. Na verdade *habitus* é um princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e um sistema de classificação destas práticas; c) E finalmente, o conceito de *capital simbólico*, que é como o capital econômico ou

cultural vai ser percebido a partir do momento em que são conhecidos e reconhecidos segundo as categorias de percepção, os princípios de visão e divisão, os sistemas de classificação e os esquemas cognitivos.

Ao se lançar neste complexo projeto de propor novas bases conceituais para uma sociologia dos sistemas simbólicos, Bourdieu apontou suas lanças exatamente para a idéia do “artista genial desinteressado do mundo”. Não é por acaso que ele começa sua obra *As regras da arte*, com a frase de Flaubert: “Anjo. Fica bem em Amor e em literatura”. A reivindicação da autonomia da literatura lhe parece uma defesa do incognoscível que deve ser superada; e a análise científica das condições sociais de produção e recepção da obra de arte é uma tarefa que “longe de reduzir ou destruir, intensifica a experiência literária” (BOURDIEU, 1996. p.14).

Não é difícil supor que, nestes termos, a construção da genialidade é um processo ao fim do qual a esfera artística constitui-se pouco a pouco como campo de concorrência pelo monopólio da legitimidade artística. O discurso do “artista infável” significa apenas o desejo permanente de poder que levaria os agentes a colocar-se como possuidores absolutos do *nomos*, do princípio de visão e de divisão legítima. Ao criticar a idéia do anjo-artista, Bourdieu quer acertar também em outro ser que, segundo ele, quer sobrevoar, totalitariamente, acima das divisões e do princípio de visão: o intelectual total. É por esta razão que ao eleger Flaubert para compreender o campo artístico francês de meados do século XIX, Bourdieu quer também desancorar a interminável biografia de Flaubert (1971), última grande obra *sartriana* e o próprio sonho do filósofo existencialista de se constituir como o *intelectual total*.

O problema é que, ao confrontar a ideologia carismática que se encontra na própria origem da crença professada no valor da obra de arte, a sociologia corre o risco de tratar todos os agentes do campo artístico como leigos, quando existem lá as diferenças na produção da crença por leigos, sacerdotes e profetas. O que proponho é que voltemos a Weber, pois, diversamente da visão de Bourdieu, ao introduzir os agentes estruturais com os quais constrói a sua teoria dos campos religiosos, ele procura mostrar que o profeta não é um mero suporte das ações que constituem um meio para um fim, mas um agente social de inovação e mudança que tem sua força fundada no seu carisma pessoal, algo individual, e não meramente em uma delegação dos interesses que assume (Miceli, 2003, p.LVII). Há no *profeta* uma

potência criativa que o distingue dos meros sacerdotes. E aí está o segredo da gênese dos que conseguem criar um campo novo de crenças, segredo pacientemente ocultada por Bourdieu, para resguardar, talvez, a força da pura *ratio* sociológica.

Na sua teoria do campo religioso, apresentada em *Economia e Sociedade* (1991), Weber introduz quatro tipos de agentes estruturais: a) os sacerdotes; B) os leigos; C) os profetas; d) pequenos empresários religiosos. Este grupo de agentes especializados seria responsável pelo desenvolvimento do monoteísmo e pelo processo de expansão da religião com a universalização de Deus, da mesma maneira que uma empresa burocrática.

Weber se pergunta: o que é, do ponto de vista sociológico, um profeta?

E responde em seguida:

Por 'profeta' queremos entender aqui o portador de um carisma puramente pessoal, no qual, em virtude de sua missão, enuncia uma doutrina religiosa ou um mandado divino. Não queremos distinguir fundamentalmente entre o profeta que anuncia de novo uma revelação antiga (de fato ou suposta) e aquele que reivindica para si uma revelação totalmente nova, isto é, entre o "renovador" e o "fundador" de uma religião. Ambas as coisas podem estar entrelaçadas e, sobretudo, não é a intenção do próprio profeta que decide se de sua revelação nasce ou não uma nova comunidade; esta pode surgir também devido às doutrinas de reformadores não-proféticos. Tampouco nós interessa, aqui, a questão de se os adeptos estão mais vinculados à pessoa, como nos casos de Zaratrusta, Jesus ou Maomé, ou a doutrina como tal, como no caso de Buda ou a doutrina israelita. O decisivo para nós é a vocação "pessoal". Esta é que distingue o profeta do sacerdote. Primeiro e sobretudo porque o segundo reclama autoridade por estar a serviço de uma tradição sagrada, e o primeiro, ao contrário, em virtude de sua revelação pessoal ou de seu carisma (WEBER, 1991. p.303).

Bourdieu acompanha Weber na sua definição do profeta como portador de uma visão de mundo, que, aos olhos do leigo, surge como uma revelação. Para ele, o profeta é portador de um discurso de origem. Mas, enxerga o poder do profeta, unicamente, na força do grupo que mobiliza por meio de sua aptidão para simbolizar em uma conduta exemplar ou em um discurso (quase) sistemático, os interesses propriamente religiosos de leigos que ocupam uma determinada posição na estrutura social (BOURDIEU, 1993, p.92.).

Bourdieu critica Weber por “sujeitar-se à representação ingênua do carisma como qualidade misteriosa ou dom natural”. Herdou da sua fase estruturalista o horror às categorias antropológicas do que Foucault chamou e terceira episteme, a moderna. O filósofo chegou mesmo a prever, nas suas últimas linhas de *As palavras e a coisas* (1981), a morte do homem, dissolvido pela maré de uma próxima episteme:

Como a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente, o homem é uma invenção de data recente. E talvez esteja aproximando-se do fim. Se aquelas disposições viessem a desaparecer talvez como apareceram, se, por algum acontecimento de que podemos quando muito pressentir a possibilidade, mas de que no momento não conhecemos ainda nem a forma nem a promessa, se desvanecessem, como aconteceu, na curva do século XVIII, com o solo do pensamento clássico – então se pode apostar que o homem desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto desenhado na areia (FOUCAULT, 1981, cap I).

Obviamente, o que Foucault quer é criticar o homem como o fulcro do saber, por meio de sua finitude pessoal ou coletiva. Essa a percepção antropocêntrica não passaria de uma figura transitória no desfile inescrutável das epistemes. Quando chegar a maré da próxima episteme, o homem, como espaço do saber, será levado pelas águas.

A luta de Foucault naquele momento destinava-se a introduzir na teoria do conhecimento uma crítica à fenomenologia e também ao reino do novo, do “impensado” (*impensé*), rótulo aplicado ao seu duplo: o inconsciente. Era o momento em que as chamadas contra-ciências do Outro – a psicanálise, a antropologia estruturalista e a linguística estruturalista chegavam – no máximo de seu espectro de dominação intelectual.

Sem querer entrar no debate dos pós e contras da maré estruturalista, já realizado em profundidade em diversos trabalhos o que nos interessa aqui é que Bourdieu, em seu horror ao “gênio criador”, colocou o artista numa posição epistemológica canhestra. Por um lado reconhece o ser humano nas determinações da estrutura social e da existência humana concreta dos fatos da vida, do trabalho e da linguagem. Por outro lado, nega ao criador a potência de se inventar, atribuindo à obra de arte e ao artista um mero papel de receptáculo de distinções na hierarquia

da estrutura social. Segundo ele, a ideologia carismática de Weber, que se encontra na própria origem da crença professada na obra de arte e, portanto, do próprio funcionamento do campo de produção e circulação dos bens culturais

constitui, sem dúvida, o principal obstáculo a uma ciência rigorosa da produção do valor de tais bens. Com efeito, é ela que orienta o olhar em direção ao produtor aparente – pintor, compositor, escritor – em poucas palavras, em direção ao autor, impedindo o questionamento a respeito do que autoriza o autor, do que dá autoridade de que o autor se autoriza (BOURDIEU, 2006. p.19-20).

Embora aparente ser um capricho de Weber, frágil e plenamente dispensável, como Bourdieu argumenta, a idéia do menor ou maior grau de carisma que o profeta pode vir a ter representa “as características sociologicamente pertinentes de uma biografia singular que fazem com que um determinado individuo encontre-se socialmente predisposto a sentir e a exprimir com uma força e uma coerência particulares, disposições éticas ou políticas já presentes em estado implícito, em todos os membros da classe ou do grupo de seus destinatários” (BOURDIEU, 2003).

Ora, mesmo reconhecendo estas singularidades, ele quer estancar a hipótese de se pensar nela, dissolvendo como bom estruturalista a potência e singularidade dos homens na força do grupo e tornando o profeta um simples representante de “uma conduta exemplar”.

A insistência de Weber na idéia de carisma, pode parecer algo superficial, que evoca a ingenuidade de um grupo que acredita num líder populista, e, portanto, algo, sob muitos aspectos arcaico. Contudo, trata-se de uma ideia de largo alcance, na medida que Weber compreende o papel do profeta simbolizar de forma original, o que seria muito mais do que mero suporte do grupo. Portanto, a contribuição weberiana original, além de apresentar os fundamentos sociais das atividades de simbolização, reside no fato de que ele não joga os grandes protagonistas na lata de lixo da história. Como Miceli anotou:

Por extensão, Weber aproxima os profetas dos mestres intelectuais de salvação (os “gurus” indianos), dos reformadores sociais, dos moralistas filosóficos, dos publicistas, políticos, em suma, de todos os portadores de

contralegitimidades que contestam a legitimidade da cultura e da tradição dominante, de todos os portadores de contra-ideologias, de contra-sabedorias. Em termos simples, o profeta constitui o exemplo típico-ideal de um agente social de inovação e mudança (MICELI, 2003. p.LVII).

Esta dupla possibilidade de compreensão do profeta como suporte de uma visão unitária do grupo e como agente de mudança possibilita a Weber apreender, a um só tempo, o empírico e a estrutura social, escapando da miséria do estruturalismo. Este, como comentou o filósofo Ian Hacking, não nos oferece “qualquer sucedâneo para o que quer que brote de eterno no coração humano”. (apud MERQUIOR, 1985. p. 223).

Por isso, ao recuperar o conceito de profeta na sua dupla riqueza original, pensada por Weber, realizamos um afastamento daquilo que, a despeito de seus constantes protestos, colocava Bourdieu perto do estruturalismo. O sentido de profeta em Weber reconstitui a possibilidade de se pensar o social concentrado em situações únicas e a partir daí, retirar seu valor histórico. Já o sentido meramente “sacerdotal” adotado por Bourdieu, parece reprimir a busca do agente no papel de reformador em nome da afirmação de estruturas universais. Logo, com esta revisão, podemos pensar Alencar como profeta deste campo em formação no Brasil, o campo literário.

Haveria outro papel para ele na formação deste novo campo?

Em um prefácio que escreveu para seu livro *Sonhos d'Ouro*, cujo título sintomaticamente é “Benção paterna”, Alencar traça o programa do seu projeto para criar uma literatura brasileira e se apresenta de uma forma que o identifica como profeta desta nova igreja. Vale à pena resumi-lo aqui para entendermos como o escritor protagoniza a gênese de sua nova religião.

Alencar começa por apresentar humildemente o que ele chama de “livrinho” e a partir dessa singela introdução, passa a traçar seu programa para a literatura Brasileira. Inicialmente ele investe contra a crítica, a pretexto de se defender do que ela vai lhe dizer. Curiosamente, a primeira acusação que ele imaginou receber da crítica é de ser parte de uma nova indústria: “Não faltará quem me acuse de filho de certa musa industrial, que nesse dizer tão novo, por aí anda a fabricar romances e dramas aos feixes” (Alencar, 1959, p.691).

Alencar introduz esta questão, logo na abertura do texto, pois este é o esquema número um do novo campo de luta: a oposição entre arte e dinheiro. Mostrando com ironia o conflito entre arte pura e a arte burguesa (industrial), ele ironiza ser criticado por fazer arte industrial no Brasil: “Não consta que alguém já vivesse nesta abençoada terra do produto de obras literárias”, diz ele em tom de lamentação. E arremata em seguida: “E nosso atraso provém disso mesmo, e não daquilo que vai se desacreditando de antemão”.

Para Alencar, o problema da miséria financeira dos escritores era muito mais grave do que a miséria dos conteúdos e talentos. Se houvesse condições materiais de financiar o novo campo, aí sim teríamos chances de lhe dar sustentabilidade, diz Alencar sem denegação: “Quando as letras forem entre nós uma profissão, talentos que hoje apenas aí buscam passatempo ao espírito, reclamando pelas preocupações da vida positiva, mal pode, em horas minguadas, babujar na literatura (Alencar, 1959).

E defende de sua nova igreja os novos sacerdotes:

homem laborioso, que sobrepujando as contrariedades e dissabores, esforça por abrir caminho ao futuro, ou o abatem pela indiferença mal encetou a jornada, ou se ele alcançou, não as metas, mas um pouso adiantado, o motejo, apelidando-lhe a musa de industrial (Alencar, 1959, p.692).

Também vai ser motivo de comentário do profeta a disputa do livro por um lugar ao sol na nova sociedade burguesa, Alencar lamenta que a obra literária tenha que disputar com “modas, bailes, jornais, óperas, painéis, pintores de toda a casta, que amanhã já são pó em cisco. Em um tempo em que não mais se pode ler, pois o ímpeto da vida mal consente folhear o livro, que a noite deixou de ser novidade e caiu de voga; no meio desse turbilhão que nos arrasta, que vinha fazer uma obra séria e refletida?” (ALENCAR, 1959, p.694).

Alencar bajula seu público e lhe garante que a melhor maneira de exercer seus direitos é como consumidor, dizendo o que quer e o que não quer.

Persuadam ao leitor [os críticos] que não vá a livraria à cata destes volumes. Em isto acontecendo, já o editor não os pedirá ao autor, que por certo não se meterá a abelhudo em escrevê-los. Assim todos livramos. O literato que não terá agosturas de nervos com a notícia de mais um livro; o crítico que salva-se da obrigação de alambicar um centésimo restilo de seu

absintio literário, o leitor que poupa o seu dinheiro; e finalmente o autor, que livre e bem curado da obsessão literária, poderá sonhar com a riqueza, desde que fizer da sua pena um côvado, um tira-linhas, uma enxada, ou mesmo um estilete a vintém o pingo (ALENCAR, 1959, p.695).

Percebemos, mais uma vez, que por meio da elaboração inversa de uma historieta, onde o que ele chama de “ilusão literária” é apresentada como um sonho que o autor acaba por trazer à luz, a estrutura mais invisível, mais diretamente ligada aos seus investimentos primários, que está no princípio de suas estruturas mentais que é a necessidade de autonomizar-se e autonomizar o campo literário em formação no Brasil.

Assim, somos levados à verdadeira relação entre Alencar e o mundo literário, ao mesmo tempo em que Alencar passa a marcar sua distância do modelo de importação literária, cravando estacas contra o que ele chama de a “importação de idéias e costumes estranhos”:

Que fortuna para o autor, livrinho, se lhe tirassem esta querida ilusão literária, como já lhe arrancaram o outro gosto nacional, fazendo calar as pretensões hoje tão acesas de nos recolonizarem pela alma e pelo coração já que não o podem pelo braço (ALENCAR, 1959 p.698).

Trata-se da defesa da cor local, do idioma nacional e de uma literatura que, em última análise, liberte-o da tentação de cumprir a trajetória do alto burguês do Império: “arranjaria um pequeno monopólio, montava-se num milhar de contos, e esperava tranqüilo e sereno o baronato, que é a canonização dos bem-aventurados neste reino do paraíso terrestre” (ALENCAR, 1959, p.696).

O profeta Alencar acha que sua igreja é melhor porque fala a nossa língua tem a nossa cara e sabe nosso gosto. O último parágrafo do texto, redigido em 22 de junho de (1872), tem um quê de Semana de Arte Moderna: “O povo que chupa o caju, a manga, o camburá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronuncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?” (ALENCAR, 1959, p.702).

Em síntese, na disputa pelos novos e parques fiéis das igrejas do reino literário, Alencar pensa que, como versejou seu companheiro de igreja Gonçalves Dias, “as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá”.

O romancista cearense desejava, assim, lançar dúvidas sobre a legitimidade dos relatos anteriores para falar melhor com seus novos leitores. Procedia como um historiador que desafiava as interpretações prevalecentes de uma dada construção da nossa poética.

Por conseguinte, temos afinal o direito de perguntar: a igreja fundada por Alencar vingou nestas plagas como ele sonhou?

Numa medida importante, sim, pois a partir dos românticos e de algumas obras fundadoras, como *Iracema*, o país se criou como nação literária. Que lugar esta nação ocuparia no contexto das grandes nações literárias e o grau de autonomia obtida a partir destes primeiros movimentos da nova igreja, são questões que vamos discutir a seguir.

CAPÍTULO 8 – JOSÉ DE ALENCAR E MACHADO DE ASSIS: O BRASIL DOS REVOLTADOS E O BRASIL TRANSFIGURADO

O Romantismo brasileiro e o sistema literário internacional⁵⁶

O Brasil de Alencar, em termos literários, era um país praticamente inexistente na chamada “república mundial das letras”.

O espaço literário internacional foi criado no século XVI. Pascale Casanova argumenta que, nesse século,

ao mesmo tempo em que se inventava a literatura como ensejo de luta [sic.], e ele não cessou de se ampliar e estender desde então: constituíram-se referências, reconhecimentos e, por isso mesmo, rivalidades no momento da emergência e da construção dos Estados europeus. A princípio encerrada em conjuntos regionais herméticos uns aos outros, a literatura tornou-se um desafio comum. A Itália do Renascimento, confiante na herança latina, foi a primeira potência literária reconhecida; em seguida a França que, no momento da emergência da Plêiade, fez surgir o primeiro esboço de espaço literário transnacional, contestando ao mesmo tempo o avanço italiano e a hegemonia latina; a Espanha, a Inglaterra e depois o conjunto dos países europeus [inclusive Portugal], a partir de “bens” e tradições literárias diferentes, entraram aos poucos na competição (CASANOVA, 2002, p. 25).

É somente no século XIX que os sistemas literários da América Latina, a partir da descolonização, passam a reivindicar o acesso à legitimidade e à existência literária. O Brasil, que estrutura seu próprio modelo de nação no Segundo Império, cria, lentamente, em meados do século XIX, sua economia literária, suas hierarquias e suas instâncias de prestígio.

O sistema literário brasileiro constitui-se por oposição ao sistema literário português, que já tinha história, instâncias de prestígio e certo reconhecimento universal. Nosso dependente sistema, até então, define-se principalmente por sua distância estética em relação à capital dominante – Lisboa.

⁵⁶ Foge ao escopo desta tese analisar, de forma aprofundada, o sistema literário internacional. O que importa, aqui, é destacar suas características que são pertinentes para a compreensão da trajetória de José de Alencar e para a formação do campo literário brasileiro.

Coube a três autores românticos brasileiros da chamada primeira geração (os escritores que amadureceram durante a Regência e os primeiros anos da maioridade) – para usar uma classificação de Antonio Cândido – tentar constituir um espaço literário nacional. Eram eles: Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco de Sales Torres Homem e Manuel de Araújo Porto-Alegre, que escrevem em Paris para a revista do Instituto Histórico e Geográfico francês uma comunicação intitulada “Resumo da história da literatura, das ciências e das artes no Brasil”⁵⁷

O discurso teórico de Magalhães, assim como suas obras poéticas, eram pioneiros, embora superficiais, limitando-se a “chamar atenção da mocidade brasileira para o estudo dos documentos esquecidos da nossa limitada glória literária”, como ele mesmo escreveu. Magalhães defenderia também, nesse mesmo ensaio, uma espécie de nativismo poético:

O Brasil tão fértil em produtos naturais não é menos em gênios raros. Teve seus poetas, essa nação nascida ontem; aliás, o brasileiro nasce poeta e músico: à sombra de suas altas palmeiras, ao som do violão agreste, sua imaginação se expande em acordes melódiosos como a brisa de suas florestas virgens. (CÂNDIDO, 1977, V.II, p.14)

Como foi visto, Alencar entra no campo literário justamente criticando “*A Confederação dos Tamoios*” (publicada em 1856), de Gonçalves Magalhães, pela forma artificial com que o poema caracteriza o índio e a natureza. Inicia-se, assim, “ao movimento polêmico mais importante do nosso romantismo, geralmente tão acomodado e sem bulha” (CÂNDIDO, 1977, p.309).

Sabemos que, logo em seguida, Alencar desenvolveria seu próprio padrão de indianismo, com *O Guarani* (1855), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874).

Entretanto, foi no prefácio do romance *Sonhos d’ Ouro* (1872) que o romancista escreveria o texto considerado pela crítica o ponto alto das suas observações acerca da criação de um sistema literário brasileiro. Nesse escrito de 1872, Alencar aponta as fragilidades da nossa literatura. Num tom irônico, lamenta a falta de uma verdadeira crítica literária, e investe contra os que o acusam de ser um escritor preocupado com vendas e lucros. Avalia seus críticos como esteticamente rasteiros e, principalmente, polemiza com autores portugueses sem

⁵⁷ “Resumé de L’histoire de La litettérature, dès sciences e dès arts au Brèsil, par trois brésiliens, membres de L’Institut Historique” JIH, Première Livraison, Paris, Aout, 1834, pags 47-51

no nominá-los, em defesa da autonomia literária brasileira. Para estes, diz Alencar, “uma literatura nossa [...] é aquela que existia em Portugal antes da descoberta do Brasil” (JOSÉ DE ALENCAR, 1959,706).

O autor de *Iracema* tenta rejeitar a subalternidade da literatura brasileira em relação à portuguesa, buscando uma outra centralidade: alinha-se à literatura francesa, então o sistema literário dominante. É curioso o movimento duplo de Alencar: por um lado, ataca a dependência da literatura brasileira e reivindica sua autonomia em relação a Portugal, exaltando nossa força; por outro, lamenta as fraquezas do nosso sistema literário, denunciando a nulidade da crítica, o pouco sucesso financeiro dos escritores e a falta de leitores.

Mais de 120 anos depois, em 1889, o crítico brasileiro Antonio Cândido aponta as mesmas mazelas e fragilidades culturais da América Latina, relacionando-as aos mesmos motivos elencados por Alencar. Cândido enfatiza o que ele chama de nossa “fraqueza cultural”:

[a] inexistência, a dispersão e a fraqueza dos públicos disponíveis para a literatura, devido ao pequeno número de leitores reais, a falta de meios de comunicação e difusão (editoras, bibliotecas, revistas, jornais), a impossibilidade de especialização dos escritores em suas tarefas literárias, geralmente realizadas como tarefas marginais ou mesmo amadorísticas (CÂNDIDO, 1989, p. 140).

A questão do espaço literário dos países periféricos tornou-se um tema central no debate contemporâneo. Há diversas abordagens possíveis sobre a distribuição de recursos literários que geram assimetria entre as “grandes” e as “pequenas” literaturas.⁵⁸ Alguns pesquisadores mais quantitativos, como a americana Priscilla Parkhurst Clark (1987), estabeleceram indicadores culturais para avaliar o volume de capital literário nacional em diversos países da Europa e nos Estados Unidos, em 1973. Neste ano pesquisado 52,2 título eram publicados na França por 100 mil habitantes contra 39,7 por 100 mil habitantes nos Estados Unidos. A pesquisa feita em 81 países contabilizava entre 9 e 100 títulos por 100 mil habitantes e mais da metade (51 países) publicavam menos de 20 títulos por 100 mil habitantes.. Foram considerados ainda: o número de livrarias, editoras e livros

⁵⁸ Os adjetivos “grande” e “pequena” são utilizados para fins de análise sociológica, não expressando juízos de valor estético.

publicados anualmente; o volume das vendas de livros; o tempo despendido em leitura por habitante; os subsídios concedidos aos escritores; o espaço e o tempo reservados na mídia a obras literárias; e o número de ruas com nome de escritores famosos, dentre outros. De acordo com esses indicadores, até hoje a França é o País mais dotado de capital literário.

No Brasil, pesquisa feita segundo relatório da Unesco de 2001, por exemplo, indica que o volume de papel consumido na produção cultural por habitante é mais de dez vezes menor que nos Estados Unidos. O número de livros publicados entre 1994 e 1996 para cada grupo de cem mil habitantes é cinco vezes menor que no Canadá e mais de duas vezes menor que na Argentina e no Uruguai. Em países como a Holanda e a Finlândia, são publicados, proporcionalmente, 20 vezes mais livros que no Brasil.⁵⁹

Estes números se repetem ano a ano e mostram o que diversas análises quantitativas avaliam ao analisar a relação leitores/número de livros publicados: temos ainda uma ilha de letrados cercados por milhões de analfabetos funcionais.

Aqui optamos trabalhar com um modelo de análise qualitativa, a partir da visão que Pascale Casanova (2002) denominou de “meridiano de Greenwich”: trata-se de uma linha fictícia que possibilitaria avaliar a distância, em relação ao centro dominante, de todos os que pertencem ao espaço literário. Esta distância é estética e define um tempo próprio aos acontecimentos capazes de marcar época no universo literário, modificando as distâncias desta linha. “Assim é possível”, diz Casanova, “medir a distância do centro de uma obra ou de um corpus de obras a partir de sua distância temporal dos cânones que definem o presente da literatura no momento presente da avaliação” (CASANOVA, 2002, p. 116).

Por essa distância e esse tempo especial é possível dizer se uma obra é contemporânea, de vanguarda ou é ultrapassada, por ser ainda baseada em modelos que perdem espaço. Esse tempo estético, obviamente, requer um processo cumulativo; daí o fato de um longo passado nacional propiciar a um país uma existência literária mais completa e reconhecida. Tal reconhecimento não se faz sem lutas. Foi o que ocorreu, por exemplo, em relação ao modernismo, como deixa claro Bourdieu ao analisar a trajetória de Flaubert em *As regras da arte* (1996).

⁵⁹ UNESCO Brasil: novos marcos de ação Brasília : UNESCO, 2001.
p.152

No modelo de Bourdieu para o campo literário, a única maneira de se efetivar como moderno no espaço de disputa dos espaços literários universais seria contestar o presente como ultrapassado e defender um presente mais presente,(sic) isto é, desconhecido, e tornar-se assim o último moderno certificado. Assim, a diferença entre os recém chegados ao espaço e ao tempo literários e os ex-modernos engajados na luta pela definição da última modernidade deve-se, em grande parte, ao conhecimento das últimas inovações específicas (BOURDEIU,1996,P.121)”.

Utilizando esta perspectiva de disputa dos capitais nacionais literários é possível enxergar as dificuldades de escritores de regiões afastadas das capitais literárias para conquistarem as altas instâncias críticas que legitimam livros mais contemporâneos. Uma das estratégias utilizadas no século XIX para tentar legitimar as das novas nações e suas pequenas literaturas foi a utilização de um critério não especificamente estético: o da nacionalidade. Nesse sentido as literaturas nacionais vão constituir um panteão literário próprio e fazer uma hagiografia dos seus grandes escritores, concebidos, como “bens”, necessários à afirmação nacional. Contudo, “As guerras de livros” dentro dos universos de vanguardas estéticas são, nesses casos, substituídas por outra estratégia de legitimação, as tentativas das “pequenas literaturas” se constituírem justamente negando a força que têm os dominantes de definir quem vai ter visibilidade universal ou não. É uma reação nacionalista contra a imposição de um padrão dominante: a força dos escritores vindos da periferia é sempre mitigada em nome de uma suposta universalidade literária.

Ganha-se visibilidade, no entanto, também adotando uma segunda grande família de estratégias literárias que é a da diferenciação dos conteúdos combinado a dissimulação das formas estéticas, sempre ao mesmo tempo, pelo menos nos tempos de fundação, literária e nacional.

É o caso do Brasil de meados do século XIX. Ele surge como nação e a estratégia de Alencar é a mesma da maioria dos fundadores literários: fabricar a diferença de conteúdo. Dar a literatura, a chamada cor local. Ao mesmo tempo que, copia o padrão romântico europeu.

É neste jogo de diferenciação que o autor de Iracema vai jogar sua cartada como criador de uma literatura nova, em contraposição aos que anexavam a brasileira, à portuguesa.

O padrão de criação das literaturas nacionais era, no entanto, construído a partir de certo espírito de imitação. Assim, as literaturas da nova América investiram, com quase 20 anos de atraso, nas modas estéticas vigentes na Europa, como Romantismo, Parnasianismo e Simbolismo, como será visto ao longo do próximo item.

Alencar e a estratégia de criação da nacionalidade

Como já foi dito em capítulo anterior, os românticos brasileiros se empenharam decididamente na criação de uma literatura, e uma historiografia nacional. Só assim, acreditavam eles, conquistaríamos autonomia no campo da cultural em relação a Portugal. Como diz Benedito Nunes:

pode-se afirmar que os românticos criaram a historiografia literária no Brasil, ao mesmo tempo que a historiografia literária, impregnada pela mesma ideologia com a qual a historiografia nacional apoiava a nascente monarquia, criou a literatura dando origem à identidade brasileira que a legitimava (NUNES, 1996,).

Viu-se também que D. Pedro II estabeleceu como projeto político fornecer condições para que a elite intelectual do seu reinado, dominada pela idéia romântica, implementasse uma literatura e uma historiografia nacionais.

Um dos marcos deste projeto seria estava o lançamento, em rica edição, do poema *A confederação dos tamoios*, do diplomata Gonçalves Magalhães como já foi comentado aqui.

José de Alencar não viu com bons olhos este projeto. Desencadeou-se, então, a uma clássica polêmica que envolverá todo o grupo da Revista *Niterói* e até o próprio D.Pedro II.

A história que tentei reconstituir em fases decisivas narra, na verdade, os primeiros passos da instauração desse mundo à parte, onde a vida social impacta sob refração, que é o campo literário brasileiro. Trata-se de um projeto inicial, bastante dependente do campo político, mas que, de qualquer forma, tem uma economia às avessas, fundada em sua lógica específica, pertinente à natureza dos bens simbólicos. Algumas das condições fundadoras do processo de especialização

existiam em estado embrionário: uma produção cultural destinada ao mercado, uma crítica, os dois primeiros editores especializados e um público novo, ávido por leitura. Vale salientar que esse público leitor era bastante restrito, ao mesmo tempo em que as instâncias de prestígio, premiações, academias etc... eram pouco expressivas.

Alencar seria o “profeta” desse campo de crenças em formação: com sua galeria de romances indianistas, ou que mapeavam as regionalidades desta vasta nação nova, conquistaria o direito de ser chamado pelo público, pela crítica e seus pares, “chefe da literatura nacional”.

Mas, assim como chegou a esse lugar, lançando um novo pólo de nacionalidade contra uma literatura que falava de brasileiros e do Brasil sem uma cor local, cedo seu modelo romântico entrou em decadência. A nova vanguarda representada pelo realismo e o naturalismo possibilitaria discursos bastante duros contra a forma romântica e alienada, segundo eles. A polêmica Alencar-Nabuco marca o início da decadência do ciclo de vida do empreendimento romântico representado pelo primeiro. A mesma dialética da distinção que impulsionou o agressivo Alencar, legitimando-o e dando-lhe condições de “marcar época”, agora lhe empurrava para o passado, tornando-o um cânone condenado a passar para a história, “no eterno presente da cultura consagrada em que as tendências e as escolas mais incompatíveis ‘durante a vida’ podem coexistir pacificamente, porque canonizadas, neutralizadas (Bourdieu, 1996. p.180).

O envelhecimento social e literário batia à porta de Alencar.

A decadência do velho chefe.

O processo de envelhecimento social de Alencar começa com o “tête-à-tête de gigantes”, como foi chamado por Afrânio Coutinho o debate com Joaquim Nabuco. “Nunca o meio literário brasileiro tivera espetáculo tão sensacional como o que deram Joaquim Nabuco e José de Alencar ao se engalfinharem pelas colunas de O Globo”, contou seu biógrafo Magalhães Júnior (op.cit 355).

Nabuco dizia, no primeiro artigo da série, publicado em 3 de outubro de 1875, que iria fazer “minucioso exame da obra literária de Alencar”.

E dava suas razões: “O Sr. José de Alencar, tanto como outro qualquer escritor, depende da crítica, e a imprensa daria uma prova real do nosso

adiantamento se lhe estudasse as obras do autor popular, em vez de tanto incensar-lhe o nome". E acrescentava: "Do nome do Sr. José de Alencar tem-se dito tudo, de suas obras, porém, nada se disse; a cada livro novo, a imprensa faz sair um dos seus clichês, e assim o escritor ouve dizer do *Til* o mesmo que se disse do Guarani." Nabuco havia escrito de forma simpática sobre a peça *O Jesuíta* de José de Alencar e este escrevera com certo desprezo sobre o assunto, pois ficara bastante irritado com o fracasso de público da montagem que estreara no teatro S. Luiz. A reação de Alencar mexeu com a suscetibilidade do aristocrata pernambucano. "Eu já sabia que todo este incenso era de inferior qualidade, mas não pensei que as narinas da estátua o desprezassem" (apud MAGALHÃES JR, 1977, 356).

Começa então, a 3 de outubro, Joaquim Nabuco a contenda, com uma série de artigos, sob a rubrica "Aos Domingos"; o primeiro traz o subtítulo "O Sr. J. Alencar e o Teatro Brasileiro", ao qual se seguem sete outros, sob o subtítulo de "Estudos sobre o Sr. José de Alencar". Declara que vai analisar a obra do escritor consagrado sem respeitar "a convenção literária que o protege". Alencar treplica, noutra série de sete artigos, como título "As Quintas" iniciados logo a 7 de outubro e terminados a 18 de novembro, a que se segue o último de Nabuco, a 21 do mesmo mês. Alencar, porém, redigiu uma resposta-encerramento da polêmica, a qual foi publicada somente em suas obras completas editadas pela editora José Aguillar.

A crítica que Nabuco passou a fazer a Alencar assinala claramente os lugares onde o molde europeu, combinando-se à matéria local, produzia um contrasenso, como bem notou Schwarz.

"Comentário curioso destes impasses encontra-se em Nabuco, o europeizante, que os percebia muito bem, por achá-los horríveis... brigam até ver quem sabe mais francês..." (SCHWARZ, 1993, p.31).

Alencar causava em Nabuco dupla aversão: "uma por não guardar as aparências, e outra por não respeitá-las com, digamos, a devassidão escolada e apresentável da literatura francesa. É como um cidadão viajado que voltasse para a sua cidade, onde o mortificam a existência de uma casa de mulheres, e o seu pouco requinte. As meninas alencarinas, com seus arrancos de grande dama, lhe pareciam ao mesmo tempo inconvenientes e bobocas, nem românticas nem naturalistas, o que é bem percebido, embora pesando o prato estéril da balança" (SCHWARZ, 1993, p.31).

O crítico paulista parece não perceber que se trata aqui da luta pelo monopólio da imposição das novas categorias de percepção e apreciação que apareciam no terreno literário como as mais legítimas. À luz nova do moralismo naturalista impulsionava Nabuco. O envelhecimento dos autores e obras é um combate entre os que se consagraram e lutam para permanecer como legítimos chefes, e aqueles que, por sua vez não podem obter a consagração sem expulsar para o passado àqueles que têm interesse em deter o tempo.

Alencar era a continuidade. Nabuco, os recém-chegados, que têm interesse na descontinuidade, na diferença.

À luz da crítica literatura *per se*, é certa a crítica que Roberto Schwartz faz a Nabuco:

As observações {de Nabuco} sobre o tema escravo e sobre o abasileiramento da língua têm o mesmo teor. Se lhe aceitasse a crítica, Alencar escreveria ou romances edificantes, ou romances europeus. Alencar pelo contrário incide nelas tenazmente, guiado pelo senso da realidade, que o leva a sentir, precisamente aí, o assunto novo, e o elemento brasileiro (SCHWARTZ, 1993, p.32).

Ora, Nabuco quer o europeu sim. O europeu naturalista, que já grassava na literatura internacional. O europeu puro de Flaubert que chegaria aqui, mais uma vez, via Portugal com o arrasador *Primo Basílio*, de Eça de Queiroz, publicado em 1978, e colocaria em crise Machado de Assis e o molde romântico com cor local.

Aqui, presidem o debate: o cálculo da mudança. O cheiro dos novos contendores de inovação à vista. Mesmo, um não ficcionista como Nabuco, recém chegado da Europa, presente, neste caso, que pode marcar época com a apresentação da matriz nova e o que deu errado como mote e a grandiloquência brasileira da elite. Bom, já deu para perceber que quem conseguiria o novo modelo de crítica e ironia seria Machado de Assis. Mas este é um tema que será tratado logo adiante.

Aqui é importante assinalar que, assim como Alencar entrou no campo em formação com a polêmica com Gonçalves de Magalhães sobre a *confederação dos Tamoios*, ele sai da liderança do campo com a polêmica com Nabuco. E por isso que as duas polêmicas “marcariam época”, no sentido que Bourdieu dá a expressão: “Marcar época é, inseparavelmente, fazer existir uma nova posição para além das

posições estabelecidas, na dianteira dessas posições, na vanguarda, e, introduzindo a diferença, produzindo o tempo”. (BOURDIEU, 1996, p.181).

Quando a discussão passou para o campo político o que estava o tempo todo subjacente, de anda adiantou os ferinos acertos de Alencar. Ele dizia que Joaquim Nabuco: “nasceu como a geração coeva em um país de escravos, no seio de uma respeitável e ilustre família servida por escravos, tendo talvez mamado o leite de uma escrava. Mas o nosso alfenin (*aí, não me toque!*) aborrece tudo que lembre escravidão. Aborrece então seu país, que ainda a conserva? Aborrece a sua infância, passada entre elas? Aborrece seu venerando pai, que não se animou a propor a abolição imediata, e a si mesmo, pois deve a sua educação e bem-estar ao café, ao algodão, e à cana, plantado pelos braços cativos?” (apud MAGALHÃES, 1997, p.357).

Tais críticas foram ineficazes, pois o que marcou época foi o final de vida do Alencar escravocrata gradualista sim, mas afinal escravocrata debatendo com o Nabuco rico, formoso, libertário e abolicionista. As palavras aí valem pelo conseguiram criar de distintivo, a escola literária, o padrão por trás de cada um, valem pelo que conseguem produzir de diferença. Romantismo, naturalismo, realismo, modernismo, um e outro cumprem apenas a função de sinais de reconhecimento.

Alencar, depois de reeleito deputado-geral, para se recuperar dos embates literários e políticos realiza uma última viagem. Na verdade, era sua primeira viagem à Europa. O que poderia ser sua atualização às novas idéias significou, do contrário, o envelhecimento total.

Preso passivamente a uma maneira de ver o Brasil, o campo literário que lhe fez o chefe, o escritor encerrou-se e se fechou nos esquemas de apreciação datados que o impediram de perceber as novidades.

Como já foi assinalado em capítulo anterior, dois choques marcaram a viagem: a recepção fria em Lisboa e o contato com a obra de Eça. Em Paris e Londres, o novo mundo: a modernidade e suas máquinas lhe deram calafrios.

Seu sobrinho, o único dos biógrafos que conviveu com o escritor cearense, assim definiu o impacto: “Mal se compreende como este passeio não lhe agitou a alma violentamente. O artista deixou-se ficar, em frente de tamanhas novidades, frio, anestésico” (ARARIPE JR., 1958. p.230).

Sobre a estadia em Lisboa, Araripe jr contou que “houve um desagradável encontrar de desafeições literárias que deviam ter-lhe produzido mortificações horríveis”. De Paris o sobrinho diz ia que “a vitalidade febril, nervosa, cintilante daquele povo frívolo e cheio de tiques luminosos, fazia, com o desalento de nosso melhor poeta e a debilidade de seu corpo, o contraste mais digno de lamentar-se” (ARARIPE JR., 1958, p.230).

Ao avaliar a possibilidade de uma mudança para novas idéias estéticas Araripe completa:

Tenho uma suposição: esta viagem foi imensamente perniciosa ao autor do Guarani. As disposições de sua alma embotada pelo sofrimento, fecharam-se a todas as fontes estéticas, para só aviva-lhe a sensibilidade pelo lado mórbido, infecundo, prejudicial (ARARIPE JR., 1958, p.232).

A contemporaneidade era, para Alencar, apenas uma sincronia de tempos discordantes. Não havia nem vontade, nem energia, nem mesmo uma sensibilidade aberta para compreender a lógica da mudança.

O Brasil transfigurado de Machado de Assis

O movimento temporal produzido pelo aparecimento de posições mais avançadas no campo literário produz um deslocamento no sentido de que autores consagrados, que dominam o campo da produção, tendem a impor-se cada vez mais no mercado, mas tornam-se fragilizados diante das estratégias utilizadas contra sua dominação. Para se impor no mercado através do movimento de distinção, um novo sistema de gostos acaba por fazer deslizar para o passado o conjunto de produtores, produtos e sistemas de gostos hierarquizados sob o pacto do grau de legitimidade.⁶⁰

Alguns autores novos no campo de lutas têm que expulsar o passado e obter uma sincronia com seu tempo. Quando isto ocorre, é sintoma de seu próprio amadurecimento. Realizá-lo sem rupturas, atendendo às instituições, às críticas, e aos agentes dos dois tempos é tarefa que exige grande perícia. Foi o que sucedeu com Machado de Assis. A morte de Alencar, em 1877, aos 47 anos, as

⁶⁰ legitimidade (ver detalhes sobre esta lógica da mudança BOURDIEU, Pierre. 1996, p.183,184,185)

transformações da literatura e algumas mudanças sociais na sua trajetória provocaram uma mudança que poderia ser caracterizada como o Machado novo que surge de Machado velho (a crítica preferiu chama-lo de Machado Dois). Não deixa de ser significativo de que o “Machado um” da crítica termine exatamente um ano após a morte de Alencar quando escreve *Memória Póstumas da Brás Cubas*.

Sobre a primeira fase do escritor carioca, Manuel Bandeira disse que se ele tivesse desaparecido nessa época “teria deixado uma obra em que a poesia e a prosa se equilibram no mesmo nível de mediocridade”⁶¹.

Machado acompanhou silenciosamente o lento envelhecimento social de Alencar e dez anos mais moço que este iniciaria um processo de atualização estética fundamental para sua carreira literária.

Iniciei esta tese narrando estes dias. Mas é importante enfatizar como sob o ponto de vista de Machado os últimos dias do amigo mais velho, consagrado, um mito vivo, quem ele costumava chamar de “chefe dos chefes” representava uma lição sobre o envelhecimento da sua obra:

Sentia o pior que pode sentir o orgulho de um grande engenho: a indiferença pública, depois da aclamação pública. Começara como Voltaire para acabar como Rousseau (MACHADO DE ASSIS, 2007,p.603).

Vê-se neste texto de Machado a compreensão nostálgica do momento de imposição de novas categorias que se hierarquizam como mais legítimas.

A tal “indiferença pública, depois da aclamação pública”, de que fala Machado, era resultado do novo modelo que se impunha. O bruxo do Cosme Velho, como veio a ser chamado Machado, tateava esta mudança para si. Era seria feita, mas não antes do luto pelo fim do seu próprio passado.

Quando Alencar faleceu, Machado escreveu uma nota fúnebre em que comenta o impacto daquela morte sobre si:

Tinha-lhe afeto, conhecia-o desde o tempo em que ele ria, não me podia acostumar com à idéia de que a trivialidade da morte houvesse desfeito esse artista fadado para distribuir a vida... Jamais me esquecerei a impressão que recebi quando dei com o cadáver de Alencar no alto da

⁶¹ BANDEIRA, Manuel, in Machado de Assis, *Obra completa*, Rio, ed. Aguilar, Vol III, p.3.

casa, prestes a ser transferido para o cemitério.(MACHADO DE ASSIS, 2007, p.698)

Mais tarde, em discurso no lançamento da pedra fundamental da estátua que erigiram a Alencar, no Rio de Janeiro, voltara a mencionar o impacto: “Tenho ainda presente a essa em que, por algumas horas últimas, pousou o corpo de José de Alencar. Creio jamais o espetáculo da morte me fez tão singular impressão” (MACHADO DE ASSIS, 2007, p.693).

Depois da morte de Alencar, os biógrafos de Machado contam que ele entrou num grande desalento. Viana Filho narra este episódio:

Pelos fins de 1878, o desalento de Machado foi agravado por longa enfermidade. Seria o fim? Ele se imaginava às portas de uma tísica mesentérica, e, durante meses, viu malograrem todos os tratamentos. Obteve uma licença no serviço público, desfez compromisso e colaborações, e refugiou-se em Nova Friburgo, cidade fundada por colonos suíços, de aspecto europeu e engastada entre as altas montanhas da Serra dos Órgãos (VIANA FILHO, 1989, p.113).

A morte de Alencar tinha sido acompanhada naquele ano por dois outros acontecimentos que impactaram a vida de Machado. No ano anterior, seu grande amigo e cunhado Miguel de Novais se casara. Magalhães Júnior interpreta assim este casamento: “O status social de Machado de Assis se elevou em fins de 1876 quando ele se tornou concunhado da opulenta Condensa de São Mamede”. E logo a seguir acrescenta: “Não só o status social de Machado de Assis melhorou. Seu status burocrático também, {pois} se tornará chefe de seção do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.”

Foi justamente no início de 1878, logo após a morte de Alencar, que Eça de Queiroz publicou *O Primo Basílio*, o romance que tanto escândalo causou. O livro rapidamente chegou ao Rio de Janeiro. Machado, sob o pseudônimo de Eleazar, publicou em *O Cruzeiro* um artigo que “provocou certa celeuma, demonstrando antes de tudo, uma grande relutância em aceitar o realismo literário, desapegando-se do romantismo que formara o espírito” (MAGALHÃES JUNIOR, 1977, P.277).

De fato, o artigo de Machado acusava Eça de copiar Zola, *La faute de L'Abbé Mouret*. Eça o incomodava com seus personagens que ele considerava

criaturas sem ocupação e nem sentimentos. Mas, o defeito principal do livro era que Eça não quisesse ser “um realista mitigado”. Machado argumentava que o próprio chefe da escola, Flaubert, dizia que o perigo desse movimento “é haver quem suponha que o traço é o traço exato”. E acrescentava: “Digo isto no interesse do Sr. Eça de Queiroz, não da doutrina que lhe é adversa; porque a esta o que mais importa é{que} o Sr Eça de Queiroz escreva outros livros como o *Primo Basílio*. Se tal suceder dizia Machado: “o realismo na nossa língua será estrangulado no berço. E, então, a arte pura despenha no excessivo, no tedioso, no obsceno, e até no ridículo, a arte pura, digo eu, voltará a beber àquelas águas sadias do *Monge de Cister*, do *Arco de Sant’Ana* e do *Guarani*”.

Como se nota, Machado sugeria a volta de uma voga romântica de Alexandre Herculano, Almeida Garret e Alencar. Dizia encerrando o incentivo à volta dos leitores às obras desses autores que seria uma herança transmitida “íntata às mãos da geração vindoura”.

A própria crítica no Brasil estranhou a agressividade de Machado. “Poucas vezes tenho visto exercer tão severamente a crítica como fez Eleazar, distinto e erudito folhetinista d’*O Cruzeiro*, a propósito do último livro de Eça de Queiroz, *O primo Basílio*.(apud Machado de Assis, p.309) Machado retrucou os contra-ataques e reafirmou suas posições de combate ao realismo, mas terminou por dizer:

Quanto ao Sr. Eça de Queiroz e aos seus amigos deste lado do Atlântico, repetirei que o autor de *O Primo Basílio* tem em mim um admirador de seus talentos, adversário de suas doutrinas, desejoso de o ver aplicar, por modo diferente, as fortes qualidades que possui; que se admiro também muitos dotes do seu estilo, faço restrições à linguagem; que o seu dom de observação, aliás pujante, é complacente em demasia; sobretudo é exterior, é superficial.O fervor dos amigos pode estranhar este modo de sentir a franqueza de dizer.Mas então o que seria a critica? (apud MAGALHÃES, 1977, p.309).

Observa-se nitidamente um Machado de Assis dividido entre duas posições: assumir a vanguarda e rejeitar o passado, ou tentar impor uma mudança suave, separando o tempo por uma geração artística e não pelas marcas distintivas que lhe pareciam grosseiras.

A repercussão das críticas chega a Portugal rapidamente. Em breve, o próprio Eça, que nunca chegou a conhecer Machado pessoalmente, escreve-lhe uma carta em que situa a oposição em termos de Escolas e não em termos pessoais. Depois de se apresentar e agradece-lhe em tom cortês, Eça entra no assunto:

Apesar de me ser em geral adverso, quase severo, e de ser inspirado por uma hostilidade quase partidária à Escola Realista – esse artigo, todavia, pela sua elevação e pelo talento com que está feito, honra o meu livro, quase aumenta a autoridade. Quando conhecer os outros artigos de V. S. poderei permitir-me discutir as suas opiniões sobre esta – não em defesa dos graves defeitos dos meus romances, mas em defesa da escola que eles representam e que eu considero um elevado fator do progresso moral da sociedade moderna. (apud MAGALHÃES, 1977,318).

Depois da mudança de status, morte do ídolo romântico, impacto do romance de Eça, *O Primo Basílio* e rápida polêmica, durante a enfermidade, Machado de Assis ditou à esposa, ainda em Nova Friburgo, trechos de romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Nascia o tal segundo Machado. Não do molde romântico com cor local, mas o escritor da transfiguração na linguagem para falar das nossas estruturas sociais, esse médium irônico sempre a gozar dos pseudo-liberalismo das elites ilustradas do Brasil dos nossos oitocentos.

Na indecisão entre os dois tempos, passado e futuro que lhe chegavam, Machado construiu seu lugar no campo literário. E esta indecisão vai estar presente em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, já que todo universo do romance é permeado pela ambivalência do herdeiro, sim mais um herdeiro, o que daí em diante seria um padrão de Machado, os herdeiros imperiais e seus agregados (um herdeiro falho, como Alencar?) O personagem principal de Brás Cubas oscila entre a filosofia e a política, entre a política e os negócios. Mas não havia indecisão na linguagem do autor. Não havia indecisão na ironia. Machado havia conseguido falar do mundo social como se não falasse dele, obtendo uma *denegação* (fala dele como se não falasse). O que seria, afinal, a marca do seu estilo.

Encontrar um lugar nesse mundo social de senhores e escravos era a tarefa árdua do agregado. Ocupar uma posição de destaque no campo literário em

mutação era o desafio de Machado. Como afirmou Valery, a propósito de Baudelaire:

Le probleme.. devait... se poser ainsi: entre um grande poète, mas n'être ni Lamartine, ni Hugo, ni Musset. Je ne dis pas que ce propôs fut consciente, mas Il était nécessairement em Baudelaire, - Et même essentiellement Baudelaire. Il était sa raison d'Etat... (in BENJAMIN, Walter. Paris capitale Du XIX Siècle. Le livre dès passages. Paris: Lês éditions Du cerf. 1989, p.247.

Parafraseando, então, Valéry, o problema de Machado era ser um grande escritor sem ser Herculano, nem Garret, nem Alencar. Problema resolvido com *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Alencar e a mimesis tropical

Bem antes da tese internacionalista de Casanova discutida no primeiro item deste capítulo, o modelo de acumulação literária em nome do nacionalismo de um país periférico no Brasil, ganhou uma contribuição significativa quando Roberto Schwarz publica *Ao vencedor as batatas*, em 1977. Essa obra apresenta uma avaliação inovadora do papel de dois grandes protagonistas da formação do espaço literário, Alencar e Machado.

Schwarz, discípulo de Antonio Cândido quanto à concepção de que a forma literária está entranhada no processo social, vai introduzir um parâmetro Adorniano na ideia do nacional como cópia inautêntica (Alencar), e eleger Machado como uma reação não falsa nem postiça, pois metamorfoseada em alegoria como na crítica Benjaminiana. Para um país ainda dominado pelas certezas da crítica marxista da cultura, por vezes submetida aos ditames do Partido Comunista, era uma boa chave interpretativa, que além de jogar Alencar na lata do lixo da história literária, ungiu Machado como “um mestre da periferia do capitalismo”⁶².

Para Schwarz, Alencar seria omissos quanto à denúncia da contradição entre a forma européia e a sociabilidade local. Sua obra era significativa de um artista que apreciava o progresso e as atualidades culturais, aos quais teria direito, mas ao

⁶² A tese de Schwarz foi apresentada em *Ao vencedor as batatas* (São Paulo: Duas Cidades, 1977) e diz que seriam “idéias fora do lugar” o discurso liberal predominante no apogeu do segundo império, uma época de pleno escravismo excludente.

mesmo tempo não dispensava as relações tradicionais que lhe validavam a eminência. A síntese desta postura, crucial da sua vida – seria a conciliação entre clientelismo e ideologia liberal.

Nas palavras de Schwarz:

A ficção realista de Alencar é inconsistente em seu centro; mas sua inconsistência reitera em forma depurada e bem desenvolvida a dificuldade essencial de nossa vida ideológica, de que é o efeito e a repetição. Longe de ocasional, é uma inconsistência substancial (SCHWARZ, 1977, p.47).

O que aconteceu na própria França com a censura anti-romântica de Flaubert, a poética do desmascaramento da aura mitologizante do alto Romantismo que sonhava a escrita poética como “religião da humanidade” ganhava uma teoria nacional. Esta acusava o romântico Alencar de usurpação simbólica, uma vez que ele mostrava conciliatoriamente o rosto amigo da escravidão de mãos dadas com o liberalismo individualista em que tudo é romântico, desde que transportado para longe.

Machado, em lugar de promover o nacional mitologizado como Alencar em *Iracema*, mostra como suas inovações formais, o chamado narrador volúvel, que em vez de limitar-se a um fluxo narrativo, articula ironicamente a posição subjetiva das elites brasileiras.

O traço marcante do romance de Machado de Assis é a volubilidade do seu narrador. Este não permanece igual a si mesmo por mais de um curto parágrafo, ou melhor, muda de opinião, de assunto ou de estilo quase que a cada frase. Há um elemento de complacência nesta disposição mercurial, bem como no virtuosismo retórico de que ela depende para se realizar. Isto tem a ver com o desejo de atenção e reconhecimento que sublinhamos atrás, ao analisar o texto, desejo decisivo para o nosso raciocínio. Uma vez que este movimento subordina tudo o mais, pode-se ver nela o princípio formal do livro (SCHWARTZ, 1987, P.188-199).⁶³

É impossível não concordar com a comparação que Schwarz faz entre a forma literária de Alencar e a de Machado de Assis. Mas é importante ressaltar que

⁶³ Schwarz, Roberto. “Complexo, moderno, nacional e negativo”, In: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 188-99.

os aspectos modernizantes da argumentação de Alencar mostram que os aspectos liberais da obra do romancista cearense não tem nada de postigo, pois são fruto das contradições próprias do lugar que o escritor ocupava entre o campo político (conservador e escravagista) e o campo literário (nacionalista e liberal).⁶⁴

Contra a crítica que o acusava de se submeter a estrangeirismos⁶⁵, Alencar dizia, que o primeiro passo é dado pela vida social, e arrematava “ como se há de tirar uma fotografia desta sociedade sem lhe copiar as feições”. Schwarz embora concorde que a primazia cabia a vida social e a literatura, que vai imitar uma imitação, chama o progresso e os atavios parisienses que tanto deslumbram Alencar de “ideologia de segundo grau.” E compara estas novas feições de segunda cópia, que disfarça, mas não por completo, à natureza da primeira, o que para a literatura lhe parece uma infelicidade e lhe acentua a veia ornamental.

Para Schwarz, a situação é comparável à de Caetano Veloso cantando em inglês. Acusado pelos “nacionalistas”, responde que não foi ele quem trouxe os americanos ao Brasil. Sempre quis cantar nesta língua, que ouvia no rádio desde pequeno. E é claro que cantando inglês com pronúncia nortista registra um momento substancial de nossa história e imaginação.⁶⁶

Alencar e Caetano, além de “nortistas” (forma um tanto pejorativa de chamar os nordestinos nos dias de hoje), teriam para Schwarz adoções de imitações ornamentais características de uma mimese tropical, “talvez como os papagaios”, acrescenta.

Como Machado superou a suposição schwartziana de uma época romântica onde os valores vigentes não combinam com as falas literárias, é o que será discutido a seguir, a partir da análise do seu livro *Memórias póstumas e Brás Cubas*.

⁶⁴ Ver a este respeito o ensaio de Alfredo Bosi “A escravidão entre dois liberalismos”, publicado em *Dialetica da colonização*, (1992) onde o autor explica que a ideologia liberal foi hegemônica em todo ocidente na primeira metade do século XIX massacrando tanto o trabalhador escravo das colônias quanto o trabalhador assaliado nos países em via de industrialização.

⁶⁵ “Tachar estes livros de confecção estrangeira é, relevem os críticos, não conhecer a sociedade fluminense, que aí está a faceirar-se pelas salas e ruas com atavios parisienses, falando a algemia universal, que é a língua do progresso, jargão erigido de termos franceses, ingleses, italianos, e agora também alemães/ como se há de tirar a fotografia desta sociedade, sem lhe copiar as feições. José de Alencar..in *Sonho D'Ouro*, obras completas p. 36

O herdeiro típico-ideal: Brás Cubas

Em poucas palavras, o argumento traz para a cena mais um herdeiro. Agora o herdeiro da crise do liberalismo excludente foi chamado de Brás Cubas. O personagem de Machado morre em agosto de 1869, oito anos antes de Alencar. A morte foi por pneumonia. Ou por uma idéia fixa: a invenção de um emplasto.

A infância: ausência de limites impostos pelo pai (sua existência é vista como simples formalidade), a mãe, uma senhora “de pouco cérebro e muito coração” cujo “marido era na terra o seu Deus”, o tio João “homem de língua solta, vida galante, conversa picaresca”. Como os filhos dos senhores da Casa Grande, Brás Cubas foi “um menino diabo”. Gilberto Freyre usaria exatamente este conceito, em 1936, para explicar o comportamento do menino branco da Casa Grande e sua relação com os meninos mestiços. (FREYRE, 2006, p.50). Na Escola Ludgero Barata, “um nome funesto, que servia aos meninos de eterno mote a chufas”. Um homem “calado, obscuro, pontual, que “durante 23 anos” viveu baratamente “metido numa casinha da Rua dos Piolhos, sem enfadar o mundo com a tua mediocridade”.

Brás, o herdeiro, foi ao Rocio Grande onde recebeu o primeiro beijo em uma “ceia de moças”. Depois, Marcela e a luta pelo controle de se tornar o amante único: “foi-me preciso coligir dinheiro, multiplicá-lo, inventá-lo”. Brás morria de amores por Marcela. Mas esta “não morria, vivia. Viver não é a mesma coisa que morrer; assim afirmam os joalheiros do mundo”. O pai finalmente resolve que “o caso excedia as raias de um capricho juvenil, fecha o bolso aqui e manda-o cursar Coimbra, claro”. “Marcela amou-me durante quinze meses e 11 contos de réis; nada menos” - diz o irônico machado, pela boda do seu ppersonagem.

Findo o período de Coimbra, em que se tornara “acadêmico estróina, superficial, tumultuado e petulante”, surge a ideia de que com o diploma a vida seria um prolongamento das vantagens que Coimbra lhe daria. De volta ao Brasil, a morte da mãe. A partir daí, obedece ao mandamento do pai: “teme a obscuridade, Brás, foge do que é ínfimo. Olha que os homens valem por diferentes modos, e o que o mais seguro de todos é valer pela opinião de outros homens”. Brás cumpre o que aprendera “a fraseologia, a casca, a ornamentação”.

Na Tijuca, sim, na Tijuca, como Alencar, enlutado, súbito lhe parece que grande futuro claramente não tem mais futuro. Entre a visita do pai e as exigências

para continuar o nome da família, Brás conhece Eugênia, moça bela, coxa e pobre. Prossegue o trajeto de herdeiro. O grande futuro finalmente está prestes a se realizar: o casamento com uma moça rica e um cargo no parlamento. No caminho da casa de Virgília, a moça rica, o encontro fortuito com Marcela, agora pobre e feia. No caminho de Virgília, Brás deixa para traz dois obstáculos, Eugenia e Marcela. Mas ainda um obstáculo, o velho amigo meio louco, Quincas Borba. Empacando no passado. Brás segue para o futuro. Mas nada funciona. Os herdeiros têm inapetências. Virgília não é o seu futuro, pelo menos na sua forma desejada. O pai morto. Briga com a irmã Sabina pela herança. Aos quarenta anos, Brás reflete sobre a multidão que não lhe reconhece como superior cega pelo “rochedo da frivolidade, da indiferença e da agitação”. A saída é “insular-se (...), decretar-se inacessível, ausente”. Em uma palavra, morto.

No trajeto social de Brás, as posições clássicas de um herdeiro do Império. Infância livre. Adolescência angustiada. Formação superior relaxada. O amor como negócio e a política. Casamento na nobreza imperial falho. Fracasso em dois projetos- casamento como negócio e política. O emplasto como solução. Pode-se identificar o espaço social de Brás como o de qualquer herdeiro da elite no Rio de Janeiro do II Império. Daí as coincidências: com Alencar, um herdeiro falho no clássico trajeto imperial; Ou com Francisco Otaviano, o herdeiro perfeito no trajeto Imperial.

O que afinal deu errado com Brás Cubas? Ele, num acesso de alucinação, movido por melancolia profunda, imagina que “a pele fina e branca do costume” de Virgília acabaria, cedo ou tarde, convertida numa “imponente ruína”, como a Marcela arruinada. Brás Cubas não suporta a idéia de assumir um compromisso como o casamento diante da “fragilidade das coisas, das afeições, da família”. Como notou um filósofo atento,

neste raciocínio, por meio do qual Brás Cubas converte a sua derrota social em uma espécie de superioridade ontológica-epistemológico, encontra-se resumida a sua “filosofia da ponta do nariz”, cujo pressuposto é o mesmo mecanismo de universalização que já adotara para, transcendendo as suas experiências particulares, afirmar que a melancolia seria a característica essencial de toda humanidade (PESSOA, 2008.p.151.).

Mas como interpretar sociologicamente essa melancolia louca?

Neste ponto chegamos à questão central da relação Machado/Alencar.

A biografia construída de Brás Cubas trata da trajetória de um herdeiro, um tipo-ideal filho da elite Imperial da primeira metade do século XIX; trata também, da entrada do país, na fase final do *liberalismo excludente*, na última crise do Império. A melancolia de Brás é o ponto cego da reprodução das elites da primeira fase do Império. Não é à toa que Machado faz a trajetória de Brás coincidir com datas importantes deste período (1822, data explicitada no episódio de Marcela, coincide com os 17 anos de Brás.).

Autores como Ilmar Masttos(2004) já haviam estudado do Império: a fase primeira, do liberalismo excludente e a fase segunda, do liberalismo democrático⁶⁷, mas foi Alfredo Bosi(2010), em seu mais recente trabalho, quem desfez o nó ideológico do Império, interpretando-o à luz da obra de Machado, *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Em capítulos anteriores dessa tese, já se havia ressaltado a relação dos intelectuais românticos com a independência e a construção da nacionalidade. Agora é importante ver em Brás Cubas o reflexo dos impasses de Alencar na fase da derrocada do modelo liberal excludente que ele tão bem representava.

Bosi define assim esta fase liberal excludente:

“Trata-se de uma formação ideológica de notória força e consistência, que vingou em todas as grandes áreas de plantagem, como o Nordeste e o vale do Paraíba, as Antilhas francesas inglesas e espanholas (Guiana, Martinica, Guadalupe, Jamaica, Cuba) o sul profundo algodoeiro dos Estados Unidos.

A singularidade desses complexos agro-comerciais e escravistas reside no fato de terem vigorado, *simultaneamente*, com as constituições liberais promulgadas nas metrópoles européias:

a França das Cartas da Restauração e da Monarquia de Julho; a Inglaterra do começo do século XIX, regida por um robusto parlamentarismo burguês; a Espanha das *cortes liberales* e, em nosso caso, o Brasil recém-independente, cuja Constituição, outorgada em 1824, assimilaria as conquistas liberais da Inglaterra e sobretudo da França (BOSI, 2010. p.399).

⁶⁷ Ver sobre este assunto o estudo “O tempo saquarema” de Ilmar Rohlff de Matas (São Paulo:Hucitec,1981).

Bosi observa que este é o pano de fundo das *Memórias póstumas de Brás Cubas* e que duas figuras são típicas deste pensamento liberal-escravista: Cotrim, cunhado de Brás, e Damasceno, cunhado de Cotrim, ambos defensores da liberdade dos proprietários e desfrutadores do tráfico negreiro, já em fins dos anos 1840.

Machado oferece as pistas da denegação do dito e do não-dito, e diverte-se ao apontar as possibilidades da superação na batalha ideológica que se inicia a partir de 1860, das contrições políticas e culturais entre o velho liberalismo escravista e excludente e o novo liberalismo democrático, cuja pedra de toque foi a irrupção do abolicionismo (BOSI 2010. p.402), no jornal criado por Brás Cubas, onde seriam divulgadas as novas idéias positivistas de seu velho amigo Quincas Borba, o humanístico.

No início de sua trajetória profissional, Alencar também tinha utilizado o recurso de dirigir um jornal, mesmo que quase falido, para mobilizar apoios para sua carreira política, como aquele de Eusébio de Queiroz, que lhe conseguiu o seu primeiro cargo na burocracia Imperial.

Enfim, na polêmica entre Alencar/Nabuco, Machado restaria mudo, mas implicitamente ficaria do lado do príncipe do *novo liberalismo*, como o jovem Joaquim Nabuco ficou conhecido. Nabuco, aliás, foi autor da expressão *novo liberalismo*, o liberalismo dos primeiros republicanos fluminenses, pernambucanos e gaúchos, o liberalismo crítico da geração de 1870. Esta contra-ideologia, que marcaria o seu primeiro tento na batalha da Lei do Ventre Livre (1871),

O nó dos dois *Brás Cubas* é o mesmo nó dos dois Machados: o Machado romântico ligado ao liberalismo excludente de Alencar, mesmo que apenas esteticamente, o Machado da nova estética, embora avesso às novas idéias positivistas, fracamente de bem com o abolicionismo de seu amigo Nabuco.

Voltando a melancolia de Brás Cubas, o que seria então este eterno retorno ao nada?

Talvez o momento central da impossibilidade de reproduzir o padrão imperial do herdeiro bem sucedido seja quando Brás vai acertar seu casamento com Virgília, e no caminho, dois obstáculos lhe impedem de chegar na hora: o encontro ocasional com a já então macabra Marcela e o encontro com seu amigo caído Quincas Borba. A Marcela destruída física e emocionalmente lhe remete à ruína de qualquer projeto de desejo. O humanismo, a filosofia de Quincas, representa a possibilidade de

substituição dos desejos materiais por um projeto intelectual, uma espécie de positivismo. Mas enquanto para o Machado narrador irônico havia uma mudança, já que entendia os impasses do projeto intelectual do liberalismo excludente (leia-se Alencar e os românticos) para Brás não existia esta nova visão. É o que o filósofo Slavoj Žižek chamou de visão de paralaxe (ŽIŽEK, 2008, p.31): o deslocamento de um objeto (mudança de posição em relação ao fundo) causado pela mudança de ponto de observação que permite nova linha de visão.

“Mais do que isso”, argumenta Žižek: “como diria Hegel, sujeito e objeto são inerentemente “mediados”, e modo que uma mudança “epistemológica” do ponto de vista do sujeito sempre reflete uma mudança “ontológica” do próprio objeto. Ou, para usar o “lacanês”, o olhar do sujeito é sempre inscrito no objeto percebido em si, sob o disfarce do “ponto cego”, que está no objeto mais do que o objeto em si, ponto do qual o próprio objeto devolve o olhar” (ŽIŽEK, 2008, p.32).

O filósofo quer dizer é que sua filosofia materialista não é afirmação direta de sua inclusão na realidade objetiva tal afirmação pressupõe que a posição de enunciação é a do observador externo, capaz de perceber a realidade como todo. A filosofia de Žižek reside, antes, na torção reflexiva por meio da qual o sujeito se inclui na imagem construída por ele próprio. “O materialismo significa que a realidade nunca é inteira – não porque grande parte me escapa, mas porque ela contém uma mancha, um ponto obscuro, que indica minha inclusão nela.” (ŽIŽEK, 2008, p.32).

O que quero dizer é que Machado viu em Alencar seu ponto cego. Por um momento, ele se viu política e esteticamente fora do projeto romântico liberal excludente. Então abandonou a posição do intelectual total, capaz de vencer em todos os campos, pois detentor da visão completa da realidade. E fez sua nova estética, capaz de rir da nação romântica e também das pseudo saídas, como a do novo positivismo.

À GUIA DE CONCLUSÃO: O HERDEIRO FALHO E O AGREGADO DE SUCESSO

O herdeiro falho e o agregado de sucesso: dois tipos universais.

No prefácio para a edição brasileira do livro de Bourdieu, *Esboço de auto-análise*, o sociólogo Sergio Miceli escreve que se trata (o livro de Bourdieu) de “um documento tocante, em que um sociólogo consagrado esquadrinha passagens e momentos da vida buscando disciplinar as intermitências do afeto pelo jeito provocativo de apreender o mundo social” (MICELI, 2005). E conclui o primeiro parágrafo de sua introdução grifando que “no final do livro, Pierre Bourdieu afirma haver redigido o texto tendo em mente as questões que procurava responder ao examinar a trajetória dos intelectuais e dos artistas Flaubert, Baudelaire, Manet – pelos quais se interessara como objeto de reflexão” (MICELI, 2005).

Detalhe importante: Miceli descreve seu último encontro com Bourdieu, em Paris, numa brasserie na Praça da Bastille quando Bourdieu,

depois de discorrer acerca dos trabalhos que vinha aprontando, indagado sobre o motivo por que não concluirá a análise de Manet, tema recorrente dos seminários dos anos 90, assinalou como empecilho não ter localizado certos dados biográficos indispensáveis, lacunas que reputava prejudiciais ao fecho da interpretação (MICELI, 2005, p. 07).

Três aspectos são importantes nesse texto: 1. Bourdieu, que empreendeu uma batalha metodológica contra o biografismo, sucumbiu a uma auto-análise. As três primeiras linhas de *Esboço para uma auto análise* dizem o seguinte: “Não pretendo me sacrificar ao gênero autobiográfico, sobre o qual já falei um bocado como sendo, ao mesmo tempo, convencional e ilusório. Queria apenas tentar reunir e revelar alguns elementos para uma auto-análise...”. Registre-se que a epígrafe do livro é: “isto não é uma biografia”.

2. Nos seus últimos trabalhos em vida, Bourdieu dedicou-se acentuadamente à análise da trajetória de alguns artistas. 3. No trabalho sobre Manet, Bourdieu julgou fundamental colher certos dados biográficos para o fecho da interpretação.

O presente trabalho, que termina aqui, teve basicamente o objetivo de deslindar a vida social de José de Alencar, verificando o que a trajetória do escritor significou para o seu tempo e para a formação do campo literário no Brasil.

Concluo com aqueles três aspectos do último livro de Bourdieu porque eles contêm alguns dos principais problemas epistemológicos e metodológicos discutidos aqui realizado, a saber: 1. É possível realizar uma microsociologia de um autor sem cair na ilusão biográfica? Ou como disse Lahire: é possível “estudar o social individualizado”, isto é, o social refratado num corpo individual que tem por particularidade atravessar instituições, grupos, campos de forças e lutas ou cenas diferentes? 2. Como trabalhar o tema da especificidade da obra de arte e da sociologia da cultura sem cair na noção arqui-romântica da autonomia da arte, além e acima do pensamento, e do mito do gênio, anterior e superior a todo conceito? Ou no seu oposto: a nova/velha doutrina estruturalista de que o EU é a enfermidade espiritual do ocidente e que é preciso ascender a um modo de compreensão do social à margem de toda subjetividade. 3. Como tratar sociologicamente os traços biográficos pertencentes a uma trajetória, ou seja, é possível superar a tentação do achado biográfico (“a minha biografia é mais completa do que a tua”) e retirar das vidas esquadrihadas apenas os traços pertinentes do ponto de vista da sociologia, isto é, os pontos necessários à explicação e à compreensão sociológicas?

Um roteiro sintético do que tentei realizar aqui mostra um esforço para entender Alencar entre dois campos: o político e o literário, a análise da formação do seu habitus e o desvelamento da sua auto-biografia e das sete biografias escritas sobre o romancista cearense, a partir das principais disposições e inapetências da sua vida. Há também uma discussão sobre o mito romântico do gênio, presente na maior parte dos textos biográficos e uma tentativa de compreender trabalho de construção de um campo de novas crenças a partir do conceito de profeta, de Weber. Finalmente, há uma tentativa de compreender o campo social no Brasil da segunda metade do oitocentos e sua transformação com a chegada das novas idéias científicas e realistas, e o seu impacto nas figuras típico-ideal de Alencar e Machado.

Os resultados aos quais chegou este trabalho mostram que, por um lado, o movimento do campo artístico em direção à autonomia no Brasil ocorreu em ritmos diferentes, segundo as esferas da vida artística. No campo literário, quando Alencar começa a publicar e vender livros, vemos que se constrói um mercado, dois ou três

editores em competição, um novo público leitor, ainda que ralo, e uma crítica atuante. Mas, este mercado, embora tendo firmado uma rede de instancias de produção, difusão e consagração, tem ainda uma dependência completa do projeto de nação formulado pelo próprio Imperador D. Pedro II.

Assim, temos um campo em formação que não instaura uma ruptura dos vínculos dependência dos artistas em relação ao campo dominante, o político. Esta dependência estrutural mostra que o projeto hegemônico do romantismo oficial passa a nortear todo pensamento literário do país, mesmo quando seu líder maior, Alencar, rompe com o Imperador.

Entretanto, não existe uma relação de dependência completa, como ocorre no caso Mozart descrito por Elias (1995) uma vez que, no Brasil, o mercado já surgira produzindo mudanças em relação às concepções sobre arte e o papel do artista, e neste caso, o artista já se separara do homem comum considerando-se gênio criador. O Alencar que emerge da investigação “neste contexto” é um homem que, mesmo chamado pelos pares e imprensa de “chefe da literatura” nacional, não consegue distinção cultural justifique, para afirmar a autonomia da ordem propriamente cultural. Herdeiro de grande capital simbólico no campo político, ele é tentado a fazer jus à sua herança candidatando-se a Deputado Geral, compondo o Ministério do Império, entrando de cabeça na luta do campo político.

Quando a seguir, abordo-se o feixe de disposições desse herdeiro imperial, observou-se um conjunto de inapetências e estigmas que seriam espécies de leitmotivs da impossibilidade de Alencar de seguir um padrão imperial de herdeiro bem sucedido. O estigma do pai padre, a tuberculose que o ataca, aos 17 anos, o casamento burguês fora dos cânones da nobreza Imperial, sobretudo, o envelhecimento social da sua obra, num momento em que ele não tinha mais ímpeto criativo para efetuar uma mudança estética, são fatores sobre-determinantes para um final de sua vida tumultuado pelo sofrimento físico e abandono público.

A análise dos biógrafos e das biografias de Alencar exigiu, antes de mais nada, um cuidado metodológico que consistiu em tentar explicitar as condições de produção destas biografias e os interesses por trás da sua publicação. O estudo dos autores dos principais relatos biográficos de Alencar mostrou que, na sua maioria, foram produzidos por pretendentes à sucessão em vagas eletivas de colegiados egrégios (Academia Brasileira de Letras, Academia Paulista, etc.). Apenas dois autores fogem deste padrão. O primeiro é Araripe Júnior, que fez a primeira biografia

para firmar a própria reputação de literato, já que era jurista, o que não deixa de ser uma estratégia de rentabilizar o capital familiar. O segundo biógrafo que foge ao padrão mencionado, é o cearense Lira Neto, que se inscreve no segmento biográfico da indústria cultural, que tenta aliar prestígio literário e grandes tiragens. A imagem do Alencar que se desprende destes relatos é do frágil cearense genial tragado pela maldade da política (o “chocolate amargo”). Re-situando o herdeiro Alencar nos cumes da elite política do país, de onde ele nunca saiu, já que morreu deputado geral, encontramos também uma dificuldade de entender as disposições falhas de Alencar como resultado dos estigmas sociais. Neste sentido, é do cerne da tarefa sociológica encontrar, no que parecia uma passagem biográfica sem pertinência, uma interpretação que explique o que parece sem sentido na vida social. Elias tem uma esclarecedora nota de rodapé em Mozart - Sociologia de um gênio, em que diz:

A sociologia normalmente é tida como uma disciplina destrutiva e redutora. Não partilho desta visão. Para mim, a sociologia é uma ciência que deveria nos ajudar a entender melhor, e explicar, o que é incompreensível em nossa vida social (ELIAS, 1991. p.19).

Pode-se estranhar o relativo silêncio dos biógrafos acerca dos estigmas na vida de Alencar. Mas é bom ressaltar que não se trata de uma lacuna clamorosa nos textos; na maioria dos casos, está lá. A condição de filho de padre e a saúde fragilizada pela tuberculose. No entanto, poucos abordavam o impacto dessas inapetências à luz dos constrangimentos impostos na trajetória, do escritor.

É que o dualismo do “bem literário” e do “mal-político”, na biografia, impôs uma reticência a qualquer outra explicação dos percalços do itinerário de José de Alencar. O par desse construto é a idéia do gênio romântico que desperdiçou tempo e talento nas agruras da política. Não cabe repetir, aqui, o quanto é fabulosa essa visão. Cumpre lembrar, como é sabido, que o gosto e o gênio foram filhos diletos do romantismo dos setecentos que se libertaram do classicismo nas páginas que sistematizou o reconhecimento da autonomia da função estética: a crítica do juízo, de Kant. A contemplação e a criação eram os modelos dessa legitimação, como se a arte devesse, para guardar sua autenticidade, viver numa harmonia entre espírito e natureza para se libertar do utilitarismo burguês.

O sentido cultural daquele duplo Alencar, gênio da nação e incompreendido político, era por meio de sua visão romântica romper com o cotidiano tornado insuportável para o artista romântico brasileiro, às voltas com a difícil defesa da escravidão e de um modelo liberal terrivelmente excludente. Já vimos como a personalização e o biografismo surgem, então, como ponto de apoio ao lirismo romântico, aquela unidade entre poética e pessoa empírica.

Vimos o trauma que foi para Alencar a visita a Paris e Londres, como se o confronto com a grande cidade destruísse o emocionalismo subjetivo, convertendo-o meramente numa retórica ideológica que servia para acobertar um indivíduo doente dos mitos do ego ideal, incapaz de articular um novo realismo, um novo mundo simbólico, um novo pathos livre da vacuidade do ideal. Mas se o herdeiro branco imperial não conseguiu dar a virada, o mulato agregado realiza a transfiguração necessária para sair do atoleiro do romantismo com a adoção de uma poética da ironia, substituído pela alegoria em substituição a poética cansada do indianismo alencarino.

Com a construção destes dois personagens, o herdeiro falho Alencar e o agregado bem sucedido Machado, o trabalho parece começar a responder ao problema da elaboração de um modelo teórico verificável da configuração de um campo literário. Compreendendo os campos como espaços de lutas e investigando os habitus, procurou-se não cair no determinismo de classe mostrando, como no caso do herdeiro Brás Cubas, que disposições não se cumprem automaticamente.

Então, a partir da lacuna criada na crítica do “artista genial do romantismo”, propôs-se uma categoria que parece preencher os requisitos sociológicos, sem um retorno à liberdade transcendental do artista totalmente subjetivo. A ideia do profeta weberiano parece preencher este vácuo, já que responde à necessidade de se enxergar o trabalho da construção da crença, fundamental para formação do campo. Logo, o problema central epitemo-metodológico é que, ao contrário do que o romântico Alencar propunha, com a criação de grandes molduras históricas para definir o país, agora sabemos que não há molduras neutras. O Machado nos apresenta em seguida, é um jogo de molduras que brincam com o real. A ironia da transfiguração machadiana faz do real uma inquietação e uma torção sobre nós mesmos. Uma das definições mínimas da pintura modernista se refere à função de sua moldura. A moldura do quadro à nossa frente não é uma verdadeira moldura; existe outra invisível, sugerida pela estrutura do quadro, a moldura que emoldura

nossa percepção do quadro, e essas duas molduras por definição, nunca se sobrepõem: uma lacuna invisível as separa.

Neste caso, é a lógica da diferença mínima, da não coincidência constitutiva de uma coisa consigo mesma, que constitui a chave da categoria hegeliana central de “universalidade concreta”. Ao realizar o trabalho de identificar as mudanças de moldura para entender o Brasil de Alencar e o Brasil do segundo Machado, chegou-se à construção de dois tipos universais: o herdeiro falho e o agregado de sucesso, este último substituído na literatura universal pelo bastardo. Há mais por entender mais: a universalidade desses dois personagens ideal-típicos está na luta que leva da configuração de um tempo a outro. Ou, para usar as palavras de Žižek,

A descoberta de que a universalidade não é um receptáculo neutro de formações específicas, sua medida comum, o (back)ground passivo em que os específicos travam sua batalha, mas esta mesma batalha, a luta que leva de uma formação específica a outra (ŽIZEK, 2008. p.48).

É por isso que quando Elias escreveu Mozart, ele conta que estava estudando, de fato, as grandes mudanças históricas e suas configurações.

Enfim, é isto que espero ter feito com dedicação e zelo teórico até aqui: um estudo das mudanças do Brasil romântico de Alencar para o Brasil transfigurado de Machado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. **Caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 5. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963.

_____. **Ensaio e estudos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

_____. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ADORNO, Theodor W. **Teoria estética**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2006.

ALENCAR, José. **Obras completas**. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959.

_____. **Como e porque sou romancista**. Rio de Janeiro: Mercado Aberto, 1998.

_____. **Cartas de Erasmo**. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960.

_____. **Iracema: lenda do Ceará**. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1965. (Edição do Centenário).

ALENCAR, Mário de. **José de Alencar: obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARARIPE JÚNIOR, T. A. **José de Alencar: perfil literário**. Obra crítica de Araripe Júnior. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1958 [1882]. Vol.I

_____. **Luizinha. Perfil literário de José de Alencar**. Rio de Janeiro: Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1980.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto 1996.

BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol: natureza e costumes do Norte**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

_____. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

_____. **Memórias de Gustavo Barroso**. 2. ed. Notas de Mozart Soriano Aderaldo. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1989. (Edição em conjunto das obras: Coração de menino. Liceu do Ceará, Consulado da China).

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: Rua de mão única**. Brasiliense, 2004.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

_____. **Ideologia e contraideologia: temas e variações**. São Paulo: Companhia das Letras: 2010.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Editions de Minuit, 1979.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas-SP: Papirus, 1994.

_____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. CHABOREDON Jean -Claude; PASSERON, Jean-Claude **A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1999.

_____. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand do Brasil, 2000. 3ª edição.

_____. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. **Esboço de uma auto-análise**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

_____. **A Produção da Crença**. Porto Alegre: Zouk, 2006.

BRÍGIDO, João. **Miscellanea Historica ou Collecao de Diversos Escriptos de J. Brígido**. Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

BROCA, Brito. "Alencar: vida, obra e milagre". Ensaio da mão canhestra. São Paulo: Polis, 1981.

_____. Românticos. Pré-Românticos. Ultra-Românticos: Vida literária e romantismo brasileiro. São Paulo: Polis, 1978.

CÂMARA, José Aurélio. **Capistrano de Abreu**. 2. ed. Fortaleza: Editora UFC/ Casa de José de Alencar, 1999.

CAMPOS, Eduardo. **Gustavo Barroso: sol, mar e sertão**. Fortaleza: Editora UFC, 1988. (Coleção Alagadiço Novo).

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

_____. **Iniciação à Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

_____. **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

_____. **Um funcionário da Monarquia**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2009.

CARMO, J. Pinto do. **Bibliografia de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro, 1942.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política Imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CASANOVA, Pascale. **A república mundial das letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CASTELLO, José Aderaldo. **Introdução à polêmica sobre “A Confederação dos Tamoiós”**. São Paulo: FFCL, 1953.

CASTRO, C. **Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

COSTA, Cruz J. **Contribuição à história das ideias do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.

COUTINHO, Afrânio. (Org.). **A polêmica Alencar-Nabuco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CRUZ COSTA, J. **Contribuição à história das idéias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. O pensamento brasileiro sob o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) **História geral da civilização brasileira**. t.II. O Brasil Monárquico. Vol. 3. Reações e transições. São Paulo, 1976.

DOMINGUES, José Maurício. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo**. Campinas-SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v. 1.

_____. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **A sociedade da corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FAORO, Raimundo. **Machado de Assis**: a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FLAUBERT, Gustave. **A educação sentimental**: história de um jovem. São Paulo: Nova Alexandria, 2009.

FRANCASTEL, Pierre. **Études de sociologie de l'art**. Paris: Editions Médiations Denoel, 1970.

FREYRE, Gilberto. Reinterpretando José de Alencar. **Os cadernos de cultura**. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

_____. **José de Alencar**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1952.

_____. **Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

FREIXEIRO, Fábio. **Alencar: os bastidores e a posteridade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, Coleção "Estudos e Documentos", vol. IV, t. 1, 1981: 110.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

GAY, Peter. **O século de Schnitzler**: a formação da cultura de classe média. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES DE MATOS, Pedro. **Capistrano de Abreu**: vida e obra do grande historiador. Fortaleza: Edição do Autor, 1953.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire Collective**. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

HERSCOVICI, Alain. **Economia da cultura e da comunicação**. Vitória/; editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

HENRY, Charles. Elementos para uma teoria da individualização: quando Mozart se achava um livre artista. In: GARRIGOU, Alain & LACROIX, Bernard (orgs.). **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAHIRE, Bernard. Do habitus ao patrimônio individual de disposições – Rumo a uma sociologia em Escala individual. In: **Revista de Ciências Sociais**. Volume 39 – numero 2. Universidade Federal do Ceará, 2003.

LEROY, Dominique. **Economie des arts du spectacle vivant**: essais sur la relation entre l'économique et l'esthétique. Paris: Editions Economica, 1980.

LUKÁCS, Gyorgy. **Arte e sociedade**. Escritos estéticos 1932-1967. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MACHADO, Ubiratan. **A vida literária no Brasil durante o romantismo**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

MACHADO NETO. A. L. **Estrutura social da república das letras**: sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930). São Paulo: Editora Grijalbo, 1973.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **José de Alencar e sua época**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia do conhecimento**. Porto-Portugal: Editora Rés, s/ano.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992. V. 3.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MENEZES, Raimundo de. **José de Alencar**: literato e político. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos, 1965.

MERQUIOR, José Guilherme. **Michel Foucault ou o nihilismo de cátedra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

_____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

_____. Introdução. In: BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. Prefácio. In: BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005.

MIRANDA, Orlando. **Para ler Ferdinand Tonnies**. São Paulo: Edusp, 1995.

MORIN, Edgar. **O método: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1989.

_____. **O método: as ideias**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MOTTA, Arthur. **José de Alencar. O escritor e o político: sua vida e sua obra**. Rio de Janeiro: E. Briguiert, 1921.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista no Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

NETO, Lira. **O Inimigo do Rei: Uma biografia de José de Alencar**. São Paulo: Editora Globo, 2006.

NUNES, Benedito. The Literary historiography of Brazil. In: GONZALES, Echevarria; PUPO, Walker. (Orgs). **The Cambridge History of Latin American Literature: The twentieth century**. New York: Cambridge University, 1996.

OLIVEIRA TORRES, João Camilo de. **Estratificação social no Brasil**. São Paulo: Difel, 1965.

ORICO, Osvaldo. **José de Alencar: patriarca do romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra - MEC, 1977. (Edição comemorativa do Centenário de morte de José de Alencar).

_____. **A vida de José de Alencar**. São Paulo: Editora Nacional, 1920.

ORTIZ, Renato. **Telenovela: história e produção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PAUPÉRIO, A. Machado. **A obra polimórfica de Djacir Menezes e sua síntese filosófica**: Djacir Menezes (1907-) Bibliografia e Estudos críticos. Salvador: Centro de Documentação do pensamento brasileiro, 1988.

PESSOA, Patrick. **A segunda vida e Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

PENA, Felipe. **Teoria da biografia sem fim**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PINHO, Wanderley. **Salões e damas do segundo reinado**. São Paulo: GRD, 2004.

PROENÇA, M. Cavalcanti. **José de Alencar na literatura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1972.

RODRIGUES, José Honório. **História combatente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora / INL-MEC, 1980.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1991.

_____. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993.

_____. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II – um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SIMMEL, Georg. Sociological. **Investigações sobre as formas de socialização**. Madri: Biblioteca de La Revista de Occidente, 1977.

_____. **Philosophie de la modernité**: la femme, la ville, l'individualisme. Preface et traduction de JeanLouis Vieillard-Baron. Paris: Editions Payot, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1964.

_____. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

TRIGO, Luciano. **O viajante imóvel**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VASCONCELOS, Gilberto. **Ideologia curupira**: análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e Sociedade**: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

VIANA FILHO, Luís. **A vida de José de Alencar**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1979.

_____. **A vida de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1989.

WACQUANT, Loic. Esclarecer o Habitus. **Educação & Linguagem**, Vol. 10, Nº 16, 2007.

WAIZBORT, Leopoldo. **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: EdUSP, 2009.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 1991.

ZIZEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.